



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SÉRGIO ALMEIDA LOIOLA

**POR UMA GEOGRAFIA DO *PASSADO DISTANTE*. MARCAS PRETÉRITAS NA
PAISAGEM COMO MEMÓRIA ESPACIAL DAS SOCIEDADES AUTÓCTONES**

GOIÂNIA,
AGOSTO DE 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SÉRGIO ALMEIDA LOIOLA

CÓPIA REVISADA

**POR UMA GEOGRAFIA DO *PASSADO DISTANTE*. MARCAS PRETÉRITAS NA
PAISAGEM COMO MEMÓRIA ESPACIAL DAS SOCIEDADES AUTÓCTONES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, com a orientação do Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts.

GOIÂNIA,
AGOSTO DE 2007.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Loiola, Sérgio Almeida.
L923p Por uma geografia do passado distante: marcas pretéritas na
paisagem como memória espacial das sociedades autóctones /
Sérgio Almeida Loiola – 2007.
iv,187 f. : il., color., qds., figs.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.
Instituto de Estudos Sócio Ambientais, 2007.

Bibliografia: f. 173-187.
Inclui listas de quadros e de figuras.

1. Geografia - Arqueologia social – Fase Aruanã (GO)
 2. Etnogeografia Karajá - 3. História Ambiental - complexidade
- I. Ratts, Alecsandro José Prudêncio II. Universidade Federal de
Goiás. **Instituto de Estudos Sócio Ambientais.** III. Título.
CDU: 902:316.3(817.3)''11/12''

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor:	Sérgio Almeida Loiola		
E-mail:	sergioaloiola@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor	-		
Agência de fomento:	CAPES	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	Por uma geografia do passado distante. Marcas pretéritas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones		
Palavras-chave:	geografia, arqueologia social, fase aruana, etnogeografia karajá, história ambiental, complexidade		
Título em outra língua:	By a geography of the past distant. Preterits's marks in the landscape as autochthonous societies's space memory		
Palavras-chave em outra língua:	geography, social archaeology, aruanã phase Karajá ethnogeography, environmental history, complexity		
Área de concentração:	Natureza e Produção do Espaço		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	18/01/2008		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia		
Orientadora:	Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts		
E-mail:	alex.ratts@uol.com.br		
Co-orientadora:			
E-mail:			

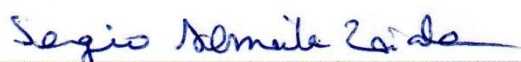
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



Assinatura do autor

Data: 23 / 05 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

SÉRGIO ALMEIDA LOIOLA

**POR UMA GEOGRAFIA DO *PASSADO DISTANTE*. MARCAS PRETÉRITAS NA
PAISAGEM COMO MEMÓRIA ESPACIAL DAS SOCIEDADES AUTÓCTONES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, com a orientação do Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts.

Goiânia, _____ de _____ de 2007

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes
Universidade de São Paulo - USP
Titular

Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Santos Maia
Universidade Federal de Goiás – UFG
Titular

Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts
Universidade Federal de Goiás – UFG
Orientador

Prof. Dra. Juciene Ricarte Apolinário
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Suplente

A meus pais:

(In memoriam) Dídimo Martins Loiola

Eleonora Almeida Loiola

Pela persistência

Honestidade

E coragem

AGRADECIMENTOS

Sou grato a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com idéias para a elaboração das propostas apresentadas neste trabalho.

- Ao professor, orientador e amigo Alecssandro José Prudêncio Ratts por apoiar e permitir liberdade de criação.
- À esposa e amiga das horas incertas Maria Lemke Loiola, suas irmãs, irmãos, pais e toda sua família, por apoiarem nossos estudos.
- A inspiração do amor e da esperança, e todos que neles acreditam.
- Aos professores da Física da UFES Ray Viana Sampaio por me apresentar ao *caos* e a *complexidade*; e Vijayendra Kumar Garg por acreditar em meu potencial e me incentivar a continuar.
- Aos professores Maria Nazaré Stevaux, Eguimar Felício Chaveiro, Sandra de Fátima Oliveira por abrirem espaço a uma ciência *complexa, transdisciplinar* e humana.
- Aos colegas de NUPEAT por acreditarem que é possível construir uma ciência nova mais compromissada com a vida.
- A equipe do Museu Antropológico da UFG, IGPA e ITS, que me receberam bem.
- Aos professores Paulo Jobim e Carlos Eduardo Santos Maia que participaram da qualificação e muito contribuírem para o crescimento do trabalho.
- Ao professor Manoel Calaça pelas oportunidades junto à iniciação científica.
- Ao amigo Wilian Cremasco pelo apoio material e imaterial.
- A meus irmãos: Luzia, Eliane, Eliel, Denilton, cunhado *Herivelton* (in memorian), primos, primas, tios e tias por apoiarem meus estudos.
- Aos sobrinhos Rafael, Gabriel, Bruna, Iolanda, Gabrieli, Luiza a afilhado Henrique.
- Aos amigos Hudson, Isis, Mariana, Oscar e Lenon por se colocarem à disposição.
- Aos amigos: Gilberto, Jodat, Ivonaldo (Ivonskata), Valney, Renato, Uelinton, Firmino (Iko), Rober, Marcelo “Capi”, Marcelo Carvalho, Benedito e Laura, Paulinho, Brandão, Antonio Cesar e Jean, Celso, Zé Maria (In memorian) e Luis Augusto (In memorian), Claudionor, Inácio, Paulo (caneco), Toninho, Geraldo, Rogério.
- Aos professores do IESA por trabalharem Geografia com a idéia de contribuição social e a CAPES pelo apoio financeiro;
- Ao grupo de rock U2, cujas letras e trajetória continuam a me impressionar...
- Ao Cerrado por seus frutos, seu cheiro, sua forma e sua fauna, sua flora, sociedade...
- Aos colegas de sala de aula, especialmente a primeira turma de Geografia noturno.

Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser "América" e muito antes se ter um carimbo de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui.

Essas nossas famílias grandes, que já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, por que nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos.

[...] Nos lugares onde cada povo tinha a sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria de nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória da criação do mundo.

Nessa antiguidade desses lugares a nossa narrativa brota, e recupera os feitos dos nossos

heróis fundadores. Ali onde estão os rios, as montanhas, está a formação das paisagens, com nomes com humor, com significado direto, ligado com a nossa vida, e com todos os relatos da antiguidade, que marcam a criação de cada um desses seres que suportam nossa passagem pelo mundo.

Nesse lugar, que hoje o cientista, talvez o ecologista, chama de habitat, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um lugar onde a alma de cada povo, espírito de um povo, encontra a sua resposta, resposta verdadeira.

De onde sai e volta, atualizando tudo, o sentido da tradição, o suporte da vida mesma. O sentido da vida corporal, da indumentária, da coreografia das danças, dos cantos. A fonte que alimenta os sonhos, os sonhos grandes, o sonho que não é somente a experiência de estar tendo impressão enquanto você dorme, mas o sonho como casa da sabedoria."

Ailton Krenak,
Pensador da etnia Krenak.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adalberto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.

ADAPTADO do trabalho de Curt Nimuendaju, de 1944, este mapa mostra a distribuição de mais de 1.400 grupos indígenas espalhados pelo território brasileiro

POR UMA GEOGRAFIA DO PASSADO DISTANTE. MARCAS PRETÉRITAS NA PAISAGEM COMO MEMÓRIA ESPACIAL DAS SOCIEDADES AUTÓCTONES

RESUMO

A geografia brasileira tem desconsiderado a dinâmica territorial e ambiental anterior ao século XVI, o que contribui para invisibilizar as sociedades autóctones e limitar o tema ambiental. Diante disso, essa pesquisa visou investigar os antepassados da sociedade Karajá, a partir de fontes bibliográficas arqueológicas, especialmente a fase arqueológica Aruanã, entre os séculos XII e XIII, ocorrida na Bacia do Rio Vermelho, afluente da margem direita do alto Rio Araguaia. De cunho exploratório, a pesquisa expõe desde a ocupação inicial do continente até a (re)produção do espaço na bacia do Rio Vermelho, evidenciadas no uso das técnicas de interação com a paisagem. Simultaneamente, do esforço de superar as limitações resultou uma proposta de abordagem do passado anterior ao século XVI, argumentos iniciais a uma *geografia do passado distante*, que busca nas informações arqueológicas e paleoambientais suas fontes, sob o viés interpretativo da escola arqueológica pós-processual, etnogeografia e história ambiental. Parte da trilogia física, biológica e social da paisagem para investigar tanto a dinâmica ambiental quanto social, entendendo as marcas e a cultura material na paisagem como memória sócioespacial. Na tentativa de realizar análises sócioambientais e aproximar diferentes disciplinas, incorpora princípios de *complexidade* na estruturação de um método complexo que seja capaz de lidar com sistemas de objetos e ações sócioambientais no espaço-tempo.

Palavras-chave: geografia, arqueologia social, fase aruanã, etnogeografia karajá, história ambiental, complexidade

**BY A GEOGRAPHY OF THE PAST DISTANT. PRETERITS'S MARKS IN THE
LANDSCAPE AS AUTOCHTHONOUS SOCIETIES'S SPACE MEMORY**

ABSTRACT

Brazilian geography has been disregarding the territorial dynamics before 16th century, contributing to the invisibility of the autochthonous societies and the demands for the theme. In order to reduce this invisibility, this research investigated the ancestrals of the karajá society, using bibliographical source archaeological, especially of the archaeological phase Aruanã, between 12th and 13th centuries, in the basin of the river Vermelho, right tributary of the high basin of the river Araguaia. The research presents since the initial occupation of the continent until the production of the space in the basin of the river Vermelho, evidenced in the use of techniques of interaction with the landscape. Simultaneously, resulted an approach proposal of the past before 16th century, initial arguments to a *geography of the past distant*, using archaeological information and paleoenvironmental interpreted through post-processual archaeological school, ethnogeography and environmental history. With support in the physical, biological and social trilogy of the landscape it investigates the environmental dynamics and social, understanding the marks and the material culture in the landscape as a space memory. In the attempt of to accomplish social and environmental analyses and to integrate different disciplines, it incorporates complexity principles in the construction of a complex method, able to dialogue with objects and actions social-environmental systems in the space-time.

Key-words: geography, social archaeology, aruanã phase, karajá ethnogeography, environmental history, complexity

PARA UNA GEOGRAFÍA DEL PASADO DISTANTE. MARCAS DEL PASADO EN EL PAISAJE COMO MEMORIA ESPACIAL DE LAS SOCIEDADES AUTOCTONOS

RESUMEN

La geografía brasileña tiene desconsiderado la dinámica territorial y ambiental anterior al siglo XVI. ¿Por qué? Delante de esto, de las fuentes bibliográficas arqueológicas, esta investigación tuvo como objetivo investigar al antepasado de la sociedad Karajá, especialmente el fase arqueológica Aruanã, entre los siglos XI y XIII, ocurrió en el planicie del Rio Vermelho, afluente del borde derecho de alta Río Araguaia. De la matriz exploratoria, la investigación presenta desde la ocupación inicial del continente hasta la producción del espacio en la planicie del Rio Vermelho, evidenciando el uso de las técnicas de la interacción con el paisaje. Simultáneamente, del esfuerzo de superar las limitaciones de la investigación resultó una propuesta de enfocar del pasado anterior al siglo XVI, discusiones iniciales a una *geografía del pasado distante*, que tiene en la información arqueológica y paleoambiental sus fuentes, con interpretación de la escuela arqueológica pos-processual, del etnogeografía y de la historia ambiental. Con soporte en la trilogía física, biológica y social del paisaje investiga tanto la dinámica social cuanto ambiental, al presuponer las marcas y cultura material en el paisaje como memoria sócioespacial. En la tentativa de hacer análisis socioambiental y aproximar diferentes disciplinas, incorpora principios de la *complejidad* en el construcción de un método complejo, capaz de ocuparse de los sistemas de objetos y de las acciones socioambientales en el espacio-tiempo.

Palabra-llave: geografía, social arqueología, fase aruanã, etnogeografía karajá, historia ambiental, complejidad

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
EPÍGRAFE.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
RESUMEM.....	viii
SUMÁRIO.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 INVISIBILIDADE SOCIOCULTURAL NO DISCURSO MODERNO E OS OUTROS.....	20
1.1 O PENSAMENTO MODERNO NA (RE)OCUPAÇÃO DA <i>AMÉRICA</i>	21
1.1.1 FRONTEIRA ENTRE CIVILIZAÇÕES, UMA <i>FRONTEIRA DE FRONTEIRAS</i>	23
1.2 <i>CONFRONTO</i> DE CULTURAS NO CONTINENTE AMERICANO.....	26
1.2.1 FRENTES DE EXPANSÃO E O PENSAMENTO ILUSTRADO NO BRASIL CENTRAL.....	29
1.2.2 SAGA DA RESISTÊNCIA INY.....	36
1.2.3 DA FRONTEIRA CULTURAL À DEMONIZAÇÃO DO AMBIENTE.....	38
1.3 RE-CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DOS <i>OUTROS</i>	42
1.3.1 ÍNDIOS OU POVOS TRADICIONAIS?.....	44
1.3.2 REPRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE SOCIOCULTURAL NO DISCURSO ACADÊMICO.....	46
1.3.3 <i>ESQUECIMENTO</i> DA DIVERSIDADE HISTÓRICO-CULTURAL NA GEOGRAFIA.....	53
1.3.4 DO MITO À <i>DÁDIVA</i> DO ARAGUAIA: SOCIEDADE INY, OU KARAJÁ	58
CAPÍTULO 2 DA INVISIBILIDADE SOCIOCULTURAL MODERNA À VISÃO COMPLEXA.....	71
2.1 ENTRE A PERCEPÇÃO SIMPLIFICADORA E A REALIDADE COMPLEXA.....	72
2.2 EM BUSCA DE UMA GEOGRAFIA PARA LIDAR COM O PASSADO DISTANTE.....	73
2.2.1 ETNOGEOGRAFIA A SERVIÇO DA INVESTIGAÇÃO DO PASSADO.....	75
2.2.2 HISTÓRIA AMBIENTAL E A GEOGRAFIA NA ABORDAGEM DO PASSADO.....	76
2.2.3 COMPATIBILIDADES ENTRE DISCURSOS ARQUEOLÓGICOS E GEOGRÁFICOS.....	77
2.2.3.1 ARQUEOLOGIA SOCIAL NA INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA E GEOGRÁFICA.....	80
2.2.3.2 ESPECIFICIDADES DAS FONTES HISTÓRICAS ANTERIORES AO SÉCULO XVI.....	81
2.3 EM BUSCA DE UM MÉTODO COMPLEXO NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PASSADO	83
2.3.1 NOÇÃO DE ESCALA NA ABORDAGEM COMPLEXA.....	84

2.3.2 TRILOGIA E SIGNIFICADOS DA PAISAGEM.....	86
2.3.3 ESPAÇO NO TEMPO: MARCAS NA PAISAGEM COMO MEMÓRIA ESPACIAL.....	87
2.3.3.1 ANÁLISE ESPACIAL E OS FATORES BIOGEOGRÁFICOS.....	88
2.3.4 TEMPO NO ESPAÇO: MULTIPLICIDADE, NÃO- LINEARIDADE E ANACRONIA.....	90
2.3.4.1 TEMPOS E MARCADORES DE TEMPO.....	93
CAPÍTULO 3 DA OCUPAÇÃO CONTINENTAL À (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ALTO ARAGUAIA	103
3.1 OSCILAÇÕES PALEOCLIMÁTICAS NO PLEISTOCENO E A GÊNESE DE OUTRAS HISTÓRIAS....	104
3.1.1 ANDARILHOS DA CLARIDADE NO PASSADO DO CONTINENTE AMERICANO.....	111
3.2 ANDARILHOS DA CLARIDADE NA <i>TERRA BRASILIS</i>	125
3.2.1 AMBIENTE AMAZÔNICO NO HOLOCENO.....	133
3.2.2 MANEJO AMBIENTAL, AGRICULTURA E EXPANSÃO AO CENTRO DA <i>TERRA BRASILIS</i> ..	135
3.3 OS ANDES, O CENTRO DO CONTINENTE E A <i>TERRA BRASILIS</i> NOS SÉCULOS XV E XVI.....	133
3.4 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR AGRICULTORES NO CENTRO DA <i>TERRA BRASILIS</i>	152
3.4.1 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO INY E SEUS ANTEPASSADOS NO ALTO CURSO DO ARAGUAIA	156
3.4.2 MARCADORES E MARCAS ESPAÇO-TEMPORAIS DA TRAJETÓRIA.....	160
3.4.3 AMBIENTE, PAISAGEM E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO INY.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS	173
TESES E DISSERTAÇÕES.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Aldeamentos na Capitania e Província de Goiás, séculos XVIII e XIX.....	29
Quadro 2 População autóctone no Brasil, por Regiões.....	47
Quadro 3 Distribuição populacional autóctone em Goiás, por município.....	50
Quadro 4 Municípios com maior concentração populacional autóctone em Goiás.....	51
Quadro 5 População da sociedade Karajá.....	65
Quadro 6 Famílias e habitantes da Aldeia Karajá Buridina Mahãdu, Cidade de Aruanã.....	66
Quadro 7 Situação jurídica das terras Karajá.....	66
Quadro 8 Estágios glaciais do Quaternário e a tectônica, clima, processos e feições geomorfológicas correspondentes.....	102
Quadro 9 Períodos, fases arqueológicas e etnias correlatas em Goiás. A população Karajá é composta por três etnias: Karajá, Javaé e Xambioá.....	149
Quadro 10 Ciclo anual de abastecimento dos Karajá da Aldeia Buridina Mahãdu, em 1975.....	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Aldeia Karajá Buridina, cidade de Aruanã, Goiás.....	16
Figura 2: Aldeamentos oficiais na Capitania de Goiás, séculos XVIII e XIX.....	30
Figura 3: Etnias presentes na terra brasilis e vizinhança no início do século XVI.....	32
Figura 4: População autóctone no Brasil, por Regiões.....	47
Figura 5: Distribuição populacional autóctone no Brasil, por município.....	49
Figura 6: Distribuição populacional autóctone no Estado de Goiás.....	50
Figura 7: Distribuição populacional autóctone em Goiás, por município.....	52
Figura 8: Sociedade Karajá: 1-Hetohoky, 2- assistindo ritual, 3-puxada de mastro, 4- festa do Aruanã na Ilha do Bananal e 5-Atividades cotidianas na Aldeia Buridina, Aruanã.....	60
Figura 9: Famílias lingüísticas do tronco Macro-Jê.....	61
Figura 10: Famílias lingüísticas do tronco Tupi.....	62
Figura 11: Outras Famílias e Troncos lingüísticos, exceto Macro-Jê e Tupi.....	63
Figura 12: Mapa de terras das sociedades autóctones e Unidades de Conservação da Bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, 2006.....	64
Figura 13: Mostras da cerâmica Karajá. Foto 1- Pote de água de cerâmica, foto 2- Bonecas de cerâmica Karajá, foto 3- Utensílios de cerâmica e foto 4- Confecção de bonecas de cerâmica.....	70
Figura 14: Proposta de abordagem geográfica do passado distante.....	74
Figura 15: Pluridimensionalidade do tempo.....	98
Figura 16: Temperaturas globais e nível de CO ₂ na atmosfera referentes aos últimos 425.000 anos....	106
Figura 17: Oscilações da temperatura no Pleistoceno e implicações no nível do mar, ou eustatismo....	107
Figura 18: Esquema das correntes marinhas, deslocamento de massas de ar, células de baixa e alta pressão e climas predominantes nas terras baixas da América do Sul atuais e no último glacial	109

(Würm), no Pleistoceno Superior.....	
Figura 19: Domínios naturais no período de 18.000 a 13.000 anos A.P. proposto por Aziz Ab' Saber (1977). Predomínio de vegetação adaptada à aridez e semi-aridez.....	110
Figura 20: Espécie e gênero da “família humana”.....	112
Figura 21: Fotos de pinturas rupestres, com representação animal e possivelmente humana, sítio da Toca do Boqueirão da Pedra furada.....	114
Figura 22: Foto de ponta de lanças líticas Clovis.....	116
Figura 23: Passagem pelo Estreito de Bering que teria se formado acerca de 15000 anos entre Ásia e América do Norte, durante a última glaciação.....	117
Figura 24: Predominância de sítios mais antigos ao sul do continente americano.....	118
Figura 25: Esquerda: Cronologias dos mais antigos esqueletos humanos nas Américas. Direita: Rota aproximada da dupla migração sugerida por Neves e Hubbe, iniciada há 15.000 anos.....	120
Figura 26: Reconstituição sugerida pelo antropólogo Walter Neves no crânio fóssil mais antigo das Américas, datado de 11.500 AP.....	120
Figura 27: Migração única, com diferenciação genética na Beringia, iniciada há 18.000 anos, a partir dos estudos paleogenéticos da ancestralidade paterna (DNA Y) de Fabrício R. Santos (2006).....	121
Figura 28: Possíveis rotas litorâneas para a costa do Pacífico das Américas.....	122
Figura 29: Rota sugerida pela arqueóloga Betty Meggers para explicar a existência de cerâmica Valdivia no Equador há três mil anos por difusão.....	123
Figura 30: Mapa da localização dos sítios arqueológicos já pesquisados no Brasil.....	127
Figura 31: Sítios e horizontes culturais sul-americanos entre oito e dez mil anos AP.....	129
Figura 32: Temperatura global nos últimos 150 mil anos, com indicativo do último inter-glacial e o <i>ótimo climático</i> , entre seis e quatro mil anos atrás.....	135
Figura 33: Culturas e respectivos territórios no continente americano antes do século XVI.....	141
Figura 34: Culturas andinas e da costa do pacífico sul do continente americano.....	142
Figura 35: Culturas mesoamericanas antes do século XV.....	143
Figura 36: Imagem com delimitação da rede de vilas e aldeias, estradas, caminhos e fossos defensivos, área total de 400 km ² , localizado no Alto Xingu, Amazônia.....	147
Figura 37: Tradições ceramistas da Amazônia: Marajoara, Santarém, Policrômica e Tapajônica no Brasil.....	148
Figura 38: A direita vaso cerâmico Marajoara e a esquerda estatueta de pedra do Tapajós.....	148
Figura 39: Mapa de distribuição espacial das línguas faladas por etnias da <i>terra brasilis</i> , agrupadas por troncos lingüísticos.....	151
Figura 40: Principais ocorrências de sítios da tradição Uru e Aratu no Centro Oeste	153
Figura 41: Localização dos sítios arqueológicos da Fase Aruanã na Bacia do Rio Vermelho.....	159
Figura 42: Áreas ocupadas pela sociedade Ynã no século XVI: ao norte Xambioá, no centro Javaé e ao sul Karajá.....	162

INTRODUÇÃO

Um leitor atento observará que muitos livros de geografia, e a mídia em geral, referem-se à Região Centro Oeste e Norte como se os sistemas de engenharia agro-mercantis *modernos* estivessem sendo implantados em terras vazias ou paisagens virgens: “espaços vazios do centro e do norte”. Contraditoriamente, é grande o número de conflitos territoriais veiculados pela mesma mídia, nas fronteiras de expansão desses sistemas técnicos, demonstrando que esses espaços não são *vazios*.

Entre os envolvidos nesses conflitos figuram as sociedades autóctones. Mas, o que representam essas sociedades?

Se hoje há uma problemática fundiária no campo e nela uma abordagem diluída em torno da territorialidade dessas sociedades milenares, o mesmo ocorre com sua minimização histórica, conferindo-lhes certa *invisibilidade*. A fim de reduzir o *manto da invisibilidade* e compreender as disputas territoriais, é necessário ampliar o conhecimento de como e onde viviam os ancestrais desses povos, que hoje são assombrados pela incompreensão e intolerância.

As inquietações sobre o passado das sociedades autóctones se avolumaram à medida que as pesquisas arqueológicas sugerem a existência de mais de mil sociedades antes do século XVI, com cerca de cinco milhões de habitantes, centenas de línguas e com estilos de vida próprio, em toda extensão da *terra brasilis*¹. No Centro Oeste são igualmente expressivos os vestígios da ocupação humana encontrados pela arqueologia, datados desde 11.000 anos AP².

Grande parte das sociedades que existiam na região do atual Brasil antes de 1500 possuía desenvolvimento equivalente às da Europa, da Austrália e do Peru nesse período (GUIDON, 2005). O fato de não construírem palácios e pirâmides levou ao erro de considerá-los “bichos”. Tinham uma formação sócio-espacial *igualitária*, sem *castas* hierarquizadas entre grupos das sociedades, sem reis ou escravos trabalhando para construírem templos e palácios. No entanto, muitas eram bastante estruturadas do ponto de vista da organização social, do conhecimento ambiental e das técnicas.

¹ *Terra brasilis*: derivado do mito europeu do Paraíso Terrestre associado a tradições celtas acerca das ilhas Brasil, próximas ao Açores, no Oceano Atlântico, cujo nome se transformou várias vezes: Brasill, Brazil, Bracil, Braxil etc, registrados nas cartas de navegação de Pizigano desde 1367 (SOUZA, 1999). *Terra brasilis* é utilizado aqui para momentos anteriores ao século XVI.

² AP: Antes do Presente. O presente considerado é o ano de 1950.

Organizados em sociedades igualitárias se diferenciaram da previsto da teoria clássica, mantendo uma estrutura sociopolítica e econômica perceptível ainda hoje nas etnias existentes. Sua civilização foi, e é, caracterizada por domínio territorial e laços de poder horizontalizados tanto na gestão, organização quanto na defesa; divisão social do trabalho, modo de produzir e viver voltados a auto-suficiência, de base agrária, associados a valores culturais de não- acumulação; pouca concentração de poder e hierarquia; flexibilidade e laços socioculturais no plano interno e externo com grupos de diferentes etnias, línguas e bases econômicas.³

Essas sociedades chegaram a atingir elevada complexidade social e “uma competência artística que os atuais brasileiros não imaginam” (PROUS, 1992, p. 1). Prous alerta que é tarefa do pesquisador levar esse conhecimento à sociedade, pois a organização social em pequenos grupos é digna de estudos tanto quanto a sociedade urbana, uma escolha entre tantas possíveis do gênero humano.

As informações arqueológicas, a existência atual de centenas de etnias e os anseios desses povos remetem à questão que permeia os estudos do passado distante: o que havia antes de 1500 na *terra brasilis*?

Diante dessas constatações objetivou-se saber a *dinâmica espacial da cultura*⁴ dos antepassados dos Karajá, da fase arqueológica Aruanã, da tradição Uru, ocorrida entre os séculos XII e XIII na bacia do Rio Vermelho, afluente da margem direita do rio Araguaia. O foco da investigação recaiu sobre três aspectos: as técnicas usadas para interagir com o Cerrado, a interação mantida com a paisagem e a estruturação do espaço de vivência.⁵

Os sítios da fase arqueológica Aruanã se localizam entre 51° 10' - 51° 15' O e entre 15° - 15° 18' S, todos no município de Britânia. Os sítios dessa fase encontrados até o presente têm datação de 760 anos A.P. e 690 A.P. (SCHMITZ *et al*, 1982). São eles: GO-JU-17; GO-JU-18; GO-JU-19; GO-JU-20; GO-JU-21; GO-JU-22; GOJU-23 e GO-JU-24.

Assim como na maioria dos sítios arqueológicos a céu aberto em todo Brasil, os sítios da fase Aruanã estão em precário estado de conservação, o que tem limitado as pesquisas arqueológicas (PROUS, 1992). Para Prous, duas características contribuem para a má conservação da cultura material produzida pelos ancestrais das sociedades autóctones: a predominância de materiais perecíveis entre seus artefatos e a localização sob a zona tropical

³ Ver Prous (2006) e Guidon (2003; 2005).

⁴ Entendida como manifestação da cultura no espaço de vivência, ou território usado, sob a perspectiva da cultura material e dos vestígios encontrados na paisagem pela arqueologia.

⁵ Tradição arqueológica se refere ao conjunto de artefatos ou técnicas que conservam a homogeneidade de técnica e forma e que têm permanência temporal do uso (BARBOSA, 2002; PROUS, 1992).

úmida. Essas culturas utilizavam materiais na construção de ferramentas, aldeias e seus cultivos, que ofereciam pouca resistência às intempéries, como madeira, ossos, palhas, tubérculos, raízes etc.

O clima úmido e a acidez dos solos tropicais degradam esses materiais em poucas décadas ou séculos, fazendo desaparecer ossos, madeiras e fósseis nas terras vermelhas dos climas úmidos. Em decorrência, lembra Prous (1992), são mais numerosos os vestígios achados onde predominou o ambiente alcalino, sobretudo nos relevos em estruturas calcárias do nordeste e do sul, que favorecem sua conservação. Tal fato induziu leituras enganosas sobre a provável ocupação pouco densa no Brasil central, o que vem sendo desmistificado pela arqueologia.

Ciente das limitações oferecidas pelo estado de conservação dos artefatos às análises arqueológicas, a pesquisa pautou-se em quatro pressupostos. O primeiro entende que as marcas na paisagem deixadas por processos socioculturais pretéritos são memória espacial da cultura (BERQUE, 1999, 1984; CLAVAL, 1997). O segundo considera que a produção do espaço de vivência vem ocorrendo acerca de 10.000 anos nos Cerrados (LOIOLA, 2004; BARBOSA, 1990, 2002). Em terceiro pauta-se na antropologia da territorialidade, cuja noção de etnia refere-se necessariamente a um *lugar*, ou espaço de referência (LITTLE, 2002; RATTS, 2003).

Por fim, utilizou-se a correlação etnológica realizada por Wüst (1975) entre os Karajá e a fase arqueológica Aruanã. Neste caso, dada a dificuldade em afirmar que os artefatos são correlatos a uma só etnia ou à mesma etnia dos atuais Karajá, a sociedade correspondente à fase Aruanã foi denominada pela própria Wüst de proto-Karajá. Importa saber que muito provavelmente foram ancestrais diretos dos Karajá.

No estudo etnológico, Wüst verificou extensa coleção cerâmica de vários grupos Karajá e os comparou com os artefatos cerâmicos encontrados nos sítios arqueológicos da fase Aruanã, por meio do método de seriação, apontando similaridade na produção de cerâmicas, sobretudo a partir da utilização de anti-plásticos e análise da forma.

Wüst considerou ainda a construção de tapera, aspectos dos assentamentos, relatos etnográficos em documentos históricos, a memória espacial extraída de relatos orais dos Karajá, que citam suas origens junto ao Rio Araguaia, e o fato de o território usado pelos Karajá de Aruanã, Aldeia *Buridina Mahãdu*⁶, até o início do século XX ser próximo à Bacia

⁶ Buridina Mahãdu é autodenominação dos Karajá para a aldeia da cidade de Aruanã, antiga cidade de Santa Leopoldina e significa “povo ou turma de Buridina” (LIMA FILHO, 2006).

do rio Vermelho, onde foram localizados os oito sítios arqueológicos da fase Aruanã (FIGURA 1).⁷

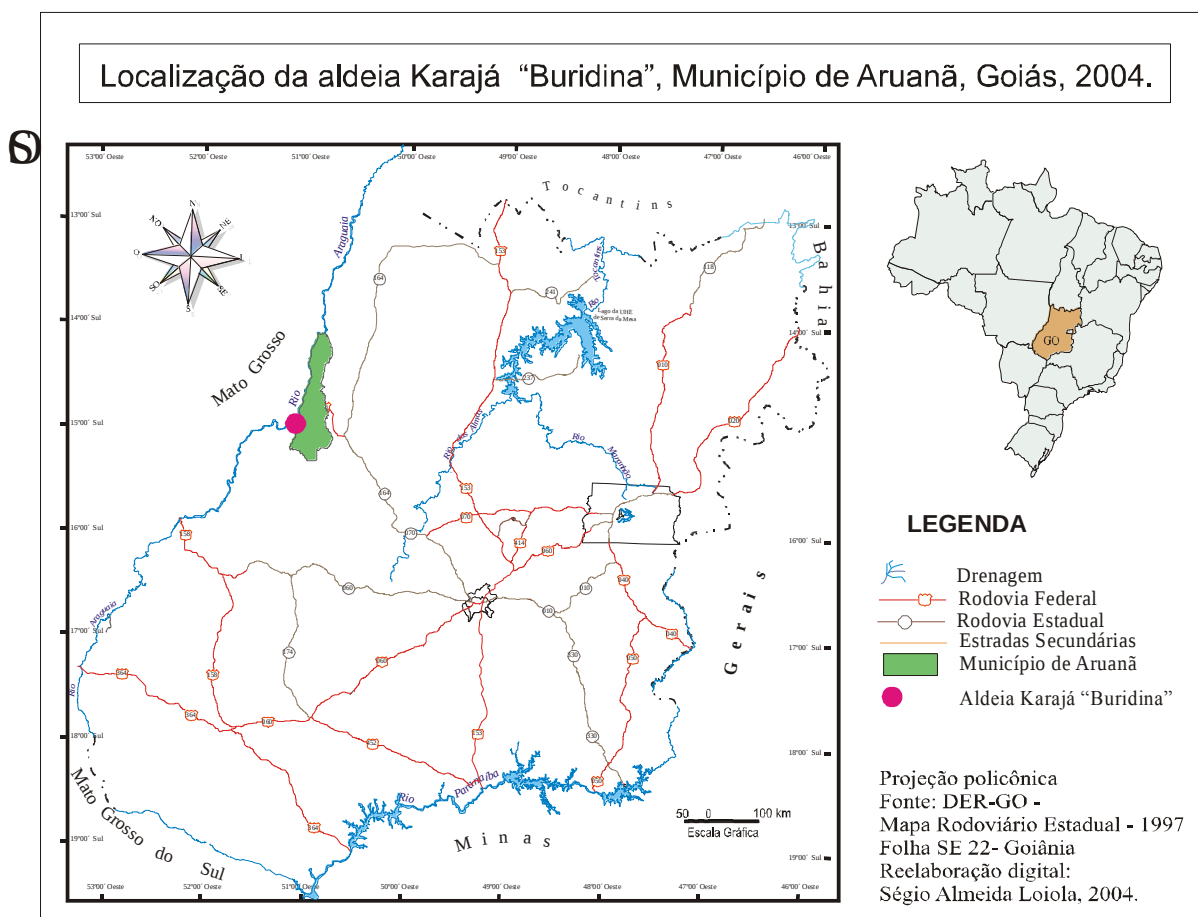


Figura 1: Localização da Aldeia Karajá Buridina, cidade de Aruanã, Goiás.

Da tarefa de *desvendar* o passado de sociedades que não se utilizavam da escrita tem se ocupado a Arqueologia. Ciência que possui um conjunto de técnicas e métodos diversos para lidar com os vestígios materiais deixados na paisagem (PROUS, 2006)⁸. No entanto, dada a complexidade da tarefa, conforme Prous (2006), a arqueologia necessita do auxílio de outras ciências: da vida, da terra, exatas e humanas.

A geografia pode contribuir em diversos temas, entre eles o estudo da estratigrafia, do paleoambiente, do clima, do relevo, da estrutura social, dos recursos, da hidrografia e dos

⁷ Sítio arqueológico é um conjunto de vestígios arqueológicos encontrados num mesmo lugar na paisagem, podendo ser correlativos a uma ou várias ocupações humanas. O sítio é a unidade básica do estudo arqueológico. A relação entre vestígios de uma mesma época compõe as estruturas arqueológicas (PROUS, 2006, 1992).

⁸ Vestígio para a arqueologia são todos os indícios da presença ou atividade humana em determinado local. Pode ser direto, indireto, cultural e natural (PROUS, 1992, 2006).

solos. Entretanto, apesar da geografia possuir meios para abordar a diversidade sociocultural atual e pretérita, no Brasil os geógrafos relutam em realizar estudos sobre a estrutura sociopolítica, a organização sócio-espacial, as técnicas, a cultura e o ambiente no período anterior ao século XVI. Por quê?

Verifica-se que há na contemporaneidade uma ideologia da modernidade e uma “falsa religião do progresso” que associam o tradicional ao atraso (LORENZ, 1986). Essas ideologias consideram a modernização, geração e acumulação de riqueza como sinônimos de desenvolvimento, desqualificam a cultura das sociedades tradicionais e desestimulam estudos a elas relacionados.

Em resposta, esta pesquisa adquiriu múltiplos sentidos. Além de trazer argumentos aos objetivos, elaborar novos problemas e levantar hipóteses acerca de como viviam os ancestrais dos Karajá, e nossos; a um só tempo, visou iniciar a construção de uma *abordagem geográfica* do passado anterior ao século XVI, denominada aqui de *geografia do passado distante*.

Essa abordagem representa um esforço inicial de aproximar arqueologia e geografia e, simultaneamente, evidenciar e desconstruir as limitações do discurso moderno a esses temas. Dado ao caráter pioneiro, a necessidade do conhecimento em diversas áreas e o tempo reduzido, a pesquisa teve cunho exploratório, sem a pretensão de se esgotar neste trabalho.

Houve preocupação em estabelecer um enfoque que permitisse o diálogo entre vários ramos da ciência e a análise do mesmo fenômeno em diferentes níveis espaciais e temporais. Para tanto, pautou-se em referenciais de complexidade, propostos por Edgard Morin⁹.

Tal aproximação exigiu a compatibilização de informações e conceitos entre escolas arqueológicas e uma abordagem geográfica adequada. Desta forma, sua estrutura foi embasada nos princípios da Arqueologia Pós-processual, por meio da Arqueologia Social; na abordagem da geografia cultural, especificamente a perspectiva etnogeográfica de Augustin Berquer (1999, 1984) e Paul Claval (1997), na análise espacial de Irmild Wüst (1983) e nos princípios da História Ambiental.

A História Ambiental tem como objeto a dinâmica da natureza e as ações sobre ela. Compreende que tanto a cultura é influenciada pelo ambiente, quanto a manifestação da cultura no espaço de vivência produz marcas na paisagem (FREITAS, 2003)¹⁰. Essas marcas,

⁹ Proposta para um Paradigma da Complexidade de Edgard Morin.

¹⁰ Adota-se a noção de espaço social de Santos (1997), entendido como dinâmica permanente do sistema de objetos da paisagem e sistema de ações sociais.

por serem carregadas de simbolismos, orientam relações sociais, tornando-se matrizes, ou memórias culturais (BERQUER, 1999).

Na análise espacial dessas marcas, a metodologia de Wüst (1983) recomenda considerar a implantação dos sítios no relevo, a exploração do território, proximidade entre aldeias, uso do solo, arquitetura, tamanho e forma das aldeias, sistema de abastecimento, permanência, relações extra-grupo e técnicas, entre outras marcas deixadas na paisagem por qualquer comportamento específico.

Para a aproximação entre geografia e arqueologia houve a necessidade de um método estruturado e uma noção de escala que desse suporte ao enfoque geográfico complexo pretendido. Assim, o método da Totalidade de Santos (1985) demonstrou ser útil à visão complexa da realidade. Forma, função, estrutura e processo, respectivamente, foram sistematizados tendo em vista uma síntese que evidenciasse a ação da técnica na estruturação da paisagem.

Conforme Castro (1995), é necessário ter essa visão conjuntiva da realidade, pois processos e fenômenos ocorrem integrados no tempo e no espaço, indissociáveis. Deve-se procurar representar, diferenciar e reunir o objeto na dinâmica do tempo, percebendo permanências e rupturas, sobretudo, numa temporalidade histórica não linear. A noção de escala como *operador de complexidade* permite compreender interação espacial e temporal entre fenômenos de naturezas distintas (CASTRO, 1995).

Vista como operador de complexidade, a noção de escala abrange não só o recorte temporal e espacial, mas também as múltiplas relações no tempo e variadas dimensões espaciais do mesmo fenômeno, vez que os fenômenos estudados extrapolam os limites dos espaços de referência escolhidos.

Orientado por essa proposta, a estrutura do trabalho foi sistematizada perpassando: 1 - a desconstrução da visão moderna acerca das sociedades autóctones do continente americano, 2 - a aproximação entre geografia e arqueologia sob um olhar *complexo*, 3 - o uso da técnica e suas marcas na paisagem, e a paisagem como síntese de processos pretéritos e memória espacial na (re)produção da cultura.

No capítulo primeiro foram re-visitamos os significados da dominação das sociedades autóctones sob os signos da modernidade e da *resistência* dessas sociedades frente à usurpação do seu território; a reprodução da *invisibilidade* histórico-cultural gerada pela modernidade nos discursos acadêmicos e o *esquecimento* dessas sociedades no campo da geografia.

No capítulo segundo, realizamos um esforço de aproximação entre geografia e arqueologia. É apresentada a arqueologia como fonte de pesquisa da geografia sob uma proposta de abordagem que considera a teia de relações física, biológica e sociocultural que compõe a dinâmica espacial da cultura dos antepassados dos Karajá. Tal abordagem pauta-se em orientações e conceitos da arqueologia social, história ambiental, etnogeografia, na análise espacial de Wüst (1983), bem como nos princípios para um paradigma da complexidade de Edgard Morin.

No terceiro capítulo, a partir da proposta de abordagem para uma *geografia do passado distante*, encontram-se dialogadas com as teorias em evidência, as prováveis origens do gênero *homo*, histórias de ocupação, ou *descobrimentos*, no continente americano, sua chegada ao centro da *terra brasilis*, até a consolidação dos antepassados dos Karajá no alto Araguaia e bacia do rio Vermelho.

De certo modo, foi dada continuidade à investigação iniciada na monografia de graduação (LOIOLA, 2003), que tratou de entender a ocupação do Cerrado há mais de dez mil anos, por meio de teorias biogeográficas.¹¹ Desde então busca-se respostas às inquietações envolvendo o passado das sociedades autóctones, surgidas durante o estudo dos sujeitos das fronteiras agrícolas na Iniciação Científica (PIBIC).¹²

Ressalta-se que a proposta partiu da demanda do presente, como recomendam Santos (1997), Maia (2005)¹³ e Ferro (1979) aos trabalhos com perspectiva histórica em geografia. Com essa visão, investigar o passado dos ancestrais dos Karajá contribui para melhor compreender sua cultura, suas reivindicações, a formação da nossa sociedade e do ambiente.

¹¹ Sob orientação da Dr.^a Maria Nazaré Stevaux e Dr. Eguimar Felício Chaveiro

¹² PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. Sob a orientação do Dr. Manoel Calaça.

¹³ Prof. Dr. Carlos Maia, em aula ministrada ao mestrado em geografia, IESA, UFG, primeiro semestre de 2005.

CAPÍTULO 1 INVISIBILIDADE SOCIOCULTURAL NO DISCURSO MODERNO E OS OUTROS

“Os outros somos nós mesmos.”

AUTOR DESCONHECIDO

Neste capítulo expomos a ação de *ideários modernos* no subjugo das sociedades autóctones e de seu ambiente, onde ocorreu uma *fronteira entre civilizações*, ainda não dissipada, bem como a influência desses ideários sobre o plano acadêmico. Neste plano tais ideários impõem três limitações relevantes: invisibilidade no discurso, determinismo histórico evolutivo e o *esquecimento* das sociedades milenares locais, sobretudo na geografia.

Procura-se evidenciar que a produção do espaço de vivência é milenar na *terra brasilis*, apesar do esquecimento na geografia. Tanto o litoral quanto o interior no século XVI eram amplamente povoados em toda extensão por numerosas sociedades, as quais ofereceram forte *resistência à invasão européia*.¹⁴

No longo tempo, os aspectos históricos e a cultura material produzidas por essas sociedades se tornaram parte da *memória espacial* de culturas vivas. Através de estudos dessa cultura material é possível saber um pouco mais sobre o passado dos povos autóctones, suas *histórias* e dinâmicas *territoriais*, o ambiente, assim como as origens do povo brasileiro.

A partir desses referenciais fundamenta-se a necessidade de construir abordagens do passado distante que transcendam à visão hegemônica na geografia e, simultaneamente, amplie os significados da cultura material e a existência atual de sociedades autóctones no Brasil.

Assim, mais que apresentar objetos arqueológicos sob o ponto de vista das técnicas e da estruturação do espaço na paisagem, reafirma-se que este trabalho visa modificar e ampliar a noção que se tem das sociedades milenares na geografia brasileira, oferecendo tanto marcos históricos quanto teóricos para aprofundamentos posteriores.

¹⁴ Conforme sugere Apolinário (2006) o termo resistência é usado para evitar anulação do “outro” e valorizar a sua luta política frente a usurpação de seus territórios. As sociedades que resistiram não eram apenas corpos se opondo ao uso compulsório da força de trabalho, mas seres humanos dotados de crenças, valores, organização social e econômica como as demais civilizações.

1.1 O PENSAMENTO MODERNO NA (RE)OCUPAÇÃO DA AMÉRICA

Uma das características ideológicas da modernidade tem sido a de desqualificar e, de forma paradoxal, tornar *invisível* a diversidade sociocultural em seu discurso, sobretudo quando se trata das sociedades milenares do continente americano.

A *invisibilização* dessas culturas tradicionais pelo discurso ocorreu de maneira análoga ao que Said (1990) denominou de *orientalismo*, tido como um conjunto de idéias construídas por europeus, ora coagindo, ora limitando o pensamento em torno de *outros* povos, a fim de dominá-los.¹⁵ Esses ideários operam em três planos perceptíveis: o literário, o do conhecimento e o político; perseguindo esses *outros* e as manifestações solidárias a ele.

Num retrospecto, constata-se que a *subestimação* das sociedades existentes fora do continente europeu remonta às origens da ciência moderna ocidental. Tal subestimação adquiriu força no período das navegações ultramarinas *européias* nos séculos XV e XVI, quando, antes da consolidação do capitalismo, os ideários da modernidade e seu conjunto de valores já se encontravam instalados na Europa (HISSA, 2002).

Com a expansão do capitalismo mercantil europeu no século XV, houve forte interesse na busca de novas rotas e terras para ampliar os domínios de além mar das cortes reais. Nesse período, sob premissas ideológicas, os europeus não concebiam cultura e civilização fora da “herança” greco-latina da Antiguidade resgatada na Renascença (LAMBERT, 2001, p.164). Juntamente com a pretensão econômica, política e religiosa de dominação desqualificaram as sociedades encontradas fora do seu contexto. Por vezes, desconsideraram como derivações do gênero humano.

Denominaram as populações encontradas por adjetivos pejorativos, como “indígenas” ou selvagens, na intenção de associá-las a bichos irracionais (GUIDON, 2005; APOLINÁRIO, 2006; WÜST, 1999), legitimando a exploração das sociedades encontradas sem ferir a ética cristã (LAMBERT, 2001, p.164-165).

Para evitar a condenação moral das atrocidades nas colônias, cuidaram de utilizar linguagens brandas a fim de ocultar a realidade: *Descobrimento, conquista, achamento, encontro de culturas* (BOSI, 2002). Termos cujo uso atual continua a encobrir o que ocorreu após a chegada dos europeus num mundo então “desconhecido” por eles: a invasão de um

¹⁵ Essa noção de cultura refere-se a um conjunto de saberes, memórias materiais e imateriais, expressões simbólicas, bem como formas de elaborar, organizar, representar, interagir e transmitir esses conhecimentos num grupo social. (CLAVAL, 1997; GOMES, 1998; MORIN, 1991).

continente amplamente povoado que, sem saberem se já possuía designações, denominaram de *América*.¹⁶

Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyenda negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquistas* e *conquistadores*, que são substituídas por *descobrimientos* e *pobladores*, isto é, colonos. (BOSI, 2002, p.12)

Essa visão esteve a serviço do subjugo de diferentes civilizações nos continentes americanos, africano, asiático, Oceania e na própria Europa (LAMBERT, 2001, p.164). Várias estratégias de dominação provocariam, direta ou indiretamente, o genocídio das sociedades milenarmente pré-estabelecidas nesse continente, cujo “esquecimento” reflete a tentativa de apagar a culpa dos colonizadores (GUIDON, 2005). Em meados do Século XIX, ao escrever *O Capital*, Karl Marx tentou desvendar o processo por trás desses fatos:

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravidão e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação originária. Atrás deles, pisando em suas pegadas, vem a guerra comercial das nações européias, cujo cenário foi o planeta inteiro. (MARX, 1979, p. 638)

No processo de *colonização*, o “Novo Mundo”, que de novo pouco havia, foi inserido no circuito de acumulação capitalista, fornecendo não só matérias primas e ampliação de mercados, mas principalmente a mão-de-obra por meio da reinvenção de formas de trabalho compulsórias e violentas, sem precedentes. Sobre esses primórdios do capitalismo comercial, no século XIX escreveu Marx:

Onde predomina o capital comercial, implanta por toda parte um sistema de saque, e seu desenvolvimento, que é o mesmo nos povos comerciais da antiguidade e nos tempo modernos, se acha diretamente relacionado com os despojos pela violência, com a pirataria marítima, o roubo dos escravos e a submissão; assim sucedeu em Cartago e em Roma, e mais tarde entre os venezianos, os portugueses, os holandeses etc. (Marx *apud* Bosi, 2002)

Supondo ter ocorrido de início um *encontro* de culturas, como na visão do paraíso da carta de Caminha¹⁷, esse encontro logo passaria ao confronto entre civilizações. No plano

¹⁶ Denominação dado a este continente em homenagem ao navegador italiano Américo Vespúcio.

ideológico, a subjugação das *sociedades autóctones* reduziria a *representação* da cultura desses povos a selvagem, atrasada, pobre, inferior, primitiva, rude, bárbara e preguiçosa (RATTS, 2003; BENAVIDES, 2001; MORAES, 2000; RIBEIRO, 1995).

As cenas descritas por Pero Vaz Caminha em sua Carta ao Rei de Portugal é repleta de elogios às primeiras sociedades autóctones encontradas na denominada Ilha de Santa Cruz, todavia, não escondia a aproximação utilitarista para apropriação das riquezas e o desejo de dominação, quer seja pela fé, quer seja a força. *Arauto de el Rei* Caminha expôs os prenúncios do que viria:

Eles porem andam muito bem curados e muito limpos e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou animais monteses que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que as mansas, porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não poderia ser melhor [...] Nela [na terra] até agora não podemos saber se existe ouro nem prata nem nenhuma coisa de metal e ferro, nem os vimos, mas a terra em si é de muito bons ares assim frios [...] mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que é salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.¹⁸

As formações socioculturais e econômicas pré-existentes seriam rapidamente desestruturadas. Suas evidências encontram-se *registrados na paisagem*, nos vestígios da cultura material, relatados em documentos históricos e na memória dos seus descendentes. Testemunhos da *pujança* social pretérita, portanto, *memórias espaciais das culturas*.¹⁹

1.1.1 FRONTEIRA ENTRE CIVILIZAÇÕES, UMA FRONTEIRA DE FRONTEIRAS

Se a fronteira designa um ambiente de intensa atividade nos quais diversos sujeitos, ideários, formas de apropriação, técnicas, culturas, imagens de síntese e interesses se digladiam por territorialidade num espaço de referência (MARTINS, 1997), o processo de colonização foi antes uma invasão seguida do confronto de civilizações, gerando uma *fronteira entre civilizações*.

¹⁷ Carta datada de 1500 enviada por Pero Vaz Caminha ao Rei português, comparando a “Ilha de Vera cruz” ao *paraíso bíblico*.

¹⁸ Trechos da carta de Pero Vaz Caminha escrita em Porto Seguro, maio de 1500, enviada ao Rei português. Documento traduzido para o português corrente pelo autor desta dissertação. In: PAPAVERO, 2002, p.73, p.79)

¹⁹ Entende-se por formação sociocultural uma área que predomina um conjunto de culturas com relativa permanência no tempo. (RIBEIRO, 1996).

Ainda não estancada, essa fronteira entre civilizações foi composta inicialmente pelas civilizações: ocidental, autóctone e posteriormente a africana (LOIOLA e RATTTS, 2006). Seu desdobramento gerou as fronteiras da mineração, agro-pastorial, industrial, demográfica, entre outras.

De acordo com Luiz Sérgio Duarte da Silva, essa multiplicação de fronteiras assumiu a configuração de *fronteira de fronteiras*.²⁰ Assim, a noção de fronteira é fundamental para compreender as dinâmicas territoriais, sobretudo relacionadas a usurpação dos territórios das sociedades autóctones e suas formas de resistência.

A deflagração da fronteira entre civilizações no continente americano no período colonial se evidenciou nas guerras, escravidão, aldeamentos, mobilização das etnias, reduções, usurpações territoriais, catequeses, processo “civilizatório”, expansão demográfica luso-brasileira, construção de vilas, arraiais, presídios etc. No entanto, alguns de seus elementos estão além do visível e a antecedem.

As fronteiras se materializam em algum lugar, porém são guiadas por sistemas de idéias, interesses políticos, sociais e culturais, de modo que não só têm uma *forma* sócioespacial visível, como são tributárias de intencionalidades e representações, tanto dos seus atores quanto daqueles que a investigam (LOIOLA e RATTTS, 2006).

Um dos exemplos desse processo de intencionalidades precedentes foi a negação do acesso ao território pela lei de Terras de 1850, cuja gestação perdurou três décadas (SILVA, 1996). Ratts (1996) expõe que no Ceará, no Nordeste, como em todo território nacional, esse processo de negação de acesso ao território foi encoberto na maioria dos discursos acadêmicos:

Os índios, pontuam a historiografia e a literatura como etnia influente no sangue e na índole dos cearenses, mas foram considerados oficialmente extintos logo após a promulgação da Lei de Terras (1850). Quanto aos negros, os historiadores reiteravam a inexpressividade deste segmento na formação étnica e cultural dos cearenses devido, em síntese, à pequena demanda de mão-de-obra escravizada, já que a atividade básica era a pecuária (associada, em geral, ao trabalho livre), e a uma aludida “escravidão branda”, “*sem eito e sem senzala*”. (RATTTS, 1996, p. 4)

Representações imaginárias fazem alusões a espaços de referência, ou ao lócus da ação de poder, antecipando a materialização das políticas ou *criptopolíticas* territoriais (SEEMANN, 2003). Nesse sentido, o território é co-produto da apropriação mental e a base empírica. As correspondentes *mentais* dessa apropriação escondem confrontos precedentes no

²⁰ Noção de fronteira sugerida em palestra no auditório do FCHF da UFG, dia 30 de junho de 2005.

plano das idéias, políticas, crenças, saberes, culturas, intenções e o desejo de negação cultural do *outro*, fazendo surgir conflitos, dilemas e contradições mentais, ou *fronteiras imaginárias*. Assim, a fronteira socioespacial é o corolário de uma *fronteira imaginária*, fluida e abstrata, pois a representação antecede a apropriação territorial.

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isto permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Ao adentrar o continente americano, a mente do invasor já continha os pressupostos do confronto. Do século XVI até meados do XVIII, sob um olhar cristão medieval, os deuses, crenças e cultura dos *outros* não foram consideradas dignos de humanos (APOLINÁRIO, 2006). Abriu-se, assim, caminho para impor a fé cristã como meio de salvação. Ao negar sua cultura, crença e o ambiente, os interesses econômicos imediatistas da Coroa se lançaram ao saque e à escravização das civilizações da *terra brasilis*.

Desta forma, a chegada dos europeus neste continente representou uma invasão de terras ocupadas, seguida de tentativas de re-ocupação, dominação e imposição colonial, sob signos modernos. Um *confronto* entre as civilizações ocidental e autóctone se estabeleceu, configurando-se numa *fronteira de fronteiras*, que está longe de cessar.

Uma visão panorâmica da história informa que as formações sócioespaciais estão em constante mutação, denotando que os territórios não têm a solidez apresentada no discurso moderno e seus corolários positivos.²¹ Novas fronteiras foram e são induzidas, fazendo crescer a fluidez, a complexidade e a instabilidade dos territórios, vez que os sujeitos históricos não se homogeneizaram frente aos discursos invisibilizadores. Tais fatos tornam estudos das e de fronteiras elementos centrais à análise da dinâmica territorial. Falta-nos porem, uma teoria da fronteira que seja capaz de dialogar com diversas disciplinas e integrar a multiplicidade etnocultural, os contextos sócioambiental, histórico e econômico.

Diante desse aporte, importa agora adentrar aspectos dos desdobramentos da fronteira estabelecida com a civilização ocidental desde o início do contato, bem como apresentar *pistas* da organização política e resistência dos antepassados dos Karajá frente o invasor.

²¹ A filosofia do positivismo além de estruturar uma divisão do trabalho científico, propõe que todo Estado deve buscar a legitimação em torno de uma nação e um território.

1.2 CONFRONTO DE CULTURAS NO CONTINENTE AMERICANO

De posse da configuração das *fronteiras de fronteira* sob ideários modernos no subjugo das sociedades milenares da América, busca-se agora evidenciar os confrontos territoriais nas frentes de expansão, a partir de fatos documentais, igualmente *memórias* espaciais dessas culturas.

Como visto, sob os preceitos da dominação, salvacionismo e expansão econômica moderna foi desencadeada brutal exploração. O trabalho compulsório e as guerras de extermínio desestruturaram rapidamente as sociedades autóctones das terras que seriam apropriadas pelo território brasileiro, e em todo o continente, ainda no século XVI (MORAES, 2000; RIBEIRO, 1995; WUST, 1994).

Além da violência empreendida pelos europeus outros agentes desestruturadores contribuíram, não podendo ser descartados: germes trazidos por europeus e grupos do próprio continente, guerras entre etnias etc (DIAMOND, 2001). Entretanto, tornam-se secundários diante do etnocídio provocado pela invasão, não reduzindo a importância das civilizações milenares pré-existentes.

Como tática de dominação, o imperativo mercantil do ocidente promoveu o aprisionamento das etnias locais, pois, o modo de acumulação instalado necessitava de braços para o trabalho, ou energia humana (MORAES, 2000; RIBEIRO, 1995; BARCELOS e VIDAL, 2002).

Quando *apreados* (feitos prisioneiros) os *administrados* (escravos) freqüentemente tinham as mulheres violentadas à reprodução do *cunhadismo*²² (RIBEIRO, 1995). Tática ampliada a partir das entradas e bandeiras nos séculos XVII e XVIII (MORAES, 2000). Outros tiveram saqueadas suas roças de milho, feijão, mandioca, algodão etc (BARBOSA e SCHMITZ, 1998). Esses cultivares não só permitiram os portugueses de se fixarem a terra, como salvaram a Europa da fome inúmeras vezes.

Desejosa em disseminar o cristianismo, a instituição católico-cristã pôs seu *altruísmo* a serviço da empresa colonial. Por meio da catequese e do trabalho compulsório obrigou tantos quanto possível ao plantio de alimentos, produção de cerâmicas, tecido e pescados (BOSI, 2001). Na empreitada, aldeamentos (reduções) foram erguidos pela Coroa portuguesa, administrados em parceria com as ordens religiosas, como estratégia de dominar o território, utilizando-se de diversas táticas: a exploração compulsória do trabalho, o dinheiro, hierarquias

²² Artifício dos povos autóctones para incorporar estranhos à sua comunidade, da qual os invasores europeus se aproveitaram na reprodução de multidões de parentes a seu serviço (RIBEIRO, 1995).

sociais, o controle disciplinar e o cristianismo católico, desestruturando o milenar sistema igualitário (MORAES, 2000; ROCHA, 1998; GUIDON, 2005).

Embora os serviços de catequese da Igreja Católica estivessem inicialmente entrosados com a exploração colonial, a crescente exploração gerou confronto entre e colonos e missionários, que saíram em defesa das sociedades autóctones: “O século XVII está pontuado de conflitos entre colonos e jesuítas no Grão-Pará, no Maranhão, onde Antônio Vieira seria parte e testemunho, em São Paulo e, mais dramaticamente, nas Missões dos sete Povos do Uruguai.” (BOSI, 2002, p.33).

São inúmeros os relatos da exploração colonial, permitindo imaginar a rápida desestruturação das civilizações autóctones na América Latina e no Brasil. Parte do genocídio ficou imortalizada com os espanhóis Francisco Pizarro e Hernan Cortez contra os Astecas e os Incas, na região atual do México e do Peru, respectivamente (RIBEIRO, 1995; BOSI, 2002).

Dos 25 milhões de habitantes estimados no momento anterior à exploração na região do atual México, em 1552 frei Bartolomé Las Casas estimou que 15 milhões teriam sido cruelmente mortos entre 1492 e 1542, e reduzidos a um milhão até 1605 (LAS CASAS, *apud* BOSI, 2001). Um extermínio sem precedentes na história humana.

Apesar da forma violenta do invasor ter ocorrido longe dos olhares reformistas na Europa, alguns escritores bem informados denunciaram. Michel de Montaigne escreveu no século XVI:

Quem jamais pôs a tal preço o serviço da mercancia e do tráfico? Tantas cidades arrasadas, tantas nações exterminadas, tantos milhões de homens passados a fio de espada, e a mais rica e bela parte do mundo conturbada pelo negócio das pérolas e da pimenta: mecânicas vitórias. Jamais a ambição, jamais as inimizades públicas empurraram os homens uns contra os outros a tão horríveis hostilidades e calamidades tão miseráveis. (Michel de Montaigne, 1588, *apud* Bosi 2001, p. 22)

No atual México, dos 100 milhões de habitantes 25 milhões são descendentes diretos das sociedades autóctones, principalmente do povo Maia, constituído na maioria por camponeses pobres (MAGNOLI e ARAUJO, 1993). Esses povos localizam-se, sobretudo, no sul desse país, na península de Yucatan e Chiapas, envolvidos em constantes lutas pelo reconhecimento dos direitos à territorialidade e melhores condições de vida. O análogo se repetiu de norte a sul deste continente. Na Argentina, durante o século XIX na *conquista del desierto*²³

²³ Região do Chaco, norte da Argentina.

Pagava-se em moedas inglesas o par de orelhas de *índio*, mas, como em pouco tempo viam-se muitos indígenas com orelhas cortadas, e ainda vivos, recorreu-se ao expediente mais eficaz de pagar pelo par de testículos de *índio*. Os autores desse genocídio, amiúde aventureiros internacionais, acumularam fabulosas fortunas. Outros, com as terás assim arrebatadas, passaram a se alistar no patriciado. (Em Rex González y Péres, *Argentina indígena, vísperas de la conquista*, apud Bosi, 2001, p. 21)

Na região atual do Brasil estima-se que existiam cerca de 5 milhões de habitantes no momento anterior a invasão do século XVI.²⁴ Número muito superior aos cerca de 740 mil indivíduos atuais vivendo em reservas indígenas e nas cidades (FUNAI, 2002; ISA, 2004; Censo Demográfico IBGE, 2000). Após cinco séculos continuam lutando pelo direito à terra e *qualidade de viver*, temas recorrentes na mídia.

Relatos históricos descrevem que indivíduos de diversas etnias na Região Amazônica eram amarrados em cactos para morrerem sob o sol; crianças eram pegas pelas pernas e suas cabeças esmagadas contra árvores e arsênico misturado a açúcar para exterminar grupos inteiros (GUIDON, 2005). Isso ainda na década de 1940.

Contudo, longe de serem vítimas passivas, as sociedades locais foram ativas politicamente, opondo-se à invasão de seus territórios, ora realizando alianças com outros grupos para guerras contra o invasor, ora acordos de paz com este (APOLINÁRIO, 2006). O Padre José de Anchieta no século XVI deixou testemunho da *resistência* nativa:

O que mais espanta os Índios e os faz fugir dos Portugueses e por conseqüências das igrejas, são as tiranias que eles usam obrigando-os a servir toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os, etc. [...] estas injustiças e sem razões foram a causa da destruição das igrejas que estavam congregadas e o são agora de muita perdição dos que estão em seu poder. (Padre José de Anchieta, 1554 -1594, apud BOSI, 2002, p.32)

Frequentemente alguns povos organizavam-se em ligas e confederações para guerrear contra os luso-brasileiros, demonstrando seu poder de organização na defesa territorial, entre eles os guerreiros: Aimoré da Bahia, Botocudo de Minas Gerais e Espírito Santo, Kaingang e Xokleng do Sul, Xavante do Mato Grosso, Kayapó, Goya, Akroá, Canoeiros, Karajá e Boróro de Goiás e Tocantins (RIBEIRO, 1995).

²⁴ As estimativas do número de habitantes anteriores a invasão da região do atual Brasil variam entre 1 e 10 milhões de habitantes segundo a metodologia empregada. A maioria dos especialistas em história demográfica fala de 5 milhões.

1.2.1 FRENTES DE EXPANSÃO E O PENSAMENTO ILUSTRADO NO BRASIL CENTRAL

Desde o *encontro* de civilizações no século XVI consolidar a invasão fazia parte do plano lusitano. Em 1549 o Regimento Tomé de Souza, proposto por D. João III já regulava a política da Coroa para as sociedades locais, manifestando a intenção de criar *espaços fechados ocidentalizados: aldeamentos* (MORAES e ROCHA, 2001). Essa estratégia esteve a serviço da expansão sobre o centro da *terra brasilis*, evidenciada nos inúmeros aldeamentos estabelecidos nos séculos XVIII e XIX na Capitania de Goiás (FIGURA 2; QUADRO 1).

Quadro 1

Aldeamentos na Capitania e Província de Goiás, Séculos XVIII e XIX

Nº	ANO	ALDEAMENTO	ETNIAS		HABIT.
			INICIAL	POSTERIOR	
1	1741	Rio das Pedras	Bororo	Kayapó, Pareci, Xakriabá	
2	1745	Lanhoso	Bororo	Kayapó	
3	1749	Piçarrão	Bororo	Kayapó	
4	1750	Sant'Ana do Rio das Velhas	Bororo	Gurumê, Tapirapé, Karajá, Akroá, Xakriabá, Kayapó,	
5	1751	São José do Duro -Formiga ²⁵	Akroá	Xakriabá, Arikobé, Kayapó, Tupinabá	398
6	1751	São Francisco X. do Duro	Xakriabá		
7	1755	São José de Mossâmedes ²⁶	Akroá	Karajá, Javaé, Karijo, Naudoz, Kayapó, Xavante, Xakriabá	
8	??	Estiva (1755 ou 1775 ?) ²⁷	??	Xavante, Karajá, Canoeiro	
9	1775	Nova Beira	Javaé, Karajá	Xambioá	
10	1780	Maria I	Kayapó		
11	1784	Carretão de Pedro III	Xavante	Xerente, Kayapó, Karajá, Javaé	
12	1788	Salinas ou Boa Vista	Xavante	Karajá, Javaé, Xerente	
13	1824	Carolina	Apinajé, Otojé, Afotijé	xerente	
14	1824	Graciosa	Xerente		
15	1841	Boa Vista (Apinajé Gradahus)	Apinajé, Graduahus	Caraós (Krahó), Afotijé	4000
16	1845	São Joaquim do Jamimbú	Karajá	Xavante, Canoeiro, Xerente	323
17	1849	Pedro Afonso ou Rio do Sono	Krahó	Xerente	200
18	1851	Tereza Cristina ou Piabanha	Xerente	Xavantes, Krahó, Guajajara	3800
19	1859	Santa Maria	Karajá e Kayapó		
20	1863	São José Araguaia	Xavante, Karajá	Javaé, Xerente	
21	1872	Xambioá	Xambioá	Karajá	

Fonte: Apolinário (2006), Moura (2006), Moraes & Rocha (2001), Rocha (1998), Pedroso (1994)
Elaboração: Loiola, 2007.

²⁵ Apolinário (2006) apresentou uma carta do jesuíta José de Matos, de 11 de outubro de 1755, e desfez as controvérsias sobre os aldeamentos Duro e Formiga. Duro refere-se a São Francisco Xavier do Duro – ou Duro – usado inicialmente para abrigar os Xakriabá, e São José do Duro – ou Formiga – para abrigar os Akroá, ambos criados em 1951. Em 1753 a Missão de São Francisco Xavier, composta pelos aldeamentos Duro e Formiga, chefiada pelo padre José de Matos. Na região da antiga Missão localiza-se o município de Dianópolis.

²⁶ Atual Município de Mossâmedes

²⁷ Pode ter existido dois Aldeamentos Estiva, . Um citado por Couto de Magalhães, próximo a Salinas na Capitania de Goiás, e o outro no triângulo mineiro, citado por Saint-Hilaire (MOURA, 2006). Moura escreveu que as datas são controvertidas, alguns sugerem 1755 para a construção e 1775 para a reconstrução.

A estratégia de aldeamentos possuía duas vias (APOLINÁRIO, 2006). Uma de formar núcleos urbanos com os grupos cativos a fim de usar o trabalho compulsório na produção de cerâmicas, cestarias e na produção agrícola. A outra no suporte aos viajantes e a apropriação do território alheio. Nota-se que foram poucos os esforços de compreender, ou dominar mantendo as características das culturas locais. Os interesses iniciais foram imediatistas. Vejamos parte do pensamento que orientou tais ações sobre o centro da *terra brasilis*.

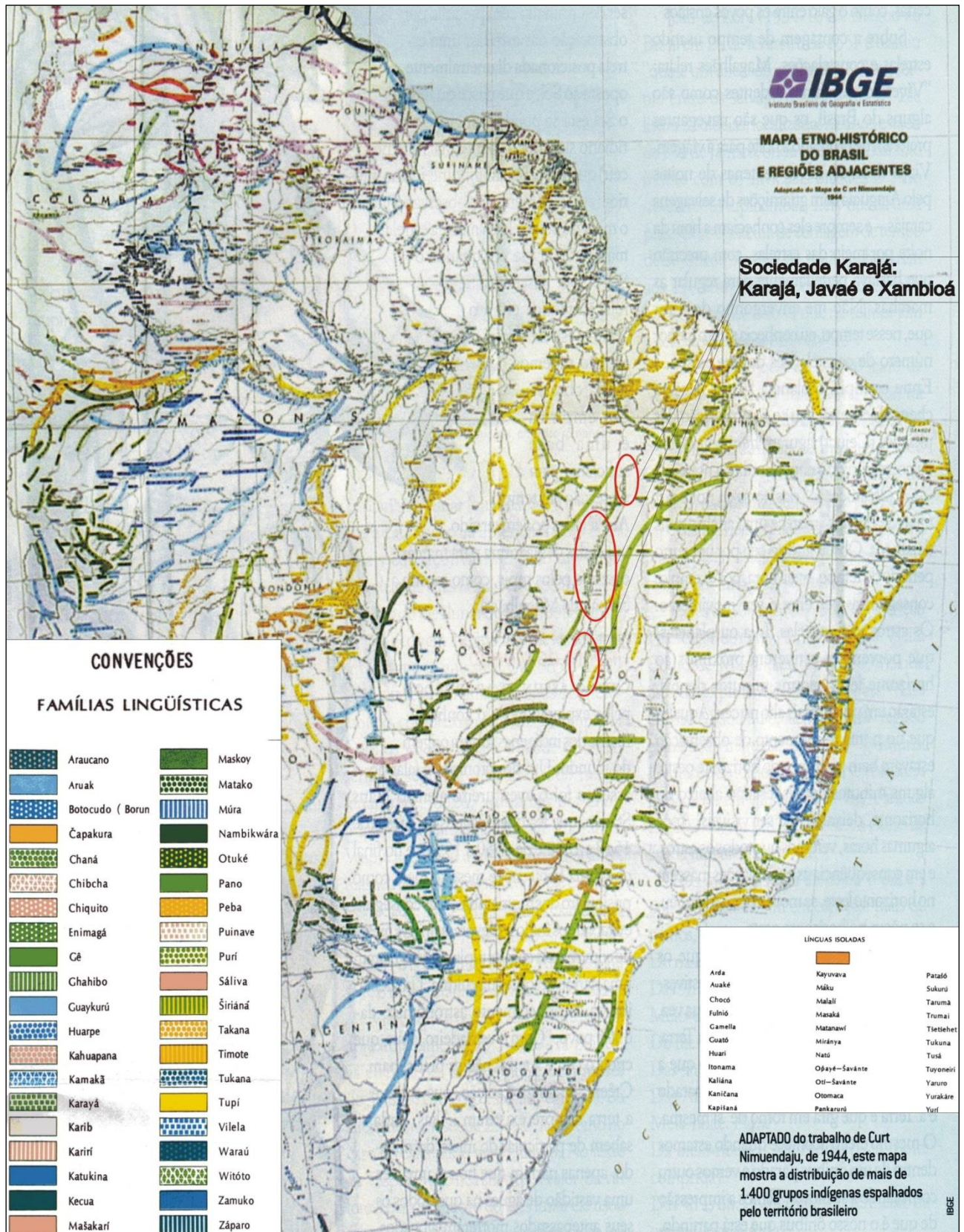
Após meados do século XVIII, estruturou-se o pensamento ilustrado nas sociedades européias. Entre seus corolários estavam os ideais de civilização, progresso, fraternidade, igualdade, felicidade e liberdade (APOLINÁRIO, 2006). A consolidação desse pensamento junto às cortes ibéricas fez a *catequese salvacionista* da instituição católico-cristã ceder a primazia aos *ideais ilustrados*, da qual o Estado passou a ser o tutor (PERRONE-MOÍSES, 1992).

Guiadas por esses ideários e a febre do ouro, as frentes invasoras luso-brasileiras se expandiram sobre terras do interior, *denominadas sertão*, dito vazio demográfico, em busca de metais, escravos e domínio territorial. Embora a Coroa tivesse afirmado numa “provisão” (lei) de 1726 que a liberdade dos povos locais era um direito natural, na Capitania de Goiás essa resolução não seria cumprida (MORAES E ROCHA, 2001).

No entanto, o centro da *terra brasilis*, assim como o litoral, não era *vazio demográfico*. Numerosas etnias ocupavam a região há milhares de anos: Karajá, Kaiapó, Timbira, Xavante, Bororo, Xerente, Akroá, Goiá, Xakriabá, Avá-Canoeiro, Krahô, Tapirapé e Guajajara.

Na Figura 3 é apresentado o Mapa etno-histórico do IBGE reduzido, em baixa resolução, adaptado do trabalho de Curt Nimuendaju de 1944, apontando a existência de mais de 1400 grupos étnicos no Brasil colonial e seu entorno, esboçada nos territórios dos *povos autóctones*, famílias lingüísticas e o sentido do deslocamento. No Mapa tanto o centro quanto o litoral das extensas porções de terras baixas da América do Sul já se encontravam densamente ocupadas.

A Coroa portuguesa estava ciente desse povoamento, dos direitos ao território e da capacidade de resistência da civilização autóctone, mas seguiria suas intencionalidades iniciais: “O sertão era continuamente ressignificado, no imaginário coletivo colonial, como a personificação de uma força perigosa, terra de ninguém, não civilizado e ocupado por seres hostis, despossuídos de valores e princípios da justiça, cristandade e estabilidade, [...]” (APOLINÁRIO, 2006, p.46).



Fonte: IBGE, 2002. Adaptado de Curt Nimuendaju, 1944. Reduzido por Lima (2006), In: Etnoastronomia, Scientific American.

Readaptado e Organizado por: Lioila, S. A., 2007

Figura 3: Distribuição territorial das etnias que se encontravam na terra brasileira e vizinhança, desde o início do século XVI.

No final do século XVIII e durante o século XIX, de modo paradoxal, as promessas ilustradas de igualdade, fraternidade e liberdade e o ideal de nação única do positivismo acirraram ainda mais os confrontos entre as sociedades ocidentais e as civilizações autóctones. O Iluminismo, posto em ação na colônia pelo marquês de Pombal, gerou leis indigenistas que explicitaram o desejo de integração dos povos do centro da *terra brasilis* como estratégia de *povoamento* e domínio territorial (APOLINÁRIO, 2006).

Os *cercos de guerra e paz* nas tentativas de *integração* dos povos centrais, bem como os *aldeamentos*, ou *espaços confinados ocidentalizados*, propostos por leis positivas efetivamente evidenciaram o desejo de anular as diferenças e homogeneizar as etnias. *Desconsideradas* as culturas autóctones, o reflexo não seria outro senão a luta de resistência. Com a lei do Diretório de 1758,

Mesmo que reconhecidos como vassalos de El Rei, na forma da Lei do Diretório, afirmava-se que os indígenas não eram totalmente responsáveis pelos seus atos, mas indivíduos em Estado de menoridade civilizacional. Sim, pois, os indígenas eram considerados pessoas incapacitadas de plena consciência de seus atos. As mudanças no trato com os indígenas através do Diretório intentavam o “desaparecimento” gradual das diversidades culturais das etnias para a passagem para a vida adulta dos civilizados. (APOLINÁRIO, 2006, p.176).

Os elementos mentais da *fronteira de fronteiras* projetariam seus pressupostos ao centro, cujos reflexos são histórias de sangrentos conflitos e acordos de paz. Tal desconsideração das culturas locais expôs o acirramento das intencionalidades reservadas à dominação colonial do centro. Em 1757 relatou o então governador da Capitania de Goiás João Manoel de Melo:

[...] o fim principal a que se encaminham todas o esforço que não é outro senão o aumento dos domínios de Vossa Majestade o virem ao grupo tantas almas que andam espalhadas por estes matos, e o cessarem tanta hostilidades quantas se estão fazendo reciprocamente tanto, de parte do Gentio brabo, como dos moradores, que não há certo a distinguir neste ponto, de qual das duas partes, é maior a barbaridade, Se dos Índios que por natureza são cruéis, Se dos moradores por costume e criação são inquietos, e vingativos, e não admitem meio termo mais do que quererem a violência das armas e a permissão dos cativeiros, que é Segundo pecado original, a que estão sujeitos a maior parte dos moradores do Brasil.²⁸

²⁸ Arquivo Histórico do Estado de Goiás, doravante AHEGO: Livro de correspondências da Secretaria do governo da Capitania de Goiás 1756-1777, p. 9. Discurso do Governador e Capitão general da Capitania de Goiás, o Conde de São Miguel por ocasião do Termo de Junta feito para decidir, juntamente com a Câmara de Vila Boa, sobre a legalidade de se fazer guerra justa aos Acroá, na Comarca do Norte, atual Natividade, no ano de 1757. A grafia da documentação foi atualizada a fim de facilitar a compreensão do leitor.

Entre os exemplos das guerras sangrentas estão as batalhas contra os povos Xakriabá e Akroá, no século XVIII. O governador da Capitania narrou o cenário de uma das lutas:

É certo que só dando-lhe um choque violento, poderiam intimidar-se estes bárbaros de sorte que nos não invadissem, e infestasse por algum tempo a Comarca, pois mostra a experiência, que quando Venceslau Gomes da Silva no princípio de sua conquista os rechaçou de sorte, que chegou hum córrego a correr mais sangue, do que água, matando-lhe as mulheres. Só perdoando as crianças, os intimidou, domou, e Suprimiu; [...]²⁹

Embora registradas nos autos da Capitania de Goiás por meio de discursos invisibilizadores propositais do colonizador, os relatos contêm pistas sobre a organização da resistência dos *outros* no território. Conforme Cunha (1992, p. 18), “A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os indígenas são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os indígenas ela parece ser costumeira.”

Ao contrário da visão predominante, os povos milenares da *terra brasiliis* eram sabedores de seu território e se mostraram hábeis para sua defesa. Em desvantagem inicial de não possuírem armas de fogo, logo dominariam as técnicas do invasor. Aprenderam a atirar com precisão e a utilizar cavalos em seus ataques.

Porém, mostrando-nos este exemplo a experiência, não podemos na presente conjuntura valermos, nem da experiência, nem do exemplo = naquele princípio estavam estes Gentios ignorantes das nossas forças, desconhecidos dos nossos países, não conhecedores do uso de nossas armas; e hoje acha-se conhecendo, e usando as nossas forças, e as nossas armas; porque Venceslau Gomes, com permissão do Governo fez, que os conquistados aprendessem e praticassem o uso da pólvora e bala, em que os tinha tão hábeis, [...]³⁰

O exemplo das lutas dos Akroá aponta para a defesa organizada. Esse povo faz parte do grupo Jê, e como tal têm tradição política hierarquizada, sob a liderança de um cacique (HOONAERT e PREZIA, 2000). Mas para enfrentar a centralização de uma liderança e organizar a defesa do seu território os Akroá criaram conselhos, dividindo o grupo em duas metades, que se alternavam no comando da aldeia.

Com suas estratégias defensivas os Akroá frearam a invasão colonial em diversos locais desde a fundação da Vila de Parnaguá do sul em território Akroá, na Capitania do Piauí (APOLINÁRIO, 2006). Em 1730 chegaram a desocupar mais de 200 fazendas de gados em

²⁹Idem: Livro para servir de registro do caminho de Paraty, p. 134. Carta do governador e capitão general da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha ao rei de Portugal, enviada ao rei de Portugal por ocasião da resposta negativa acerca do pedido de se fazer guerra aos Acroá e Xacriabá, em setembro de 1753.

²⁹ Idem, ibidem, p. 9 verso.

³⁰ Idem, ibidem, p. 9 verso.

suas investidas defensivas, as margens dos Rios Parnaíba, Gurguéia e sertão do Gilbués. O *cercos de guerra* sobre os Akroá se agravou quando, por volta de 1745 o Conselho Ultramarino em Portugal, ao desconsiderar as culturas e os direitos de defesa os denomina “gentios de corso”, sem moradia fixa e julga sua cultura exótica demais para ser respeitada. Fato é que expulsos de suas terras originais, os Akroá utilizaram-se de táticas bélicas móveis e flexíveis, confundindo e aterrorizando os invasores.

Muitas vezes os Akroá e diversas etnias construíram ligas entre si para realizar lutas de resistência. Demonstração de sua capacidade de organização sócio-política, reconhecida pelos portugueses, os quais estavam conscientes da apropriação das terras dos *outros*.

[...] e se acaso os escandalizar-mos dentro do seu País, com violenta guerra, e eles se preocuparem do ódio, e confederados com outras Nações, nos acometerem a Capitania, com que forças havemos dar a El Rey das terras que nos entregou?³¹

Os Canoeiro organizavam expedições constantes contra os municípios de Pilar, São José, Palma e Porto Imperial (ROCHA, 1998; PEDROSO, 2006). Lutavam em grupos de até 300 guerreiros, freando a invasão de forma sistemática. Cunha Mattos relatou a dura resistência oferecida pelos Canoeiros:

Os índios com as suas hostilidades têm despovoado mais de oitenta grandes prédios no distrito de amaro Leite, Carmo, Chapada e Palma. No distrito de Carmo setentrional estão desertas mais de 9 fazendas pelas mesmas causas (...) já chegaram a interceptar as comunicações do distrito de Amaro Leite (MATTOS, 1875, p.18-19 *apud* ROCHA, 1998, p.38)

Entre os grupos que resistiram bravamente à usurpação de seus territórios, à captura e à escravidão estiveram os Kayapó do Sul. Apesar das investidas do sertanista Antônio Pires de Campos nas tentativas de apresamento, os Kaipó do Sul foram não só hábeis em organizar a guerra defensiva, como atacaram vilas e fazendas, comboios, barcos, roças, matando aqueles que invadiam seu território (ATAÍDES, 2006). Em meados do século XVIII, o sertanista Pires Campos reconheceu a valentia desse grupo: “basta um só Cayapó para destruir uma tropa de quinhentas armas de fogo, sendo e qualquer d’elles usual correr tanto como um cavallo.” (CAMPOS, 1862, *apud* ATAÍDES, 2006).

No Brasil republicano a usurpação do território autóctone avançou para o interior sob variadas formas, nos planos de *marcha para o oeste* de Vargas, Kubitshek e da ditadura

³¹ Idem: Livro para servir de registro do caminho de Paraty, p. 134. Carta do governador e capitão general da Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha ao rei de Portugal, enviada ao rei de Portugal por ocasião da resposta negativa acerca do pedido de se fazer guerra aos Acroá e Xacriabá, em setembro de 1753.

militar (ROCHA, 1998), provocando novas lutas de resistência e processos de etnogênese (LITTLE, 2002).

1.2.2 SAGA DA RESISTÊNCIA INÃ

A luta de resistência dos Ynã, ou Karajá, frente os portugueses e luso-brasileiros não foi menor que a dos demais povos milenares. As 29 aldeias existentes hoje ao longo do Rio Araguaia comprovam a eficácia de sua luta por territorialidade. Sua história demonstra que defenderam igualmente seu território diante de grupos vizinhos, como os Kayapó, os Tapirapé, os Xavante, os Xerente, os Avá-Canoeiro, Bororo e Apinayê. As experiências adquiridas na defesa de suas terras foram úteis contra os portugueses (LIMA FILHO, 2006).

No entanto, o contato inicial com os portugueses deve ter confundido os povos Karajá, pois os portugueses fizeram contato com os Karajá por duas frentes. Em primeiro contato pacífico, originário da Província do Pará, no ano de 1658 o padre Tomé Ribeiro teria encontrado os Xambioá, ou Karajá do norte; e o segundo, do sul, posterior e predatório, relacionadas às bandeiras paulistas, destinado a procura de metais e capturar pessoas das etnias locais para escravizar (LIMA FILHO, 2006). O contato pacífico inicial provavelmente reduziu sua atenção na defesa.

A frente do sul se mostrou agressiva desde a chegada. Em 1673 o bandeirante Manoel de Campos Bicudo subiu o Rio Araguaia e aprisionou uma aldeia Karajá inteira próximo ao rio das Mortes, levando-os para São Paulo (MOARES e ROCHA, 2001). Deixou claro para os Karajá as intencionalidades lusitanas e o alerta defensivo.

O *cerco de paz* sobre os Karajá intensificou-se no final do século XVIII, quando o governador da Capitania de Goiás José de Almeida Vasconcelos, Barão de Mossâmedes, preocupado com a redução de produção aurífera decide incentivar novas bandeiras de exploração (APOLINÁRIO, 2006). Nesse período outras ações se processavam. Entre elas, no final do Século XVIII duas frentes de expansão pecuaristas adentraram o interior em direção ao atual Estado de Goiás: uma do Maranhão, ao norte, e outra ao sul, das Minas Gerais.

Tanto as bandeiras quanto as expansões da pecuária acirraram ainda mais as disputas territoriais, sobretudo pelos cursos de água, quer seja para transporte de suprimentos e mercadorias, quer seja para abastecimento das vilas e fazendas (ROCHA, 1998). Nesse contexto, o governador da Capitania, após reconhecer o domínio territorial dos Karajá sobre o

Rio Araguaia, em 1775 enviou o alferes José Pinto numa expedição à Ilha do Bananal, a fim de tentar oficializar um acordo de paz com os Karajá (APOLINÁRIO, 2006).

De certa forma, os Karajá seriam ludibriados quanto ao tratado de paz. De um lado, os luso-brasileiros apresentam cinco benefícios ao maioral representante dos Karajá, o Aboé-Noná, para que aceitasse o acordo de paz:

1- Oferecer-lhe a proteção de um rei que sabe ser um compassivo Pai; 2- Oportunidade dos karajá passarem a utilizar instrumentos de trabalho à base de ferro, já que cortavam as suas árvores com pedras; 3- Os Karajá poderiam melhorar as suas roças e principalmente prover-se com o excedente da produção agrícola; 4- Poderiam se unir aos não-indígenas para defender as suas fronteiras contra invasões de outros grupos étnicos inimigos, entre eles os Xavantes; 5- Principal benefício que traria o acordo de paz: conhecimento do Deus dos não-indígenas. (APOLINÁRIO, 2006, p.200).

De outro lado, o líder Karajá Aboé Nona foi impositivo em sua contrapartida para aceitar o acordo de paz. Mostrando-se hábil negociador: “1- Os não-indígenas não poderiam, sem autorização, atravessar o rio onde localizavam as terras do seu povo; 2- não poderiam ir às suas aldeias; 3- não poderiam ir às suas roças; Deixassem que os representantes Karajá iriam ao acampamento dos não-indígenas.” (*Op cit*, Idem).

Sabedor das circunstâncias e conseqüências que poderiam advir se rejeitasse o acordo de paz, o Aboé-Noná e demais representantes Karajá aceitaram. Obviamente o termo de paz fora redigido pelos lusitanos, guiados por ideários ilustrados e contendo elementos estranhos à cultura Karajá, como “súditos”, Deus, vassalo, entre outros:

Aboé-Noná, maioral da nação Karajá, em nome de todos os súditos e descendentes, prometo a Deus e a el-rei de Portugal de ser, como já sou de hoje em diante, vassalo fiel de S. M. e de ter perpétua paz com os portugueses, e me obrigo assim guardar e cumprir por todo o sempre. Ilha de Santana (Bananal), 1º de agosto de 1775. Aboé-Noná – José Pinto da Fonseca - José Machado de Azevedo – Frei Francesco da Vitória – Antônio Pereira da Cunha.” (José Pinto da Fonseca, 1975, *apud* APOLINÁRIO, 2006, p.206)

Tudo indica que a intenção do governador era não só dominar a navegação pelo Rio Araguaia até a Capitania do Pará, mas recolher os Karajá em *aldeamento* para tentar mostrar à Coroa que as *leis positivas* indigenistas, como a do Diretório, eram eficazmente cumprida (APOLINÁRIO, 2006). Após estabelecer o acordo de paz o governador os elogia: “contém um imenso valor de 8 a 10 mil almas que a experiência tem mostrado não serem feras indômitas, mas sim homens hábeis para a toda a educação na sua própria idade.” (José de Almeida Vasconcelos, 1777, *apud* APOLINÁRIO, 2006). Entretanto, de modo contraditório, o governador seguiu as determinações ilustradas da lei do Diretório, reduzindo grande contingentes ao aldeamento Nova Beira, na Ilha do Bananal. Posteriormente, centenas de

peessoas da etnia Javaé e Karajá foram transferidas ao aldeamento de São José de Mossâmedes, em 1780, longe do Rio Araguaia.

A resistência Karajá que parecia ter chegando ao fim, de alguma forma subverteu a ordem imposta e criou subterfúgios para livra-se do aldeamento. Quatro décadas mais tarde, em 1819, Saint-Hilaire, nos relatos sobre os Kaiapó do Sul aldeados em São José de Mossâmedes, deixa uma pista do que pode ter sido uma estratégia de fuga: “[...] os índios não gostam das casas construídas pelos brancos, e construíram algumas dezenas, a seu tipo, próximo do povoado.” (Saint Hilaire, *apud* ATAÍDES, 2006, p.73).

O fato é que Akroás, Xavante, Karajá e Javaé postos inicialmente no Aldeamento de São José de Mossâmedes esvaziaram o local, sem que todos tenham sido mortos. Suas estratégias de resistência deram continuidade à busca infindável que tem sido o reconhecimento das suas territorialidade e de uma liberdade política viável.

Desta forma, o distanciamento da Capitania de Goiás do litoral pode ter retardado a exploração, contudo, não significou um confronto menor entre civilizações. Análogo ao exposto no item 1.1.1, esses confrontos representaram desdobramentos das *fronteiras de fronteira* sobre a Capitania de Goiás, ou projeções territoriais de fronteiras imaginárias preestabelecidas, paradoxalmente acirradas sob o pensamento ilustrado e o positivismo.

Os registros da Capitania de Goiás não só evidenciam os desdobramentos dessas fronteiras, como demonstram ser falsa a imagem de que esses povos tinham pouca organização política para defender seus territórios. A inexistência de um poder central não impediu o estabelecimento de alianças e acordos políticos, mantendo uma estrutura de poder baseado em laços *horizontalizados* no domínio dos seus territórios (PROUS, 2006). As análises lineares evolucionistas falham no entendimento dessa estrutura político-espacial por insistirem na comparação com o poder centralizado estatal, comumente encontrado em sociedades Européias, na Ásia, na América central e andina.

1.2.3 DA FRONTEIRA CULTURAL À DEMONIZAÇÃO DO AMBIENTE

O estranhamento entre a civilização ocidental e a autóctone não se deu somente no plano cultural. O ambiente foi desqualificado e pouco interesse foi dedicado ao seu estudo, já que os europeus trouxeram no imaginário referências de paisagens e clima temperado, cuja dinâmica se distanciava da tropicalidade encontrada. De fato, desde o início do período

colonial a representação acerca do ambiente na *terra brasilis* oscilou entre o *paraíso* e *inferno* (SOUZA, 1986; TEIXEIRA e PAPAVERO, 2002; PRESTES, 2002).

A exposição de uma realidade americana pobre e inclemente com o viajante europeu esclarece a natureza deformadora do relato do maravilhoso. E o acúmulo de informações provenientes do Novo Mundo ameaçava paulatinamente a hegemonia do arquétipo associador de remoto e maravilhas. (GIUCCI, 1992, p.232)

Aquela visão do *paraíso* da Carta de Pero Vaz Caminha, olhar da cultura exógena européia, foi rapidamente convertida a “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas”, no dito do padre italiano André João Andreoni (Antonil), início do século XVIII (SOUZA, 1999, p. 79). Contribuíram para essa representação não só a violência do escravismo colonial, mas igualmente o conjunto de *bestiários* imaginários usados para relatar a fauna, qualificando-a de inferior e aberração, o que afastava ainda mais o desejo de *conhecer* esse ambiente (PRESTES, 2000; FUNARI e NOELLI, 2002).³² Em meados do século XVI André Thelvet descreveu o bicho preguiça como monstro disforme com cabeça humana, e que outras bestas habitavam os bosques.

Em parte, a idéia de “inferno verde” decorreu do etnocentrismo europeu em relação aos diferentes meios de vida nos ambientes tropicais. Por muito tempo os cientistas guiaram-se pelo senso comum, considerando as economias indígenas como pobres ou atrasadas, em vez de considerá-las apenas diferentes da sua economia capitalista e urbana. (FUNARI e NOELLI, 2002, p.31)

Entre encantos e assombros, predominou nos primeiros séculos uma visão utilitarista e a frieza empírica da natureza dos portugueses renascentistas (PRESTES, 2000). Para o terror das sociedades locais e do ambiente, as ações foram guiadas pelo desejo de apropriação e enriquecimento rápido, cuja expressão máxima foi a *febre do ouro*. Esse pensamento católico-cristão renascentista via a natureza como uma criação divina a serviço da exploração humana, sem limites.

Não encontramos na descrição da natureza americana, nos primeiros tempos da colonização européia, uma preocupação com a natureza tomada por si mesma. Estes primeiros descritos de nossas riquezas naturais traziam consigo o antropocentrismo definidor das relações homem-natureza que perdurou por todo o Renascimento. [...] Pouco procuraram conhecer e explorar dos frutos desta terra, a não ser do que aparecesse com forte apelo comercial”. (PRESTES, 2000, p.30-31)

³² Bestiários refere-se ao conjunto de contos e lendas envolvendo monstros que viveriam nas florestas e no mar oceano.

Tal pensamento se propagou no tempo. Apesar das pesquisas progressistas do médico e naturalista da Capitania de Pernambuco Manoel Arruda da Câmara, no final do século XVIII predominava ainda a descrença na fertilidade dos solos tropicais em oposição à exaltação da grande variedade e abundância da vegetação, fonte de encantamento desde o momento que os europeus aportaram neste continente (PRESTES, 2000).

É provável que esse paradoxo tenha se sustentado na antiga afirmativa aristotélica de que as altas temperaturas dos trópicos inviabilizavam a vida, bem como nas dificuldades encontradas para adaptação das culturas agrícolas tradicionais européias neste continente. De fato, havia um pensamento hegemônico na Europa que acreditava ser as florestas fechadas inadequadas à adaptação humana (FUNARI e NOELLI, *op cit*). Parece que:

A evidência empírica oferecida pela diversidade biológica conhecida depois das viagens ultramarinas aos trópicos ainda não teria sido suficientemente fortalecida por um corpo teórico que apagasse de vez a noção aristotélica ou que a impedisse de reaparecer numa argumentação de ordem prática: a de que as terras tropicais não seriam próprias à Agricultura. (PRESTES, 2000, p.127)

A partir dessas referências, viajantes e naturalistas do século XIX, guiados pelo pensamento positivo centrado na Europa, reproduziram comparações desqualificando o ambiente encontrado (ALMEIDA, 2003; DOLES E NUNES, 1992). No relatório do botânico e naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire acerca de sua expedição em 1819, intitulado “Viagem à Província de Goiás”, as sociedades autóctones são consideradas *selvagens* e a vegetação, embora tida como exuberante, é dita *inútil*:

Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas, então, em verdadeiros impérios. E ficarão surpreendidas ao verificarem que, nos locais onde se erguerão então cidades prósperas e populosas, havia outrora apenas um ou dois casebres que pouco diferentes das choças dos selvagens; [...]; que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e de árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante, mas inútil. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 14)

A teoria do *degeneracionismo* de Von Martius, publicada no Brasil em “Como se deve escrever a História do Brasil”, no ano de 1845 pelo IHGB, representou a continuidade dessas idéias, e deixou muitos seguidores na academia brasileira (FUNARI e NOELLI, *op sit*).

Considerada ambiente desfavorável para a humanidade a floresta tropical, na teoria de Martius, teria causado degeneração moral, desintegração da cultura material e da organização social dos povos supostamente migrados dos Andes. Ele e muitos intelectuais europeus

acreditavam que o clima quente e úmido das florestas induzia ao desordenamento da vida sexual das etnias locais, a criação contínua de povos e línguas diferentes, degenerando-os culturalmente, que por fim os levaria à extinção. A capacidade cultural e as respostas adaptativas dos povos dos trópicos foram negadas em favor do determinismo ambiental.

Enfim, podemos dizer que, da perspectiva do determinismo ambiental, o ser humano vê-se reduzido a um mero subproduto das condições ambientais. Também podemos observar que, se as teorias explicativas encontram-se sempre imbricadas na sociedade que as origina, está claro que o determinismo ambiental insere-se em uma certa visão de mundo colonialista. (FUNARI e NOELLI, 2002, p.52)

Tal fato demonstra que a *invisibilidade* dos povos autóctones, a idéia de homogeneização cultural, os conflitos e a predação ambiental no século XX e neste início do XXI não foram *acazos*, mas sim produtos de intencionalidades exógenas, e locais capturadas por estas. Assim, a ideologia que construiu uma representação inferior das sociedades autóctones igualmente *demonizou* os trópicos: clima quente, as grandes precipitações, do solo raso, da infertilidade do solo, das doenças, muitos insetos etc (VASCONCELOS e VIDAL, 2002).

Longe de serem *bons* ou *maus*, as etnias locais interagiram com o ambiente, que também nada tinha, ou tem, de *pobre* ou *infernai*. Desmataram e fizeram queimadas para plantar suas roças; praticaram o manejo ambiental, não sendo as florestas “virgens” há milênios; domesticaram espécies; caçavam e pescavam; faziam guerras para conquistar e defender territórios, capturar mulheres e crianças, ou inimigos para serem incorporados ou sacrificados (PROUS, 2006).

É esta a sociedade real que se busca abordar na geografia, integrada ao seu ambiente. Imprescindível à compreensão dos ancestrais das sociedades autóctones, pois sua cultura resulta do convívio com este ambiente no longo tempo: “[...] é fantástico poder inferir sobre um modo de vida de 8 mil anos atrás, e usar este conhecimento para ajudar o homem a evoluir com a natureza [...]”³³.

No entanto, a geografia carece de abordagens integradas. Até na geografia física o ambiente se restringe, em geral, a estudos compartimentados de clima, geomorfologia, pedologia, geologia, biogeografia etc (PASSOS, 2004). É preciso reunir esforços na construção de abordagens conjuntivas abrangentes.

³³ GUIDON, Niéde. Entrevistada no programa *Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, setembro, 2003.

1.3 RE-CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DOS *OUTROS*

Embora sejam crescentes pesquisas sobre as sociedades milenares que habitavam a *terra brasilis* antes do século XVI, grandes equívocos ainda perpassam a academia e o senso comum, obscurecendo estudos, que por vezes, paradoxalmente, invisibilizam essas sociedades ao delas tratar. Na academia a anulação dos *outros* encontra suporte na hierarquia evolucionista, o qual denomina de pré-história tudo quanto havia antes da escrita (WÜST, 1999; LITTLE, 2002; TENÓRIO, 1999).

Tal hierarquização desqualifica uma cultura diante da outra por meio das interpretações etapistas do *determinismo histórico linear*, e induz a um rigoroso esquema guarda-chuva, o que impede a percepção de outras possibilidades históricas (RENFREW, 2004). Esse fato deve-se a interpretação equivocada da Teoria da evolução das espécies pelas ciências sociais desde o final do século XIX. Ao contrário dessa interpretação, a evolução não ocorre em etapas lineares e necessárias (LORENZ, 1986).

Deste modo, a distinção cultural proposta por Claval (1997), entre sociedades atuais ágrafas e não-ágrafas, do ponto de vista da comunicação, é insatisfatória. Ela remete à hierarquização evolucionista, inferioriza ou denomina primitivas sociedades que não possuem escrita, impedindo de compreender as *formações sócioespaciais* milenares da *terra brasilis*, e a própria diversidade do gênero humano.

Essas sociedades, entre elas os Karajá, possuem formas diferenciadas de produzir e reproduzir saberes. Sua cultura se organiza e se reproduz por meio de ritmos, linguagem, ritos, mitos, gravuras, danças, práticas espaciais, arquitetura, técnicas, sinais, pinturas, símbolos, marcas na paisagem, sentimento de pertencimento etc (GUIDON, 2004; WÜST, 1999). Acerca desse conjunto de signos Ailton Krenak, pensador do povo krenak, expressa:

Algumas danças nossas, que algumas pessoas não entendem, talvez achem que a gente esteja pulando, somente reagindo a um ritmo da música, porque não sabem que todos esses gestos estão fundados num sentido imemorial, sagrado. Alguns desses movimentos, coreografias, se você prestar atenção, ele é o movimento que o peixe faz na piracema, ele é o movimento que um bando de araras faz, organizando o vôo, o movimento que o vento faz no espelho da água, girando e espalhando, ele é o movimento que o sol faz no céu, marcando sua jornada no firmamento e é também o caminho das estrelas, em cada uma das suas estações. (1992, p. 2002)

Assim, a memória, coletiva ou individual, estimulada por narrativas míticas, o ambiente e toda sorte de objetos por eles construídos, tem papéis mais significativos ao seu jeito de viver que para as sociedades ocidentais:

Esse jeito de viver que informa a nossa arquitetura, nossa medicina, a nossa arte, as nossas músicas, nossos cantos. Nós não temos uma moda, porque nós não podemos inventar modas. Nós temos tradição, e ela está fincada em uma memória da antiguidade do mundo, quando nós fazemos parentes, irmãos primos, cunhados, da montanha que forma o vale onde estão nossas moradias, nossas vidas, nosso território. (KRENAK, 2001, p. 202)

Essa memória não é a fotografia estática de um passado como propôs Bérgrson: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.” (BOSI, 1987, p. 17).

O sentimento de pertencimento a um lugar e história comum descrito por Little (2002) encontram na memória mecanismos não só de representação espacial, mas igualmente de co-produção do mundo. No primeiro caso usam o que David Woodward e Malcolm G. Lewis (1998) denominaram de cartografia *cognitiva ou mental*, “que inclui tanto as imagens do ambiente guardadas na mente das pessoas para encontrar caminhos ou se orientar no espaço, quanto artefatos físicos que registram como as pessoas percebem o espaço e os lugares (SEEMANN, 2003, p.270).

Próxima dessa forma mental de representação espacial há uma outra, a *cartografia de performance*, que

[...] pode se manifestar em forma de um ato social não-material, oral, visual etc. como gestos, rituais, canções, processos, danças, poemas, histórias ou outros meios de expressão ou comunicação cujo propósito primário é definir ou explicar conhecimentos ou praticas espaciais. A representação espacial também pode ter uma forma material e “não efêmera”. Os mapas dessa categoria são artefatos físicos que podem ser encontrados fixados em um lugar (arte rupestre, desenho de mapas em habitações, paredes etc.) ou são registros “moveis”, portáteis como cerâmica, tecido, descrição ou desenhos de performance etc. (SEEMANN, 2003, p.270)

Essas cartografias não podem ser categorizadas em moderna e tradicional, ou ocidental e não-ocidental, ou mesmo primitiva, pois são simplesmente formas distintas de representar o espaço por outras culturas (SEEMANN, *op cit*), tão eficaz quanto às formas geométricas ocidentais. O que explica o fato de nenhuma bandeira prescindir do acompanhamento de grupos étnicos locais para adentrar o sertão no Brasil colonial (HOLANDA, 1975).

Eram os autóctones que orientavam os caminhos e trilhas; desenhavam símbolos de orientação nas margens dos rios e sobre rochas os peixes ali existentes; ajudavam na confecção cartográfica, registrando os acidentes geográficos; orientavam a navegação fluvial,

conduzindo as embarcações em cada lugar nos rios. Localizavam espécies comestíveis e venenosas, medicinais, madeiras boas e os locais seguros para pouso a fim de evitarem ataques de outras etnias, animais selvagens e insetos.

Utilizando a cartografia de performance e a cognitiva, ou mental, cada território era e é bem definido pelas sociedades autóctones no Brasil, bem como trazem na memória o passado longo de suas culturas:

Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser “América” e muito antes se ter um carimbo de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui. Essas nossas famílias grandes, que já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, por que nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos. [...] Nos lugares onde cada povo tinha a sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria de nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória da criação do mundo. (KRENAK, 1992, p.201)

Com frequência sua *formação sócio-espacial*, que mais se caracteriza por uma *formação sócioambiental*, dada a sua estreita interação com o ambiente, foi subestimada por comparações histórico-lineares, de viés eurocêntrico. Trata-se, porém, de sociedades milenares, *igualitárias*, com outra dinâmica no tempo e no espaço, de *história* singular, cuja construção iniciou antes da chegada dos europeus (PROUS, 2006; GUIDON, 2004).

Tal subestimação recaiu até sobre as sociedades do neolítico, cuja representação de *selvagens e rudes* precisa ser revista em função da necessidade de habilidades, criatividade, técnicas, sensibilidade e organização maiores que se supunha para produzir a cultura material da época (NOGUEIRA, 2006), como é o caso do *homem do gelo*, encontrado nos Alpes italianos.

Desse modo, o termo *pré-história* é inadequado à caracterização das sociedades autóctones das terras baixas sul-americanas, nos séculos imediatos a invasão européia. Apropriado seria *história antiga*.

1.3.1 ÍNDIOS OU POVOS TRADICIONAIS?

Antes de adentrar nas questões acerca do passado desses povos é necessário rever terminologias e fazer considerações. A primeira refere-se ao uso de conceitos que

identifiquem, diferenciem e, a um só tempo, não reduzam a representação da cultura das sociedades que já se encontravam nessas terras antes de 1500 à condição inferior ou atrasada, como remonta a construção do termo “índio” (LAMBERT, 2001, p.164; GUIDON, 2005).³⁴

Inspirado na antropologia da territorialidade de Paul Little (2002) utilizo o termo *autóctone* para as sociedades milenarmente estabelecidas neste continente. Estes grupos sociais estão inseridos no conceito de *povos tradicionais* de Little (2002), cujo sentido agrega povos que tenham alguma relação histórica com a terra, a temática fundiária, ou luta pela territorialidade. Entre os povos tradicionais estão: camponeses, sociedades autóctones, caiçaras, remanescente de quilombolas, açorianos, babaçueiros, caboclos, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, seringueiros, praieiros, sertanejos, varjeiros etc.

No longo tempo esses povos desenvolveram territorialidades e regime de apropriação opostas àquela estabelecida pelo poder hegemônico do Estado, requerendo enfoque específico. Para tanto, a compreensão dos povos tradicionais funda-se em duas dimensões: uma empírica e outra política. Como realidade empírica esses povos mantêm o *regime de propriedade comum, sentido de pertencimento* a um lugar e profundidade histórica da ocupação guardada na *memória coletiva*.

O aspecto sóciopolítico integra três contextos. O contexto das fronteiras em expansão engloba o conjunto de grupos sociais que defendem seus territórios frente à usurpação do Estado-nação e grupos vinculados ao Estado, sobretudo latifundiários e empresários. No segundo contexto tem-se o plano ambientalista, cujo papel é lidar com vários grupos sociais existentes numa área de proteção integral. E por fim, o contexto dos debates sobre uma relativa autonomia territorial, sintetizado pela Convenção 169 da OIT³⁵, que trata do respeito aos direitos dos povos.

Significativa aqui é a aproximação entre povos tradicionais com a noção de *etnia* em Ratts (2003), para quem necessariamente a existência de um povo remete a um lugar.³⁶ Ambas desobrigam buscar a semelhança, ou não, com outros aspectos, por exemplo, o religioso, de identidade e o lingüístico.

Assim, é recomendável substituir o termo “índios” ao se referir as sociedades milenares da *terra brasilis* por: tradicionais autóctones, povos autóctones, sociedades

³⁴ De acordo com Alexandro J. P. Ratts os grupos étnicos tem manifestado o desejo de serem tratados por autóctones ao invés de índios. In: Seminário a grupos da etnia Xavante, Karajá, Guaraní, Kaiowa durante o curso de Educação Superior Indígena na UFG, 2007.

³⁵ Organização Internacional do Trabalho

³⁶ Grupo social que compartilha história, origem, mitos, cultura, ritos, valores, crenças, arte, língua, parentesco, costumes, lugar comum, sentimento de pertencimento etc. (RIBEIRO, 1995; LITTLE, 2002; RATTTS, 2003).

autóctones, nações autóctones, aldeão, etnia, grupos étnicos, civilização autóctone, sociedade, ou simplesmente por sua designação étnica. Em nosso caso, os Karajá.

1.3.2 REPRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE SÓCIO-CULTURAL NO DISCURSO ACADÊMICO

Na atualidade, o reconhecimento da história das civilizações autóctones e o uso adequado de termos encontram barreiras na própria academia. Várias têm sido as formas de tornar “invisíveis” as culturas e a história das sociedades autóctones no meio acadêmico, em geral, tributárias da representação *moderna*³⁷. Diversos autores têm realizado críticas nesse sentido. Benavides (2001) alerta para o discurso homogeneizador das diferenças sob a noção de *mestiçagem*³⁸, Lambert (2001, p.164) e Wüst (1999) apontam a redundância do termo *índio*³⁹, de conotação pejorativa, Ladouceur (1992, 2003) e Little (2002) criticam o ideal de *nação única*: a brasileira.

Termos brandos como *assimilação* de Gilberto Freyre e do *processo de feliz aclimação e solidariedade cultural* de Sergio Buarque de Holanda, mais camuflaram que evidenciaram as diversidades socioculturais atuais e pretéritas e o que de fato ocorreu durante a exploração colonial (BOSI, 2001).

Discursos como esses sustentaram o mito homogeneizador da *mestiçagem* na tentativa de esconder as diferenças raciais, culturais, étnicas, econômicas, religiosas na América Latina (BENAVIDES, 2001). Esse discurso atua como ferramenta das elites nacionais às suas aspirações comerciais e auto-afirmação junto à Europa, Canadá e EUA. Um paradoxo latino-americano, pois ao tornar invisíveis as nossas origens e pluralidade, negam as próprias Histórias.

De forma similar, subordinada a uma pequena elite, a razão instrumental qualifica a diversidade e as diferenças como perigo à *identidade nacional*, colocando-se a serviço do Estado à construção da nação única (BENAVIDES, 2001; LADOUCEUR, 1992)⁴⁰. A razão instrumental torna-se assim não só meio de dominação e manutenção do poder, mas igualmente limita a participação democrática junto às instituições e impede a ascensão social das minorias etnoculturais, incluindo as sociedades autóctones.

³⁷ Referente a ideologia da modernidade

³⁸ Designa uma raça cósmica superior, proposto inicialmente por Vasconcelos no século XIX, México, constituída pela homogeneização das matrizes autóctones americana, africanas e européia (BENAVIDES, 2001).

³⁹ Termo de forte carga ideológica inferiorizante usado desde o período colonial atribuído a todos os povos que já viviam no continente americano (WÜST, 1999).

⁴⁰ CERVO, Amado. Em seminário: Brasil: 500 anos. UFG: FCHF, março, 2000.

É inegável a miscigenação ocorrida no território brasileiro. No entanto, essas mestiçagens não se apresentam uniformes, e tampouco homogeneizaram as diferenças socioculturais e étnicas, conforme previam alguns difusores da *ideologia* da mestiçagem, como Freyre (1997) e Ribeiro (1995).

Muito diferente do discurso tem se mostrado a realidade. O território brasileiro não se tornou homogêneo (BOSI, 2001; SANTOS, 2001; LADOUCEUR, 1992, 2003; RATTS, 2003). Existem cerca de 300 etnias autóctones, constituindo 220 sociedades, com 340 mil indivíduos habitando aldeias (FUNAI, 2002; ISA, 1998; QUADRO 2), e mais de 400 mil nas cidades, falando mais de 200 línguas (IBGE, 2000).⁴¹ Além de outras dezenas de etnias de origem africana, asiática e européia.

Quadro 2

População autóctone no Brasil, por Região

POPULAÇÃO DE ETNIAS AUTOCTONES NO BRASIL, 2007.														
NORTE			NORDESTE			SUDESTE			CENTRO-OESTE			SUL		
	IBGE	FUNAI		IBGE	FUNAI		IBGE	FUNAI		IBGE	FUNAI		IBGE	FUNAI
AM	113.391	83.966	BA	64.240	16.715	SP	63.798	2.716	MS	53.900	32.519	RS	38.718	13.448
PA	37.681	20.185	PE	34.669	23.256	MG	48.720	7.338	MT	29.196	25.123	PR	31.488	10.375
RR	28.128	30.715	MA	27.571	18.371	RJ	35.934	330	GO	14.110	443	SC	14.542	5.661
RO	10.683	6.314	CE	12.198	5.365	ES	12.746	1.700	DF	7.154	0			
TO	10.581	7.193	PB	10.088	7.575									
AC	8.009	9.869	AL	9.074	5.993									
AP	4.972	4.950	SE	6.717	310									
			RN	3.168	0									
			PI	2.664	0									
ST	213.445	163.192		170.389	77.585		161.198	12.084		104.360	58.085		84.748	29.484
%	1,65			0,36			0,22			0,90			0,34	
TOTAL IBGE = 734.127 PESSOAS = 0,43 % TOTAL FUNAI = 340.430 PESSOAS														

Elaboração: Loiola, 2007. Fontes: Censo demográfico IBGE, 2000; FUNAI, 2007.

O Quadro 2 sugere que a invisibilidade sobre esses povos muitas vezes se esconde por trás das metodologias de pesquisa. Quando a FUNAI procura por etnias que vivem em aldeias, a Região Sudeste apresenta demografia pouco expressiva e as Regiões Nordeste, Sul, Centro Oeste e até a Região Norte assistem uma redução de cerca de 50 % na população autóctone. Mas se a pergunta for a identificação étnica auto-declarada, caso da metodologia IBGE (2000), a representatividade das sociedades autóctone cresce mais de 100 %. Mais que em números robustos, essa metodologia expõe uma distribuição equitativa, expressiva em todo o território (QUADRO 2; FIGURA 4).

⁴¹ ISA: Instituto de Estudos Sócioambientais.

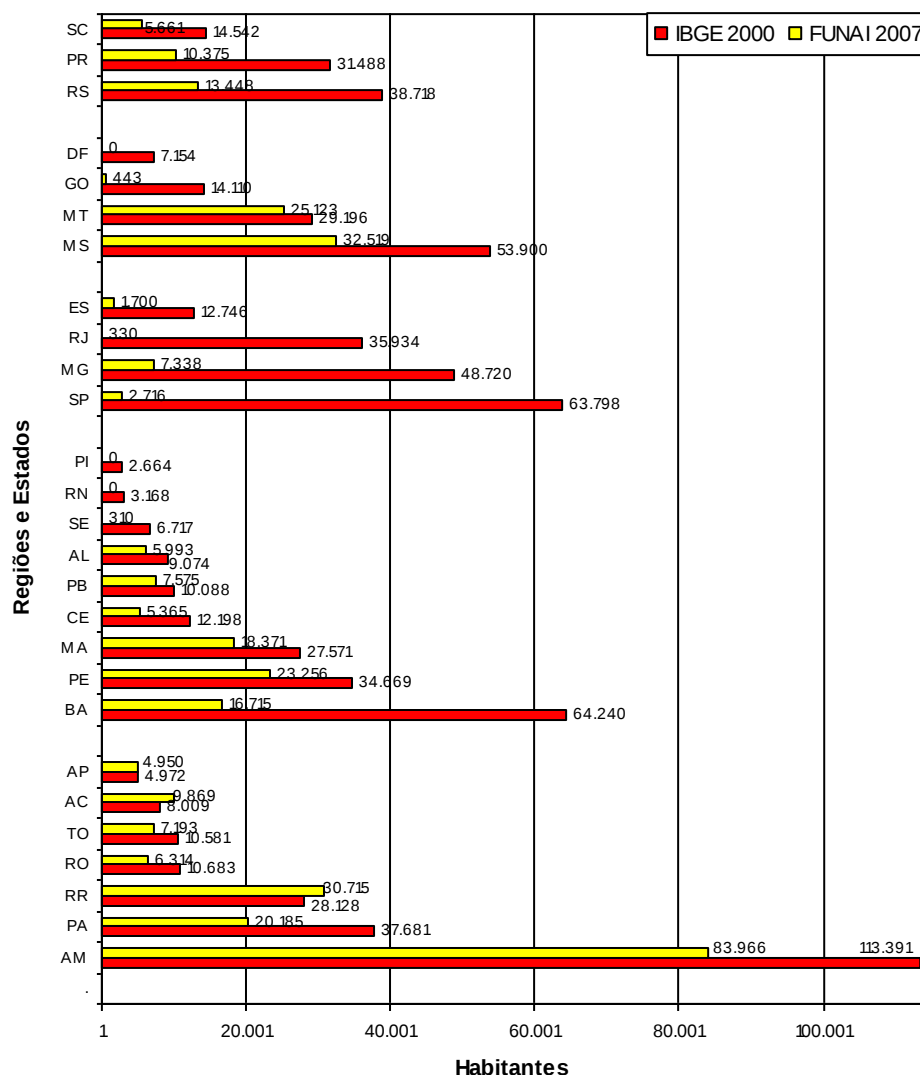


Figura 4: População autóctone no Brasil, por Regiões.

Elaboração: Loiola, 2007

Fontes: Censo demográfico IBGE, 2000; FUNAI, 2007.

A tese da homogeneização étnica segue perdendo força ao ser esboçada a distribuição demográfica das etnias autóctones por município no Brasil (FIGURA 5). Após a visualização do cartograma da figura 5, poucos brasileiros poderiam afirmar que em seu município não há um representante de etnias milenares. Importa observar que na Região Norte concentra-se o “Brasil autóctone”, principalmente na floresta Amazônica. Os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba possuem menor número desses grupos.

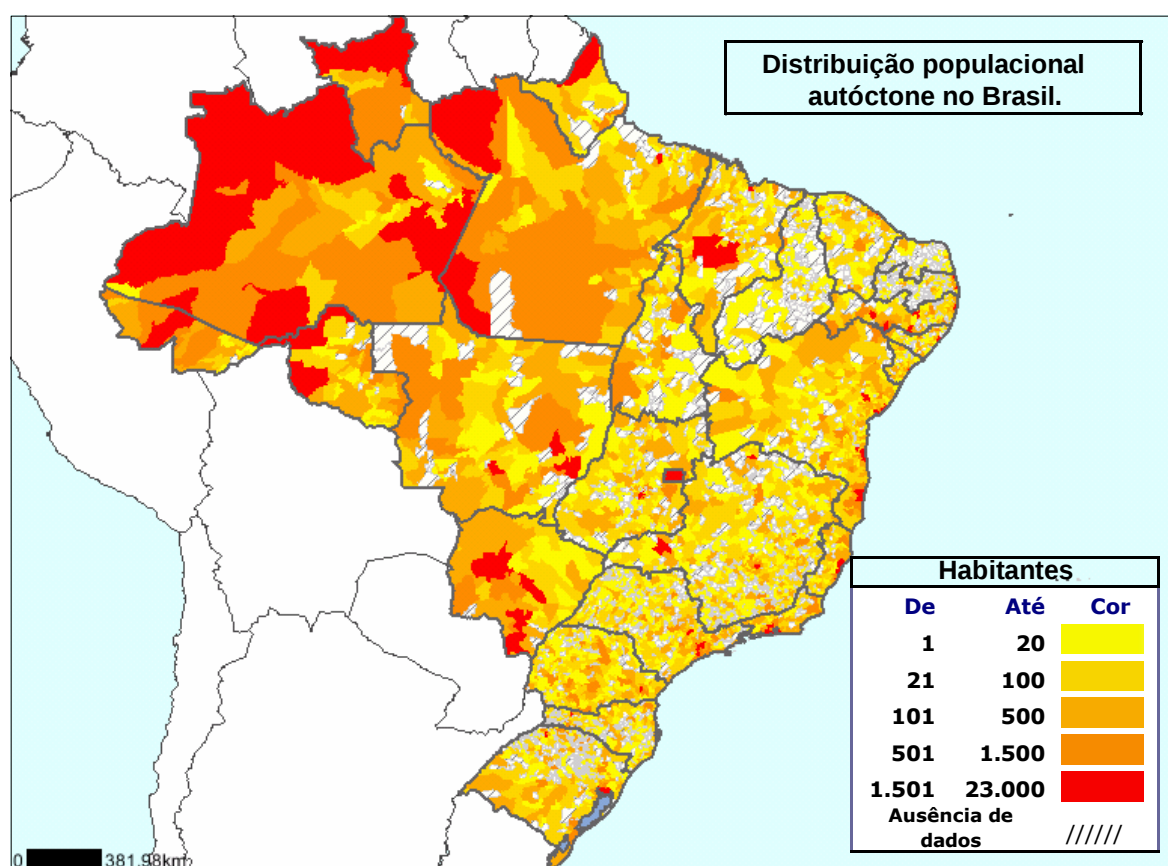


Figura 5: Distribuição populacional autóctone no Brasil, por município.

Elaboração: Loiola, 2007. Fonte: Censo demográfico IBGE, 2000.

A Região Nordeste foi uma das primeiras Regiões onde as sociedades locais sofreram fortes reduções desde o início do período colonial, mas que nem por isso estão extintos, a não ser no discurso.

“A invisibilidade dos índios no Ceará está relacionada com a situação dos grupos indígenas em todo o Nordeste, os primeiros a serem alcançados pela expansão colonialista, dentre os quais, muitos foram considerados extintos e aculturados, mas que hoje contabilizam pelo menos 23 povos.” (RATTS, 1996, p. 4)

Nesse exercício de “descobrir” o que está encoberto, o Estado de Goiás mereceu especial atenção por ser o território foco do estudo. Nos *autos* da FUNAI (2002), pesquisas do ISA (1998) e diversos estudos antropológicos somente três etnias autóctones são evidenciadas em Goiás: Karajá, Avá Canoeiro e os Tapuios.⁴² Este último considerado por Moura (2006) como derivado da etnogênese entre Xavantes, Kayapó do Sul, Xerente, Javaé (Karajá),

⁴² ISA: Instituto Sócioambiental. FUNAI: Fundação Nacional do Índio.

africanos e luso-brasileiros. Entretanto, os dados do censo demográfico IBGE (2000) em Goiás demonstram que há um mundo “subterrâneo” de etnias existentes neste Estado de 14.104 habitantes autóctones, e se considerarmos o distrito federal eleva-se a 21.258 habitantes (QUADRO 3; FIGURA 6).

Quadro 3

Distribuição populacional autóctone em Goiás, por município⁴³

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DE ETNIAS AUTÓCTONES EM GOIÁS, MAIS O DISTRITO FEDERAL.			
		Pessoas	Subtotal
R. I. D. Distrito Federal e Entorno		10.228	21.258
Distrito Federal		7.154	
Goiás		14.104	
Pessoas por município	Frequência	Pessoas	Percentual
Não consta	90	0	0
1 a 20	70	630	4,5
21 a 50	32	1.076	7,6
51 a 115	22	1.762	12,6
116 a 200	11	1.778	12,6
201 a 2921	17	8.858	62,8
TOTAL GOIÁS	242	14.104	100

Elaboração: Loiola, 2007. Fonte: Censo demográfico IBGE, 2000.

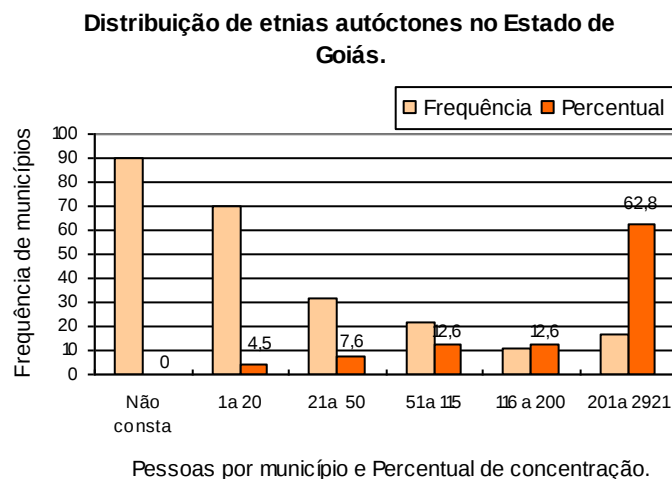


Figura 6: Distribuição populacional autóctone no Estado de Goiás.

Elaboração: Loiola, 2007. Fonte: Censo demográfico IBGE, 2000.

Verifica-se que essa população autóctone em Goiás encontra-se distribuída em todo território goiano, mas a expressiva concentração, 62,8 % em apenas 17 municípios, com população variando de 201 a 2921 indivíduos (QUADRO 3; FIGURA 6). Essa população é

⁴³ RIDE Região Integrada do Distrito Federal e Entorno.

encontrada, sobretudo, nos municípios de Luziânia, Planaltina, Aruanã, Formosa, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Santo Antônio do descoberto (QUADRO 4).

Quadro 4

Municípios com maior concentração populacional autóctone em Goiás

MUNICÍPIOS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL DE ETNIAS AUTÓCTONES					
EM GOIÁS.					
Municípios	Pessoas	Percentual	Municípios e DF	Pessoas	Percentual
Goiânia	2920	0,27	Senador Canedo	219	0,41
Anápolis	800	0,28	Niquelândia	215	0,56
Aparecida de Goiânia	766	0,23	Caldas Novas	200	0,4
Luziânia	520	0,37	Aruanã	185	3,6
Planaltina	463	0,63	Cidade Ocidental	179	0,44
Formosa	454	0,58	Goiás	176	0,65
Águas Lindas de Goiás	343	0,32	Jataí	175	0,23
Trindade	326	0,4	Catalão	169	0,26
Acreúna	307	1,68	Minaçu	166	0,5
Itaberaí	302	1,08	Inhumas	156	0,35
São Miguel do Araguaia	261	1,15	Leopoldo de Bulhões	145	1,87
Valparaíso de Goiás	256	0,27	Mozarlândia	143	1,28
Novo Gama	237	0,32	Porangatu	143	0,36
Santo A. do Descoberto	236	0,45	Santo A. da Barra	126	3,11
Itumbiara	233	0,29	DISTRITO FEDERAL	7.154	0,35
PARCIAL GOIÁS	10.821	76,7	(Este percentual é relativo a população de etnias)		

Elaboração: Loiola, 2007.

Fonte: Censo demográfico IBGE, 2000.

Pode-se melhor visualizar esse grau de concentração no cartograma de distribuição da população autóctone em Goiás (FIGURA 7). Tanto o aspecto numérico expressivo e a distribuição demográfica em todo território, quanto à concentração em determinados municípios apontam a necessidade de pesquisas sobre a identificação, trajetórias territoriais e históricas dos grupos étnicos autóctones.

Várias questões se apresentam para serem investigadas: Quais grupos étnicos compõem essa população? As etnias estão agrupadas em determinados locais? Qual o histórico de cada grupo? Como vivem? Quem são e como viviam os antepassados desses grupos? Um bom começo seria orientar a metodologia do IBGE para indagar pelo grupo étnico e geo-referenciar o local de moradia.

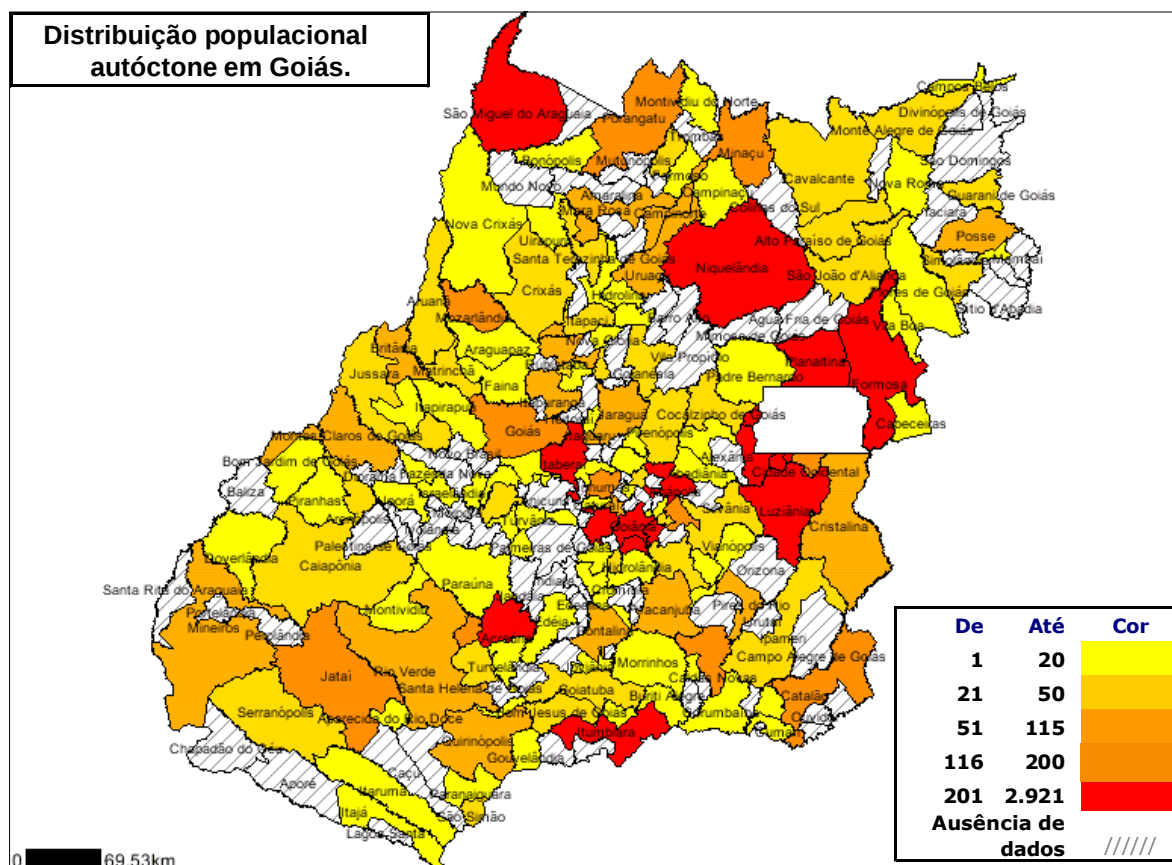


Figura 7: Distribuição populacional autóctone em Goiás, por município.

Elaboração: Loiola, 2007. Fonte: Censo demográfico IBGE, 2000.

Embora a sociedade brasileira tenha na sua constituição parte da genética e cultura desses povos autóctones, historicamente os grupos remanescentes têm mantido seus interesses, crenças, modos de vida e visões de mundo distantes dos nossos (LITTLE, 2002).⁴⁴ De um lado, não se identificam com a *etnia brasileira*⁴⁵, nem aceitam a anulação de sua diversidade⁴⁶. De outro, querem relativa autonomia territorial sem deixar de pertencer ao território brasileiro. Não oferecem, portanto, ameaça ao Estado nacional.

Apesar de modificados com o tempo, reconhecem-se uns aos outros por meio de uma identificação étnica ontológica e mantêm lealdade aos membros dos grupos, contrariando a idéia de homogeneização (LITTLE, 2002). Desta forma, compõem variantes *sui generis* da

⁴⁴ Pesquisa paleogenética da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2001, demonstrou que cerca de 30 % dos brasileiros têm herança genética desses povos.

⁴⁵ Conceito homogeneizador usado por Ribeiro (1995) em sintonia com a necessidade do Estado de impor o conceito de nação, obscurecendo as diferenças socioculturais internas.

⁴⁶ GUIDON, Niéde. Entrevistada no programa *Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, setembro, 2003.

cultura humana. Mantêm estreita relação com o ambiente e lutam para conservá-lo, pois sabem que sem ele não perpetuarão sua cultura⁴⁷.

Essa vontade é expressa na mensagem que os Xavante, do Mato Grosso, e Karajá, do Tocantins, transmitem nas apresentações de rituais no Projeto Ritos de Passagem: canto, dança e ritual indígena:

Povo verdadeiro, gente de verdade, nós mesmos. É assim que nós nos sentimos: parte integrante deste universo, em conexão com o Espírito Criador. Nós aprendemos com nossos ancestrais tudo o que sabemos e queremos preservar esse conhecimento para as futuras gerações. (WABUA XAVANTE, 2003).

Cada dia mais consciente de sua multiplicidade étnica, essas sociedades anseiam por reconhecimento de suas territorialidades e historicidades. Estão convencidos que a divulgação da sua cultura os tornará respeitados: "Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar quem somos, a força, a beleza, a riqueza da nossa cultura. Só assim vão entender e admirar o que temos" (WABUA XAVANTE, 2004).

Conhecer os antepassados desses sujeitos históricos é oferece subsídios à construção de uma liberdade politicamente viável e identificação cultural diante da imensa diversidade étnica na América Latina (BENAVIDES, 2001), bem como permite distinguir um povo etnicamente heterogêneo e culturalmente plural: o povo brasileiro (CERVO⁴⁸; LADOUCEUR, 1992, 2003; RATTIS, 2003; LITTLE, 2000).

1.3.3 ESQUECIMENTO DA DIVERSIDADE HISTÓRICO-CULTURAL NA GEOGRAFIA

As ciências sociais, em especial a geografia, influenciada pela ideologia moderna, têm reproduzido os discursos invisibilizadores descritos, retratando de forma parcial a diversidade sociocultural do território (LITTLE, 2002). À geografia cabe indagar se a abordagem das fronteiras extremamente centrada em processos econômicos *modernos*, territorializados pelo Estado, não a estaria limitando ao uso instrumental?

Para Ladouceur (2003), a priorização nos processos estatais e econômicos contribui para reproduzir a invisibilidade sociocultural do território no campo da geografia, dificultando a compreensão dos sujeitos do território, suas historicidades, as desigualdades, a diversidade

⁴⁷ BARBOSA, Altair Sales. Biogeografia do Cerrado. In: Curso realizado no VI Congresso brasileiro de geógrafos. UFG, Goiânia, 2004.

⁴⁸ CERVO, *cit.*

sociocultural, o ambiente da ação e a multilateralidade política nos conflitos, contradições e dilemas inerentes às fronteiras.

De fato, no Brasil, os geógrafos têm se preocupado mais com o aspecto econômico das fronteiras do que com os sujeitos (GONÇALVES, 2002; MARTINS, 1997; MOREIRA, 2000), motivados por duas questões: uma de ordem político-ideológica e outra por deficiências teóricas (CHAVEIRO, LOIOLA e OLIVEIRA, 2005; MOREIRA, 2000). Vejamos esse duplo fundamento do problema.

Em primeiro, os aspectos político-ideológicos e a idéia de territórios *vazios* estiveram relacionados à institucionalização da geografia no final do século XIX e início do XX (MACHADO, 1995). Desde então essa ciência esteve muito mais empenhada na construção de um projeto moderno de Brasil e na integração do território, subordinada aos interesses estatais, do que estudá-lo ou compreendê-lo.

O projeto de Brasil fundamentava-se no positivismo de August Comte, territorializado, sobretudo, através do Sul do país, influenciando a era Vargas e Kubtschek na “*marcha para o oeste*” (BOSI, 2001). Representou a consolidação do positivismo junto ao Estado, o qual desejava construir a nação idealizada, a partir de uma *centralidade e nação única*. A geografia esteve imersa nesse projeto.

Quanto à representação de *espaços vazios*, no passado, e em certa medida hoje, a produção acadêmica se concentrou no litoral (VIDAL E SOUZA, 1997; LEONÍDIO, 2001). De lá, sem conhecer de perto a diversidade do território, construíram-se idealizações do interior sob visão europeizada, com imagens de sertão “vazio” e de riqueza associadas à extensão territorial e à diversidade ecológica.

Os equívocos em supor a homogeneidade sociocultural e uma imensidão de espaços vazios no Brasil colaborou para que as políticas planejadas pelo Estado frequentemente tomassem forma de conflito e/ou degradação do meio. Atributos do alto grau de (des)conhecimento sobre os sujeitos das fronteiras, suas historicidades, geograficidades, aspirações, direitos e o ambiente da ação.

Em segundo, menos evidente que a idéia de espaços vazios e a instrumentalização político-ideológica estatal, está a carência teórica da geografia brasileira resultante, em parte, das premissas do determinismo histórico-evolutivo e ambiental, que têm orientado pesquisas com análises linear-comparativas, desconsiderando a *multiplicidade histórica*. Por esse viés a evolução e o desenvolvimento seguiriam etapas obrigatórias e universais, cujos referenciais são as dinâmicas históricas ocorridas em países do “norte”, de climas temperados, sob outros ambientes, culturas e interesses (SOUZA, 1997).

Muitas dessas proposições teóricas atuais acerca do desenvolvimento decorrem das concepções do naturalista Von Martius e outros intelectuais europeus dos séculos XVIII e XIX acerca da teoria do *degeneracionismo*, proposta para explicar a ocupação e a diversidade humana em terras tropicais, na América do Sul e no Brasil (FUNARI E NOELLI, 2002).

A partir da idéia do degeneracionismo, “Von Martius formulou a tese de que as populações indígenas que ocuparam as Américas eram originalmente “desenvolvidas”, tendo como modelo os astecas, os maias e os incas, em virtude das suas arquiteturas monumentais, das densas populações e da agricultura em larga escala. Ao descerem das terras temperadas, dos altiplanos andinos, os incas teriam ingressado nas áreas de floresta tropical, consideradas ambientes desfavoráveis para a humanidade, passando a sofrer um contínuo processo de degeneração das suas capacidades morais, de desintegração da sua organização social.” (FUNARI e NOELLI, 2002, p.33)

Após ter percorrido o interior do Brasil entre os anos 1817 e 1820, em 1845 Von Martius publicou sua teoria no ensaio “Como se deve escrever a História do Brasil” e, com ela, foi vencedor de um concurso realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A aprovação pelo IHGB deixaria claro a grau de influência sobre a estruturação da geografia e outras ciências no Brasil desde o século XIX. A tese degeneracionista de Martius, assim como outros argumentos enganosos e pejorativos sobre o ambiente, as culturas africanas e preexistentes na *terra brasilis* vincaram fundo no meio acadêmico brasileiro.

Martius e suas idéias influenciaram intelectuais brasileiros no final do século XIX e XX, cujo alcance perdurou até a década de 1970 (FUNARI e NOELLI, *op cit*). Entre os renomados antropólogos seguidores estavam Darci Ribeiro e outros, sobretudo, ligados a órgãos governamentais, como a FUNAI.

O Handbook of South American Indians (1946-50), organizado por Julian Steward, é a continuidade da linhagem de pensamentos deterministas e linear-evolucionistas (BANDEIRA, 2006). A arqueóloga Betty Megers seguiu os princípios de Stewart. Nas suas afirmativas em “América Pré-histórica”, de 1978, Megers atribuiu à diferença de desenvolvimento entre os Estados Unidos e o Brasil às condições geográficas:

Este Livro enfatiza o contraste entre a América pré-histórica e a América moderna, responsável por problemas nacionais e internacionais de desenvolvimento. [...] Durante o período pré-histórico, a existência de recursos semelhantes criou configurações notavelmente similares tanto na América do Sul como do Norte, embora pouca ou nenhuma comunicação houvesse entre elas. Considere-se as diferenças entre os limites dessas áreas ecológicas e os das nações modernas. Na América do Norte os Estados Unidos estendem-se de oceano a oceano, por florestas. Na América do Sul, em contraposição, as modernas divisões coincidem mais de perto com as zonas ecológicas. O Brasil é principalmente floresta, a Argentina, Campo; o

Chile, costa do Pacífico; Colômbia e Venezuela são zonas intermediárias. Essa diferença é significativa. Se a América do Norte tivesse sido desmembrada em muitos países, um ocuparia a floresta, outro os campos, outro o deserto e outro a costa do Pacífico, a situação seria comparável à da América do Sul e os problemas de desenvolvimento seriam provavelmente análogos. (BETTY MEGGERS, 1978 *apud* FUNARI e NOELLI, 2002, p.52)

Desta forma, as sociedades autóctones, os remanescentes de quilombolas, os camponeses, o ambiente e as demais populações tradicionais foram postos como entrave ao *desenvolvimento* (LITTLE, 2002). Tal reducionismo levou os geógrafos da *era* Milton Santos, por força das limitações daquela época, como o grau de conhecimento sobre o território, influências teóricas, ideológicas, o desenvolvimentismo e a ditadura militar, a retratar mais as redes do que o conteúdo: *os sujeitos e seu ambiente*; e considerar a produção do espaço de vivência na *terra brasilis* somente a partir do século XVI.

A atualidade não difere muito. Poucos trabalhos em geografia são dedicados ao passado da complexa formação sociocultural do território, especialmente quando se trata de tempos anteriores ao século XVI. Sensíveis a essa carência e atentos às demandas, Ladouceur (1992, 2003), Little (2002), Souza (1997), Martins (1997), Moreira (2000), Mendonça (2001) Gonçalves (2002), Monteiro (2003), Freitas (2003), Dosse (2003), Loiola & Ratts (2005) sugerem aproximar temáticas socioculturais e ambientais no discurso geográfico, sem esquecer suas *dinâmicas espaço-temporais*.

Resultam da pouca ênfase a esses temas a reprodução de mitos pejorativos, falsas imagens e a ausência das sociedades milenares na memória nacional e goiana. Para Palacin,

Até o despertar da consciência crítica nas últimas décadas, a ausência do índio na memória goiana era total. Nem poesia épica ou lírica, nem no folclore ou nas histórias populares se encontra a mais leve referência ao passado indígena do território goiano. [...] Deve-se buscar numa censura inconsciente por motivos culturais e morais a causa da ausência do índio na memória goiana. [...] a continua pregação dos missionários, e as ordens do governo, devem ter deixado um peso de culpabilidade no extermínio do índio, que provoca uma censura na memória. (PALACIN, 1992, 59,67, 68)

Possivelmente essa ausência na memória influencia o esquecimento no campo do ensino e da pesquisa na geografia, e faz com que as contribuições desses povos para a formação da nossa sociedade sejam minimizadas, predominando ainda o mito de selvagens e nômades sobre seus antepassados do século XV. Segundo Wüst,

As sociedades indígenas que habitavam o Brasil Central na época da conquista foram frequentemente caracterizadas como grupos nômades que desconheciam a tecnologia cerâmica, praticavam apenas algum cultivo incipiente e moravam em aldeias pouco populosas (STEWART e FARON,

1959). As pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos vinte anos em Goiás e no Mato Grosso modificaram consideravelmente esta visão tradicional que foi orientada por um forte viés evolucionista e que era tão conveniente para justificar o extermínio destas populações e a ocupação de suas terras. (WÜST, 1993, p. 100)

Contudo, é falso pensar que a história de Goiás começou com os bandeirantes (WÜST, 2001). É igualmente enganosa a imagem de que as sociedades autóctones desconheciam a agricultura, viviam como bichos, tinham cultura rudimentar, pouca organização sócio-política, ou que formavam pequenos bandos nômades antes do século XVI (ROOSEVELT, 1999).

Tais equívocos fundam-se em certos aspectos das memórias deixadas pelos naturalistas e viajantes europeus em expedições à Província de Goiás, no início do século XIX. Como visto, escritas com base em lógica, conceitos e referências da sociedade européia, fizeram uma seleção unilateral dos fatos e das interpretações da realidade, gerando sérias limitações das suas observações, ora simplificadoras, e às vezes, deformadoras (DOLES e NUNES, 1992, p. 83). A arqueologia, antropologia e diversas áreas trazem informações que confrontam esse quadro invisibilizador.

A crítica ao determinismo ambiental, como teoria explicativa, vieram tanto de correntes antropológicas, insatisfeitas com tais argumentos, quanto de estudiosos da atualidade, atentos à justificativa da exploração da América Latina, travestida de destino ecológico” como imaginavam os deterministas. No que se refere à ocupação pré-histórica do continente sul-americano, os vestígios arqueológicos têm mostrado um quadro que contradiz, abertamente, tais teorias deterministas. (FUNARI e NOELLI, 2002, p.53)

No caso das sociedades autóctones do Brasil central e da província de Goiás, as informações arqueológicas contrariam aquelas contidas nos registros etnográficos dos naturalistas e viajantes, os quais retrataram uma sociedade já desestruturada desde os séculos XVI, XVII e XVIII, longe de sua plenitude (WÜST, 1983, 1990). Entre eles cita-se Silva e Souza (1849) [1849], Spix e Martius (1816 a 1819)[1981], Luis D’Alincourt (1818)[1975], Cunha Mattos (1824)[1979], Pohl (1818-1820) [1976], Saint-Hilaire (1819)[1975], Burchell (1827-1828)[Ferrez, 1981], Gardner (1839-1840)[1975] e Castelnau (1843)[2000]. Contudo,

Apesar dos dados arqueológicos ainda serem bastante fragmentários, já dispomos de um quadro temporal e espacial sobre a diversidade cultural destas sociedades pré-coloniais e sobre alguns dos aspectos de sua cultura. As informações sobre algumas centenas de sítios arqueológicos já permitem reformular significativamente a nossa idéia sobre estes grupos indígenas. (WÜST, 1993, p. 100)

Se os métodos de pesquisa descompromissados com a cultura e história desses povos, desqualificaram culturas milenares e ambientes em diversos continentes (BENAVIDES, 1999), as informações arqueológicas permitem agora re-escrever essas histórias, discutindo perspectivas para além da modernidade. Todavia, os sujeitos de pesquisa precisam rever a visão de mundo moderna, cujo discurso tem anulado os *diferentes*: os *outros*, e favorecido sua dominação ideológico-cultural.

Apesar de a geografia dedicar pouca atenção aos sujeitos do território e à dimensão temporal do espaço, demonstrar-se-á no Capítulo segundo que à abordagem desses enfoques e à superação dos bloqueios da modernidade não faltam recursos. Antes, o estudo desse passado requer a noção do presente, saber um pouco mais sobre os Karajá, em nosso caso. Pois, quando se deseja verificar a dimensão do *iceberg* é recomendável começar pela ponta emersa.

1.3.4 DO MITO À DÁDIVA DO ARAGUAIA: SOCIEDADE INY, OU KARAJÁ

Tão importante quanto terminologias e conceitos é rever trajetórias e aspectos mitológicos a fim de ampliar a noção sobre as civilizações milenares na América. Sua trajetória e mitos são partes da memória e trazem signos de sua história. Os Karajá estão entre as sociedades que compõe essas civilizações. Sua autodenominação é Iny ou *nós*. Entretanto, são mais conhecidos como Karajá, palavra de origem tupi-guarani cujo significado é *macaco grande*, certamente atribuída por outras etnias (TORAL, 1992).

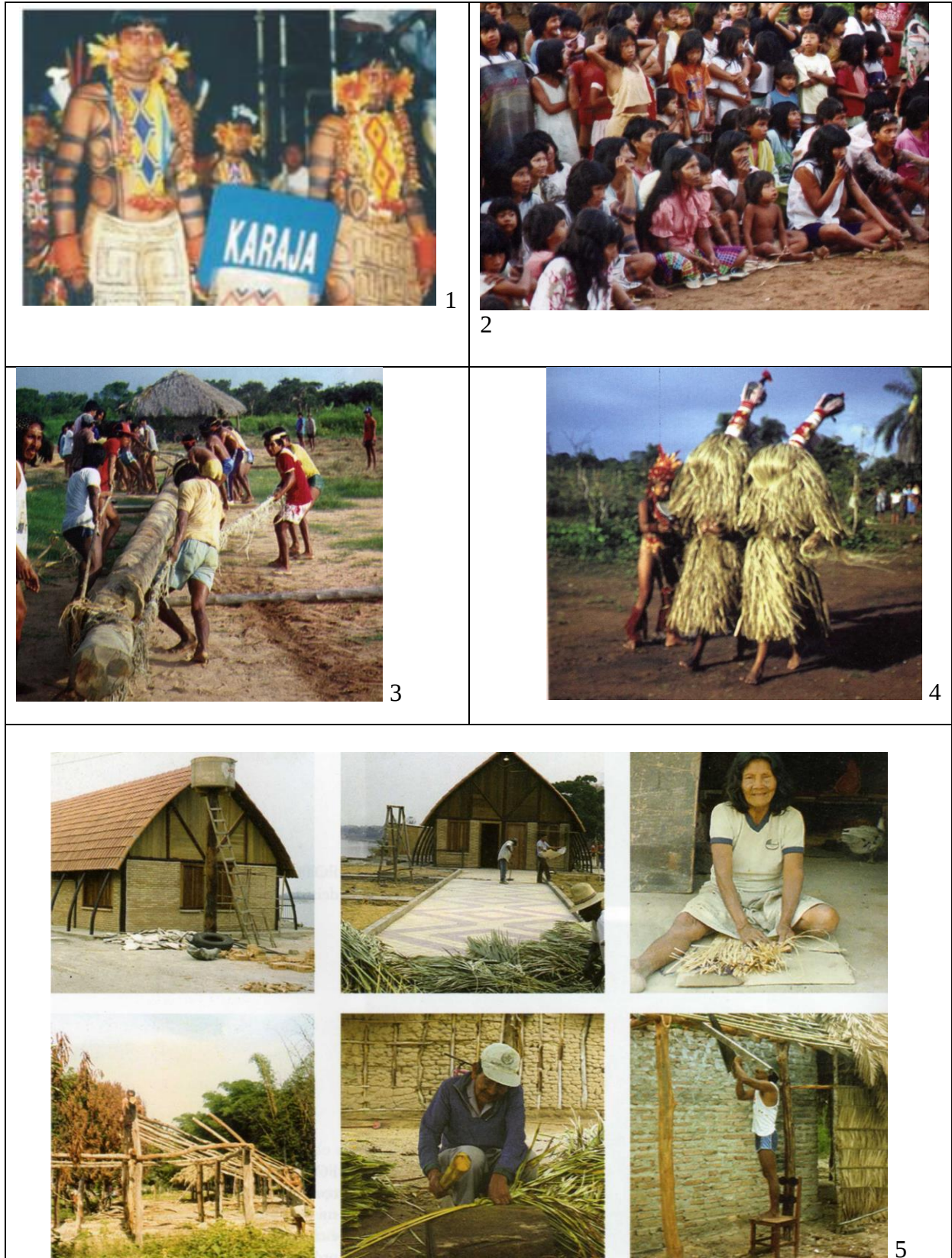
É provável que os ancestrais dos Karajá, ou proto-Karajá, da Fase Aruanã e Tradição Uru, tenham migrado de culturas amazônicas antes de 1500, como veremos no Capítulo terceiro, seguindo a planície do Rio Araguaia e ocupado a porção meridional da Ilha do Bananal, mas há muito tempo se diferenciaram das origens (WUST, 2001, 1994, 1984; TORAL, 1992). Situados há mais de cinco séculos na planície do Rio Araguaia ou *Berohokã*, água grande na língua Karajá, é possível que tiveram sua etnogênese na planície desse Rio (LIMA FILHO, 1999).

Assim como as demais *sociedades igualitárias da terra brasiliis* os Karajá mantiveram populações pequenas, organizadas em aldeias, com um modo de vida relativamente simples, mas com um sistema econômico voltado à auto-suficiência, de base agrária, cujo sistema de abastecimento foi estruturado na agricultura, pesca, coleta, caça. Essa base econômica foi capaz de manter suas população de forma saudável ao longo dos anos. Embora atualmente esteja mesclado por costumes e dependências da sociedade ocidental (FIGURA 8).

Na figura 8 encontram-se registros fotográficos de encontros anuais, onde são realizados ritos de passagem e festas rituais como a do Aruanã e a puxada de mastro. Nestes encontros e no cotidiano são transmitidos aos mais novos técnicas tradicionais, linguagem, cantorias, mitos, danças e costumes, entre outros. Em suas atividades é marcante o sentimento coletividade e pertencimento ao grupo e lugar.

Em meio às continuidades e mudanças culturais naturais, bem como as alterações forçadas ao longo dos diversos aldeamentos e perseguição no período colonial, imperial e republicano os Karajá resistiram, mantendo sua identificação étnica. Em 1947 o médico Haroldo Cândido de Oliveira ao visitar a aldeia Karajá de Aruanã relatou que o grupo estava em melhores condições sociais e de saúde do que os demais moradores de Aruanã:

Eu já vou examinando os Karajá, de quem aqui existe uma pequena colônia. Os índios estão em condições bastante superiores às dos civilizados: melhor saúde, melhor situação econômica, melhor cultura, mais limpeza, mais trabalho etc. [...] Examinei 14 índios, que a tanto está reduzida, no momento, a colônia de Leopoldina. Estamos na época de pescaria, e quase todos os índios estão espalhados pelo rio ‘mariscando’. Em pequenos grupo, levando a mulher e os filhos eles partem em suas esguias canoas feitas de um só tronco, as famosas e velozes ubás, e ficam dias e dias ausentes, pescando e dormindo nas claras praias do Araguaia. [...] Em linhas gerais, a situação dos índios em Leopoldina é muito boa, principalmente se compararmos com a dos caboclos. (OLIVEIRA, 1947, *apud* LIMA FILHO, 2006, p.141).



Fonte: Foto 1 de Daniel Farias, FUNAI, 2002.; foto 2, 3 e 4 de Lima Filho, 1990; foto 5 do IGPA, 2006⁴⁹ Elaboração: Loiola, 2007

⁴⁹ In: Acervo de Imagens do IGPA, Nunes e Barbosa (2006).

Figura 8: Sociedade Karajá: 1-Hetohoky, 2- assistindo ritual, 3-puxada de mastro, 4- festa do Aruanã na Ilha do Bananal e 5-Atividades cotidianas na Aldeia Buridina, Aruanã.

A sociedade Karajá, é composta por três sub-grupos de história de vida, cultura e língua em comum: Javaé, *povo do meio* (Ilha do Bananal), Xambioá, *povo de baixo* (Estado do Tocantins), e Karajá, *povo de cima* (cidade de Aruanã). Para o Linguísta Ayrton Dall'Igna Rodrigues (1986) esses grupos integram a família lingüística Karajá, pertencente ao Tronco lingüístico Macro-Jê, tronco provavelmente originário da Amazônia (FIGURA 9).

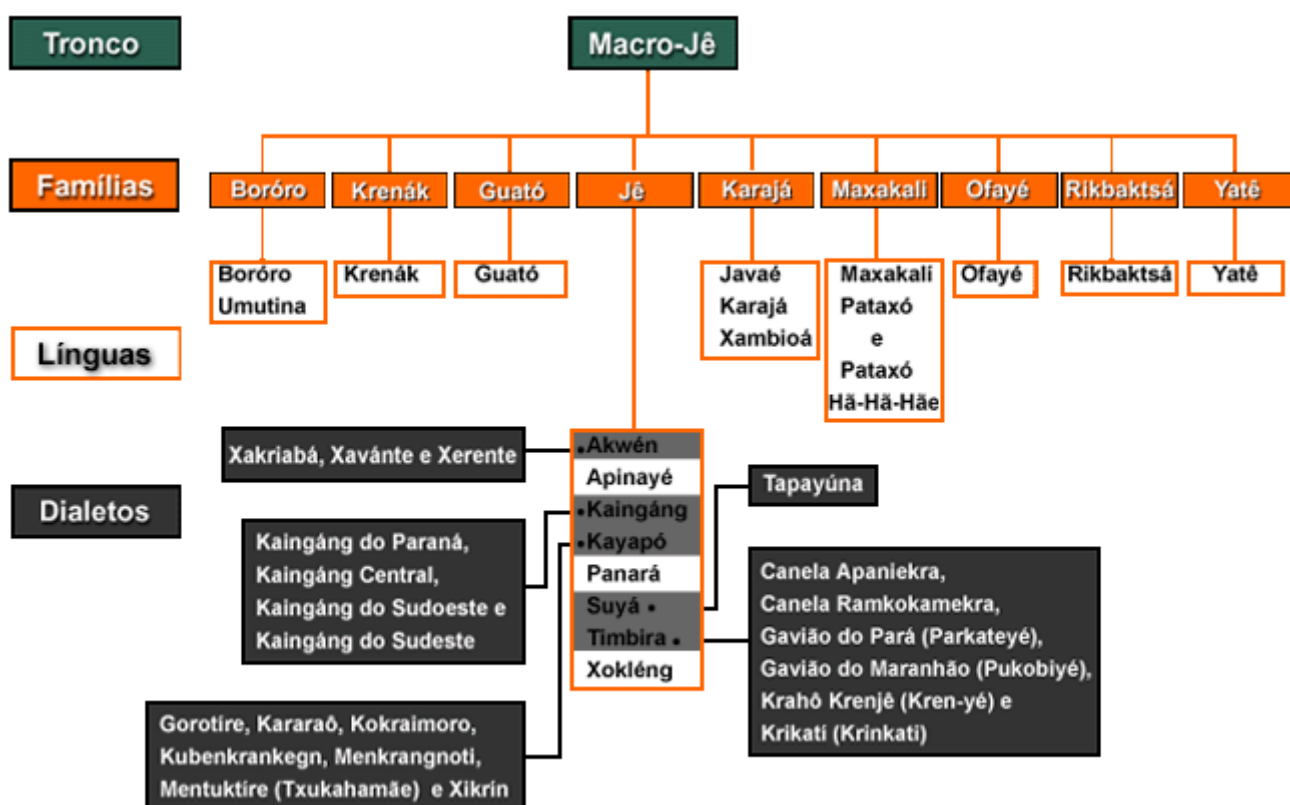


Figura 9: Famílias lingüísticas do tronco Macro-Jê.

Fonte: Classificação do Prof. Ayrton Dall'Igna Rodrigues, 1997.⁵⁰

Os lingüistas denominam de *tronco lingüístico* as línguas com origens comuns, cuja diferenciação ocorreu há milhares de anos (RODRIGUES, 1997). Quando a diferenciação se deu há pouco tempo e possui maiores proximidades entre as línguas, estas são agrupadas em *famílias*.

A partir de documentos históricos, Rodrigues estimou que eram faladas 1200 línguas no início do século XVI, e que esses troncos e famílias lingüísticas tiveram origens comuns e processos de diversificação há pelo menos 10 mil anos. Essa riqueza está se perdendo, pois

⁵⁰ Disponível em: www.isa.org.br Acessado em: 4/2006.

essas línguas foram reduzidas a 200. Atualmente as escolas das aldeias Karajá são bilíngües, ensina-se tanto língua portuguesa quanto a Karajá, na tentativa de manter a tradição da língua (LIMA FILHO, 2006).

Além do tronco lingüístico Macro Jê, há o grande Tronco lingüístico Tupi, ao qual pertence à família Tupi-guarani que engloba a língua dos Avá-Canoeiro (FIGURA 10).

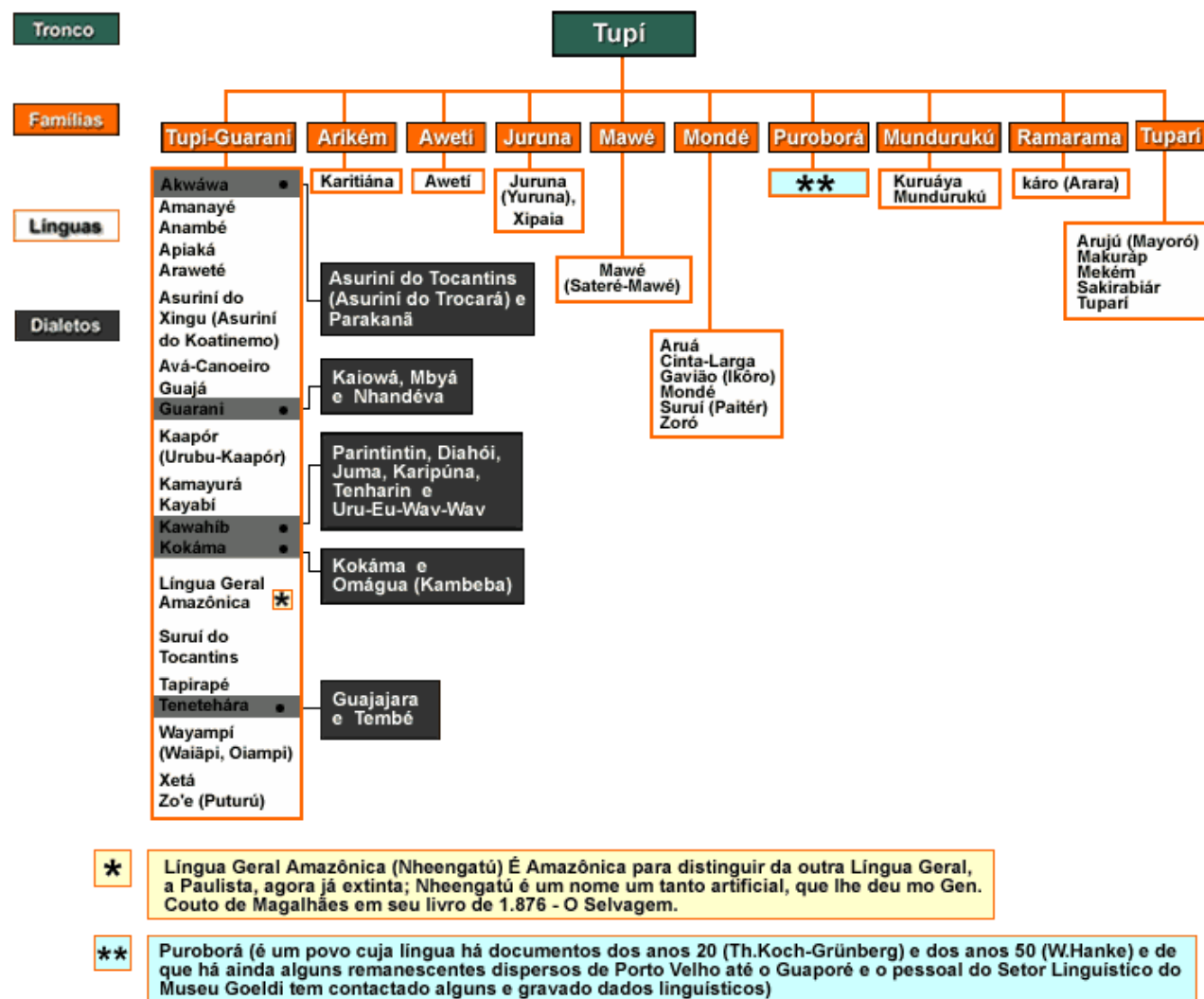


Figura 10: Famílias lingüísticas do tronco Tupi.

Fonte: Classificação do Prof. Ayrton Dall'Igna Rodrigues, 1997.

Existem ainda no Brasil numerosos Troncos e Línguas faladas por etnias autóctones a espera de estudos que as correlacionem (FIGURA 11). Embora longe das mais de mil sociedades e línguas faladas no início do século XVI, a diversidade lingüística existente permite reconhecer um território culturalmente plural e etnicamente diverso, e a um só tempo pensar os significados dessa variedade hoje e no passado.

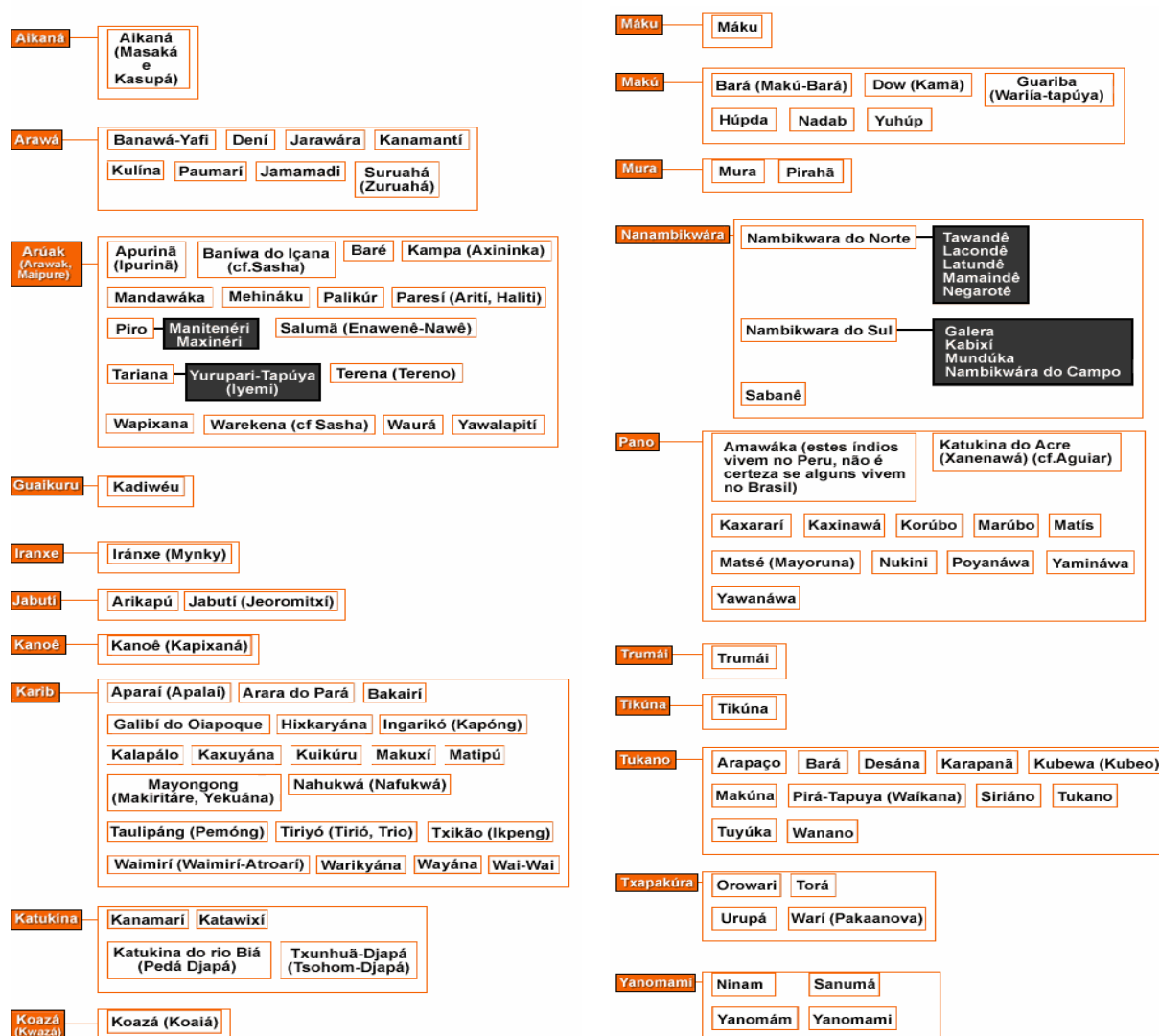
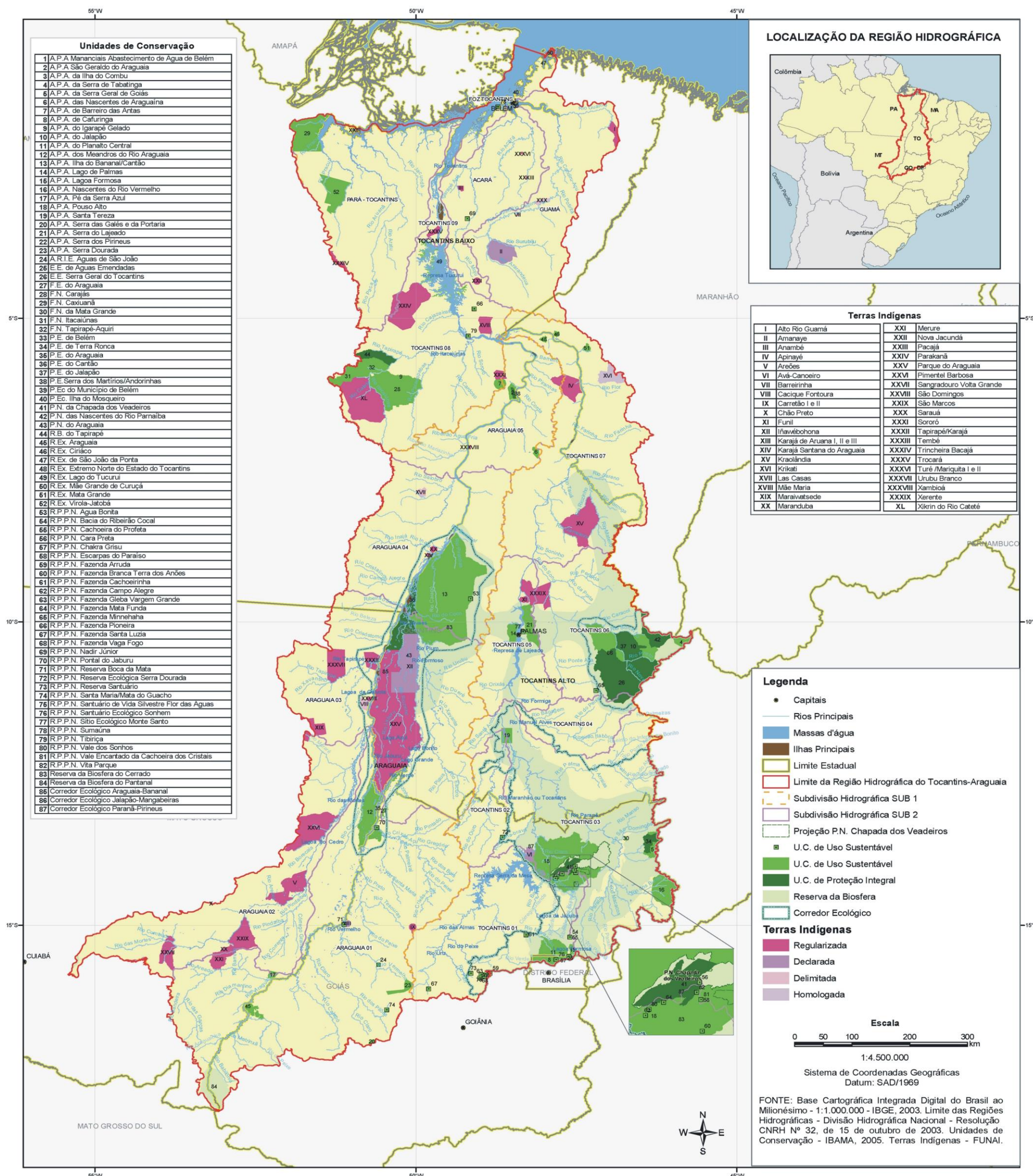


Figura 11: Outras Famílias e Troncos lingüísticos, exceto Macro-Jê e Tupi.

Fonte: Classificação do Prof. Ayrton Dall'Igna Rodrigues, 1997.

Os territórios Karajá abrangem extensa faixa de terras baixas envolvendo o médio e o baixo vale do Rio Araguaia, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e sul do Pará, distribuídos em 29 aldeias (FIGURA 12; LIMA FILHO, 2006)). Na Figura 12, Mapa de Terras Indígenas do Ministério do Meio Ambiente, constam as Terras Karajá reconhecidas por lei: área XIII, dos Karajá de Aruanã ou Karajá do sul, subdivididas em I, II e III; área XXXII e Ilha do Bananal dos Javaé, ou Karajá do meio; área XIV, dos Karajá de Santana do Araguaia; área XXXVIII dos Xambioá, ou Karajá do norte. Assim, como tem sido sua

tradição e mitos, a sociedade Karajá ocupa áreas próximas aos lagos e afluentes do Rio Araguaia, em Goiás e no Tocantins, do Rio Javaé e o interior da Ilha do Bananal.



Elaboração: Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente.
Adaptado por: LOIOLA, S. A., 2007.

Figura 12: Mapa de terras das sociedades autóctones e Unidades de Conservação da Bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, 2006.

Suas aldeias são construídas a partir de duas ou três fileiras lineares, paralelas ao Rio Araguaia, diferenciando-se das formas circulares dos grupos Jê, a qual pertencem (RODRIGUES, 1993). Cada Aldeia estabelece territórios de pesca, caça e cerimônias rituais e práticas agrícolas com base na apropriação coletiva da terra, história comum, sentimento de pertencimento ao grupo e, sobretudo, memória das marcas na paisagem deixadas por suas ações, desde construções até as expressas nas suas roças, cemitérios, gravuras, desenhos, caminhos etc.

A população total da família Karajá é estimada em 2935 habitantes (LIMA FILHO, 1999; QUADRO 5).⁵¹ Segundo maior grupo que compõe a Família Karajá, a população Javaê é de 1250 habitantes, distribuídos em doze Aldeias, predominantes na Ilha do Bananal (RODRIGUES, 2006b).

Quadro 5
População do sociedade Karajá

POPULAÇÃO DO POVO KARAJÁ				ANO	FONTE
Karajá	Javaé	Xambioá	TOTAL		
-	-	-	9000	1773	Rocha, 1998
-	-	-	7 a 8 mil	1775	Fonseca, 1868
815	-	-	-	1908	Krause, 1940-1943
795	-	-	-	1939	Lipkind, 1948
1406	-	-	-	1980	Toral, 1992
1588	-	-	-	1990	Toral, 1992
1900	750	250	2900	1995	ISA, 1992
1500	841	202	2593	1997	Braggio, 1998
	850			1999	Funai, 1999
1500	919	185	2604	2000	ISA, 2000
	1250		2935	2005	Rodrigues, 2006b

Fonte: Lima Filho, 2006. Atualização Loiola, 2007.

Até o ano de 2005 a população Karajá da aldeia Buridina Mahãdu era de 183 habitantes, constituindo dezoito famílias (QUADRO 6).⁵²

⁵¹ A autodenominação Iny pode significar nós, gente ou ser humano.

⁵² Número de habitantes fornecido pela enfermeira Karajá Valdirene Leão Gomes Karajá, durante oficina realizada na Universidade Católica de Goiás, sobre o tema Questão indígena no Cerrado, em maio de 2005.

Quadro 6

Famílias e habitantes da Aldeia Karajá Buridina Mahãdu, Cidade de Aruanã.

ALDEIA KARAJÁ BURIDINA		ANO	FONTE
FAMÍLIAS	HABITANTES		
5		1939	Wagley, 1987
	14	1947	Oliveira, 1947 ⁵³
	37	1971	Simões de Paula, 1972
6	24	1975	Wüst, 1975
	32	1986	Arruda, 1986
	47	1992	Lima Filho, 1992
	50	1994	Cruvinel; Lima Filho, 1994
	73	1997	Potim, 1997
	79	2002	Schiel, 2002
	146	2004	Hawakati Karajá, 2004
18	183	2005	Valdirene Leão Gomes Karajá, 2005 ⁵⁴

Fonte: Lima Filho, 2006. Atualização: Loiola, 2005.

No Estado de Goiás, os Karajá habitam o município de Aruanã, com três territórios demarcados e homologados (QUADRO 7). No Tocantins, os Karajá se localizam nos municípios de São Miguel do Araguaia, Conceição do Araguaia, Pium, Dueré e Cristalândia. No Mato Grosso possuem terras nos municípios de Santa Terezinha, Lumiara, Pomodoro, Luciara, e no Estado do Pará nos municípios de Santa Maria Barreiras e Santana do Araguaia (BRAGGIO *apud* LIMA FILHO, 1999; FUNAI, 2002; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005).

Quadro 7

Situação jurídica das terras Karajá

SITUAÇÃO JURÍDICA DAS TERRAS KARAJÁ			
TERRA KARAJÁ	ESTADO	ÁREA (HECTARES)	SITUAÇÃO JURÍDICA
Karajá de Aruanã	GO	Área I – 14 ha	Homologada e registrada
	GO	Área III - 705 ha	Homologada e registrada
	MT	Área II - 893 ha	Homologada e registrada
São Domingos	MT	5.705 ha	Homologada e registrada
TI Tapirapé/ Karajá	MT	66.166 ha	Homologada e registrada
Parque Indígena do Araguaia	TO	1.358.499 ha	Homologada e registrada
Maranduba	PA	389 ha	Declarada, sem homologar
Karajá/Santana do Araguaia	PA	1485 ha	Homologada e registrada

Elaboração: Loiola, 2007.

Fontes: Lima Filho, 2006, p. 137; MMA, 2005.

⁵³ Por ser época de pescaria, muitos estavam fora da aldeia pescando e não foi possível a Haroldo Candido de Oliveira estimar o total de habitantes em 1947.

⁵⁴ Enfermeira da aldeia Karajá Buridina, de Aruanã.

O Rio Araguaia, a Mitologia e a sociedade Karajá

Na hipótese de Rodrigues (1993), a formação social dos Javaê, da família Karajá, originou-se de grupos Jê-Bororo, Aruak, Tupi em menor grau e atualmente aspectos tecnológicos da sociedade ocidental. As matrizes culturais mitológicas encontram duas similitudes básicas entre esses povos. Uma relacionada ao povo Wèrè, que teria surgido a leste da ilha do Bananal, do fundo das águas, cujas características são encontradas junto aos Jê-Bororo e Povos do Brasil Central, e outra referente ao Tòlòrà, traços encontrados no Alto Xingu (CARNEIRO CUNHA, 1993; HECKENBERGER, 2001, *apud* LOURENÇO, 2006).

Essa rica mitologia Karajá tem estimulado muitas pesquisas. Lima Filho (1991), ao investigar o rito de iniciação masculina Hetohoky, citou os Karajá como “Os filhos do Araguaia”. Toral (1992), Rodrigues (1993) e Simões (1992) confirmaram a estreita relação da cosmologia Karajá com o Rio Araguaia, cujos signos ultrapassam a estética ocidental.

Seus mitos estão fundamentados em representações imaginativas da planície ribeirinha (TORAL, 1992). As espécies animais, o regime fluvial, o clima, as estrelas, o Sol, a Lua, a flora, sua sociedade e cultura material coadunam-se numa paisagem. Esta, representada nos mitos e transmitida nos ritos, tornou-se matriz da sua reprodução cultural. Parafraseando o historiador grego Heródoto acerca da civilização egípcia na antiguidade, a sociedade Karajá é como uma “dádiva do Araguaia”.⁵⁵

A centralidade do Rio Araguaia na vida dos Karajá se dá por três eixos: como fonte de subsistência, inspiração cultural e estruturação social. Associados aos ciclos sazonais de cheia e vazante desse rio, mitos e ritos orientam o período de pescar, plantar, colher, caçar, na organização, estruturação social e política (TORAL, 1992). Tal centralidade do rio é igualmente perceptível como referencial de localização, suprimento de água e via de transporte.

Suas narrativas mitológicas expressam uma sóciocosmologia e consciência de formação histórica da origem do povo relacionados ao Araguaia (TORAL, 1992; SIMÕES, 1992), cujos signos e valores que estruturaram a sociedade são transmitidos de geração em geração por meio das danças, cantos, músicas, fala ritual, choros, pinturas e cerimônias rituais (RODRIGUES, 1993). A noção de tempo, gênero, divisão de tarefas, atribuições, territorialidades, papéis sociais, a planta da aldeia e as relações sociais são orientadas por *representações mentais* e uma “*geografia imaginativa*”, cujo referencial é o Araguaia.

⁵⁵ Na antiguidade Heródoto escreveu que o Egito era uma dádiva do Nilo, dada a influência desse rio na economia, cultura e sociedade egípcia.

Na cosmologia Javaé, Karajá do meio, grupo da família Karajá que vive na Ilha do Bananal, não há oposição entre o microcosmo das pinturas corporais e o macrocosmo das aldeias dos vivos e dos mortos (RODRIGUES, 1993). Um centro mediador une esses extremos, de forma que nos processos universais não há limites definidos entre conceitos aparentemente opostos. Nesse processo, o mundo é estabelecido na relação entre os seres que o povoam, numa eterna transformação relacional, no qual os indivíduos estão ligados por um só corpo.

Desse modo, na teoria social nativa Javaé, estar no mundo constitui-se um processo relacional, criativo e transformador resultante da interação de três mundos interativos (RODRIGUES, 1993). Um é subaquático, onde mora o *Berahatxi Mahãdu*, povo do fundo das águas. O segundo mundo é o celeste. Lá mora o Povo do Céu, Aruanãs xamãs, heróis criadores e transformadores cósmicos. Esses dois mundos seriam anteriores à ascensão ao plano terrestre.

O lugar dos Aruanãs, o subaquático, é habitado por seres mágicos, mascarados e imortais, de onde certa vez um jovem corajoso, interessado em conhecer a superfície, encontrou uma passagem e as belezas e riquezas do Araguaia; encantado, convidou outros do fundo das águas para viver na superfície. Após encontrar doenças e mortes tentaram retornar ao fundo do Araguaia e à imortalidade, no entanto, o chefe das águas ordenou a grande cobra (*Koboi*) fechar a passagem. Desde então, teriam se tornado “prisioneiros” das planícies do Rio Araguaia, vivendo como se fossem uma *dádiva do Araguaia*.

O ritual dos Aruanãs, realizado todos os anos, representa uma tentativa dos homens de recriar a imortalidade perdida quando da passagem para o mundo da superfície (TORAL, 1992). A um só tempo, as danças rituais do Aruanã funcionam como calendário hidrológico, possivelmente astronômico, pois coincidem com o início e o final da estação chuvosa, período bom para pesca, plantio e colheita.

O ponto alto da dança dos Aruanãs é o ritual do Hetohokÿ (Casa Grande), cerimônia que simboliza o rito de passagem dos jovens masculinos a fase adulta. Nesse ritual os homens são divididos em homens de cima, do meio e de baixo, conforme o mito de sua formação e a própria estruturação geográfica de suas aldeias e subgrupos étnicos ao longo do Araguaia.

Dimensão espacial na Mitologia Karajá

Assim, há uma correspondência entre a simbologia do mito de criação e a distribuição espacial dos grupos da família Karajá, de aldeias, casas de moradias, casas rituais e cemitérios (LIMA FILHO, 2006). O Rio Araguaia é o eixo de referência dessa distribuição.

A ocupação desse Rio a montante e a jusante, a partir da Ilha do Bananal, correlaciona-se com a cosmologia Karajá, a partir do momento mitológico em que teriam sido *aprisionados* na superfície do Rio Araguaia (RODRIGUES, 1993). Aqueles que teriam migrado ao norte da Ilha do Bananal originaram os Xambioá, ou Povo de Baixo (*Iraru Mahãdu*). Aqueles que foram para o lado sul dessa Ilha fizeram surgir os Aruanã, ou Povo de Cima (*Ibóó Mahadu*). Os Javaé, que se concentraram na Ilha do Bananal e entorno, configuraram o Povo do Meio (*Itua Mahãdu*).

Esta estruturação cosmológica dos mitos perpassa igualmente a orientação da planta das aldeias. Nas aldeias as casas são dispostas em duas retas paralelas e são divididas em três segmentos simétricos ao longo dessas retas: as casas de cima, do meio e de baixo (LIMA FILHO, 2006). As casas rituais seguem essa organização: a casa pequena rio abaixo, a casa grande rio acima e a Casa do Aruanã localizada entres essas duas.

Embora essa cosmologia e seus mitos tenham se preservado na trajetória de contato, os Karajá, e tampouco seus antepassados, não se mostraram sociedades estáticas. Eles se modificaram com o tempo, assimilando e criando novos aspectos culturais. Todavia, foram capazes de tomar emprestadas técnicas e valores da cultura ocidental sem perder os signos que os permite diferenciar etnicamente (RODRIGUES, 1993).

Atualmente a sociedade Karajá possui rituais e práticas como a Festa anual do Hetohoky, rito de passagem à fase adulta; Festa do Aruanã: homenagem ao peixe da região, que acreditam proteger toda a comunidade; pinturas corporais e pescarias familiares (LIMA FILHO, 2004). A partir de um convívio comunitário fabricam artefatos tradicionais como adornos, plumagens, cestarias (bastante reduzida), artefatos de cerâmicas como tigelas, panelas, pratos, copos e as bonecas de cerâmica (FIGURA 13). Alteraram e adaptaram seu principais plantios atuais para o milho, cana, banana, mandioca e a melancia (LIMA FILHO, 2006).

Em 1844 o naturalista francês Castelnau se encantou com os Karajá, Xambioá, e descreveu algumas habilidades desse povo:

[...] muito industriais, pois fazem grandes plantações, como prova a grande quantidade de bananas e legumes com que a expedição foi presenteada. Eles também cultivam o algodão, cuja fibra as mulheres fiam e tecem para fazer cordas e redes. (CASTELNAU, 1844, *apud* DOLES e NUNES, 1992, p. 110)

A pesca não só continua a ser uma das principais fontes de proteína, como sua tradição relaciona-se a própria estruturação social e espiritual desse povo, que segue fazendo

acampamentos sazonais no Rio Araguaia a fim de manter sua economia e manter suas relações mitológicas de origens junto ao Araguaia.



Fontes: foto 2, 3 Site do Museu Antropológico da UFG. Foto 3 Simões, 1958;⁵⁶ foto 4 exposição de arte e cultura Karajá em Goiânia, 2005.

Figura 13: Mostras da cerâmica Karajá: 1- Pote de água de cerâmica, foto 2- Bonecas de cerâmica Karajá, foto 3- Utensílios de cerâmica e foto 4- mulheres fazendo bonecas de cerâmica.

Cabe indagar e arriscar a hipótese se a tradição goiana de acampar e realizar pescarias com a família às margens do Rio Araguaia durante o mês de julho ser uma assimilação cultural da tradição Karajá. Em caso afirmativo, pode-se dizer que a memória espacial dos Karajá está presente em nossos costumes.

⁵⁶ In: Acervo de Imagens do IGPA, Nunes e Barbosa (2006).

Esses são os signos de uma cultura milenar *viva*, dinâmica no tempo e permeável, cuja trajetória descreve uma história diferenciada com o ambiente. Vejamos como abordar as marcas deixadas por seus antepassados na geografia.

CAPÍTULO 2 DA INVISIBILIDADE SOCIOCULTURAL MODERNA À ABORDAGEM COMPLEXA

“O SIMPLES NÃO EXISTE, HÁ O SIMPLIFICADO.”

GASTON BACHELARD

Foi visto como um conjunto de idéias e intencionalidades exógenas, de culturas européias, produziram representações desqualificadas das culturas e do ambiente da *terra brasilis*. Com hegemonia desses ideários e a consolidação da ciência moderna no século XIX houve desinteresse das ciências sociais por temas relacionados às sociedades autóctones e o ambiente.

Como alternativa, neste capítulo é apresentada uma proposta de abordagem complexa, a qual pretende aproximar geografia, história ambiental e arqueologia, por meio de uma visão integrada de sociedade e ambiente no estudo de formações sócio-espaciais pretéritas. Argumentos iniciais a uma *geografia do passado distante*.

2.1 ENTRE A PERCEPÇÃO SIMPLIFICADORA E A REALIDADE COMPLEXA

No campo acadêmico, após o século XIX, o enfoque do método positivo aprofundou ainda mais a invisibilidade das sociedades autóctones e o distanciamento do ambiente, com a separação quase estanque entre ciências naturais e humanas (LE MOIGNE e MORIN, 2000; GONÇALVES, 2002). Esse método propôs isolar e separar as partes em estudo, fragmentou o saber em disciplinas, promoveu a cristalização do determinismo cultural, social, psicológico, econômico e no campo da geografia o ambiental, o teleológico e o evolucionista (GOMES, 1996).

Todos os determinismos reproduziram o real de forma simplificada, compartimentada e linearizada sem deixar espaço para abordar as diferentes formas históricas da evolução. Não do possibilismo, mas de um mundo de possibilidades (BOHM, 2001; LORENZ, 1980).

Reaproximar ciências da natureza, humanas e filosofia é um meio para superar essas limitações (DOSSE, 2003). Tais aproximações adquirem maior coerência quando subsidiadas por *princípios de complexidade*, entendendo o real como uma teia de interações físicas,

biológicas e antropossociais de densidade temporal (MORIN, 1984, 2000). Nesse dilema fronteiro encontra-se a geografia entre o “paraíso” simplificador e a complexidade (PASSOS, 2004; HISSA, 2002; SOUZA, 1997; CASTRO, 1995).

Se por um lado predomina na geografia o paradigma simplificador, por outro pode-se afirmar que o desenvolvimento de abordagens complexas já se *territorializaram*, subvertendo a ordem vigente, ainda que não se refiram aos princípios de complexidade propostos por Edgard Morin (CHAVEIRO, LOIOLA e OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto procura-se estabelecer diálogos entre a arqueologia, história ambiental e geografia na abordagem do passado distante. Para tanto, é preciso ter noção das ciências que se queira aproximar, a fim de orientar as escolhas.

2.2 EM BUSCA DE UMA GEOGRAFIA PARA LIDAR COM O PASSADO DISTANTE

A geografia tem fornecido importantes estudos especializados do passado distante como paleoclima, geomorfologia, pedologia, entre outros. No Brasil existem diversos centros e trabalhos com tradição de pesquisas físicas, entre os quais os geomorfológicos de Aziz N. Ab' Saber e Antônio Christofolletti e climáticos de Carlos A. F. Monteiro. Todos fundamentais à investigação arqueológica.

No entanto há uma carência de pesquisas relacionados as sociedades autóctones e o ambiente momentos anteriores ao século XVI, numa aproximação direta com a arqueologia. Nesse campo, entre os poucos trabalhos estão o de Albuquerque (1990), voltados aos depósitos correlativos, discutindo a participação da geografia na interpretação arqueológica, e Kashimoto (1992, 1997), a qual investigou a influência dos aspectos geográficos no estabelecimento das populações humanas. Fora do Brasil não é difícil encontrar temas com essa aproximação, como é o caso de Waters (1992), Chambers (1994), Hodder (1991) e Pimenta (1996).

No campo da geografia cultural a aproximação teve ênfase a uma arqueologia da paisagem. Na escola norte-americana, no início do século XX, Calr Sauer (1998) resgatou estudos corológicos, destacando a individualização e diferenciação das “paisagens culturais” sauerianas, e Wagstaff (1987, 1991) aproximou geografia e arqueologia dos estudos culturais e da paisagem. Na escola francesa são conhecidos os trabalhos da geografia cultural renovada, investigando interações entre a paisagem e a cultura, a partir da década de 1980: Claval

(1995), Retaille (1995), Berque (1984) na escola francesa e Cosgrove (1998) na escola inglesa.

Dada especificidades e necessidades no Brasil, como dito, há a necessidade de construir abordagens adequadas ao passado anterior ao século XVI. Nesse sentido, foi iniciada a elaboração de uma proposta visando compatibilizar a perspectiva da *etnogeografia* (BERQUE, 2004; CLAVAL, 1997), *história ambiental* (WORSTER, 1991; FREITAS, 2004) e *arqueologia social* (BENAVIDES, 2001) numa abordagem geográfica do passado distante, balizada na análise espacial de Wüst (1983), orientações biogeográficas de Barbosa (1990, 2002), no método da totalidade de Milton Santos e fundamentos para um paradigma da complexidade de Edgard Morin. O esforço de síntese encontra-se esboçado na Figura 15.

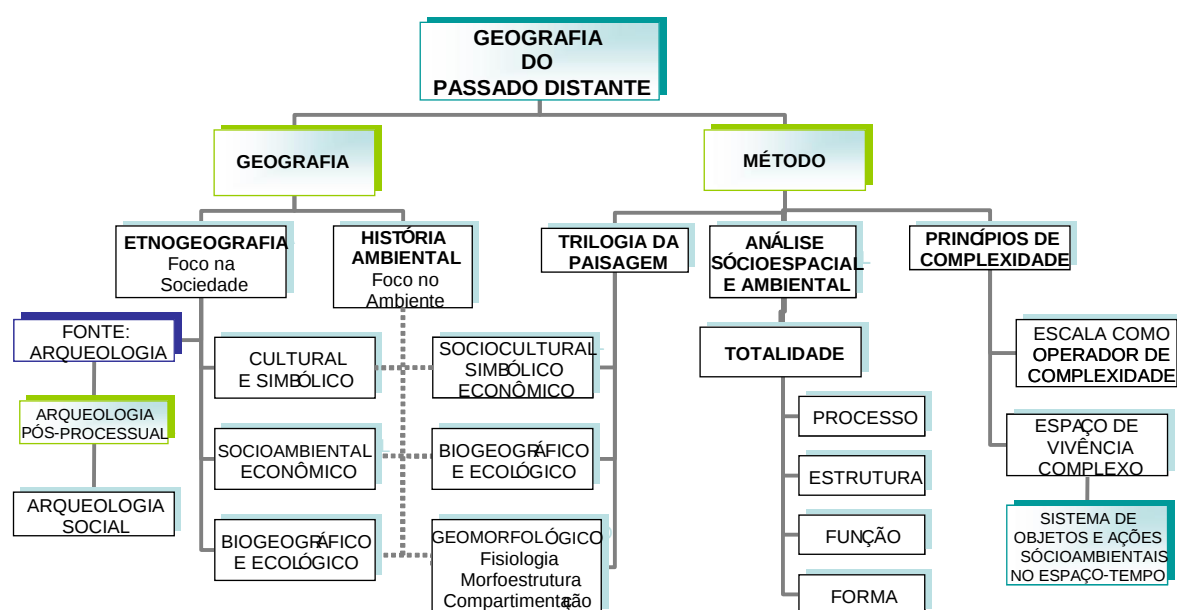


Figura 15: Proposta de abordagem geográfica do passado distante.

Elaboração: Loiola, S. A., 2007.

Esses são argumentos a uma *geografia do passado distante*, que busca nas informações arqueológicas e paleoambientais suas fontes, sob a interpretação da escola pós-processual, etnogeografia e história ambiental. A abordagem propõe partir da trilogia física, biológica e social da paisagem, para investigar tanto a dinâmica ambiental quanto social. Na tentativa de realizar análises sócioambientais e integrar diferentes disciplinas, incorpora princípios de *complexidade*. Para tanto, visa à estruturação de um método complexo, capaz de dialogar com sistemas de objetos e ações sócioambientais no espaço-tempo.

Vejamos o que trazem a etnogeografia, história ambiental e arqueologia para a construção de uma abordagem *geográfica do passado distante*, ou *geografia do espaço profundo*.

2.2.1 ETNOGEOGRAFIA A SERVIÇO DA INVESTIGAÇÃO DO PASSADO

Na geografia há um campo de estudo que permite melhor aproximação entre geografia e arqueologia, trata-se da *etnogeografia*, ramo especializado da abordagem cultural renovada pós-1980. Seu arcabouço teórico viabiliza a investigação de grupamentos humanos que tenham grande relação com o ambiente (RETAILLE, 1995), e contém meios para investigar a diversidade cultural (CLAVALL, 1995), embora não seja dedicada somente a esses fins.

A etnogeografia procura refletir a diversidade dos sistemas de representação e técnicas de ação sobre o mundo. Busca entender como as culturas “tiram partido da natureza para se alimentar, se proteger contra intempéries, se vestir, habitar etc., modelar o espaço a sua imagem e em função de seus valores e de suas aspirações” (CLAVALL 1995, p. 114). Compreende a cultura como uma construção dinâmica, não homogênea nem ao nível de indivíduo, nem na coletividade.

Nesse sentido, os conhecimentos geográficos das sociedades autóctones relativos ao espaço, à natureza, à sociedade, ao ambiente e à forma de explorá-los, diferenciam-se pouco dos conhecimentos científicos. É relevante então *relacionar* esses saberes, “[...] *analisar* suas bases e seus modos de elaboração e *inventariar* as categorias [...]” que a cultura recorta do real e atribui significado, questionando “[...] como esses conhecimentos são utilizados, reinterpretados, respeitados (ou transgredidos) [...]” (CLAVALL, 1995, p. 113), reproduzidos e transmitidos.

Um enfoque da dinâmica cultural na paisagem na etnogeografia requer três níveis: os elementos da atividade biológica relativas ao homem; a transformação do meio por um conjunto de técnicas e, sobretudo, entender a cultura como manifestação simbólica em que normas, valores, crenças, cosmologias, sentimentos, códigos e suas significações influenciaram a forma de organização sócio-espacial, a interação com o ambiente e as técnicas (GOMES, 1998).

Direta, ou indiretamente, esse plano simbólico direciona a dinâmica espacial da cultura, deixando marcas na paisagem, das quais se serve a arqueologia, entendidas aqui como

formas de reprodução da cultura, pois seus simbolismos transmitem significados às novas gerações (BERQUE, 1999, 1984).

Três aspectos perpassam a produção e a reprodução cultural (CLAVAL, 1997). Num age o sistema de representação, manifestação da sua forma de sentir e perceber o mundo (cosmologias). Segundo, essa representação possui dimensão coletiva e, por isso, necessita de comunicação padronizada, ou um conjunto de códigos e normas para reproduzir os conhecimentos. No caso dos povos autóctones, a comunicação ocorre nas mais variadas formas: linguagem, cantorias, mitos, ritos, danças, pinturas, gestos, ritmos, artefatos, arte, construções, marcas etc. Por fim, a reprodução cultural do indivíduo na sociedade, que não é homogênea devido a diferenças na formação e criatividade individuais.

Tanto os níveis de abordagens quanto os aspectos da reprodução cultural dão pistas sobre o modo de vida, as relações sociais, a estruturação e diferenciação social, os valores, permitindo compreender melhor a *interação com a paisagem*, o *plano das técnicas* e a *estruturação do espaço*.

2.2.2 HISTÓRIA AMBIENTAL E A GEOGRAFIA NA ABORDAGEM DO PASSADO

A abordagem etnogeográfica descrita se enriquece quando associada aos fundamentos da História Ambiental, ramo recente da História que considera a influência da natureza na história humana. Para a História Ambiental os estudos da natureza e das culturas humanas no passado ajudam ampliar a visão sobre o momento atual, pois o ambiente age sobre os processos históricos, deixando marcas na cultura, e esta no ambiente (WORSTER 1984, 1991; TURNER, 1990; CRONON, 1996; FREITAS, 2004, 2003, 2002A, 2002c).

Assim, formada a partir de interações físicas, biológicas e antropossociais, a cultura mantém uma via de duplo sentido com o ambiente, cujos reflexos se projetam sobre o espaço de vivência humano, deixando marcas na paisagem. Tanto o ambiente com suas oscilações e ciclos atuam sobre a cultura e as formações socioespaciais, quanto a sociedade constrói objetivação, simbolismos e artefatos, elaborando a paisagem juntamente com os processos naturais.

Os três níveis de abordagem da *história ambiental* a aproximam da *etnogeografia*. Um trata da história natural, investigando o histórico biogeográfico dos ambientes (WORSTER, 1991). O segundo enfoca a dimensão socioeconômica e política, objetivando as decisões sobre o ambiente na história. Em terceiro, no plano cultural procura saber como um grupo ou

indivíduo, dotado de relativa autonomia, percebe, cria valores éticos, ritos, mitos e outras estruturas de significação a partir da dinâmica ambiental.

Aproximar a perspectiva da história ambiental ao da etnogeografia permite investigar a interação entre sociedade e o ambiente no passado, sem afirmar os determinismos de outrora limitantes dessa abrangência. Pois, processos físicos são antigos e relativamente autônomos, dos quais derivaram a história da vida; indissociável desta emergiu a história humana (MORIN, 2002). Tal compreensão requer reunir e distinguir a tríade física biológica e sociocultural, e não isolar e separar.

Desse modo, os antepassados dos Karajá com seus simbolismos, sistemas de objetos e ações e seu habitat produziram marcas na paisagem e alteraram o ambiente. Simultaneamente, o ambiente tropical dos Cerrados e suas oscilações influenciaram suas formas de organização social, técnicas, adaptações e escolhas culturais.

Acerca desse mundo pouco conhecido a arqueologia tem trazido muitas informações e resgatado a cultura material, ambas importantes fontes de pesquisa.

2.2.3 COMPATIBILIDADES ENTRE DISCURSOS ARQUEOLÓGICOS E GEOGRÁFICOS

Ao utilizar informações arqueológicas como fonte é preciso observar que muitas vezes culturas arqueológicas não só diferem da noção de cultura nas ciências humanas e sociais, como não podem ser consideradas suficientes para abarcar a realidade em estudo (WÜST, 1999). Pois, culturas arqueológicas geralmente são atributos classificatórios para efeito de levantamento, numa perspectiva positiva (PROUS, 1999), herança da escola histórico-cultural estadunidense. Reproduzem aspectos tipológicos, artísticos ou técnicos da cultura material eleitos por determinada metodologia, e não características de uma etnia ou grupo social (FUNARI, 1998).

Assim, para estudar o passado anterior ao século XVI, deve-se ir além das culturas arqueológicas em si (WÜST, 1999). É preciso aproximar outras disciplinas para compreender a dinâmica sócio-espacial pretérita: a natureza das redes de relações intra e extra-grupais, a organização do poder e do trabalho, a exploração do território, os sistemas de abastecimento, os sistemas de engenharia, a localização dos sítios, a construção das casas e aldeias, a distribuição demográfica etc.

Diante dessa problemática, importa verificar as escolas arqueológicas e o significado por elas atribuído à cultura e, simultaneamente, encontrar pontos de convergência na ciência de domínio, no caso a geografia. Assim, foi orientada uma busca de compatibilidade teórica e metodológica entre geografia e arqueologia.

Consolidada a partir do interesse e necessidade de se estudar a cultura material, a arqueologia teve desenvolvimento recente no Brasil e no globo. Seu início data do final do século XIX, dedicada ao conhecimento descritivo e pontual (ALVES, 2002). Configurou-se como acadêmica somente após a segunda metade do século XX, mas já traz grandes contribuições no plano teórico, nas técnicas, metodologias (PROUS, 1999), e como fonte de pesquisa para outras ciências.

Entretanto, a arqueologia sofre igualmente com a separação de ciências afins e a cristalização do método positivo-cartesiano (REIS, 2002). Atualmente busca a (re)aproximação com a história, antropologia, geologia, física, matemática, astronomia, sociologia, geografia entre outras.

Dado, em geral, ao afastamento no tempo de seu objeto, a arqueologia aborda a vida material e cotidiana, atribuindo grande importância à relação entre cultura e natureza (PROUS, 1999). Frequentemente estuda sociedades mais dependentes dos ritmos naturais e dos seus quadros geográficos como clima, hidrografia, fauna e flora. Suas metas e recursos são similares às ciências humanas, procurando entender as adaptações, desenvolvimento, funcionamento e representações simbólicas da sociedade (REIS, (2002). No entanto, necessita das ciências da terra, da vida e exatas para tratar da cultura material.

Os conhecimentos arqueológicos, porém, não são mais definitivos por usarem métodos *duros* ou precisos, pois, fornecem interpretações sobre o passado por meio de referenciais e possibilidades no presente (Prous, 2006). Portanto, vale-se de um *anacronismo controlado do tempo*.

Nestes termos, o que a arqueologia constrói é uma representação do real possível até aquele momento, como todo conhecimento científico (GRANGER, 1994). Fruto de representações interpretativas, esse conhecimento não espelha a realidade objetiva, por ser co-produto do espírito humano, das condições socioculturais e históricas (MORIN, 1991).

No Brasil as principais escolas arqueológicas atuantes são: histórico-cultural, processual ou nova arqueologia, francesa e pós-processual.

Predomina na arqueologia brasileira a cronologia histórica linear, organizada em Fases e Tradições sob a escola estadunidense histórico-cultural (REIS, 2002). Embora criticada e em transição, ela encontra larga aplicação na arqueologia de contrato. A escola histórico-

cultural aportou no país a partir de 1960, numa missão de Clifford Evans e Betty Meggers dos EUA com a finalidade de fazer levantamentos e diagnósticos arqueológicos, através do programa PRONAPA (PROUS, 2006).⁵⁷

A interpretação histórico-cultural entende a evolução cultural por esquemas e etapas obrigatórias de desenvolvimento, explicando as mudanças culturais como causadas externamente aos grupos, por meios de migrações ou difusão geográfica das culturas (REIS, 2002). Cumpru o seu papel, mas agora induz a uma compreensão simplificadora e evolucionista da cultura (TENÓRIO, 1999).

A escola da nova arqueologia ou processual teve grande influência de antropólogos culturais, embasada em preceitos neo-evolucionistas, na teoria geral de sistemas e no positivismo lógico (REIS, 2002). O seu foco é a identificação e explicação de processos culturais no registro arqueológico, tentando construir modelos para a formulação de leis evolutivas que explicassem e interpretassem esses processos. Para essa escola a cultura é um sistema adaptativo, no qual as mudanças culturais são atributos de fatores internos, mas com significativo valor às variáveis ambientais.

Na escola francesa predomina o tempo sincrônico e o espaço sociológico de um momento das sociedades pretéritas (REIS, 2002). Parte do pressuposto que os grupos sociais se mantêm e se reproduzem por períodos que podem ser identificados pela funcionalidade e duração dos artefatos produzidos. É diferenciada por utilizar largamente a técnica de escavação de amplas superfícies por *decapagem*, por meio da retirada das camadas estratigráficas posicionadas nos períodos climáticos correlativos e descrição minuciosa dos registros (PROUS, 1999).

A diversidade da cultura material e a alternância cronológica encontrada no Brasil tornam inadequada a utilização da periodização linear das escolas arqueológicas já descritas (WÜST, 1991). Essa problemática se amplia devido ao reducionismo dos significados atribuídos aos vestígios arqueológicos pelas escolas positivistas, bem como a pouca relevância dada as próprias escolhas dos arqueólogos na prospecção.⁵⁸

Nesse sentido, a escola pós-processual assume a subjetividade na arqueologia, entendendo que ela não é uma ciência natural, e sim um campo de investigação humanista (FUNARI, 1998). Recebeu contribuições da sociologia, semiótica, estruturalismo, filosofia, marxismo, nova história (mentalidades) etc, e por isso atribui papel central às interpretações

⁵⁷ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 1965-1970, sob coordenação dos arqueólogos estadunidenses Clifford Evans e Betty Meggers.

⁵⁸ André Prous, aula inaugural do mestrado em Patrimônio Cultural na Universidade Católica de Goiás: “A Prática Arqueológica e o Patrimônio Cultural”, 2005.

sociais (REIS, 2002). Ao contrário dos processualistas, os pós-processualistas não buscam leis universais sobre o comportamento humano. Deste modo, sempre haverá diferentes interpretações plausíveis para um mesmo registro arqueológico.

2.2.3.1 ARQUEOLOGIA SOCIAL NA INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA E GEOGRÁFICA

Importa observar que a abordagem da etnogeografia e história ambiental apresentadas encontram pontos de convergência com a arqueologia pós-processual, sobretudo sob o enfoque da arqueologia social, que valoriza o indivíduo, ou como poucos indivíduos alteram a sociedade, considerando que a interpretação deve relevar aspectos ideológicos, políticos e religiosos do passado, e dos arqueólogos (BENAVIDES, 2001).

Tributária da escola pós-processual a *arqueologia social* assume a responsabilidade e não-neutralidade do arqueólogo (REIS, 2002). Suas interpretações valorizam os significados simbólicos dos vestígios segundo os diferentes contextos culturais que determinadas sociedades produziram.

Esta corrente do pensamento arqueológico foi estabelecida na América Latina na década de 1970, com a intenção de cooperar para a melhoria da realidade contemporânea das sociedades autóctones. Atenta mais ao destino histórico do continente do que aos aspectos cronológicos, tipológicos ou descritivos das pesquisas (BENAVIDES, 2001).

Apesar do linearismo herdado do materialismo histórico dialético pela arqueologia social, ela trouxe importantes contribuições que extrapolaram o campo da arqueologia, influenciando as ciências sociais como um todo na América Latina. O fato de considerar a ação dos arqueólogos enquanto construtores do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero nas perguntas formuladas para as evidências arqueológicas, bem como se preocupar com o destino histórico das sociedades autóctones, significou a incorporação da instância política.

Por esse viés, as informações sobre as marcas na paisagem dos antepassados dos Karajá e demais sociedades autóctones são entendidas como manifestação cultural de sujeitos históricos com identidades políticas.

Desse modo, em pesquisas que tratem do passado distante o geógrafo deve estar atento sobre as possibilidades dos significados dos vestígios arqueológicos e as correlatas escolas interpretativas. Pois, o arqueólogo ao produzir sua pesquisa estende sua vivência para dentro do passado, desvela o presente e projeta o futuro (REIS, 2002). Nesse processo, o pesquisador

faz uma *anacronia controlada do tempo*, interroga qualquer passado, sem jamais sair da sua realidade (LORAUX, 1992).

2.2.3.2 ESPECIFICIDADES DAS FONTES HISTÓRICAS ANTERIORES AO SÉCULO XVI

A tradição oral das sociedades preexistentes na *terra brasilis* e a falta de relatos escritos tornam os vestígios da cultura material, revelados pela arqueologia, e dados paleoambientais as principais fontes de estudo dos seus antepassados anteriores ao século XVI. É a partir desses vestígios, relatos etnográficos e a diversidade atual de etnias que se pode confirmar e interpretar a complexa dinâmica sócioespacial anterior à invasão européia (WÜST, 1999). Essas tipologias de fontes são objetos de estudo não só da arqueologia, mas também da biogeografia, geografia, paleontologia, paleantropologia, etnoastronomia, etnomatemática, entre outras ciências que lidam com esse passado.

Aqueles que se propõem estudar o passado anterior a 1500 encontrarão na arqueologia rica fonte de pesquisa. O que sugere o uso de informações divulgadas pelas pesquisas arqueológicas em relatórios, teses, dissertações, revistas, artefatos, catalogados em museus etc.

No Estado de Goiás há um número considerável de pesquisas arqueológicas publicadas a partir das décadas de 1980 e 1990, muitos arquivos no IGPA⁵⁹, IPHBC⁶⁰, Museu antropológico da UFG e outras localidades. Juntamente com essas fontes, existe um extenso arcabouço teórico desenvolvido recentemente tanto na geografia, história ambiental quanto na arqueologia, viabilizando estudos desse passado, bem como centenas de etnias no território, visto no Capítulo anterior.

Procurar nesse passado significados que tenham relação direta com a realidade presente, pode-se dar maior objetividade à investigação de sujeitos históricos com emergente visibilidade política (BENAVIDES, 2001).

Tão importante quanto saber das escolas do pensamento arqueológico é se interar acerca da condição da cultura material e da pesquisa que permitiram gerar tais informações. Dada as características de umidade e temperatura elevada da zona tropical onde se encontra o território brasileiro a cultura material sofre rápida degradação, fazendo desaparecer ossos e fósseis em poucos séculos (PROUS, 1992).

⁵⁹ Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia.

⁶⁰ Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

Sementes, artefatos de madeira, restos alimentares são encontrados geralmente em abrigos cobertos e secos, já que a alternância climática, o calor e a umidade aceleram a atividade bioquímica, destruindo esses materiais nos sítios desabrigados. Essa deterioração bioquímica predomina sobre a cultura material produzida pelos ancestrais das sociedades autóctones, que se utilizavam de materiais e cultivares pouco resistentes às intempéries: madeira, ossos, couro, palhas, tubérculos e raízes (PROUS, 1992).

Nos sambaquis são encontrados esqueletos mais conservados por estarem em meio básico, junto às lentes de conchas ricas em carbonatos e relevos de estruturas calcárias, como os de Lagoa Santa, Minas Gerais (PROUS, 1992).

Materiais líticos e cerâmicos são os mais fáceis de serem preservados nos ambientes tropicais, mas a atividade agrícola intensa no Brasil elevou a erosão dos solos em grandes áreas e locais próximos a cursos de água favoráveis a ocupações humanas no passado (PROUS, 1992). Por vezes, a cultura material é encontrada deslocada de seu contexto cultural e cronológico-estratigráfico, tanto pela ação humana quanto natural. Por esses motivos, os sítios abrigados são muito mais pesquisados do que aqueles a céu aberto.

Apesar dessas limitações, os métodos arqueológicos contemporâneos permitem extrair muitas informações da reduzida e mal conservada cultura material. Dos esqueletos encontrados em cemitérios são coletados informações sobre costumes, sexo, filogenia, idade, características físicas, patologias, tipo de trabalho e alimentação (PROUS, 2006). Os restos de caça permitem inferir sobre a forma de preparo dos alimentos, as técnicas de caça, os costumes e preferências, e os restos vegetais informam sobre as espécies domesticadas, as formas de coleta, plantio, período de colheita etc.

Os artefatos de pedra, osso, cerâmica e madeira fornecem características tecnológicas do grupo naquele período e a comparação com outros grupos vizinhos. As análises químicas e de microscopia revelam os materiais empregados na confecção desses artefatos. No campo da arte rupestre (grafismos, pinturas e gravuras) seja em paredões ou pequenos objetos, estão conservados signos que possibilitam especular acerca do simbolismo, temas, formas, ritmos, contexto, as técnicas de pintura, territorialidade e a sua função.

Aspectos paleoambientais são igualmente fontes de estudos sobre o passado. O clima, fauna, flora, relevo, hidrografia são variáveis no tempo e influenciam as sociedades humanas. Com as informações sobre o ambiente se pode supor o potencial ecológico e as condições de adaptabilidade (BARBOSA, 2002).

Verificar a implantação no relevo, a arquitetura e a diferenciações intra-sítio viabiliza testar hipóteses e arriscar interpretações sobre a divisão social de gênero, trabalho,

estruturação sócio-política, bem como escolhas e estratégias adotadas pelos grupos diante das condições ambientais e até as relações extra grupo (WUST, 1999). Desse modo, muito além dos objetos isolados, a arqueologia contemporânea se preocupa com a *estrutura* do sítio ou conjunto de sítios, tanto interna quanto externa, a fim de tentar resgatar parte da vida cotidiana (PROUS, 2006).

Em geral, a cultura material é “guardada” por processos de sedimentação, nos quais são depositadas camadas estratigráficas correlativas aos climas predominantes à época. Em condições especiais, no longo tempo, pode ocorrer no interior dos sedimentos a mineralização por substituição dos elementos, fossilizando alguns artefatos.

Tanto esses vestígios materiais, fósseis ou não, marcas no relevo e na vegetação, quanto às pinturas rupestres contêm registros de sua criação. São formas espaço-temporais integrantes da história e cultura das sociedades humanas à espera de quem lhes atribua significados. Compreendê-las pressupõe perceber que fenômenos físicos, biológicos e antropológicos formem a totalidade complexa e indivisa da *teia da vida* no tempo, (MORIN, 1990, 2000; CAPRA, 2001, MONTEIRO, 2003; CRONON, 1996; SANTOS, 1996; MOREIRA, 2000; MENDONÇA, 2001).

Contudo, para abordar diferentes temporalidades do espaço integradas ao ambiente, um método, ou métodos, deve aproximar diferentes ramos da ciência, permitindo transitar entre, através e além de cada perspectiva.

2.3 EM BUSCA DE UM MÉTODO COMPLEXO NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PASSADO

As especificidades históricas das sociedades autóctones *igualitárias* da *terra brasilis* requerem abordagens capazes de dialogar com não-linearidade, descontinuidade, aleatoriedade, o ambiente e a não hierarquização de processos e estruturas sócio-políticas (PROUS, 2006; WÜST, 1990, 1991). O passado dessas sociedades tem múltiplos aspectos envolvendo o espaço, a cultura e o ambiente, não obedecendo a determinações histórico-lineares e o desenvolvimento de um poder central, como nas sociedades ocidentais. A investigação desses aspectos na geografia são facilitados pela ampla gama de disciplinas físicas e humanas tratados por essa ciência.

Contudo, apesar dos estudos em geografia contemplarem processos do meio físico, biológico e social, a divisão positiva em disciplinas e a precariedade dos métodos para (re)integrá-las tem reproduzido uma falsa dicotomia entre geografia física e humana (PASSOS, 2004; MONTEIRO, 2003; MENDONÇA, 2001; MOREIRA, 2000). Tal clivagem

tem camuflado as intrincadas teias dos próprios objetos de estudo. Nesse sentido, necessita-se de métodos adequados à abordagem complexa. A análise revelou que tal enfoque encontra fundamentos na teoria geográfica do espaço e no método da *Totalidade* de Santos (1985). Esse método propõe investigar a realidade por meio das categorias analíticas: *forma*, *processo*, *função e estrutura*, reintegrando-as na *síntese*. A forma é o ponto de partida, por ser o meio de manifestação do fenômeno que possibilita inferências e verificações.

Como descrito no item anterior, são conhecidas as limitações da cultura material e a inexistência de documentos escritos anterior ao século XVI. Entretanto, a *forma* da cultura material e a paisagem resultam de processos socioculturais e ambientais, contínuos ou não. São marcas portadoras de signos, em sintonia com o modo de pensar e agir do povo que as criaram.

Quando indagadas, essas sucessivas *marcas*, da cultura material e da paisagem, revelam parcialmente as práticas espaciais pretéritas e permitem interpretar a *função* dos *elementos*, sua *estrutura*, bem como inferir sobre os *processos* socioculturais e ambientais. Tornando-se memória da *dimensão temporal profunda* do espaço social de vivência, ou memórias sócio-espaciais.

Deve-se, então, ao abordar o passado, ir além da geografização da história e prover uma *interpretação geográfica* do passado distante, por meio de métodos e categorias analíticas da geografia.

No entanto, as categorias analíticas forma, função, processo e estrutura da Totalidade carecem de adaptação para compreender o todo indiviso da teia física, biológica e antropossocial de uma realidade complexa.⁶¹ Aqui se encontra esboçado o arquétipo, cujo aprofundamento requer pesquisas de fôlego maior. Por ora, o esforço foi orientado à noção de escala, a análise espacial e a noção integradora do espaço-tempo, numa tentativa de aproximação entre geografia, história ambiental e arqueologia afim com a proposta.

2.3.1 NOÇÃO DE ESCALA NA ABORDAGEM COMPLEXA

A aproximação entre disciplinas e a inserção de níveis biológicos, físicos, antropossociais e temporais nas abordagens da geografia requer ampliar a percepção,

⁶¹ Com o auxílio dos princípios para um paradigma da complexidade de Edgard Morin.

compreensão e concepção do real, a qual se encontram limitadas pelo pensamento positivo-cartesiano moderno.

Um dos empecilhos da abordagem integrada da parte ao todo na geografia tem sido a redução da noção de escala a uma expressão proporcional geométrica entre áreas (CHAVEIRO, LOIOLA e OLIVEIRA, 2005; CASTRO, 1995). Essa noção de escala restringe a visão sistêmica de um espaço polimórfico e os diálogos multidisciplinares na geografia.

É necessário recorrer a uma noção de escala que permita perceber, conceber, relacionar e representar fenômenos e fatos de natureza e tamanhos distintos, aparentemente desconexos (CASTRO, 1995). Essa noção, além do recorte temporal e espacial, entende a escala como *operador de complexidade*, cujos aspectos abrangentes contrariam o pensamento positivo-cartesiano.

O primeiro aspecto implica compreender o real como uma totalidade indivisa. Numa realidade *não-analítica* deliberadamente *analisada*, a parte conserva relações com a totalidade indivisa, não podendo ser pensada fora dela (BOHM, 2001). Desta forma, a parte em estudo não possui os recortes epistêmicos, e nem detêm necessariamente hierarquias e dimensionalidades proporcionais *a priori* (CASTRO, 1995). A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de escolhas envolvendo a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver (GIOVANNI LEVI, 1998, p. 203).

Os *diferentes níveis* temporais e espaciais na escala são apenas representações abstratas de uma realidade não-objetiva (GRANGER, 1994). São dotados de níveis *diferentes de realidade, complementares* e com *interações não-locais* (BOHM, 2001). Requerem transformações qualitativas *não-hierárquicas* para analisá-los (CASTRO, 1995). De modo que, o território não contém os recortes de escala, nem é por ela contido (MORIN, 1984).

Um pouco mais *assustador* é o segundo aspecto. A parte, além de estar integrada no todo, contém suas inscrições: a realidade é holográfica (CASTRO, 1995; MORIN, 2000; BOHM, 2001)⁶². No entanto as inscrições do todo na parte são potencialmente manifestas. Ora as inscrições do todo na parte não se manifestam na presença do todo, ora se manifestam somente em sua presença, numa profusão de possibilidades.

Não só há interação entre o global e o local, a memória individual e coletiva, como uma bacia hidrográfica, trecho de um rio, porção do solo, etnia, massa de ar, paisagem,

⁶² Em uma imagem holográfica cada parte, ou pixel, contém informações da imagem como um todo.

território usado, clima local, célula “tronco”, espécie, região, sociedade ou indivíduo podem conter as inscrições do todo.

Se a realidade é holográfica, importa relevar a sistemicidade, a multidimensionalidade dos fenômenos e fatos que se imbricam numa teia de densidade temporal, necessitando de abordagens que estão entre, através e além das disciplinas (NICOLESCU, 2000). Todavia, as limitações derivam muito mais da forma de ver o real e da utilização dos instrumentos teóricos que dos aparelhos de medida, do objeto e suas especificidades. O *empirismo* pouco resolve nesse caso.

Assimilar a escala por referenciais de complexidade requer entendê-la como estratégia metodológica para representar, diferenciar e reunir o objeto na dinâmica do tempo, percebendo permanências e rupturas (CASTRO, 1995). Suas propriedades incluem ordem-desordem, não linearidade e linearidade, complexidade e caos (SOUZA, 1997). O que exige maior esforço de abstração conceitual para lidar com atributos que estão além da *forma*. Tal percepção/concepção integra *dados empíricos*, bem como teorias e *categorias racionais* e, por vezes, *mensuração indireta*, para observar e compreender um todo relacional.

Desse modo, a parte se aproxima cada dia mais ao *plenum* do filósofo grego Zenão (BOHM, 2001). Entretanto, requer atenção aos geógrafos: em que medida as inscrições do todo integram e interagem com a parte analisada? Como operacionalizar pesquisas com um objeto espaço-temporal *polimórfico*?

2.3.2 TRILOGIA E SIGNIFICADOS DA PAISAGEM

Nesse campo de possibilidades a dinâmica sociocultural e ambiental se espacializam, produzindo *paisagens e territórios* ao longo do *tempo*, cujas marcas se utiliza a arqueologia. Por ser o lugar central da manifestação da cultura, a paisagem destaca-se na análise. Desta forma, uma noção adequada de paisagem deve entendê-la como conceito construído pela mente humana, mas sua ontologia recomenda igualmente saber que, além do simbolismo, há processos físicos e biológicos relativamente autônomos.

Considera-se assim, três níveis interagentes na paisagem: o nível sociocultural, em que predominam as atividades sociais, econômicas, culturais e o simbolismo (CHAVEIRO, 2005); o nível físico, suporte da *fisiologia da paisagem*, com processos físico-químicos e antroposociais morfodinâmicos, a partir de um *morfoestrutura* passível de ser *compartimentada* (AB’SABER, 1969); o nível biológico dominado por processos ecológicos

e biogeográficos, recentemente integrado pelo gênero humano (BARBOSA, 2002). Esses três níveis interagem na dinâmica da paisagem. Dizem respeito à auto-organização, à cultura, à disponibilidade de recursos, às possibilidades de escolhas e até a conservação das marcas, fossilização, datação etc.

A paisagem é o retrato do tempo, da sociedade e do ambiente, construída numa relação ativa do encontro entre trabalho e matéria, homem e natureza, cor, odor, ação e história, território e o globo (CHAVEIRO, 2005). Assume dimensões variadas, indo além do visível, com densidade física, biológica, simbólica, temporal e extensão infinita, compartimentada para fins operacionais e analíticos das pesquisas.

Além de imagem co-produzida pelos sentidos (COSGROVE, 1998), a paisagem conserva ontologia. Nela, processos físico-biológicos e a sociedade agem e a transformam, materializando desejos e aspirações por meio do trabalho e das técnicas ao longo do tempo (SANTOS, 2004), tornando-a uma construção ambivalente social e ambiental, complementares, dotada de historicidade (WORSTER, 1991; FREITAS, 2003). Sua, ontologia, no entanto, revela que os processos naturais são mais antigos e relativamente autônomos que os sociais.

Essa noção de paisagem envolvendo processos naturais e socioculturais aproxima-se da história ambiental. Os vestígios socioculturais comprovam existências pretéritas e permite especular o simbolismo, tornando-os *lembranças* do passado, sob um conjunto de significados espaço-temporal. Para apreender essa paisagem e suas marcas é necessário categorizar ou recorrer a uma noção de escala que permita relacionar fenômenos de natureza e amplitudes distintas: uma noção complexa de escala.

2.3.3 ESPAÇO NO TEMPO: MARCAS NA PAISAGEM COMO MEMÓRIA ESPACIAL

No longo tempo, a dinâmica cultural se tornou algo análogo a um imenso computador, cujos programas são autônomos, abertos e inacabados (MORIN, 1991). Essa dinâmica cultural pode ser entendida como o espírito que associado aos sentimentos (alma), dão vida ao ser (LORENZ, 1986); juntos, espírito e alma conferem sentido à existência (DOSSE, 2003).

Espírito (cultura) e alma (sentimentos) em ação produzem o espaço de vivência humano, imprimindo marcas na paisagem, na forma de cultura material e alterações ambientais, passíveis de serem interpretadas. Atuando indissociáveis, espírito e alma,

espacializam a experiência humana na Terra. Expressam relações mantidas com o meio para atender as necessidades, gostos e aspirações à realização do ser (SANTOS, 1996, 2004).

Os vestígios nas paisagens indicam diferentes culturas ou, formas diferentes da cultura humana. Geram um conjunto indissociável e complexo ao estudo dessas culturas, cujo resgate e significações necessitam de várias disciplinas. Se há uma geograficidade nessas marcas, a geografia deve estar presente nesta empreitada.

É por meio da *forma* dessa cultura material, bem como as alterações impressas na paisagem, que a dinâmica espacial pretérita adquire relevância, sentido e novos significados ante as leituras do presente (SANTOS, 1985, 1997, 2004). Sua análise pode gerar conteúdos interpretativos úteis às sociedades atuais. As marcas das ações pretéritas denotam maneiras de se relacionar com o meio e entre si, indicando como se auto-elabora o próprio ser (CLAVAL, 1995).

Para a geografia, a arquitetura de suas aldeias e casas, distribuição espacial, inscrições, ferramentas, cerâmicas, vestígios de uso do solo, alterações ecológicas, uso da energia e todo tipo de sinal deixado por atitudes específicas, demonstram as técnicas e os instrumentos do seu sistema de engenharia; ajudam a revelar a estrutura espacial: seus sistemas de referência, rotas, fluxos, práticas espaciais, redes, hierarquias, sobreposição territorial, aspectos comportamentais e a compreender seu modo de produzir, organizar e se proteger (GOMES, 1998; CLAVAL, 1997; SANTOS, 1997, 2004).

Essas marcas na paisagem se tornam *matriz* cultural, pois as formas que estruturam a paisagem transmitem significações de uma geração a outra (BERQUE 1999, 1984). Assim, paisagem é também memória espacial da cultura, dá suporte às representações sociais e promove as identificações étnicas e culturais. Sua análise permite resgatar muito do passado da imensa variedade etnocultural que compõe o território.

2.3.3.1 ANÁLISE ESPACIAL E OS FATORES BIOGEOGRÁFICOS

Nenhum aspecto das sociedades humanas se impõe tanto quanto o espaço de vivência, que se faz presente no cotidiano dos indivíduos desde os tempos imemoriais (SANTOS, 1979). Por ser lugar da escrita da história, o espaço é marcado pela dinâmica social ao longo do tempo. Marcas cujos significados são atributos dos momentos vividos pelas sociedades. Assim, as interpretações de fenômenos geográficos necessitam ser compreendidos no tempo.

Como visto, é a paisagem a guardiã das sucessivas marcas sociais inscritas no espaço ao longo do tempo: “O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser resultado da acumulação da atividade de muitas gerações.” (SANTOS, 2004, p. 53).

Assim como a sociedade, a paisagem não é imutável. Tanto processos sociais quanto naturais alteram a paisagem e a refuncionalizam: mudanças econômicas, políticas e comportamentais, climáticas, geológicas, ecológicas, entre outras. Contudo, parcelas expressivas da paisagem permanecem testemunhas do passado, tornado-a um acúmulo de tempos.

Desse modo, a paisagem e suas *formas* residuais contêm registros que permitem resgatar muito da *Totalidade* dos atributos de uma formação sócio-espacial de outrora: suas *estruturas* sociais, suas *funções* e a dinâmica dos *processos* que as conceberam (SANTOS, 2004). É disso que se alimenta a arqueologia ao realizar escavações e entrar em contato com os vestígios fósseis, artefatos, instrumentos, construções e pinturas rupestres.

De forma similar a geografia, a preocupação com os estudos da paisagem é relevante à arqueologia. Dentro da escola pós-processual diversos arqueólogos se dedicam à construção de metodologias próprias a uma arqueologia da paisagem (BOADO, 1999). Para Boado, uma arqueologia da paisagem deve se dedicar a três aspectos.

Observar as características ambientais do lugar e o histórico biogeográfico desse ambiente são o ponto de partida. Em seguida, a paisagem resulta de um processo social, logo existem nela *sinais* que permitem caracterizar padrões de uso, técnicas e formações sócio-espaciais. Por último, a partir desses subsídios, é possível especular sobre os significados dos objetos encontrados, o simbolismo e as formas de interação ou apropriação da natureza. Nota-se que essa estruturação da paisagem é análoga ao que se propõe na geografia.

Outras abordagens mais *duras*, como a biogeográfica, requerem verificar a trajetória do ambiente, do Cerrado no caso, os ciclos climáticos sazonais e oscilações, a produção de frutos, a disponibilidade de caça e pesca, bem como fatores adaptativos em respostas as mudanças paleoecológicas durante as alterações ambientais pretéritas (BARBOSA, 2002, 1990).

Entre os diversos trabalhos pesquisados na arqueologia, o que mais se aproximou de uma abordagem que privilegiasse os padrões e movimentação espacial de culturas pretéritas do enfoque aqui pretendido foi o de Wüst (1983, 1990), na investigação de sítios de sociedades do Período Ceramista Agricultor no Centro Oeste. Wüst se utilizou da perspectiva da nova abordagem americana, a qual adota uma “[...] visão sistêmica de cultura,

considerando-a como uma interação de vários subsistemas que compreendem fatores culturais e não culturais.” (MELLO e VIANA, 2006, p.37).

Essa perspectiva sistêmica pressupõe que há subsistemas, ou domínios, passíveis de serem analisados em separados para fins operacionais de pesquisa (MELLO E VIANA, 2006). Entende que várias estruturas interpretativas devem estar presentes nas análises das diferenças e similitudes da cultura material, para tentar perceber continuidades e mudanças.

Sob essa abordagem, Wüst (1983, 1999) priorizou a análise espacial, procurando verificar as estratégias de ocupação, a implantação do relevo, a arquitetura, o tamanho de aldeias, o formato, a distância entre aldeias, o território de ocupação, a permanência, a demografia, a diferenciação de atividades, o uso de técnicas e do solo, entre outros.

Na análise espacial Wüst sugere considerar *comportamentos específicos* que geraram a cultura material, a espacialização dos assentamentos e das unidades domésticas e as alterações no próprio Cerrado: a influência do cosmologia, ideologias, crenças e estruturas sócio-políticas. O que permite inferir acerca da diferenciação social de grupos associados aos sítios, em especial a estruturação interna, relações externas.

Todavia, nessa análise às variações ambientais sobre a cultura, embora relevantes, não é atribuído papel *determinante* na adaptação. O conhecimento e a espiritualidade não são desprezados ante as escolhas conscientes dos grupos.

2.3.4 TEMPO NO ESPAÇO: MULTIPLICIDADE, NÃO-LINEARIDADE E ANACRONIA

Embora seja considerado que toda a dinâmica sócio-espacial tenha uma história, a geografia brasileira não atribui relevância ao período anterior a 1500. Na maioria das vezes, o tratamento temporal se restringe a uma historiografia introdutória, sem se ater à trajetória das categorias analíticas da geografia no tempo, tais como o território, bacia hidrográfica, paisagem, lugar e relevo (MAIA, 2005).⁶³ Diversas limitações levam a esses fatos.

Não é difícil reconhecer que a geografia carece de método adequado que possibilite compreender a *história* que gerou a distribuição, escolhas, adaptação, mudanças e continuidades das formações sócio-espaciais, relacionando estudos ambientais e socioculturais no tempo: numa perspectiva *vertical profunda* do espaço.

⁶³ Prof. Carlos Maia, em aula ministrada ao mestrado em geografia, IESA, UFG, no primeiro semestre de 2005.

As influências do determinismo histórico-evolutivo impõem uma segunda limitação, por radicalizar nas interpretações. Pensar a história como uma, sob rigoroso *esquema guarda-chuva*, levou a equívocos (RENFREW, 2004).

Numa contrapartida tão extremada quanto essa radicalização, na geografia, de um lado nega-se que *eventos* climáticos, terremotos, asteróides, mutações, vulcanismos e outras variações ambientais têm *relativa autonomia* e podem deixar marcas na cultura. De outro, subestima-se a importância da criatividade, imaginação, informação, intenção, memória, emoção e das crenças nas escolhas e alteração da aparente pré-determinação dos processos evolutivos (MORIN, 2000; CAPRA, 2001).

No entanto, as culturas não só se *adaptam*, mas simultaneamente fazem *escolhas* de forma distinta aos ambientes (DIAMOND, 2005, 2001). Constroem sistemas de significados, objetos e ações específicas que permitam caracterizar suas formações sócio-espaciais no tempo (SANTOS, 1996, 1982, 1979). De modo que a evolução e a história não seguem padrões que possam ser preditos (LORENZ, 1983, CAPRA, 2001).

Multiplicidade, linearidade e não-linearidade são atributos da história e do espaço social de vivência. Além do esquema monolítico *barbárie ou civilização*, análogo à representação de céu e inferno, ocorrem múltiplas possibilidades. A formação sócio-espacial igualitária dos povos autóctones da *terra brasílis* é uma delas.

Entretanto, como diferentes temporalidades interagem no espaço?

Historicamente, à medida que as sociedades humanas se tornaram sedentárias elas se complexificaram, por meio da divisão social trabalho e novas técnicas, elaboraram artefatos e construções cujos registros estão contidos nas paisagens. Estas, não contêm a plenitude da totalidade sócio-espacial de outrora, mas guardam objetos e signos que interferem nas sociedades contemporâneas (SANTOS, 2004).

Embora as sociedades sejam atuais, elas agem sobre formas de hoje e do passado, sendo influenciadas por essas heranças: “A inserção da sociedade em movimento nesse conjunto de formas constitui o processo de realização geográfica da sociedade.” (SANTOS, 2004, p.60). De fato, quanto mais as sociedades complexificam, mais as formas preterias adquirem significados.

A influência de fosseis e artefatos do passado na vida cotidiana das sociedades ocidentais adquiriram maior importância após o século XIX, com a edição da teoria da

evolução das espécies de Darwin, Lamarck e Bates (Prous, 2005).⁶⁴ Desde então, de meras *reliquias* desses objetos do passado assumiram valores históricos, de memória, científicos, econômicos entre outros.

Ainda que não inseridas diretamente nas formas do passado, por vezes as sociedades sofrem a ação indiretas das formas pretéritas, quanto de grupo descendentes que dispersaram, de grandes grupamentos metropolitanos ou a toda humanidade: cidades antigas, arquiteturas diferenciadas, fósseis e construções contemporâneas. Cada vez mais diferentes ciências se interessam por investigar os vestígios do passado: “A inserção da sociedade atual nesse conjunto de formas é um dos mais difíceis problemas epistemológicos. O estudo desses processos pretende-se, ao mesmo tempo, à história e à arqueologia.” (SANTOS, 2004, p.60), a geografia, física, matemática, biologia, astronomia etc.

Igualmente cabe a geografia tentar *traduzir* os significados das formas pretéritas para as gerações atuais, pois, como visto, se essas formas interagem com o momento presente, logo o tempo é atrelado ao espaço. Acerca dessa indissociabilidade tempo-espaço no campo da geografia, Doreen Massey dialogando com Nietzsche e Bérghson argumenta:

Mas o resultado real deste argumento é que o tempo precisa do espaço para ele mesmo avançar; tempo e espaço nasceram juntos, junto com a relação que os produz. Tempo e espaço tem que ser pensados juntos, pois eles estão inextricavelmente entrelaçados. Neste caso, a primeira implicação deste ímpeto de considerar a temporalidade/história como genuinamente aberta é que espacialidade tem que ser integrada como uma parte essencial deste processo da ‘contínua criação de novidade’. (MASSEY, 1999, p. 274)⁶⁵

Se o espaço tem uma componente material e empírica, tornar o tempo e o espaço unificados na geografia é necessário também empiricizar o tempo (SANTOS, 1996). É por meio da técnica que a sociedade realiza a mensuração do tempo e o associa ao espaço, pois a técnica é um meio constitutivo do espaço e do tempo, tanto no campo operacional quanto percebido, ou subjetivo.

A técnica, por meio do trabalho, é um recurso unificador do espaço e do tempo, tornado-os mutuamente conversíveis: “A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas de um lado, dão-nos a possibilidade de

⁶⁴ Em palestra de abertura do ano letivo de 2005, junto ao Mestrado em gestão do patrimônio na Universidade Católica de Goiás.

⁶⁵ “But the real result of that argument is that time needs space to get itself going; time and space are born together, along with the relations that produce them both. Time and space must be thought together, therefore, for they are inextricably inter-mixed. A first implication, then, of this impetus to envisage temporality/history as genuinely open is that spatiality must be integrated as an essential part of that process of ‘the continuous creation of novelty’.”

empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham.” (SANTOS, 1996, p. 44).

Desta forma, o espaço como sistema de ações e sistema de objetos é entendido como modelo espaço-temporal. As temporalidades desse espaço-tempo têm componentes anacrônicas, diacrônicas e sincrônicas. A temporalidade anacrônica ocorre de modo perceptível e imperceptível. Ao se debruçar sobre o passado com questões do presente, volta-se ao presente com base no que se aprendeu do passado, de sorte que é realizado um anacronismo controlado entre passado e presente (LORAUX, 1992).

Por meio de um observador *no presente*, e somente nele, são re-elaboradas indefinidas histórias, a partir de diferentes épocas, fazendo uso *controlado* do tempo anacrônico (LORAUX, 1992). Passado e presente podem estar relacionados *anacronicamente*, e ser *complementares*.

Já o tempo diacrônico é formado pelo eixo das sucessões de momentos históricos, distinguindo o tempo presente e o passado; por sua vez o tempo sincrônico ocorre num eixo cujas temporalidades sociais diferem entre si, mas os eventos ocorrem simultaneamente (SANTOS, 1996). Assim, os lugares e suas histórias só podem ser compreendidos pela interação mútua de sucessões *diacrônicas*, coexistências *sincrônicas* de seus tempos no espaço, sem perder a noção que há uma anacronia moderada entre o passado e aquele que o investiga. Essas interações constituem a multiplicidade temporal do espaço.

Nesse sentido, pode-se reafirmar que o passado é uma permanente reconstrução do presente, com base na *memória coletiva*, marcas na paisagem e fontes documentais. Atualizado de acordo com as possibilidades e necessidades do momento (REIS, 2002; BENAVIDES, 2001; FUNARI, 1998).

2.3.4.1 TEMPOS E MARCADORES DE TEMPO

Ao ler teorias e métodos com maior grau de abstração acerca do passado, sem dúvida as questões mais intrigantes são as relacionadas com a natureza do tempo e sua interação com o espaço. Essas questões estão presentes tanto na física, antropologia, psicologia, sociologia, economia, química, história e geografia quanto nas sociedades em geral.

Se buscarmos argumentos a essas questões pressupondo o tempo como categoria isolada a tarefa nos parece impossível. Dessa forma, pensar uma abordagem do passado na

geografia requer entendimento do significado e os modos de marcar o tempo por diferentes culturas, sabendo que têm implicações históricas, sociais, ambientais, e culturais.

As etnias autóctones no Brasil são exemplos dessa diversidade de formas em lidar com as temporalidades, cuja base funda-se na observação de marés, cheias cíclicas de rios, períodos de estiagem, chuvas, frutificação e observações do firmamento associados aos mitos.

Nesse campo, pesquisas recentes têm contrariado as afirmativas do antropólogo alemão Hebert Baldus (1899-1970), a qual nunca ter testemunhado observações astronômicas entre os povos autóctones no Brasil (FABIAN, 2006). Essas afirmativas e a noção de antropólogos como Levy-Bruhl de que esses povos teriam pensamento exclusivamente emocional e mítico; e Malinowski, enfatizando um *utilitarismo primitivo*, ofuscaram a percepção dos pesquisadores acerca do desejo que essas sociedades têm de compreenderem o mundo ao seu redor. Lévi-Strauss corrigiu esses equívocos e demonstrou que essas sociedades fazem isso “por meio de intelectuais, exatamente como um filósofo, ou até mesmo um cientista, pode e faz.” (LÉVI-STRAUSS *apud* FABIAN, 2006, p. 61)

No Cerrado, pouco se sabia sobre as práticas dos povos para perceber/conceberem o tempo até meados do século XX. Claude Lévi-Strauss, em 1936, no Mato Grosso, presenciou os *boróro* deitados em esteiras olhando as estrelas. Fabian (2006), após sua pesquisa junto aos *boróro* em 1983 os denominou de “astrônomos do Cerrado”, por confirmar que são atentos observadores celestes.

As observações dos *boróro* são usadas para orientar o planejamento da *planta de situação* de suas aldeias, a estruturação sócio-espacial, marcação do calendário de eventos culturais e mitos. De forma objetiva, orientados pelo sol, lua e a constelação das Plêiades constroem um calendário rigoroso de coleta, agricultura, pesca e caça que os permite retirar o máximo do ambiente com baixo impacto ecológico. Provavelmente esse conhecimento permitiu aos *boróro* se tornarem um povo mais saudável e de maior estatura entre os demais, como é observado (FABIAN, 2006).

Se os *boróro* viviam ao sul de Mato Grosso desde a época anterior ao século XVI, entre a bacia do Rio São Lourenço e a alta bacia do Rio Araguaia, é possível que seus antepassados tenham trocado conhecimentos e mantido relações com os antepassados dos *karajá*, da Fase Aruanã, e Tradição Ceramista URU, que se localizavam nessas imediações. Investigar essas conexões, sobretudo a partir dos eixos fluviais, são excelentes pontos de partida para saber as interações extra-grupo dos povos que ocupavam o Brasil central.

O fato é que os Karajá se utilizam de rituais e observações ambientais não só como referências espaciais, visto no item 1.3.4, p 58, mas simultaneamente temporais. As cheias e

vazantes do Rio Araguaia ajudam a estruturar seus mitos e os ciclos de subsistência: plantio, pesca e coleta, bem como os ritmos e a estrutura da sociedade, o papel dos gêneros, o casamento, o xamanismo, o poder político, a gênese, as doenças, a morte, o parentesco e o tempo do contato com o branco (LIMA FILHO, 2006). O *Hetoroky*, rito de passagem do menino à fase adulta, é uma dessas cerimônias estruturadoras da sociedade *karajá* que tem ligação com as temporalidades míticas comandadas pelo ritmo do rio.

Enquanto Martius e Spix escreveram com certo desdém sobre os Karajá em “Viagem ao Brasil” (1817-1820): “Nas leis e forças da natureza eles não pensam, e, portanto, não as podem designar com palavras.” (*apud* Lima, 2006, p. 89); José Vieira Couto de Magalhães descreveu o contrário em sua obra “O selvagem” publicada em 1876, relatando o uso de estrelas e constelações pelos *karajá* na contagem do tempo.

Vivendo em climas ardentes como são alguns do Brasil, os que são navegantes preferem de ordinário a noite para a viagem. Viajei dezenas, talvez centenas de noites pelo Araguaia com guarnições de selvagens karajás – e sempre eles conheciam a hora da noite por meio de estrelas, com precisão que bastava perfeitamente para regular as marchas. Não me envergonho de dizer que, nesse tempo, eu conhecia muito menor número de constelações do que eles. [...] Entre os tupis, o planeta Vênus (que se chama Iaci-tatá-uaçu) e a constelação das plêiades (Ceiuci) figuram frequentemente na contagem do tempo durante a noite. (*apud* Lima, 2006, p. 83)

Num capítulo que trata dos *tupi*, Magalhães relata ainda que:

Os indígenas não dividiam o dia e a noite em horas e sim espaços, mais ou menos, de duas e três horas, a saber: Do nascer do sol até as 9 h: Coema; Das 9 h ao meio dia: Coarací iauaté (sol alto); Meio dia: Caie ou iandára; Do meio dia às 5 h: A’ra; Das 5 h às 7 h: Carúca, Karúca; Das 7 h à meia noite: Pitúna; Meia noite: Piçaié; Da meia-noite às 4 h: Pitúma pucú (noite comprida); Das 4 h às 6 h: Coema pirãnga (vermelho da manhã, madrugada) e das 6 h às 9 h: Coema. (*apud* Lima, 2006, p. 82)

Outros povos no Brasil construíram “escalas” espaço-temporais próprias. Os *caxinauá* determinam a distância percorrida de forma que um centímetro equivale a uma hora de caminhada (BORGES, 2006). Um centímetro determina o tempo de três horas a cavalo para os *xacriabá*. No extremo norte do país, na região amazônica, os *macuxi* associam a distância de um centímetro a uma hora de bicicleta. Os *ianomâmi* concebem o tempo e o seu território com base em círculos concêntricos de centro referenciado em suas casas.

Os *ikpeng* do Xingu fazem vários nós num fio de algodão para marcar o tempo de duração de uma caçada (BORGES, 2006). Os *caiapó* se utilizam de ciclos rituais como

marcadores temporais, entre os quais se destaca o *meõtômôr*, expedição ritual de caça e iniciação do jovem à fase adulta. Já os *guarani* constroem o ciclo anual a partir de alterações relacionadas aos ventos de inverno e os ventos novos no período do florescimento da vegetação, incorporando essas temporalidades às suas narrativas míticas.

Junto aos *tupi*, a importância da observação da lua, sol e constelações para orientação temporal foi descrita pelo missionário Claude d'Abbeville em 1612, ao registrar o nome de trinta constelações e estrelas conhecidas desse povo. Impressionado, Abbeville escreveu: “Poucos entre eles desconhecem a maioria dos astros e estrelas de seu hemisfério; chamam-nos todos por seus nomes próprios, inventados por seus antepassados” (*apud* AFONSO, 2006, p. 48).

Em 1612, Abbeville relatou que os *tupi* já sabiam do efeito maré provocado pela lua: “[...os tupinambás atribuem à Lua o fluxo e o refluxo do mar e distinguem as duas marés cheias que se verificam na lua cheia e na lua nova ou poucos dias depois.” (*apud* AFONSO, 2006, p. 51)

Para os *tupi-guarani* as aparições consecutivas de uma mesma fase da lua determinam o mês. Usando rochas e a determinação dos extremos do movimento do sol nos solstícios e equinócios marcam os quatro pontos cardeais e definem a primavera, verão, outono e inverno. Tanto esses marcos quanto as anotações de diversas constelações estão expressas no mundo mítico e nas crenças da sociedade *tupi-guarani*, demonstrando seus saberes profundos dos movimentos da natureza e os reflexos sobre o espaço de vivência (AFONSO, 2006).

Com tanta diversidade no uso de meios técnicos, instrumentais e culturais no subsídio a noção de tempo e a estruturação sócio-espacial, é plausível supor que sua construção não fosse recente à história humana. Pesquisas arqueológicas têm apontado que esses meios provavelmente se fazem presentes há dezenas de milhares de anos. Seja por meio da observação das constelações, fenômenos climáticos sazonais, astronômicos, ciclo diurnos, ciclos biológicos e o tempo sociológico das atividades cotidianas, seja pela temporalidade dos mitos, crenças e rituais.

Pinturas rupestres na caverna de Lascaux, na França, sugerem que em meio à pintura de animais, de 17.000 anos AP, existem representações da constelação das Plêiades (NOGUEIRA, 2006). O etnoastrônomo Michael Rappenglück demonstrou por técnicas computacionais que provavelmente as 87 marcações da lasca de presa de mamute trabalhado por humanos pré-históricos, datada de 32.000 AP, encontrada numa caverna da Alemanha, seriam a representação da constelação de Órion.

Essas são as evidências mais antigas de observações astronômicas para mensurar o *tempo*, significando que observações relacionadas aos ciclos ambientais e biológicos devem recuar bastante no tempo, já que seriam de fácil percepção. Os significados desses fatos questionam a representação de humanos pré-históricos como sociedades selvagens e rudes quando se supõe os saberes necessários para construir objetos com pinturas com técnicas sofisticadas, bem como a sensibilidade à observação astronômica e marcação dos ciclos naturais.

Perceber essa profusão de técnicas e noções de *tempo-espço* em *outras* sociedades é uma difícil tarefa, pois os padrões conceituais sobre o tempo na civilização ocidental estão tão enraizados que impedem de conceber como outras povos viveram e vivem sem o tempo cronológico e o relógio (ELIAS, 1998). No entanto, as sociedades produzem diferentes modos culturais para regular ciclos e ritmos sociais visando sua perpetuação. Esses modos de marcar o tempo resultam de um processo contínuo de aprendizagem e acúmulo de saberes, associados à forma de estruturação social.

Assim, os marcadores temporais, ao lado de outros tantos padrões de medição, devem ser entendidos como indicadores históricos-sociais do contínuo processo de simbolismo que caracteriza o ser humano, a partir da observação de certas regularidades celestiais e ambientais. (BORGES, 2006, p. 40)

Como visto, as noções de tempo, formadas a partir de processos históricos-sociais, são atreladas a espaços de referência. Todavia, as representações desses espaços, em geral, não seguem uma ordem geométrica euclidiana da civilização ocidental.

Muitas vezes a experiência de tempo é associada a uma representação mental da realidade por processos cognitivos, objetivos e subjetivos, expressos por atos sociais não materiais, como gestos, rituais, canções, processos, danças, poemas e histórias, permitindo o deslocamento e a percepção nos ciclos, ritmos e ritos sem a construção de instrumentos. Essas sociedades elaboram uma *geografia imaginativa*, utilizando uma *cartografia de performance*, como visto em 1.3, p.42 (SEEMANN, 2003)

Além de estarem relacionadas a espaços de referência, as noções de tempo diferem em cada situação. Os tempo psicológicos e míticos experimentados pelos indivíduos não equivale ao tempo cronológico, biológico, ao vivido por uma sociedade e ao tempo estrutural, ou físico-químico, proposto por Ilya Prigogine (1996). Assim, tanto quanto o espaço, o tempo também é múltiplo. Verifica-se que há uma pluridimensionalidade do tempo (FIGURA, 16).

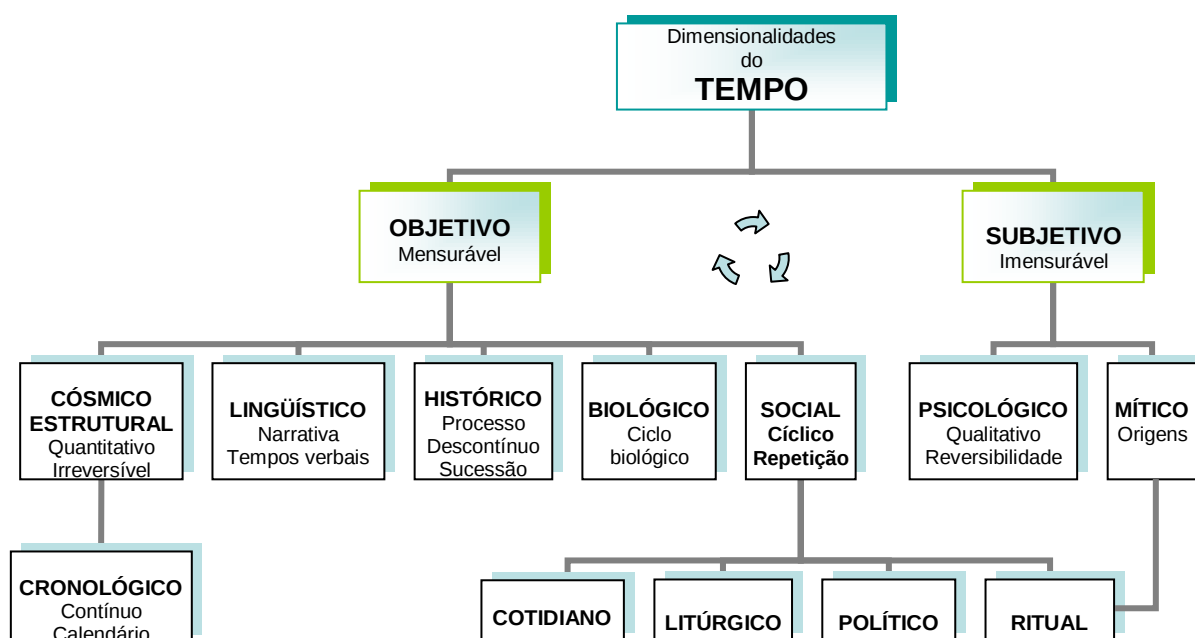


Figura 16: Pluridimensionalidade do tempo.

Fontes: Elias (1998); Borges (2006) e Prigogine (1996).
Elaboração: Loiola, S. A., 2007.

Ser pluridimensional confere ao tempo características complexas em cada sociedade. Elias (1998), Borges (2006) e Prigogine (1996), propuseram imaginar essa complexidade temporal estruturada a partir de aspectos subjetivos e objetivos, ora justapostos, ora superpostos, entrelaçados de tal forma que só é possível esboçá-los para efeito analítico. Sem hierarquias, há um entrelaçamento de aspectos subjetivos e objetivos do tempo, indissociáveis dos espaços de referências.

O tempo subjetivo embasa temporalidades míticas e psicológicas (FIGURA, 16). Fazem parte de sua percepção a memória, o afeto e as tradições, permitindo vivenciar recordações como se fossem atuais, o que o torna reversível e imensurável. Para apreender essas temporalidades o tempo repartido e mensurado em datas “*não permite compreender a simultaneidade da existência social*” (BOSI 1996, 1996, p. 24).

Comportando-se como uma faceta do tempo subjetivo, o tempo mítico remete às origens sociais, referindo-se a mundos perfeitos onde o presente é eterno. Nele tudo é reversível pela rememoração. De forma similar, os sujeitos experimentam singularidades subjetivas na sua psique, no consciente e inconsciente, cujas bases não correspondem necessariamente à sucessão linear de fatos. Por ser predominante o aspecto qualitativo no tempo subjetivo, não faz sentido sua mensuração.

Considerado como tudo aquilo que se caracteriza por conjunto de ciclo de eventos, quer seja históricos, sociais, atmosféricos, astronômicos ou biológicos, o tempo objetivo tem a função de *marcar* a duração, os períodos e os ritmos individuais e coletivos (BORGES, 2006; FIGURA, 16). Esse tempo está presente no tempo social, regulando atividades cotidianas, rituais, festividades e o processo de trabalho; no tempo da reprodução de animais e plantas; no tempo estrutural do cosmos, na sucessão de fatos históricos e nas narrativas literárias.

Se cada sociedade constrói sua noção de tempo, o tempo objetivo é produto de escolhas socioculturais, não sendo neutro (BORGES, 2006). Assim, esse tempo é passível de mensuração, cujos referenciais são atributos de cada sociedade, sendo não-causal, irreversível, multiforme e irregular, cuja complexidade das relações entre fatos e fenômenos o insere num cenário de múltiplas possibilidades e escolhas. De modo que, sua objetividade não o separa das temporalidades subjetivas.

[...apresenta-se irregular, não-causal, multiforme e irreversível, na forma de um conjunto complexo de relações, em que se supõe que o que aconteceu poderia não ter acontecido. Neste caso, deslocar-se nessa imaginária linha de tempo significa colocar-se sempre diante de múltiplas possibilidades. (BORGES, 2006, p.42)

A escolha dos marcadores do tempo objetivo resulta do acúmulo de saberes, da verificação de repetições e processos celestes, sociais, ambientais, físicos, químicos ou biológicos. Na civilização ocidental há uma macro e uma micro-cronologia. Na macro-cronologia predomina o tempo mensurado com base em observações astronômicas das estrelas, *pulsares*, *quasares* etc., da mecânica celeste e rotação da Terra e seu fracionamento em unidades menores. Na micro-cronologia, a unidade singular, o segundo e suas frações, é referenciado em diversos relógios de tempo, entre eles as emissões de partículas de materiais radioativos, denominados relógios atômicos.

Na arqueologia, marcadores de tempo ajudam a resgatar o período aproximado de produção das marcas pretéritas na paisagem por sociedade humanas, bem como reconstituir seu paleoambiente e paleoclima. Diversas ciências auxiliam a arqueologia nesse propósito. Técnicas de cronologia relativa por decapagem com base em métodos estratigráficos usados na geologia e geografia permitem separar níveis de sedimentos posicionados, correlatos aos climas pretéritos e os períodos de duração aproximada, ou datação relativa (PROUS, 1992).

A física contribui com métodos de datação absoluta. Entre as técnicas mais utilizadas de datação absoluta estão as de radiocarbono e termoluminescência (PROUS, 2006, 1999; DIAMOND, 2005). A primeira é realizada a partir da radioatividade residual do carbono 14

preservado em carvões vegetais de fogueiras construídas por grupos humanos, ossos e conchas, permitindo datar até 40 mil anos AP (Antes do Presente). A datação por termoluminescência residual de partículas de sílica queimada em cerâmicas e instrumentos de sílex possibilita datar períodos mais recuados que 40 mil anos AP, assim como as partículas radioativas de urânio e tório, empregadas para datar ossos.

Aspectos específicos temporalizadores da cultura material informam detalhes dos hábitos alimentares, esforços físico, patologias, características da população e técnicas de nossos ancestrais. Nas análises, indicadores e técnicas indiretas são necessárias, já que a maior parte dos utensílios e alimentos consumidos pelos grupamentos humanos é destruída pelo próprio consumo ou pela decomposição dos alimentos (ALBUQUERQUE, 1989). Tais análises precisam fornecer dados qualitativos e quantitativos, pois somente a observância de aspectos qualitativos pode levar a distorções interpretativas e invalidar a análise, como geralmente ocorre na inferência da dieta de um grupo quando simplesmente associada diretamente ao uso de determinados utensílios, por exemplo raspadores e assadores.

Para confirmação da dieta e dos níveis de consumo de cada alimento são necessários métodos baseados na química dos ossos, das cáries, abrasão dentária e doenças resultantes da dieta alimentar, esforços repetitivos no processo de trabalho e hábitos. A análise química dos ossos revela a proveniência dos elementos constitutivos, pois alguns isótopos estáveis são incorporados aos tecidos dos indivíduos que os consumiu, e em proporções compatíveis com a espécie e a quantidade do alimento ingerido (ALBUQUERQUE, *op. cit.*). A proveniência dos elementos constitutivos permite inferir a procedência geográfica do alimento.

De forma análoga, bioquímicos identificam parasitas intestinais nos *coprólitos* (fezes fossilizadas) e alimentos da dieta (ARAÚJO e FERREIRA, 1997). Algumas dessas técnicas consistem em verificar a relação entre o Carbono 12 e seu isótopo estável 13; o Nitrogênio 15 e o isótopo estável 16; e o uso do estrôncio, que por ser mais abundante em plantas que animais, fornece as proporções de vegetais e animais na dieta.

Restos esqueléticos são avaliados por bioantropólogos, a fim de verificar o sexo, idade, características físicas da população e, com auxílio de paleogeneticistas, fazem estudos com o DNA mitocondrial e traçam a filogenia e possíveis origens geográficas (STEVOUX, 2001; PROUS, 1999). Paleoantropólogos avaliam a demografia a partir da quantidade e aspectos dos esqueletos encontrados em cemitérios. Inferem sobre os esforços físicos, posturas do corpo e distribuição populacional.

Tão importante quanto encontrar instrumentos fabricados pelos humanos é identificar a cadeia operatória: as matérias primas, sua origem, as técnicas de confecção, quantidade

produzida, entre outros aspectos. Possível na análise petrográfica da rocha, que ao indicar o local de retirado do material, revela informações sobre as relações de troca e/ou a mobilidade populacional (PROUS, 1999). Dados similares podem ser obtidos a partir de análise química por ativação neutrônica dos minerais que compõem as argilas usadas na manufatura de cerâmica.

As técnicas empregadas na manufatura dos artefatos podem ser obtidas na análise de microscopia, as quais informam as marcas deixadas pelo uso repetitivo, os materiais e o tipo de trabalho associado (FOGAÇA e BOEDA, 2006). De posse dessas informações, especialistas tentam reproduzir as peças a fim de comprovar as técnicas e as especificidades na produção em toda cadeia operatória.

Uma gama infindável de especialistas e métodos entram, direta ou indiretamente, na investigação dos *marcadores de tempo* inseridos nos vestígios do passado. O clima é tratado por paleoclimatólogos e palinólogos; a paisagem, o solo, o relevo, a geologia e a hidrografia, objeto de geomorfólogos, geólogos e pedólogos; espécies vegetais e animais e seu históricos por biogeógrafos, paleobotânicos e paleontólogos; e o estudo dos polens é destinados aos palinólogos (RUBIM, 2002; PROUS, 1999; ALBUQUERQUE, *op. Cit.*).

Assim, o passado adquire cada vez mais relevo em diferentes áreas do conhecimento no intuito de subsidiar a compreensão da realidade atual. Inúmeras ciências trazem suas contribuições. Nesse conjunto, a meta da arqueologia é propor um quadro do cotidiano dos grupos e suas interações com o meio, com base em análises a partir de métodos, técnicas e teorias à disposição no momento. O uso de metodologias duras não torna as conclusões da arqueologia “nem mais nem menos definitivas do que as dos historiadores e refletem não a realidade do passado, mas a visão que deles podemos conseguir hoje.” (PROUS, 1999, p. 27).

Marcadores de tempo estão inscritos na dinâmica sócio-espacial, sejam eles físicos, biológicos ou a própria memória dos povos. De forma que o *espaço de vivência* é complexo. Nele diferentes temporalidades se entrelaçam sob um sistema de objetos e ações a partir de um ambiente dinâmico, materializando-se numa *paisagem*, que comporta assim, determinações espaço-temporais de formações sócioambientais.

Ontem e hoje coexistem numa formação sócio-espacial, ou como dito, sócioambiental. Portanto, sua compreensão só é possível por visões que entendam a realidade como uma teia de relações de densidade temporal. Assim configurado, o passado distante é necessariamente objeto de estudo da geografia. Contudo, limitações mecânico-positivas limitam as abordagens que se lançam nessa empreitada. Cabe a geografia construir propostas com métodos *complexos*, tal qual o objeto.

Sob essas orientações julga-se ter provido fundamentos teórico-metodológicos à continuidade do diálogo entre história ambiental e a arqueologia acerca das sociedades autóctones e seu ambiente. O aprofundamento desse diálogo encontra-se esboçado no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 3 DA OCUPAÇÃO CONTINENTAL À (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ALTO ARAGUAIA

*Niemuendajú*⁶⁶

“O ser que cria ou faz o seu próprio lar”

No primeiro Capítulo vimos como *intencionalidades* construíram certa *invisibilidade* acerca das sociedades milenares neste continente, cabe demonstrar a insustentabilidade do discurso invisibilizador, a partir dos sinais, pistas, evidências dos vestígios da cultura material de seus antepassados. Tratados originalmente pela arqueologia, esses vestígios são, ou se tornaram, memória espacial de culturas pretéritas. Por meio dessas marcas pode-se inferir sobre a dinâmica sócio-ambiental, a estrutura sociopolítica, a adaptação, as escolhas e a criação cultural, bem como o uso das técnicas e a *cadeia operatória* de artefatos dos povos precursores dos Karajá.⁶⁷

Interpretações e significados dessas informações arqueológicas são apresentadas ao longo deste Capítulo, balizados na proposta de uma *geografia do passado distante*, descrita no segundo Capítulo. Juntamente com as prováveis origens do gênero *homo* encontram-se dialogadas, sobretudo por meio de teorias explicativas, *histórias* de ocupação do continente americano pelo *homo*, sua chegada ao centro da *terra brasilis*, até a consolidação e a (re)produção do espaço de vivência da fase Aruanã, tradição URU e dos Karajá na bacia do rio Vermelho, inserido no contexto das variações paleoambientais.

⁶⁶ Etimologia Nandeva-Guarani. Tradução de Juan Francisco Recalde. Para Aryon Dall’Igna Rodrigues significa “O que fez seu assento, o que se estabeleceu”. Segundo Virgílio Corrêa Filho significa: “o ser que cria ou faz o seu próprio lar”, Transcrição da RGB, 1951, In: Mapa etno-histórico de Curt Niemuendaju, IBGE, 2002.

⁶⁷ Seqüência de confecção dos artefatos, desde a escolha do material, transporte, local de manufatura, diversas técnicas e fases na elaboração, e toda divisão do trabalho envolvida (FOGAÇA e BOEDA, 2005).

3.1 OSCILAÇÕES PALEOCLIMÁTICAS NO PLEISTOCENO E A GÊNESE DE OUTRAS HISTÓRIAS

A dispersão humana por *todo o globo*, a partir de um centro, ou centros, de origem é singular entre todas as espécies conhecidas (FUNARI, 2006; STEVAUX, 2001). Provavelmente caminhando, e até navegando, a nossa espécie chegou a todas as partes do globo, embora nem todas tivessem sucesso. Experimentou variações ambientais intensas, ora se adaptando, ora criando técnicas, organização cultural e fazendo escolhas. Motivado por esse hábito do *sapiens* de andar sob a luz do dia, Altair Sales Barbosa os denominou de *andarilhos da claridade* e Clive Gamble de *andarilhos do passado*.

Na atualidade, o recuo da estimativa da diferenciação do *sapiens* entre 150.000 e 180.000 AP, e a confirmação de datações muito antigas na América do Sul e Central, tem fortalecido teorias que tratam de múltiplas rotas de ocupação do globo (GUIDON, 2006). Fez rever as análises e avolumar os campos de possibilidades envolvendo o processo de dispersão/expansão humana.

Como visto nos capítulos anteriores, o uso da observação astronômica há mais de trinta mil anos, as pinturas de quarenta mil anos, a existência de pinturas datadas de quinze mil anos representando barcos de junco na Europa e o grau de sofisticação dos artefatos do *homem do gelo*, datado de 5.300 anos, sugerem que a figura “desengonçada” e “grotesca” que se tem de humanos pré-históricos de certos períodos, seja uma ficção. A sofisticação cultural parece ter começado muito mais cedo que as marcas observadas.

A cultura pode ser, aqui, uma variável significativa, por que brinda os seres humanos com uma capacidade de armazenar e transmitir alimentos, enquanto buscam habitats mais produtivos e de modificar, rapidamente, de um tipo de dieta a outro. (BARBOSA, 2002, p. 44).

Se padrões culturais de *sapiens* se estabeleceram há tanto tempo, é possível que pouco mais adiante construíssem pequenas embarcações, tivessem domínio maior do meio e expandido sua demografia por imensas áreas, já que os vestígios denotando o desejo precoce de conhecer, observar fenômenos e a capacidade de memorizar aspectos cíclicos (GUIDON, 2006). De igual modo, o respeito, o medo dos fenômenos naturais, e a constituição de um sistema de crenças e mitologias, podem tê-los levado a migrar em busca de “paraísos”.

A migração em busca de um “paraíso terrestre” encontra paralelo em diversas partes e épocas sobre o globo: o mito da terra prometida no oriente médio, entre povos africanos e entre os *Tupi* no Brasil:

A existência de informações etno-históricas, que atestam que os falantes costeiros do Tupi estavam migrando em busca de um paraíso terrestre, para o tempo do contato europeu, destaca a possibilidade de algumas dispersões anteriores também terem sido deliberadas e de longa duração. (BARBOSA, 2002, p.44)

Tais fatos tornam necessário o emprego de perspectivas que ultrapassem os *modelos dispersionistas clássicos*, exigindo pensar um conjunto de teorias a um só tempo, como a teoria biogeográfica de ilhas, a dispersão de patologias, os usos e a domesticação de espécies, técnicas, práticas culturais e, sobretudo, das mudanças paleo-ambientais. Pois, nessas mudanças, não só o clima se alternou em períodos secos ou úmidos, frios ou quentes, mas também a vegetação, o relevo, as correntes marinhas, os rios, lagos, a fauna e flora, entre outros.

Desse modo, considerações do efeito das variações climáticas pretéritas são fundamentais para imaginar o contexto ambiental da dispersão humana sobre o globo, a fim de evitar “erros primários, como o de plotar elementos cronologicamente recuados sobre bases paisagísticas atuais. [...]. O quadro das paisagens atuais deve funcionar apenas como referência, quando se tenta compreender fenômenos culturais recuados.” (BARBOSA, 2002, p. 67).

Para além da necessidade de sobreviver, a complexificação cultural, escolhas e adaptações diante das fortes variações ambientais pleistocênicas parecem estar entre os motores que levaram nossa espécie a ultrapassar barreiras *culturais*, ecológicas, geográficas e chegar a todos continentes.

Não foram poucas as oscilações climáticas e ambientais experimentadas por esse ser *andarilho*. No Quaternário, do Pleistoceno médio e superior ao início do Holoceno, durante os últimos 400 mil anos, a Terra teve quatro *eras* glaciais, as quais corresponderam climas áridos, e períodos interglaciais, de fases mais úmidas. As mais importantes nesse período são: Nebaskan (Günz), Kansan (Mindel), Ilinoian (Riss), Wisconsin antigo, Wisconsin recente (Würm), da esquerda para a direita na Figura 17 (CASSETI, 1994).

As hipóteses acerca dessas glaciações são divergentes e inconclusas. Uma proposta explicativa atribui a diminuição da temperatura global durante as glaciações à redução do nível de dióxido de carbono, CO₂, metano, CH₄ e demais gases que tem o poder de manter o calor na atmosfera, por *efeito estufa*. Outra relaciona os períodos glaciais e interglaciais a

modificações nos padrões de recebimento e distribuição geográfica da energia solar no globo devido alterações astronômicas no sistema *terra-lua-sol*, possivelmente em decorrência da mudança na inclinação do eixo de rotação da Terra, variações na forma da órbita da Terra e no movimento de precessão, como ponderou o astrônomo Russo Milutin Milankovitch.⁶⁸

Na Figura 16 o gráfico expõe a variação da temperatura global ao longo dos últimos 425.000 anos. Nele verifica-se ora o aumento da temperatura global média, nos períodos interglaciais, ora a diminuição da temperatura, com referência à média entre 1961 a 1990. Constata-se que períodos de grande aquecimento global não só se repetem de forma quase cíclica, como possuem intervalos muito mais curtos que os resfriamentos.

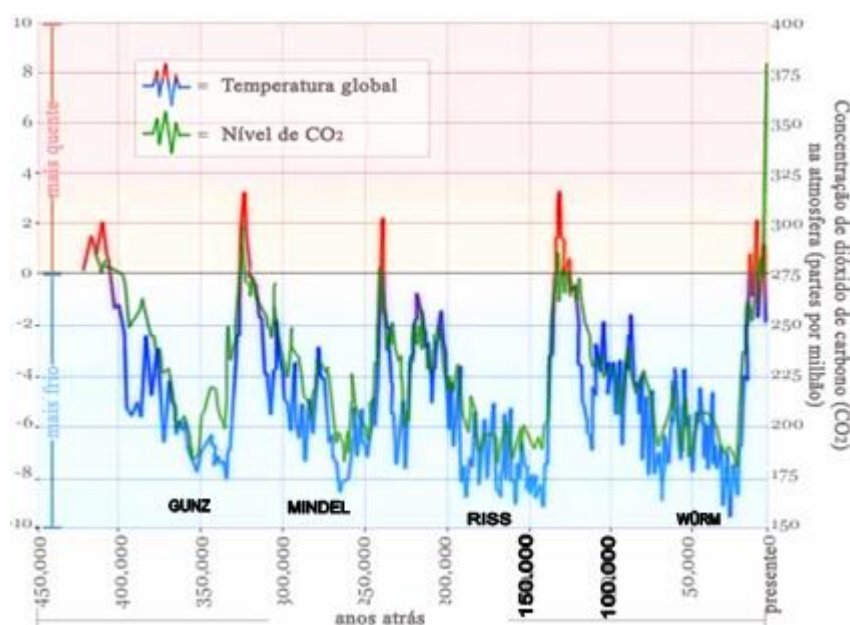


Figura 16: Temperaturas médias globais e nível de CO₂ na atmosfera nos últimos 425.000 anos, referenciado entre 1961 e 1990.

Fonte: SEED, com dados obtidos pela WDC em Vostok, na Antártica.⁶⁹
Adaptação: Loiola, S. A., 2007.

⁶⁸ Informação colhida no site da WDC: World Data Center for Paleoclimatology World Data Center for Paleoclimatology <http://www.ncdc.noaa.gov/paleo> Acessado em 4/2007.

⁶⁹ SEED: Schlumberger Excellence in Educational Development. Acessado em 5/2007:
http://www.seed.slb.com/pt/scictr/watch/climate_change/causes_co2.htm

Nos períodos glaciais as temperaturas globais experimentaram quedas acentuadas e se mantiveram relativamente baixas em intervalos de cinquenta a cem mil anos. Embora nos oceanos ocorreu menor redução de temperatura, dada a grande capacidade térmica do volume de água, em torno de 5 °C, ela foi significativa para evidenciar que os gradientes térmicos na circulação atmosférica foram bastante maiores (CASSETI, 1994); entretanto, com amplitudes heterogêneas, variando de acordo com a localização no globo: a latitude e a altitude.

Nessas glaciações, grande parte da água do *ciclo hidrológico* global ficou retida nas calotas polares, já que as precipitações em forma de neve nas latitudes altas e médias não derretiam. Com o acúmulo de água nas geleiras, os níveis dos oceanos baixaram entre cem e duzentos metros, predominando o eustatismo negativo, ou regressão marinha (FIGURA 17). Com a regressão, milhares de ilhas emergiram nas plataformas continentais, junto às faixas litorâneas e no oceano, antes submersas, ampliando as margens continentais em torno de quatrocentos km.

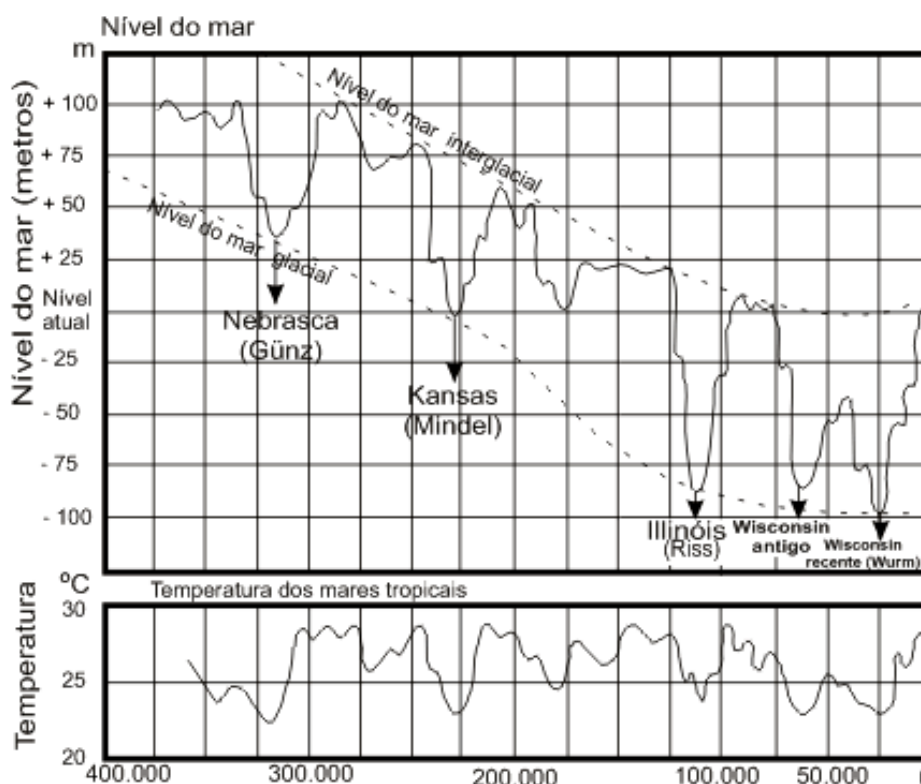


Figura 17: Oscilações da temperatura no pleistoceno e implicações no nível do mar, ou eustatismo.

Fonte: Fairbridge, 1961 *apud* Casseti, 1994, p.51.

Os efeitos dos glaciais foram mais fortes no hemisfério norte, dada a maior porção de terras emersas que no sul, o que ampliou a gradiente térmico devido à continental idade. Na glaciação mais recente, Würm, ocorrida entre 18000 e 12000 AP, no final do Pleistoceno superior, o gelo se concentrou do pólo norte até a latitude dos Grandes Lagos, na América do Norte e parte da Europa (AB'SABER, 1977). O peso do gelo sobre o continente nas altas latitudes, e o alívio da massa de água sobre as placas oceânicas, acelerou as atividades isostáticas (CASSETI, 1994). Ocorreram subsidências nas partes encobertas pelo gelo e o soerguimentos nas áreas afastadas, ou periféricas, próximas ao oceano.

Nas áreas tropicais e nas baixas latitudes, próximo ao equador, não há registros de retenção de gelo, senão nas altitudes elevadas. Mas essas regiões experimentaram esfriamento, com gradientes térmicos diurnos maiores e maior aridez. A escassez de precipitação, caracterizou-se em climas áridos e semi-áridos, predominando o aplainamento dos relevos por desagregação mecânica do intemperismo físico (AB' SABER, 1977; QUADRO 8).

Quadro 8

Estágios glaciais do Quaternário e tectônica, clima, processos e feições geomorfológicas correspondentes

	Estágio		Tectônica	Clima	Processos	Feição geomorfológica
	Glacial	Interglacial				
HOLOCENO			Epirogênese positiva	Úmido com fases secas	Dissecação e sedimentação	Baixo terraços fluviais e terraços de ondas
PLEISTOCENO	Wisconsin			Semi-árido	Morfologia mecânica	Paleopavimento
		Sangamon	Epirogênese positiva	Úmido	Dissecação	
	Illinoian			Semi-árido	Morfologia mecânica	Pedimento P-1
	Kansan	Yamouth	Epirogênese Positiva	Úmido	Dissecação	
				Semi-árido	Morfologia mecânica	Pedimento P-2
	Nebraskan	Aftoriano	Epirogênese positiva	Úmido	Dissecação	
				Semi-árido	Morfologia mecânica	Pedimento P-1

Fonte: Barbosa, 2002, p.104. Adaptação Loiola, S. A., 2007.

Padrões de circulação das correntes marinhas se alteraram nas eras glaciais e, juntamente com surgimento de inúmeras ilhas, pela teoria *biogeográfica de ilhas*, podem ter favorecido a migração de diferentes espécies, incluindo o *sapiens*, caminhando ou navegando

de ilha em ilha. Na América do Sul, correntes frias do Atlântico Sul denominadas *Falkland* passaram a se deslocar mais ao norte do que os dias atuais, atingindo o litoral nordeste da costa brasileira; e correntes marinhas menos quentes predominaram sobre as ilhas Canárias e nas Guianas (AB' SABER, 1977). Provavelmente as mudanças nas correntes devem ter desviado os anticiclones do sul para o norte do Trópico de capricórnio, próximo ao litoral nordeste do Brasil (FIGURA 18).

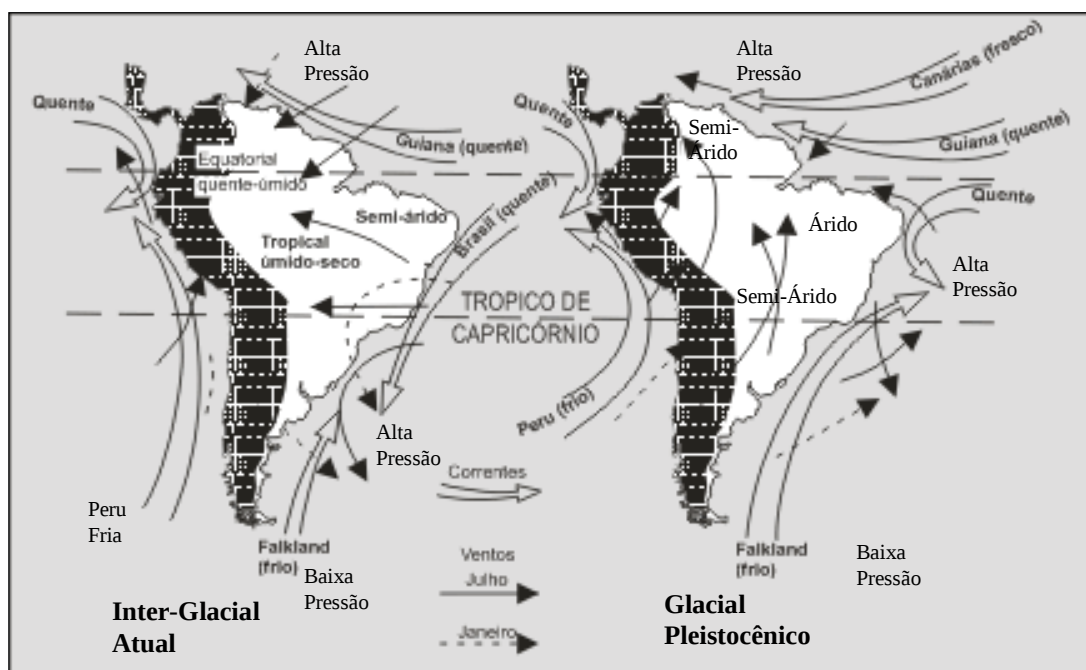


Figura 18: Correntes marinhas, deslocamento de massas de ar, células de baixa e alta pressão e climas predominantes nas terras baixas da América do Sul atual e no último glacial (Würm), no final do Pleistoceno Superior.

Fonte: Christofoletti, 1999 *apud* Cassetti, 2006. (Baseado em Damuth e Fairbridge, 1970; Ab' Saber, 1977.)

Dados ecológicos, de sedimentologia, geomorfologia, permitiram inferir que duas frentes de expansão semi-árida avançaram sobre as terras baixas sul-americanas no período glacial (AB'SABER, 1977). Uma proveniente do norte da Argentina e Patagônia, que teria se deslocado ao norte e noroeste; e outra de origem no nordeste do Brasil, expandindo-se para o oeste, centro e sul (FIGURAS 18 e 19).

Essas frentes provocadas, principalmente, pela extensão ao norte das correntes frias do Atlântico sul, ou Falkland, e a modificação nos padrões de deslocamento de massas de ar, favoreceram o predomínio de vegetações abertas, como a Caatinga e o Cerrado, em

detrimento da redução das densas florestas úmidas. No entanto, não houve homogeneização climática. Climas diferenciados se estabeleceram, segundo as altimetrias locais e forma do relevo, respondendo pela caracterização vegetacional local e a relativa continuidade de vegetações de climas pretéritos em regiões de enclaves: teoria dos refúgios quaternários (AB' SABER, 1977; FIGURA 19).

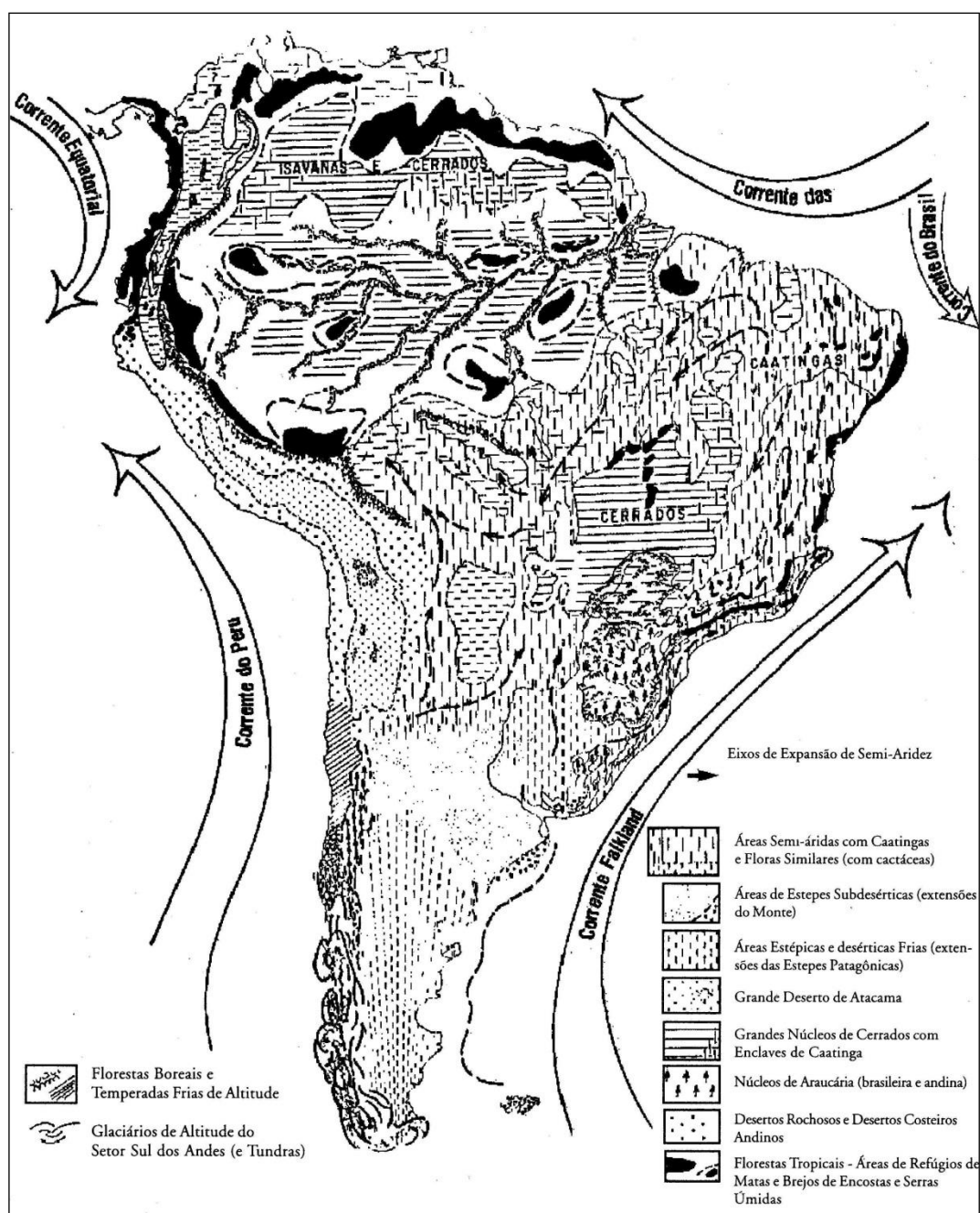


Figura 19: Domínios naturais no Período de 18.000 a 13.000 anos A.P. proposto por Aziz Ab' Saber (1977). Predomínio de vegetação adaptada à aridez e semi-aridez.

Fonte: Barbosa, 2002, p.104.

Assim, a aridez e a semi-aridez do último período glacial, Würm, reduziram as matas amazônica-guianense, atlântica e subtropical. O clima mais seco favoreceu o avanço, ou expansão, a partir de enclaves, das formações abertas da Caatinga sobre o Cerrado. Este resistiu nas porções altas e planas do Brasil central, mas ampliou a área sobre grandes zonas da floresta Amazônica, predominando em relação a esta, que teria permanecido em zonas de refúgio.

A modificação vegetacional e climática reduziu os cursos d'água, acarretando na extinção de espécies, adaptação ou expansão de outras. Nesse período, vestígios arqueológicas têm comprovado a presença humana na *terra brasilis*, que desde então pode ter interferido significativamente no ambiente e aprendido com ele. Embora, como veremos, fortes evidências indicam que diferentes leva migratórias e tipos de população predominaram em momentos distintos.

3.1.1 ANDARILHOS DA CLARIDADE NO PASSADO DO CONTINENTE AMERICANO

É difícil precisar como o gênero *homo* foi beneficiado, e tirou proveito, dessas variações ambientais resultantes das oscilações climáticas. Mas é ponto de concordância entre os autores que, nesse período, principalmente nas três últimas glaciações, Mindel, Riss e Würm, entre 150 e 200 mil AP, ocorreu tanto a especiação do gênero *homo*, com a transição do *Homo habilis*, ou possivelmente do *erectus*, ao *Homo sapiens*, quanto sua dispersão pelo globo, a partir da África e entorno (FIGURA 20).

As teorias acerca da especiação são discordantes. Enquanto uma sustenta que primeiro foi necessário o andar ereto para depois percorrer longas distâncias, outra afirma que a habilidade com instrumento teria promovido aumento craniano e a comunicação, o que favoreceria o grupo numa vantagem competitiva e expansão demográfica.

Tanto em um caso quanto em outro, no final do Pleistoceno emergiram os primeiros traços culturais atribuídos ao *Homo sapiens sapiens*, ou moderno, identificado pelo requinte nas pinturas rupestres, instrumentos e técnicas mais elaboradas, domesticação de animais e plantas, bem como maior organização social, sem contudo revelar o exato período da mudança, pois as datas de surgimento vêm sendo constantemente recuadas por novas pesquisas (LEAKEY e LEWIN, 1988).

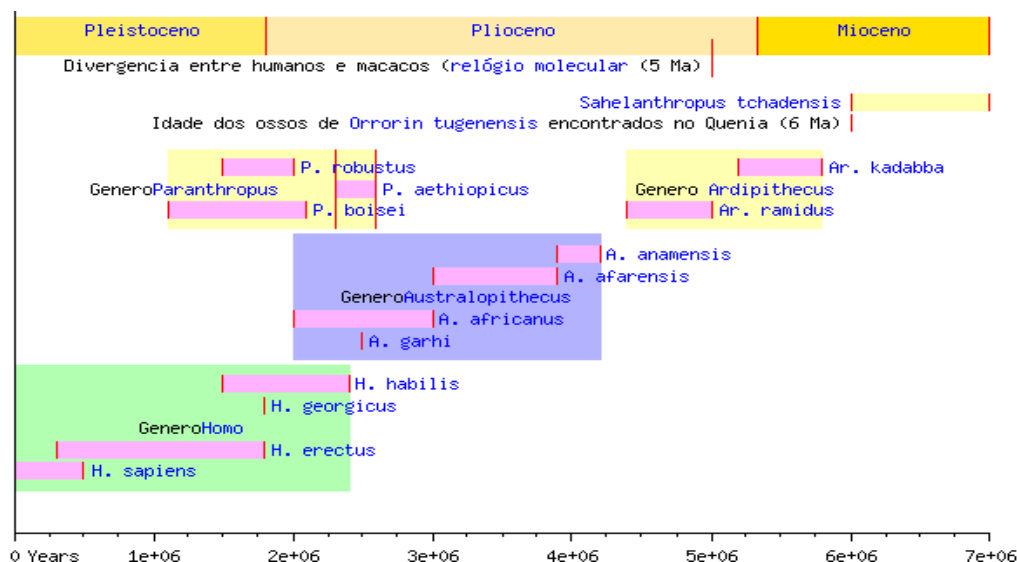


Figura 20: Espécies e gênero da “família humana”.

Fonte: Leakey e Lewin, 1988.⁷⁰

Em torno de 250 mil anos AP o gênero *homo* experimentou uma expansão craniana e modificações significativas no uso de tecnologia na elaboração de ferramentas, com maior refinamento (LEAKEY e LEWIN, 1988). Não há consenso se essa especiação teve um único centro de origem na África. Mas, as evidências sugerem que o *Homo erectus*, ou o *habilis*, tenha emigrado da África, provavelmente “expulso” pela nova espécie que se formara: o *Homo sapiens*. Posteriormente, o *Homo sapiens* teria migrado para fora da África e substituído, entrecruzando ou não, o *Homo erectus* que já se encontrava fora da África.

Após a especiação, a partir de um centro de origem, ou vários, localizado presumivelmente na África e seu entorno, nossa espécie começou sua dispersão pelo globo, por motivos sociais e culturais variados, mas de alguma forma, facilitada ou forçada por mudanças ambientais resultantes das glaciações (GUIDON, 2006). Espera-se evidenciar que alterações físicas e biológicas contribuíram com o processo de ocupação, o que não significa terem sido determinantes.

Embora o *sapiens* seja uma espécie recente, a diferenciação da trajetória de suas espécies ancestrais iniciou há milhões de anos. Os traços culturais do gênero *homo* começaram a se distanciar há mais de nove milhões de anos dos demais primatas, como o chimpanzé, e mais de dez milhões de anos do ramo ao qual pertence o gorila (PILBEAM, 2007).⁷¹

⁷⁰ Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 06/03/2006.

⁷¹ In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bichos/ult10006u322402.shtml>, acessado em 08/2007.

O achado recente de fósseis de um parente do gorila na região de Chorora, na Etiópia, datado de 10 milhões de anos fez recuar ainda mais as origens das diferenciações do gênero *homo* para antes desta data.⁷² Vestígios esqueléticos como os de Lucy, uma *Australopithecus afarensis* encontrado na Etiópia, datado de 3,2 milhões de anos, já apresentam traços cranianos, andar ereto e prováveis hábitos de um homínídeo mais evoluído, na direção do *habilis* e do *sapiens*.

O recuo no tempo do ancestral do gorila encontrado em Chorora antecede o que previam os métodos baseados em paleogenética, como os que utilizam o cromossomo paterno Y ou o que utiliza o mitocondrial materno DNAm. Demonstra que apesar de o chimpanzé atual possuir carga genética superior a 99,4 % da dos humanos, a distância evolutiva verificável é bastante maior, sugerindo não ser a genética o fator crucial da diferenciação, mas as funções que dela derivam como a complexidade interna, cultura, memória e linguagem.

Esse recuo de datas, revisão das metodologias, aperfeiçoamento de técnicas de datação, prospecção, escavação e modelos explicativos é uma constante necessária à arqueologia, como visto no capítulo segundo. De forma análoga, quando se procura compreender a ocupação do continente americano pelo gênero humano, surgem datas cada vez mais recuadas, e variadas interpretações acerca das primeiras linhagens, rotas e origens.

O fato é que logo após a diferenciação do *sapiens*, motivações variadas fizeram esses *andarilhos da claridade* se espalhar aos mais distantes lugares no globo, caminhando, ou até navegando, e aportar no continente americano.

Entretanto, se de um lado é consenso entre os arqueólogos e paleontólogos que os humanos não habitavam este continente, não sendo endêmico aqui. De outro, há grandes discordâncias quanto ao período das levadas migratórias, as rotas utilizadas, bem como os motivos que nos trouxeram para cá. Justamente por isso, resultam diferentes teorias explicativas que, por vezes, confundem um leitor desavisado. Deve-se ter em mente que o benefício, ou malefício, da dúvida caminha *lado a lado* com a construção do conhecimento arqueológico.

Entre os vestígios arqueológicos mais antigos das Américas estão os encontrados por Niède Guidon nos anos de 1980, no sítio do Boqueirão da Pedra Furada, localizado na Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí. Nas cavernas que abrigam esses sítios existem milhares de pinturas rupestres feitas à base de óxido de ferro com variados temas (FIGURA

⁷² Achado conjunto de um grupo liderado por Gen Suwa, da Universidade de Tóquio, e Berhane Asfaw, do Rift Valley Research Service, em Adis Abeba, Etiópia. In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bichos/ult10006u322402.shtml>, acessado em 08/2007.

22). No ano de 2000, Shigueo Watanabe datou a camada de calcita que se depositou sobre as pinturas da tradição Nordeste em 35.000 anos AP (GUIDON, 2004).

Há um predomínio de figuras humanas, plantas, artefatos e animais nessas pinturas. Estes, por vezes, são retratados dançando com os humanos (FIGURA 21). Os temas se relacionam à caça de animais de pequeno porte, cenas místicas, de sexo, parto, ritos cerimoniais, danças lúdicas e caça ritual de animais de grande porte. No caso do estilo Serra da Capivara, as figuras apresentam muito movimento, dinamismo e manifestações de alegria, no qual os principais ritos associados perduraram por mais de 6.000 mil anos.

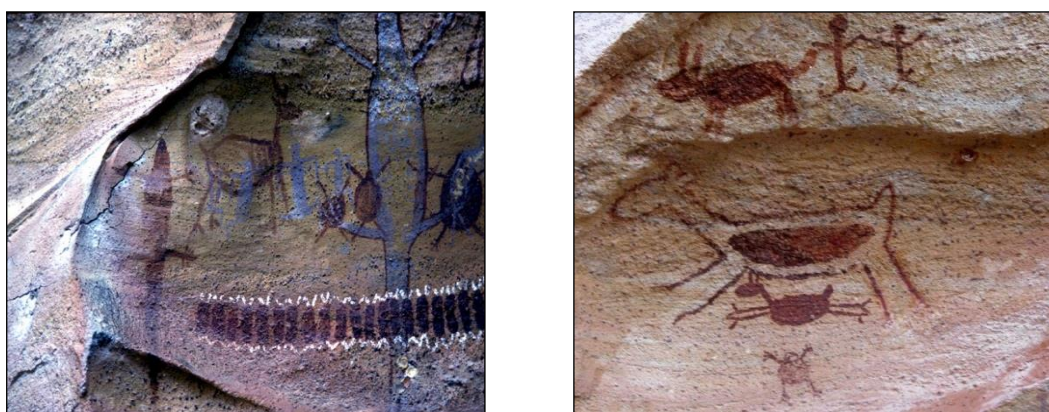


Figura 21: Pinturas rupestres, com representação animal e humana, sítio da Toca do Boqueirão da Pedra furada, Piauí.

Fonte: Arquivo de fotos exposto na site da FUNDHAM.⁷³

Existem pinturas de tempos distantes não só na Serra da Capivara, mas em todo território brasileiro. Em cada região a economia e as pinturas assumiram estreita relação (GUIDON, 2005). Na região costeira, onde a base da economia eram os produtos do mar, a arte era inspirada nos peixes e aves, com traços tênues, esculpidos em pedra e osso. No Planalto Central e do Nordeste ao sul do Brasil, a economia se baseava na coleta e na caça, tendo como expressão artística a iconografia animal, com traços que seguem as linhas de superfície da pedra. Na bacia amazônica, a economia de caça, coleta e pesca, e a abundância em argila favoreceu o desenvolvimento de cerâmica, cuja estética característica é a intensidade visual e a diversidade absoluta.

⁷³ Fundação Museu do Homem Americano. http://www.fumdhm.org.br/pesquisas/sitios_cadastro.asp?id=1
Acessado em 5/2007.

As datações diretas mais antigas foram obtidas por restos de fogueiras estruturadas por ação dos *paleoamericanos* que habitaram o uma caverna na Toca do Boqueirão. A primeira datação publicada por Guidon (1986) foi de 32 mil anos AP, a datação feita na Austrália recuou para 57.000 anos AP. Atualmente a equipe de Guidon (2006) estima em mais de 100.000 anos AP essa ocupação.

No Parque Nacional Serra da Capivara, o sítio Boqueirão da Pedra Furada, escavado entre 1978 e 1988, forneceu uma longa seqüência estratigráfica e uma série concordante de datações de carbono-14 que alcançaram 57.000 anos. Abaixo dessa camada havia ainda camadas mais profundas que continham fogueiras estruturadas e ferramentas de pedra lascada. Como o carbono-14 não alcança datações mais antigas do que 60.000 anos, fizemos datar os seixos que estavam ao lado das fogueiras, pelo método da termoluminescência, tendo sido obtida a data de 100.000 anos para a base da seqüência estratigráfica da Pedra Furada. (GUIDON, 2006)⁷⁴

Os críticos de datação tão antiga questionam se a fogueira seria obra humana, ou se teria sido deslocada por movimento de massa e se depositado em camadas estratigráficas mais antigas; se animais escavadores, como o tatu, não teriam feito buracos e arrastado restos de carvão para lá; ou se os artefatos de pedra encontrados próximos à fogueira foram feitos por manufatura humana (PROUS, 2006). Outra questão é não haver vestígios em sítios vizinhos com a mesma antiguidade (FUNARI, 2002).

Embora as críticas tenham fundamento, pesquisas apontam para a antiguidade do sítio ser bastante provável, forçando a revisão dos modelos explicativos, a complexidade e a longa data da ocupação humana das Américas. Três pesquisas trouxeram maior segurança às afirmativas de Guidon. A primeira dissipou a dúvida sobre se a fogueira havia sido estruturada por ação humana; e a segunda, em 2004, de Robson Bonnichsen, confirmou que havia marcas típicas de manuseio dos seixos por ação humana, a partir de análises de microscopia eletrônica.

No Laboratoire des Faibles Radioactivités na França, foram analisados todos os seixos das camadas profundas e ficou comprovado que somente aqueles que haviam sido encontrados ao lado das fogueiras, haviam sido esquentados, os demais não haviam sofrido nenhuma ação do fogo. Ora, caso se tratasse de um incêndio natural, todos os seixos do solo teriam sofrido a ação do calor. Assim ficou comprovado que essas fogueiras estruturadas eram obras humanas.

Todos os utensílios de pedra lascada, encontrados nas camadas mais velhas do que 57.000 anos, foram enviados ao Professor Robson Bonnichsen, da Texas A & M University, que iniciou a análise ao microscópio eletrônico dessas peças. Em outubro de 2004 recebemos a confirmação de que haviam sido

⁷⁴ Artigo publicado no II Simpósio Internacional “O povoamento das Américas”, dezembro de 2006. In: <http://www.fumdham.org.br/simposio/artigos.asp> Acessado em 05/2007.

encontrados os sinais típicos de uso, por mãos humanas, desses seixos lascados. (*idem*).

Numa terceira confirmação, Fogaça e Boeda (2006), especialistas em artefatos líticos, demonstraram a sequência de lascamento do material, ou a *cadeia operatória* na confecção dos artefatos líticos do sítio do Boqueirão da Pedra Furada, e confirmaram que não há outro vestígio de fogo no entorno a não ser o da fogueira supostamente estruturada por humanos.⁷⁵, Há agora um fato arqueológico, que evidencia 58.000 anos AP para esse sítio (NEVES, 2006).

Esses fatos fazem questionar a teoria do *Clovis primeiro* (Clovis first), teoria mais aceita, para explicar a ocupação das Américas pelo *homo*, e que se tornou um paradigma. Por essa teoria, em torno de 15.000 anos AP, caçadores-coletores oriundos no nordeste da Ásia teriam passado por uma ponte de gelo formada durante a última glaciação, Würm, ligando a Sibéria ao Alasca.

Clovis é o nome atribuído a uma Tradição arqueológica de pedra lascada, datada geralmente entre 11.200 e 10.800 anos AP, encontrada principalmente na América do Norte e em outros lugares (PROUS, 1997). A cultura Clovis utilizava lanças grandes com pontas de pedra, confeccionadas com originalidade e sofisticação, cujos cabos de madeira e pontas eram bem trabalhados para facilitar o encabamento (FIGURA 22).



Figura 22: Foto de ponta de lanças líticas Clovis

Fonte: Revista Galileu, 2003, *op cit*.

A teoria do *Clóvis primeiro* é conhecida também como Teoria do Estreito de Bering para a ocupação das Américas. Seus defensores alegam que a retenção de água nos pólos, e o

⁷⁵ FOGAÇA, E. ; BOEDA, E. Apresentação durante seminário. In: In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 2., Parque Nacional Serra da Capivara, PI., 2006. Anais “O povoamento das Américas”. Disponível em: <http://www.fumdam.org.br/simposio/artigos.asp> Acessado em 05/2007.

recoo do nível do mar entre 100 e 150 metros, na última glaciação teriam feito emergir uma ponte de gelo entre o nordeste da Ásia e o Alasca na América do Norte, formando a Beríngia. Com a aridez climática, herbívoros da mega-fauna teriam migrado descendo o rio Mackenzie, chegando às grandes planícies norte-americanas em busca de pastagens. Por sua vez, os caçadores, entre eles o *homo*, migraram acompanhando suas rotas (FIGURA 23). Mas como herbívoros se alimentariam no caminho se a ponte estabelecida fosse gelada?

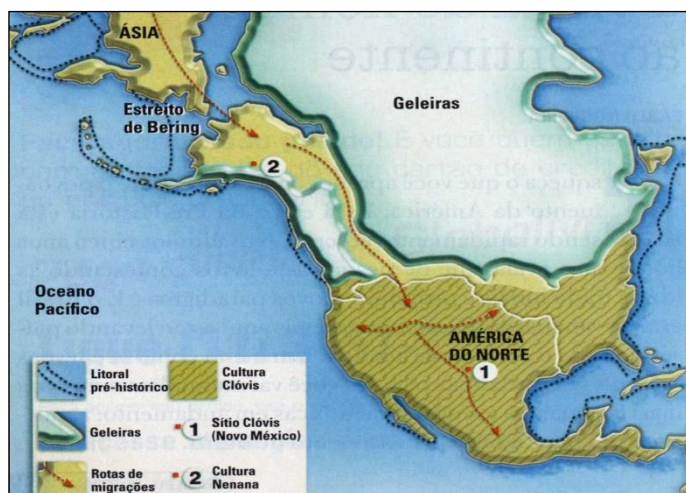


Figura 23: Passagem pelo Estreito de Bering que teria se formado acerca de 15000 anos entre Ásia e América do Norte, durante a última glaciação.

Fonte: Nogueira, 2003.⁷⁶

Sistematicamente, a teoria de uma única entrada da geração do *Clovis primeiro* pela *Ponte de Bering* tem sido contrariada pela ocorrência dos sítios mais antigos estar concentrados a leste e ao sul, até o presente, na América do Sul e Central e, em menor grau, nos EUA. São inúmeros os exemplos: o sítio Pendejo Cave, no Texas, com 60.000 anos AP; as gravuras sobre blocos num abrigo em Montalvânia, Minas Gerais, datadas de 48.000 anos AP; sítio de Monte Verde, Chile, com datações de 13.000 anos, nas camadas mais altas e 33.010 e 34.370 anos nas mais profundas; sítio Valsequillo, no México, com datas em torno de 29.000 anos; Lapa Vermelha, em Minas Gerais e Toca da Esperança, na Bahia, datados entre 15.000 e 30.000 anos (GUIDON, 2006; FIGURA 24).

⁷⁶ Revista Galileu Especial: Os segredos da História, 2003.



Figura 24: Predominância de sítios mais antigos ao sul do continente americano

Fonte: Nogueira, 2003.

Em 2004, na Carolina do Sul, no Condado de Allendale, Albert Goodyear datou utensílios de pedra lascada e carvão do sítio Topper com 50.300 e 51.700 anos. Esses objetos foram encontrados cerca de 2 metros abaixo de uma camada onde havia materiais da cultura *Clovis*. Dezenas de outros sítios possuem datações entre 15.000 e 25.000 anos; sobretudo no Peru, Colômbia, Venezuela, Argentina e México. Nos EUA, existem os sítios Old Crow, China Lake, Sandia, Meadowcroft e Cacuts Hill, na Virginia, datados com, aproximadamente, 15.000 anos.

Tais vestígios e evidências denotam o grau de dificuldade de se interpretar os movimentos espaço-temporais, a dinâmica cultural e evolutiva humana num ambiente cuja única constante é a mudança. Entretanto, a arqueologia não está só na tarefa de desvendar o passado. Outras áreas do conhecimento, na tentativa de buscar respostas aos seus próprios objetos, estão se interessando pelo estudo do passado. A parasitologia e o estudo das endemias na área da saúde; a paleogenética, etnobotânica e biogeografia histórica na biologia; paleoantropologia, paleosociologia, etnogeografia, etnoastronomia, etnomatemática, etnopedologia, geologia, entre outras áreas, tem trazido seus próprios argumentos. As respostas mais satisfatórias são aquelas aproximam conhecimentos de várias áreas numa matriz explicativa, fazendo o campo de estudo do passado ser de natureza multidisciplinar e complexo.

Na antropologia física, Neves e Hubbe (2005) estudando esqueletos de Lagoa Santa, datados com 9.000 anos, especialmente a morfologia craniana, constataram que o padrão físico das etnias autóctones atuais das Américas, em geral, difere dos esqueletos com datas superiores há 9.000 anos. Desde 1989, Neves e Pucciarelli sugerem que os primeiros habitantes da América do Sul, ou *paleoamericanos*, datados de esqueletos acima de 9000 anos AP, apresentam morfologia crânio-facial similar aos povos australo-melanésios e africanos atuais, em oposição à morfologia claramente mongolóide dos povos tradicionais americanos mais recentes, entre 2 e 4 mil anos até o presente.

Utilizando-se de metodologias similares às de Neves, Gonzáles-José *et al* (2005) ao estudar 33 crânios provenientes da *Baja Califórnia*, no México, verificou que, de fato, nem todos os crânios antigos se parecem com as etnias atuais, e que as etnias atuais têm crânios parecidos com os das populações do sul da Ásia, ou mongóis. Os autores sugeriram que variadas populações fundadoras chegaram por diferentes rotas, com técnicas e modos de vidas distintos.

De suas constatações, Neves e Hubbe (2005) e Gonzalez-Jose *et al* (2005) têm reforçado o “Modelo dos dois componentes biológicos principais”. De acordo com este modelo, a América foi ocupada por duas levas migratórias. Inicialmente por humanos de morfologia generalizada, não-mongóis, que teriam partido da África, acerca de 70 mil anos, chegando ao sudeste asiático por volta de 60 ou 50 mil anos, se deslocado daí para o norte, e entrado na América via Estreito de Bering, por volta de 15 mil AP, durante o glacial. Posteriormente, nos últimos onze mil anos, passando também por Bering, teriam vindo os grupos mongóis, ou asiáticos, chegando na América do Sul há 8.500 anos AP (FIGURA 25). A estes grupos se assemelhariam as atuais etnias tradicionais de toda a América, incluindo os ancestrais dos Karajá.

A rota asiática proposta por nós para o primeiro Componente Biológico embasa-se na presença de crânios com morfologia generalizada (ou australo-melanésica) na China há aproximadamente 20 mil anos AP. Tais crânios seriam representantes de grupos descendentes da primeira leva de *Homo sapiens* que deixou a África por volta de 70 mil anos AP, chegando ao sudeste da Ásia por volta de 60 mil AP, de onde se expandiram novamente, tendo colonizado também a Austrália por volta de 50 mil AP. De acordo com nosso modelo, a entrada de grupos mongolóides na América aconteceu apenas depois de 11 mil AP, e sua presença na América do Sul é posterior a 8,5 mil anos AP. (NEVES e HUBBE, 2005)⁷⁷

Não foi por acaso que *Luzia*, o mais antigo esqueleto fóssil do Brasil e das Américas, datado de 11.500 anos AP, encontrado em Lagoa Santa, Minas Gerais, por ter traços crânio-

⁷⁷ NEVES, Walter; HUBBE, Mark, 2006. In: www.fumdam.org.br/simposio/Povoamento_das_Americas.pdf

faciais não-mongóis, similaridades com os negros africanos e aborígenes da Austrália, foi reconstituída, pelo antropólogo Walter Neves, com traços africanos (FIGURAS 26).

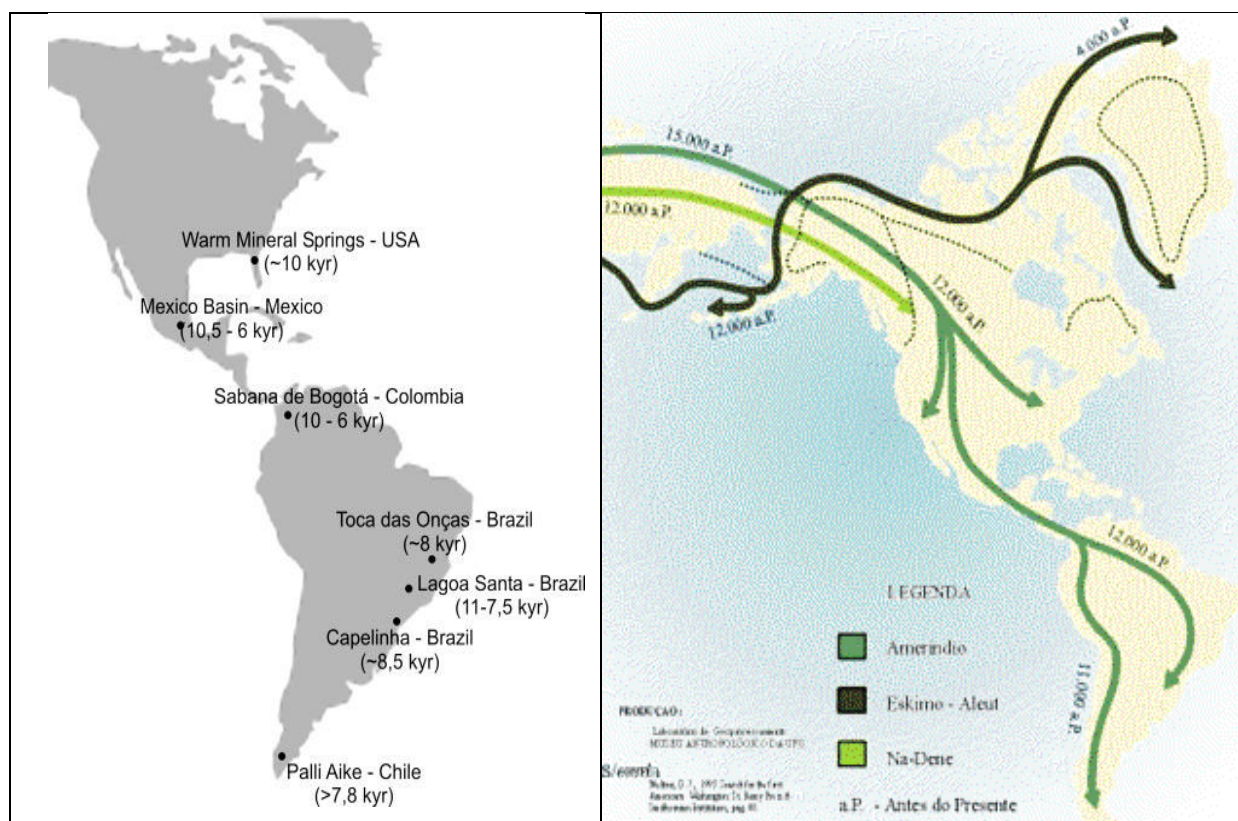


Figura 25: Esquerda: Cronologias dos mais antigos esqueletos humanos nas Américas. Direita: Rota da Dupla migração sugerida por Neves e Hubbe, iniciada há 15.000 anos.

Fonte: Neves e Hubbe, 2005; Museu antropológico da UFG. Adaptação: Loiola, 2007.

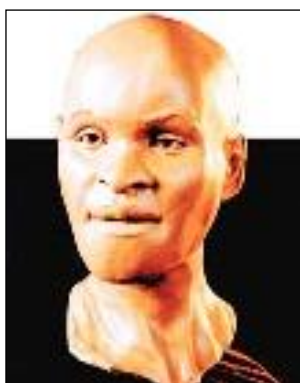


Figura 26: Reconstituição sugerida por Walter Neves no crânio fóssil mais antigo das Américas, datado de 11.500 AP.

Fonte: Nogueira, 2003.

Outras teoria interpretativa utilizam dados paleogenéticos e de parasitas. No modelo paleogenético de Santos (2006) é mantida a Teoria do Estreito de Bering, porém, ele sugere que do nordeste da Ásia, provavelmente derivado do grupo *Kétis e Altais*, partiu uma única leva migratória, que no longo tempo de passagem pela Beríngia teriam sofrido modificações genéticas e gerado três grandes grupos: Esquimós-Aleutas, Na-Denes e Ameríndios (FIGURA 27). Estes últimos teriam predominado na América do Sul, onde teriam ocorrido duas variações adaptativas. Uma nas terras altas, e a outra nas terras baixas, na *terra brasilis*.



Figura 27: Migração única, com diferenciação genética na Beringia, iniciada há 18.000 anos, a partir dos estudos paleogenéticos da ancestralidade paterna (DNA Y) de Fabrício R. Santos (2006).

Fonte: Santos (2006).

Santos (2006) afirma que seu modelo deve ser integrado com informações de outros modelos da genética, da antropologia física (ossos, fenótipos), da arqueologia e da lingüística para construir um modelo consensual sobre o povoamento das Américas.

Embora os métodos da genética sejam confiáveis quanto ao fluxo gênico entre grupos antigos e mais recentes, não oferecem o mesmo grau de certeza acerca das rotas e estimativa do tempo da troca do fluxo gênico. Várias questões podem ser apresentadas. Lingüistas questionam como, em tão pouco tempo, tantos troncos e famílias lingüísticas se diversificaram pelo vasto território, e se pertenciam ao mesmo grupo inicial. Outra problemática se refere à adoção de uma única rota pelo Estreito de Bering.

Na paleoparasitologia, Araújo e Ferreira (2007) sugeriram em “Homens e parasitos: a contribuição da paleoparasitologia para a questão da origem do homem na América”, que a patologia ancilostomose, provocada pelos nematóides *Ancylostoma duodenale* e *Necator americanus* já existia na América do Sul há mais de sete mil anos. Os autores postulam que a infestação se faz através da pele a partir de um ciclo do vetor que passa pelo ambiente. O *Necator* não poderia ter vindo por Bering, pois não sobreviveria às baixas temperaturas. Como esta data é próxima à da domesticação dos cães, e houve longo período de adaptação do homem a esse parasito canino, é plausível que populações africanas tenham trazido o *Necator americanus* no passado, por rotas entre a África e a América.

Em cada momento da história, é possível que determinadas rotas permitissem passagens em detrimento de outras. No entanto, em relação à passagem pelo Estreito de Bering há 15.000 anos, em 2004 geólogos americanos “demonstraram que seria impossível passar do Alaska para as grandes planícies, pois todo o território da suposta passagem, o vale do Rio Mackenzie até o Estado de Alberta, estava tomado por geleiras intransponíveis.” (GUIDON, 2007). Desta forma, a passagem por Bering, se ocorreu, foi através das imensas planícies litorâneas e milhares de ilhas que podem ter emergido próximas a Bering com o eustatismo negativo entre 100 e 200 metros (FIGURA 28).

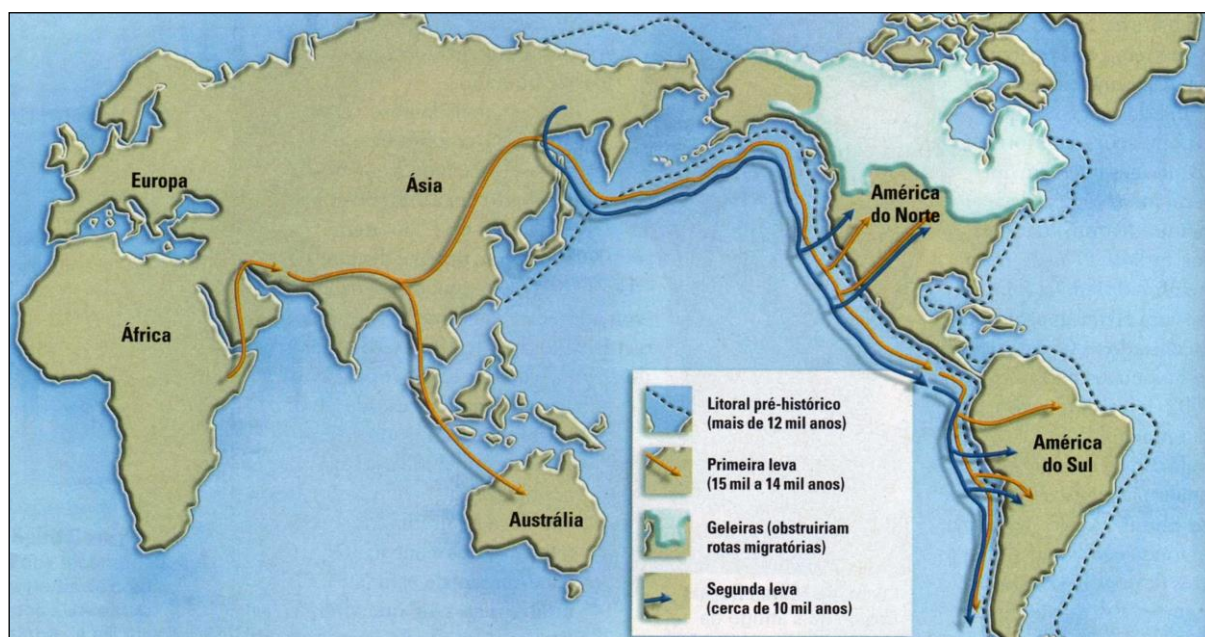


Figura 28: Possíveis rotas litorâneas para a costa Pacífico das Américas.

Fonte: Nogueira, 2003.

Biogeógrafos têm divulgado que certas espécies de animais e plantas só existem em determinados lugares das Américas e do globo, coincidindo com locais de ocupações humanas pretéritas (STEVAUX, 2001). Utilizando-se desses dados históricos, arqueológicos e antropológicos, Meggers (1979) supôs uma leva anterior à dos povos com pontas *Clovis* originada dos últimos *Musteriensis* e primeiros *Aurignasciensis* na tundra eurásiana, cuja vinda poderia ter sido entre 28.000 e 23.000 anos AP. A autora apresentou evidências por meio da origem de plantas domesticadas, da cerâmica e um fragmento de concha com a gravura de um mamute.

Durante o último glacial, a corrente marinha do Peru se deslocou a norte no Pacífico, na costa sul da América do Sul, o que poderia ter favorecido a navegação entre as dezenas de milhares de ilhas no Círculo do Fogo e a costa central e norte da América do Sul, facilitada pela elevada piscosidade que essa corrente possui (FIGURA 29). Atualmente Meggers sustenta idéias difusionistas, as quais buscam explicar as cerâmicas, técnicas e aspectos culturais sul americanos a partir de centros de criação e difusão fora desse continente. Para ela, a cerâmica *valdívia* encontrada no Equador teria sido trazida há três mil anos de uma cultura do sul do Japão.



Figura 29: Rota sugerida pela arqueóloga Betty Meggers para explicar a existência de cerâmica valdívia no Equador há três mil anos por difusão.

Fonte: Betty Meggers *apud* Nogueira, 2003

Meggers sugeriu que a civilização Olmeca e Maia teriam mantido contatos com povos do sudeste asiático por essa suposta rota no oceano Pacífico. A epidemiologia, de forma similar, tenta demonstrar que os povos *Noanama* da Colômbia e algumas populações no Japão, compartilham incidências idênticas de vírus.

Caminhos marítimos provavelmente fizeram parte das rotas migratórias dos *andarilhos da claridade*. Os primeiros povoadores podem ter navegado entre a Austrália, a Nova Zelândia e as ilhas do Pacífico seguindo a rota do *cinturão do fogo* e as correntes marítimas piscosas para o sul da América do sul. Tampouco as rotas litorâneas a partir das planícies costeiras, que foram ampliadas em até quatrocentos quilômetros nas glaciações podem ser negligenciadas. Há indícios que os ancestrais dos macacos sul-americanos partiram da África em direção a América do Sul há quarenta milhões de anos, pois existem fósseis de espécies primatas, não endêmicas, na Bolívia com 26 milhões de anos, na Colômbia com quinze milhões e no Brasil com nove milhões de anos, que podem ter vindo de ilha em ilha usando troncos de árvores, como supõe a *Teoria do macaco aquático*.

Como a costa marítima se encontrava recuada nos períodos glaciais, nota-se que a arqueologia subaquática desempenhará importante papel em pesquisas futuras, pois os antigos sítios litorâneos se encontram submersos (PROUS, 2006).

Diante dessa problemática, o que importa a esta pesquisa é apontar a longevidade da ocupação humana no continente americano, a complexidade envolvida, os métodos, teorias e a crescente dedicação de vários ramos científicos ao tema, bem como os prováveis e mais longínquos ancestrais dos povos que já viviam na *terra brasilis*, no momento da chegada dos europeus.

Se as evidências levantadas por Neves e Hubbe (2005) se confirmarem, apesar de terem existido várias levas migratórias para as Américas, os primeiros ocupantes humanos, denominados *paleoamericanos* teriam sido não-mongóis, de origem africana ou australo-melanésios, há cerca de quinze mil anos (FUNARI, 2002). Posteriormente, há aproximadamente dez mil anos, uma migração de grupos mongóis teria se sobreposto aos primeiros grupos e, como apontou a paleogenética, provavelmente com trocas de fluxos gênicos e elementos culturais entre si (SANTOS, 2006).

Essas inferências não se contrapõem, em princípio, determinantemente aos resultados das pesquisas de Niède Guidon. Porém, com suas pesquisas recebendo crescente confirmação, provavelmente as informações de Santos (2006) e Neves e Hubbe (2005) terão que ser corrigidas quanto ao recuo no tempo e nas propostas explicativas para as rotas migratórias. Cada informação é uma importante peça de um imenso mosaico.

Nesse caso, o tempo entrada do *sapiens* no continente pode recuar 100 mil anos AP, com a chegada em lugares na América do Sul ou central, provavelmente oriunda da África; seguido posteriormente por inúmeras levas migratórias de variadas rotas, lugares e culturas, mas com predomínio recente de povos mongóis, há menos de dez mil anos, que

entrecruzaram com seus predecessores africanos ou australianos, como demonstrou a paleogenética.

Assim, pode-se dizer que existe grande possibilidade de tanto os paleoamericanos, quanto o segundo grupo, mais recente, de origem mongol, serem parentes distantes do Povo Karajá e das atuais etnias autóctones nas Américas.

3.2 ANDARILHOS DA CLARIDADE NA *TERRA BRASILIS*

Embora tenhamos variadas possibilidades na ocupação das Américas, o conhecimento existente, atualizado a cada momento, torna possível traçar hipóteses explicativas, a fim de obter um entendimento da ocupação, da diversificação lingüística e cultural na América do Sul, em especial na *terra brasilis*. Para tanto, são necessários aportes teóricos com maior grau de abstração. Pois, a idéia de dispersão é insuficiente no entendimento da tamanha diversidade cultural encontrada na América do Sul.

A Pré-história americana, especialmente da América do Sul, pode ser considerada como atípica face a outros continentes. Enquanto que na América do Norte as modalidades de povoamento e as principais culturas parecem razoavelmente identificadas, a América do Sul permanece na mira de numerosos debates contraditórios, seja a respeito da antiguidade das primeiras ocupações, seja a respeito da diversidade do povoamento humano; debates esses recentemente re-estimulados pelas descobertas antropológicas que atestam a ocorrência de ao menos duas correntes migratórias de populações com traços morfológicos diferentes que se sucedem bruscamente (FOGAÇA e BOEDA, 2006).

Nesse contexto, compreender a ocupação das terras baixas da América do sul requer visitar modelos teóricos explicativos, sobretudo acerca da ocupação da floresta Amazônica e região Nordeste, por estas regiões provavelmente terem sido pólos irradiadores de grande parte das populações e culturas da *terra brasilis*, incluindo as do Cerrado (PROUS, 2006; BARBOSA, 2002; ALBUQUERQUE, 1989).

No sentido da crítica à linearidade do determinismo histórico-evolutivo discutida nos capítulos anteriores, o pensamento evolucionista nas ciências humanas resultou, desde o século XIX, da simples transposição das idéias de estágios evolutivos ao desenvolvimento das culturas (ALBUQUERQUE, *op cit*). Pressupondo uma unidade psíquica à humanidade, a diversidade cultural deveria seguir passo a passo patamares determinados.

Essa rigidez teórica não considerou a experiência histórica dos grupos, nem a possibilidade de construir bases sociais, políticas e econômicas independentes, burlando os supostos estágios necessários ao modelo linear (FUNARI, 2002; PROUS, 2006; ROOSEVELT, 1999). Em certa medida, aqueles que apóiam o desenvolvimento somente no difusionismo seguem essa linearidade e a negação da criatividade local. Todavia, contatos recentes pontuais no último milênio podem ter contribuído, mas dificilmente seriam capazes de modificar a estrutura sociocultural ampla e estabelecida (PORRO, 2003).

As idéias do evolucionismo cultural que embasaram a noção de “áreas culturais” e de “província geográfica” tiveram méritos ao tentar buscar relações entre culturas e ambiente, presentes na geografia de Friedrich Ratzel e na antropologia de Julian H. Stewart e seu estudo sobre a diversificação cultural da América do Sul (ALBUQUERQUE, *op cit*). Mas a crítica recaiu justamente sobre os enganos de comparar culturas com histórias, ambientes diferentes e interesses como a premissa do isolamento dos grupos a essas áreas.

Tais *áreas culturais*, propostas por Stewart (1963), congregou elementos da teoria do *degeneracionismo* de Von Martius no século XIX, e influenciaram a interpretação de diversos autores acerca da história antiga sul-americana, entre eles Meggers, como visto nos capítulos anteriores. As culturas autóctones foram agrupadas em *altas culturas (andinas)*, as *chefias*, culturas da floresta tropical e as *marginais*, ou *periféricas*. Assim, haveria uma hierarquia evolucionista estabelecida a partir das culturas andinas e de lá seriam irradiadas as inovações culturais.

Do desdobramento dessas idéias resultou a abordagem historicista, focada nas áreas culturais tratadas individualmente, na migração, *difusão* e *adaptação cultural* de áreas irradiadoras. Enfoque que impedia entender a floresta Amazônica, o Cerrado e outros lugares, como capazes de constituir no longo tempo uma complexificação sociocultural própria, por meio da inovação local, e simultaneamente não estarem isolados (ROOSEVELT, 1999). No entanto, essas populações não estavam em estágios evolutivos inferiores, degeneradas e estagnadas.

Sem esforço, nota-se que, tanto as premissas da *teoria degeneracionista*, acerca da inadequabilidade da floresta quente e úmida para o desenvolvimento de civilizações, a proposta de Stewart quanto a teoria do *clovis primeiro*, associadas ao elevado grau de dificuldade de desenvolver pesquisas arqueológicas na Amazônia, desestimularam investigações na região, fazendo os pesquisadores darem pouca importância aos achados (ROOSEVELT, 1999).

Como na América do Norte não existiam as pinturas e nem os tipos de projéteis encontrados na Amazônia, arqueólogos norte-americanos que se dirigiam para lá no passado, fiéis às teorias de povoamento inicial pelo Estreito de Bering, julgavam se tratar de pinturas do Holoceno, sem se preocuparem em escavar e datar (ROOSEVELT, 1999). Eles interpretavam que deveriam existir poucos sítios arqueológicos e baixo desenvolvimento cultural na Amazônia no passado.

No entanto, atualmente na Amazônia, e em todo Brasil, foram descobertos milhares de sítios. No levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1998 existiam 12.517 sítios arqueológicos no território nacional (FIGURA 30).⁷⁸ Atualmente, devem existir mais de vinte mil sítios no Brasil. Muita informação para poucos arqueólogos, que somam cerca de mil profissionais no Brasil (PROUS, 2006).

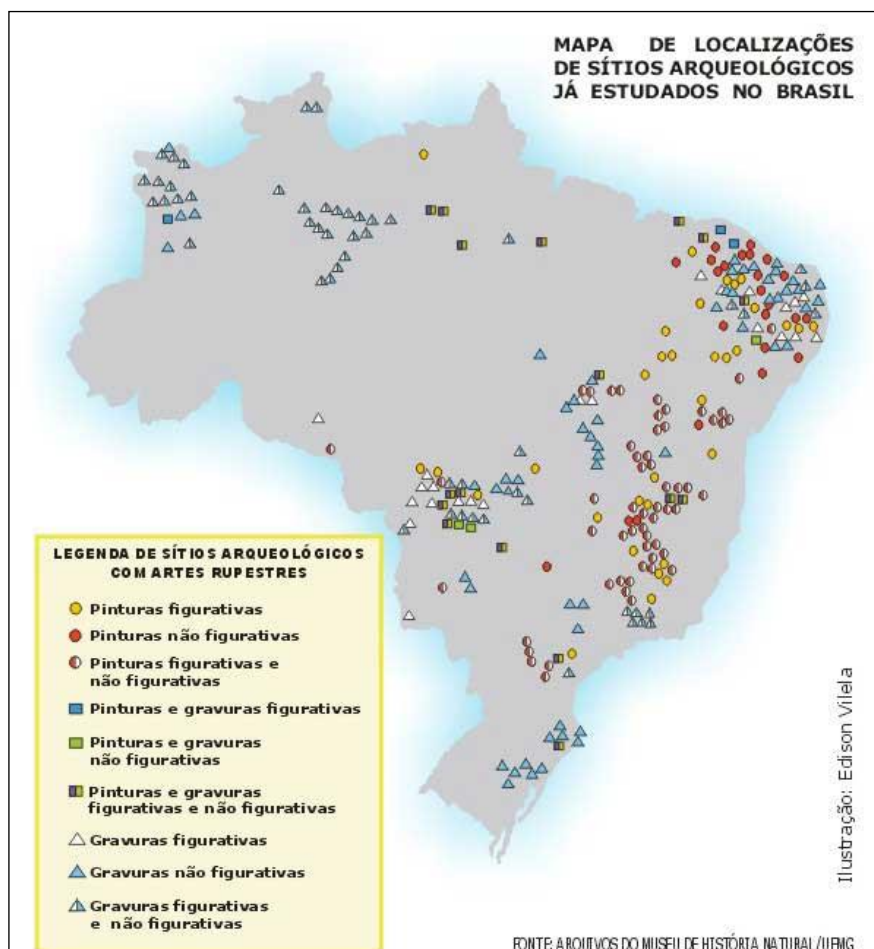


Figura 30: Mapa da localização dos sítios arqueológicos já pesquisados no Brasil.

Fonte: Revista Consciência. Dados dos arquivos do museu de história natural da UFMG.⁷⁹

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq03.shtml>. Acessado em 3/2007.

A cultura material encontrada na Amazônia permite afirmar que lá floresceu uma ou várias civilizações de características próprias, diferentes das culturas andinas que se organizavam em torno de Estados. Somente no sítio urbano de Manaus, a prospecção arqueológica de contrato encontrou mais de cinquenta sítios recentemente. Em Roraima, e diversas partes da Amazônia, estima-se que deva existir um sítio arqueológico por quilômetro quadrado. Igualmente significativos são os sítios que possuem pinturas rupestres em profusão (FIGURA 31).

Desta forma, não será por falta de vestígios que a invisibilidade teórica continuará a predominar. Mais relevante do que essa abundância de sítios, são os significados que trazem à noção de conjunto da ocupação e formação sócioespacial da *terra brasilis*. É o que veremos.

No item anterior abordamos variadas possibilidades das levas migratórias terem aportado na América, principalmente na do Sul e Central. Acerca de dez mil anos grupos mongóis devem ter aportado na costa do Pacífico, caminhando por regiões costeiras ou navegando pelo mar, entre as ilhas. Posteriormente, teriam descido os Andes por canais fluviais, ao norte, leste, ou na altura do Pantanal mato-grossense, sobrepondo-se às culturas não-mongóis preestabelecidas, supostamente de africanos ou australo-polinésios. Esse *quebra-cabeça* conta com novas significativas peças acerca da longevidade da diferenciação nos padrões de ocupação andina e das terras baixas.

O projeto de salvamento arqueológico do Gasoduto Brasil-Bolívia trouxe vestígios e evidências importantes para pensar a interação descrita em relatos etnográficos acerca da rede de caminhos, ou *peabirus*, que permitiam aos povos andarem por todo o território, confirmando uma das hipóteses mais antigas na arqueologia (MARTINS, 2005). Esses *peabirus* seriam zonas de contato entre culturas andinas e das terras baixas, passando pelo pantanal mato-grossense até à atual Bolívia, antigas terras do império Inca.

Entre as centenas de sítios identificados ao longo do gasoduto, 85% utilizava tecnologia de fabricação cerâmica, com técnicas e materiais variados para antiplástico: minerais, areia, carvão e cariapé. Mas foi a correlação de padrões gráficos encontrados na cerâmica que apontou a influência mútua entre as culturas *inca* e as etnias das terras baixas. Ficou demonstrado que a cultura *inca* se estendeu até as margens do Rio Paraguai, no lado boliviano e que o rio Paraguai era uma fronteira cultural entre grupos da *terra brasilis*, *chaquenhas* e andinas, nos séculos XVI e XVII. Fronteira que se estendia até Itapeva em São Paulo (MARTINS, 2005).

Se grupos das terras baixas e andinas mantinham contato numa fronteira que se estendeu até os séculos XVI e XVII, poderiam ter adentrado até as terras do Brasil central no início da ocupação do padrão mongol da América do Sul, há dez mil anos, como tem evidenciado a antiguidade de alguns sítios em Mato Grosso. Esse contato pela rede de caminhos por longos períodos possibilitou trocas e empréstimos, contudo não foi capaz de determinar as escolhas culturais dos grupos que ocuparam as terras baixas.

Importa aqui poder afirmar que há dez mil anos, toda a América do sul já se apresentava ocupada por diferentes grupos humanos e culturas. Neste período se configurou a diferenciação de dois padrões distintos de estrutura sociopolítica (BARBOSA, 2002). Uma nas terras altas dos Andes, com tendência à centralidade política, e outro nas terras baixas sul-americanas, de relações horizontalizadas e tecnologias simples (FIGURA 31).

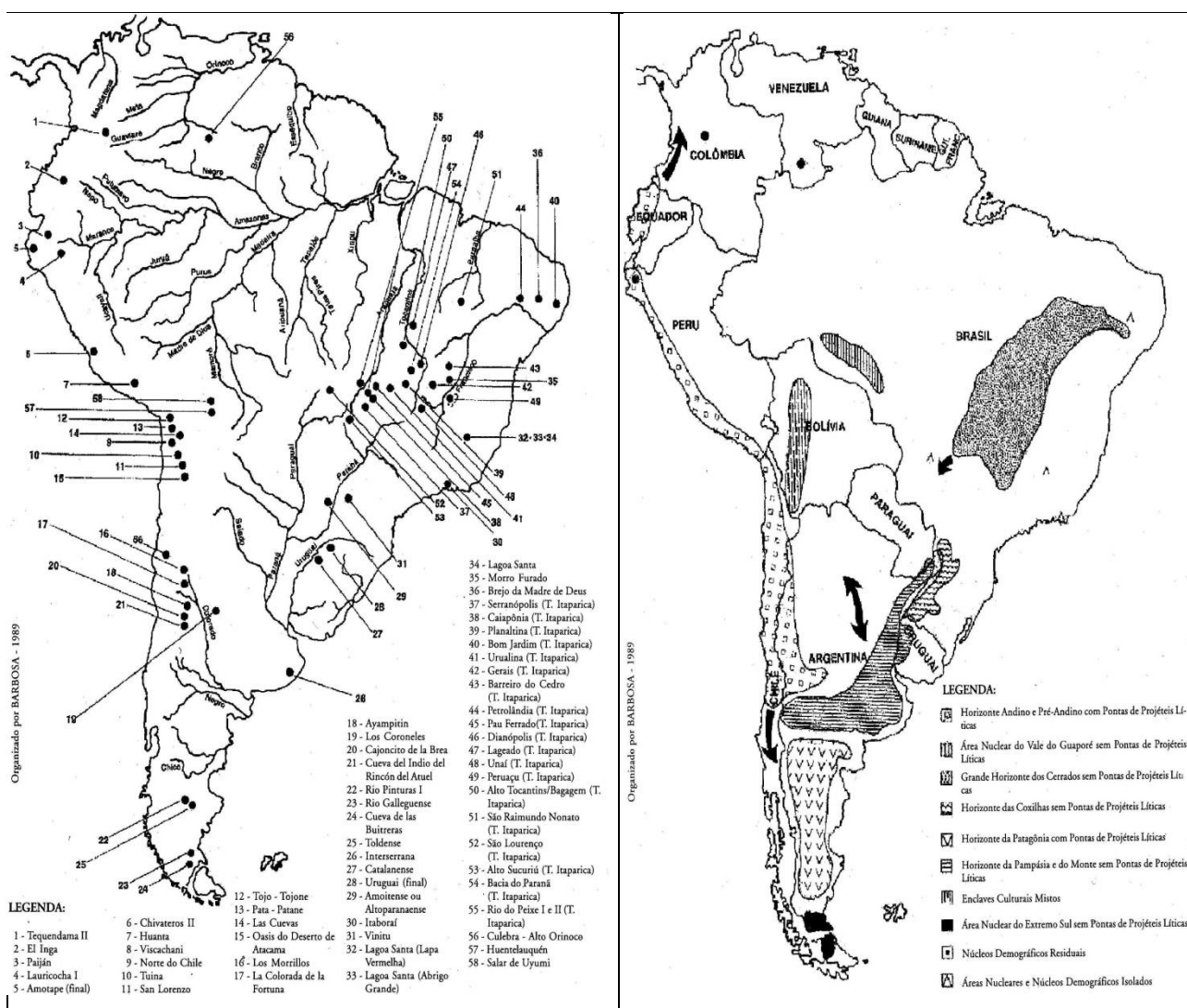


Figura 31: Sítios e horizontes culturais sul-americanos entre oito e dez mil anos AP.

Fonte: Barbosa, 2002, p.314-315.

Adaptação: Loiola, S. A., 2007.

Entretanto, vestígios não trazem em si seu sentido. As marcas se transformam em memória espacial quando têm significados. Desse modo, é preciso ir além da *forma* e tentar conhecer a *estrutura*, *processos*, *funções* e *ações* que permitiram sociedades milenares construírem na *terra brasilis* uma formação sócioespacial com elevada organização e laços horizontais, baseada em grupos com centenas a poucos milhares de indivíduos, que ampliaram a população e se diferenciaram culturalmente, mas mantiveram seu padrão demográfico e a estrutura sociopolítica igualitária com tecnologias relativamente simples, em toda extensão territorial. Esse é o enigma.

Uma das abordagens teóricas mais aplicadas na análise da formação de sociedades estruturadas e o desenvolvimento da agricultura é o *modelo demográfico*, ou *pressão populacional*, igualmente utilizada na tentativa de explicar a consolidação de grupos numerosos na floresta Amazônica. Por esse modelo, ofertas maiores de alimento ou a falta de competição no novo nicho ecológico favoreceriam inicialmente o aumento da população, a qual estabeleceria maior pressão sobre o ambiente, escasseando o alimento (ALBUQUERQUE, 1989).

Entre as alternativas para o grupo, estaria a diversificação das bases alimentares, levando ao desenvolvimento da domesticação de plantas e agricultura que, se bem sucedida, responderia pela elevação dos contingentes populacionais, produzindo conflitos territoriais e forçando a expansão dos grupos para fora de suas áreas originais (DIAMOND, 2001). A um só tempo, poderia gerar a complexificação social, hierarquias e centralização de poder, até a formação de um Estado.

Embora seja útil para explicar em variados casos a divisão do trabalho, concentração de poder, hierarquização e/ou formação de estruturas sociopolíticas centralizadas num Estado, o modelo demográfico não permite explicar todos os motivos pelos quais as populações crescem (FUNARI, 2002). Pois, na Amazônia diversos grupos vizinhos de sociedades agricultoras ceramistas mantiveram seu padrão coletor-pescador-caçador. Nessa região, a agricultura se desenvolveu e a população foi ampliada, mas não se observou a formação de Estados (PROUS, 2006). Desta forma, a sucessão de etapas não foi linear na Amazônia e em toda *terra brasilis*, onde uma formação sócio-espacial igualitária se manteve.

Entre as provas que contestam os mitos deterministas estão as pinturas e artefatos de caça encontrados na Amazônia. Apesar das suposições de que coletor-caçadores não poderiam subsistir na floresta amazônica e matas tropicais, a descoberta de grande número de pontas de projéteis de flechas penduculadas triangulares em toda floresta, complexos de

cavernas ricos em pinturas rupestres, com temas estilizados de animais, humanos e geométricos são sinais incontestáveis de sua vivência lá (ROOSEVELT, 1999, 1996, 1984).

Na Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre no baixo rio Amazonas, foram encontradas evidências da antiguidade, diferenciação cultural e manutenção de grupos numerosos na Amazônia. As datações das pinturas rupestres são superiores há onze mil anos AP, já que os pigmentos utilizados foram retirados de camadas mais antigas (ROOSEVELT *et al*, 1996). Essas pinturas têm representações de animais e figuras humanas acompanhadas de desenhos geométricos e de seres com temas astronômicos. De forma similar, os artefatos líticos das camadas estratigráficas mais antigas sugerem que o sítio foi ocupado desde o Pleistoceno tardio.

Foram encontrados na caverna pontas de lança bi-faciais triangulares, ferramentas unifaciais. Os materiais mais antigos dos paleoamericanos eram feitos de cristal de quartzo, nos mais recentes prevalece a calcedônia e são bastante diferenciados do padrão *clovis* predominante na América do Norte.

Mais diferenciado se mostrou a prática de subsistência, com coleta e caça generalizada. Ao contrário dos caçadores de animais de grande porte do norte, a especialidade era por animais pequenos e médios. Este é um indício consistente que caçadores do sul não tinham interesse pela mega-fauna, como faziam os da geração *clovis* no norte (ROOSEVELT *et al*, *op cit*). Foram contemporâneos da mega-fauna no sul, mas provavelmente a extinção desta não se deveu a essas sociedades, o que não significa afirmar que não impactaram o ambiente. Tanta a caça quanto a coleta, com a distribuição de sementes por determinadas áreas, promoveu alterações substanciais, de tal sorte que estudos antropológicos estimam que dez por cento das espécies existentes na Amazônia foram trazidas e espalhadas por humanos (HECKENBERGER, 2003). A denominam por isso de *floresta cultural tropical úmida*.

Muitos vegetais eram consumidos, incluindo os frutos da palmeira, da castanha-do-pará e leguminosas. O alimento animal incluía peixes, roedores, morcegos, moluscos, jabutis, cobras, anfíbios, pássaros, e grandes mamíferos, terrestres (acima de 60 quilos, possivelmente ungulados⁸⁰). Nozes, frutas e pequenos peixes constituíam o alimento mais comum. (ROOSEVELT, 1999, p.47)

Nesse sentido, na Amazônia e na *terra brasilis* a manutenção de grupos populacionais numerosos desde o período paleoamericano não pode ser explicado somente pela abordagem simplista do modelo demográfico (FUNARI, 2002). Os grupos locais foram ávidos em

⁸⁰ Mamíferos cujos dedos são providos de cascos.

conhecer os ciclos das plantas. Como tem mostrado a etnobotânica, as espécies florísticas utilizadas e a variedades de técnicas empregadas são abundantes. Tudo indica que antes de desenvolverem a agricultura, esses grupos praticavam o *manejo ambiental*, uma técnica mista que envolve *coleta* e *domesticação* de plantas, permitindo manter o equilíbrio populacional com pouca especialização e tecnologia simples a partir do manuseio da diversidade biológica (ROOSEVELT, 1984).

Numa tal economia voltada à subsistência deveria haver uma divisão sexual do trabalho, com a coleta para as mulheres e crianças e a caça para os homens, análogo ao que fazem certas etnias na Amazônia. Este padrão é eficiente a ponto de a coleta suprir grande parte das calorias diárias, restando à caça complementar as proteínas necessárias.

De fato, populações sedentárias foram mais comuns do que sugere a maioria dos autores (DIAMOND, 2005). Não era necessário fazer uso de cultivo para se sedentarizar, como sugerem os modelos. Tampouco se pode afirmar que exista necessariamente uma clara divisão entre os nômades caçador-coletores e sedentários produtores de alimentos. Apesar de migrar para lugares distantes, sobretudo caminhando, parece que uma das características dos *andarilhos da clareza* foi permanecer longo tempo em territórios definidos.

Na realidade, embora frequentemente vejamos esse contraste, os caçador-coletores de algumas áreas produtivas, inclusive a costa noroeste do Pacífico, na América do Norte, e possivelmente o sudeste da Austrália, tornaram-se sedentários, mas nunca produziram alimentos. Outros caçador-coletores da Palestina, da costa do Peru e do Japão primeiro tornaram-se sedentários, e só passaram a produzir alimentos bem mais tarde. Grupos sedentários provavelmente constituíram uma fração bem maior dos caçador-coletores de 15.000 anos atrás [...] (DIAMOND, 2005, p.105).

Esses argumentos servem de sustentação à hipótese do manejo ambiental e suscita outra acerca da noção de nomadismo: se em grande parte dos sítios arqueológicos nas Américas são encontradas inúmeras camadas sedimentares indicando a permanência de populações desde 11.000 e até 50.000 anos AP num mesmo lugar, é possível que desde então não fossem mais *nômades* como se supõe. Seu deslocamento poderia ocorrer dentro de um território e entre abrigos definidos.

No manejo ambiental, coleta seletiva de plantas, lançamento de sementes em determinados locais ou ao longo dos caminhos, facilitava a coleta e até a caça dos animais atraídos. Estudos etnobotânicos entre os Caiapó deixaram claro o repertório técnico de manejo ambiental que permite manter uma grande população: milhares de quilômetros de trilhas, ilhas de recursos implantadas, recuperação da roça abandonada e atração da caça (ALBUQUERQUE, 1989).

Todo um complexo sistema envolve desde roças, em que coexiste uma multiplicidade de consumo mais intenso, nas proximidades da aldeia, às “ilhas de recursos” implantados pelos indígenas ao longo de seus milhares de quilômetros de trilhas através da floresta, que serviam ao reabastecimento dos caçadores ao longo de suas jornadas. Inclui ainda a manutenção das roças “abandonadas”, em que outras espécies de ciclo mais longo são cultivadas, bem como algumas espécies servem de atrativo para os animais de caça, sobretudo mamíferos de pequeno e médio porte, além de aves. (ALBUQUERQUE, 1989, p.60)

Os *caiapó* se utilizam ainda de insetos, direta e indiretamente, como abelhas para consumo do mel e polinização de plantas, o que garante produção mais estável. Essa dieta sugere que a teoria do manejo ambiental de Roosevelt é mais adequada para compreender a manutenção de numerosas populações na *terra brasilis*. O manejo ambiental permitiu a domesticação e seleção de espécies e o desenvolvimento de uma agricultura local, intercalada nas planícies ribeirinhas, nos períodos de estiagem.

As dificuldades da arqueologia em obter restos alimentares no clima tropical, a fim de comprovar essa diversificação da dieta, estão sendo contornadas por análises de cáries dentárias, fitólitos, patologias ósseas e a composição química dos ossos que podem indicar a qualidade, a quantidade e até a procedência dos alimentos ingeridos.

3.2.1 AMBIENTE AMAZÔNICO NO HOLOCENO

Novamente deve-se recorrer ao contexto ambiental em que se deu a consolidação de grupos humanos na Amazônia e na *terra brasilis*. Datações anteriores a onze mil anos sugerem que esses grupos já estavam presentes desde o último período glacial. Nesse período, se por um lado há indícios do recuo da mata e o predomínio de formações arbóreas abertas tipo Cerrado, que cobririam grande parte da floresta atual, por outro pesquisas mais recentes demonstram que tanto os níveis dos rios, quanto as florestas se mantiveram num nível alto no centro e a oeste da Amazônia no final do Pleistoceno (ROOSEVELT, 1999).

Dados obtidos com isótopos da biota da caverna da Pedra Pintada sugerem que naquela região também havia maior pluviosidade e cobertura florestal no período da ocupação paleoamericana, acerca de quinze mil anos AP (ROOSEVELT *et al*, 1996).

Até lugares distantes da floresta ao leste, como São Raimundo Nonato, no Piauí, experimentaram climas mais úmidos no período, ao contrário dos climas semi-áridos que predominam hoje (GUIDON *et al*, 2007). Há aproximadamente dez mil anos AP na porção

norte de São Raimundo Nonato predominava o clima tropical úmido, corriam rios caudalosos com cobertura da Floresta Amazônica, e na porção sul predominava a Mata Atlântica.

Os vales cobertos hoje pela Caatinga estavam cobertos por grandes volumes de água e rios caudalosos. Os locais de muitos sítios encontrados nos sopés das *cuestas*, eram anteriormente quedas d'água, sobre estrutura rochosa, somente com a mudança para clima árido é que ocorreu a sedimentação. Somente após a mudança climática, quando as precipitações diminuíram é que começou a se depositar os pacotes sedimentares [...] Até hoje, espécies animais e vegetais originárias dos dois biomas existem no Parque Nacional Serra da Capivara. (GUIDON *et al*, 2007, Editorial)

Essas mudanças locais e regionais foram conseqüências da brusca alteração climática no pós-glacial. Antes do término da glaciação Würm os rios estiveram caudalosos e predominou o clima regional tropical úmido, indicando que, ou o aquecimento global iniciou antes dos doze mil anos como sugerem os modelos do quaternário; ou, os efeitos glaciais podem ter sido mínimos na região, possivelmente pela ação da própria floresta. De fato, a temperatura global dos últimos 150.000 anos, do último período inter-glacial ao glacial, permite verificar que o clima experimentou rápido aquecimento, iniciado cerca de quinze mil anos, atingindo o ótimo climático, ou altitermal, entre quatro e sete mil AP (FIGURA 32).

De quatro a sete mil anos houve um período de maior aquecimento denominado ótimo climático que teria tornado o clima mais quente e úmido, o que não significa que todas as regiões experimentaram igualmente o fenômeno (AB' SABER, 1977). Como visto no item anterior, a latitude e a altitude e novos padrões de circulação atmosféricas e correntes marinhas respondem por dinâmicas climáticas locais, que precisam ser verificadas.

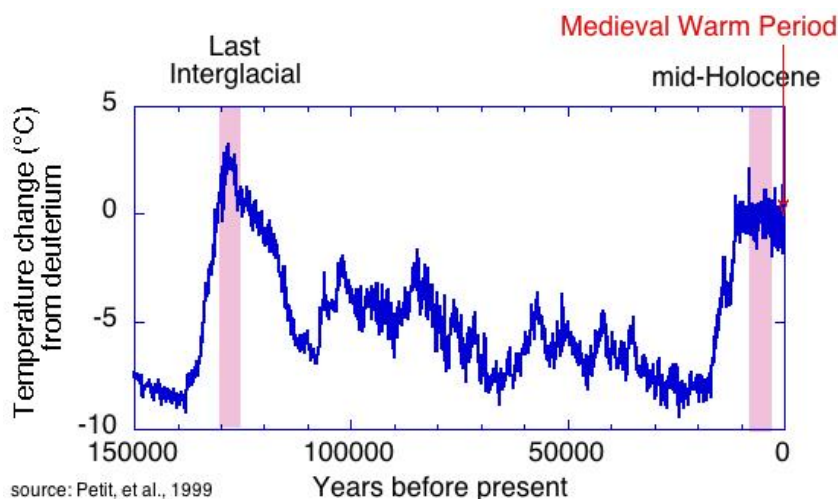


Figura 32: Temperatura média global nos últimos 150 mil anos, com indicativo do último inter-glacial e o *ótimo climático*, entre sete e quatro AP.

Fonte: Petit et al, 1999.⁸¹

Diversas análises sobre a ocupação humana na região de São Raimundo se enganaram ao imaginar o clima semi-árido atual naquela época (GUIDON, 1996). De forma semelhante, a dinâmica da floresta Amazônica precisa ser mais bem esclarecida por pesquisas futuras.

Foi nesse ambiente de grandes mudanças ambientais que, num período anterior a onze mil anos, a Amazônia experimentou seu primeiro povoamento paleoamericano e, posteriormente, a demografia se ampliou com o desenvolvimento, no longo tempo, de culturas adaptadas à floresta tropical úmida (ROOSEVELT *et al*, 1996; PORRO, 2003). Esta região estava conectada por densa rede hidrográfica e de vegetação ao nordeste, cujos padrões climáticos eram bem mais úmidos que o atual semi-árido, e ao centro da *terra brasilis*.

3.2.2 MANEJO AMBIENTAL, AGRICULTURA E EXPANSÃO AO CENTRO DA TERRA BRASILIS

Na Amazônia, diversas pesquisas têm demonstrado que a maior umidade durante o *ótimo climático* favoreceu a ampliação da fauna (BARBOSA, 2002). Próximo a esse período, teve início o fabrico de cerâmica, cuja datação mais recuada para a Amazônia está entre sete e oito mil anos AP, uma das mais antigas das Américas (ROOSEVELT *et al*, 1996).

Na Toca do Sítio do Meio, em Serra Talhada, no Piauí, há cacos de cerâmicas datados de 8.900 anos AP, atualmente o mais antigo vestígio cerâmico nas Américas. Nesse mesmo sítio, foi encontrada uma machadinha de pedra polida, datado de 9.200 anos AP, o mais antigo

⁸¹ Dados obtidos a partir de medidas indiretas com deutério depositado nas camadas de gelo em Vostok, na Antártica. In: <http://www.ncdc.noaa.gov/paleo/globalwarming/paleobefore.html>. Acessado em 5/2007.

testemunho de pedra polida até o momento em todo o continente.⁸² Importa lembrar que muitos vestígios antigos da cultura material se desintegraram devido sua fragilidade: cestarias, trançados, artefatos de madeira e ossos, de provável uso, mas destruídos pelo calor, acidez e a umidade.

Ao que parece os grupos souberam tirar proveito das condições ambientais. Embora, não se pode afirmar que o maior provimento faunístico tenha correlação direta com o aumento populacional, tampouco que o artefato cerâmico esteja relacionado à agricultura, pois em diversos lugares do globo são observados hiatos de até cinco mil anos, anteriores ou posteriores, entre a prática da agricultura e a cerâmica (TENÓRIO, 1999).

Entretanto, foi no período de ótimo climático e após seu término, a partir da inovação de técnicas e aumento da população que se estabeleceu grande diferenciação cultural e lingüística entre os grupos, cuja confirmação dos possíveis motivos ainda carece de pesquisas (BARBOSA, 2002). No processo de ampliação demográfica o manejo ambiental sugerido por Roosevelt deve ter tido papel fundamental na estruturação de um modo de vida (TENÓRIO, 1999). A propagação desta prática pode ter permitido a sedentarização de grupos muito antes da agricultura se estabelecer, dotando os grupos de relativa auto-suficiência e autonomia.

Nesse período, a população humana ampliou sua demografia, provavelmente com essas e outras inovações de técnicas mais eficientes de abastecimento, explorando fatores ambientais e com criações e escolhas socioculturais ainda desconhecidas. Com a população ampliada, a ocupação de novas áreas se daria não mais por dispersão, mas pela simples expansão demográfica, à medida que a população crescia (STEVAUX, 2001), ou até por migração em busca de *paraísos* míticos.

É forte a suposição que nessa expansão populacional grupos de agricultores ceramistas da Amazônia tenham adentrado o vale do Araguaia (WÜST, 1982), e a partir da sua consolidação e diversificação em torno do eixo Araguaia-Tocantins, teriam constituído a tradição ceramista Uru, a qual pertence à fase Aruanã, prováveis antepassados dos atuais Karajá.

Cabe desenvolver maiores pesquisas para reconstruir a trajetória dos Karajá e dos seus antepassados da tradição URU. Pois, os grupos a que pertencem podem ser resultado de fusões com grupos originários dos Andes, que desceram pelo caminho *peabiru* do Pantanal, como mencionado. Ou ter havido assimilação de técnicas e aspectos culturais, que por vezes são transmitidos de um grupo a outro nas trocas e contatos (RENFREW, 2004).

⁸² Niede Guidon. In: FUNDHAM. Disponível em: http://www.fundham.org.br/sitios/toca_sitio_meio.asp
Acessado em 6/2007.

Um dos métodos adequados à reconstituição do histórico desse grupo é o de vicariância, com a filogenética de Willi Henning, a partir de matrizes que contenham análises de Cromossomo Y, DNA paterno, cruzando-as com amostras de cabelos encontrados em urnas funerárias da fase Aruanã, da tradição Urú e os Karajá. Posteriormente, com base numa matriz de dados culturais, físicos e genéticos seria feita uma *análise biogeográfica*, permitindo reconstituir a trajetória territorial dessa sociedade.

Após a expansão, ou migração por diversos motivos, a partir da Amazônia, a consolidação dos grupos ceramistas em novos lugares foi facilitado a partir do domínio do *manejo ambiental*, que exigia grande conhecimento e habilidades para lidar com a paisagem. No Cerrado, é possível que a rica diversidade faunística e florística tenha contribuído para consolidar essa expansão (BARBOSA, 2002). Mas um outro fator primordial a consolidação e permanência foi o desenvolvimento e domínio do cultivo, de milho, mandioca, feijão e outros alimentos, embora os grupos não usassem os mesmos alimentos como base alimentar, nem o manejo ambiental de igual forma.

Essa passagem do *manejo ambiental* ao cultivo não encontra diferenciação clara pelo fato dos grupos terem continuado com o manejo após dominarem a técnica de cultivo (TENÓRIO, 1999). Esta implica uma longa jornada de domesticação, escolhas, desenvolvimento e adaptação de técnicas aos lugares e às espécies utilizadas no plantio, seja domesticada ou de empréstimo de outras culturas.

Até chegar ao domínio do cultivo, o *manejo ambiental* teve papel fundamental na busca do equilíbrio entre a diversidade e a especialização dos aspectos culturais e técnicos: observação dos ciclos ambientais, estações do ano, período de chuva e seca, cheias e vazantes de rios, solos e relevos adequados, sistemas de cultivo, uso de ferramentas etc; bem como formas de guardar e transmitir conhecimentos, provavelmente no uso de narrativas mitológicas, gravuras e pinturas, festas rituais, e no uso da paisagem como memórias espacial por seus usos e significações, assim como fazem seus descendentes hoje.

De forma similar, a presença de cerâmica não indica a passagem ao uso da agricultura, como visto. Pois, o beneficiamento e as cerâmicas podem anteceder a técnica de cultivo, cujo desenvolvimento na *terra brasilis* demandou processos longos, complexos e diferenciados, os quais se encontram encobertos por comparações linear-evolutivas. Fruto da busca de bases universais para compreensão do desenvolvimento da agricultura (TENÓRIO, 1999; ROOSEVELT *et al*, 1996).

Em geral, as causas explicativas unitárias associadas ao desenvolvimento da agricultura são atribuídas à escassez de alimentos experimentada, sobretudo no Holoceno

(COHEN, 1978). Contudo, cabe indagar se antes a espécie não teria passado necessidades, já que os glaciais foram intensos, longos e em vários momentos?

Uma segunda proposição linear-unitária supõe que a agricultura tenha sido uma invenção revolucionária realizada em um ou poucos lugares e de lá irradiado por populações que migraram pelo globo no período Holoceno. Entre os motivos dessa invenção estariam o acúmulo de conhecimento, a escassez de alimentos e o aumento demográfico.

Os defensores desses modelos não consideram a opção do grupo em fazer escolhas e a distância que há em criar a inovação e o tempo de ser adotada. Além do mais, a inovação tende a surgir *a posteriori* de um modo de vida com certa estabilidade alimentar, pois o tempo ocioso é necessário para desenvolver atividades mentais e lúdicas que levassem à inovação. Desta forma, na maioria das vezes, a inovação é a “mãe” das necessidades, e não o contrário (DIAMOND, 2005).

Outras teorias se apresentam como variantes do determinismo evolutivo. Embora considere as decisões individuais e as escolhas culturais, a *teoria do desenvolvimento diferencial* das sociedades humanas de Diamond (2001) supõe um determinismo geográfico evolutivo. Seu argumento central sugere que os aspectos geográficos explicam o desenvolvimento diferencial atual dos povos.

Por essa teoria, fatores ambientais como espécies animais e vegetais domesticáveis disponíveis, clima e solo fértil levariam ao desenvolvimento da agricultura. Com maior disponibilidade de alimento, as populações tenderiam a crescer. Num segundo estágio se complexificariam e formariam organizações políticas centralizadas, passariam então a produzir tecnologias e armas sofisticadas. Os germes contraídos com a domesticação de animais serviriam como armas biológicas.

As premissas multifatoriais de Diamond trouxeram avanços para entender como as sociedades interagem com seu ambiente. Entretanto, seguem a ordem multilinear de desenvolvimento, ao desconsiderar o interesse, cultura, crenças, o sentido de riqueza e a noção de desenvolvimento para as diferentes culturas. Torna-se assim uma proposição formal, cuja sentença final é dada, conhecida ou determinada *a priori*.

No caso da *terra brasilis*, entre as questões centrais mais importa saber por que determinados grupos adotaram a prática de cultivo e outros não, do que procurar num lugar a sua invenção, já que resulta de longos processos de múltiplas causais (TENÓRIO, 1999). As respostas merecem abordagens amplas e certamente envolvem os motivos que os levaram a manter a formação igualitária após dominarem a agricultura e alcançarem um forte crescimento demográfico.

Demonstrativos da contemporaneidade entre o processamento de alimentos e o sedentarismo ocorrendo antes da agricultura e da cerâmica na terra *brasilis* foram encontrados em diversos lugares. Nos sambaquis do litoral são encontrados restos vegetais de palmáceas: jerivá (*Arecastrum romanzzofianum*), tucum (*Bactris setosa*), butiá-de-vinagre (*Butiá capitata*), brejura (*Astrocaryum auri*), araçá (*Psidium litorale*) e pitanga (*Eugênia sp.*). Ferramentas líticas para o processamento de alimentos foram encontradas nos sítios líticos pré-cerâmicos mais antigos: quebra coquinho, mó (para esmagar) e a almofariz (para socar vegetais).

Assim, o processamento de alimentos e a produção de sofisticados artefatos de pedra, conchas e madeira antecederam ao plantio intensivo de milho e mandioca e a produção de cerâmica. Apesar de não terem sido todos preservados, esses artefatos são visíveis nas pinturas rupestres. O processamento envolveu coletas cada vez mais seletivas. Na medida em que esta se desenvolvia gerou conhecimentos sobre o ambiente e pode ter contribuído para o domínio do *manejo ambiental*.

Supondo que, na maioria dos casos da *terra brasilis*, a sedentarização tenha se iniciado antes da domesticação e do cultivo, Tenório (1999) propôs um modelo para tentar explicar porque certos grupos se especializaram em detrimento da farta diversificação da coleta. Em primeiro haveria um aumento demográfico desses grupos; em seguida o crescimento da população estimularia o início da atividade de trocas, e por fim, as trocas permitiriam o desenvolvimento de técnicas de cruzamento de espécies trazidas por outros grupos, proporcionando maior rendimento nas colheitas e resistência as pragas.

De início a permanência e ampliação dos grupos podem ter sido favorecidos pela coleta seletiva de espécies sazonais e a germinação accidental das sementes lançadas nas proximidades. Posteriormente, por meio de trocas, a mandioca originalmente domesticada na Amazônia, pode ter se propagado. Algo similar deve ter ocorrido com o milho, originário da América Central, cujos indícios da prática de seu cultivo na *terra brasilis* remontam há quatro mil anos AP (PROUS, 2006). Mandioca e milhos são duas plantas da base alimentar de grande parte das sociedades autóctones da *terra brasilis*, entre elas as das tradições ceramistas Uru e Aratu, os povos da fase Aruanã, e dos Karajá, como veremos.

Esse modelo baseado nas trocas se diferencia do esquema guarda-chuva linear, predominante nas ciências que lidam com o passado, o qual em geral, atribui à migração, à superposição populacional ou à dominação pela força a existência de determinados artefatos distantes do grupo e local originário, ou produtor (RENFREW, 2004).

Ao contrário do modelo clássico no qual guerras e a sobreposição territorial seriam os elementos mais eficientes de domínio territorial das culturas, as trocas podem ter facilitado a introdução de espécies novas, sem a necessária mudança dos grupos de um lugar a outro, como demonstrou a *teoria das ondas de transmissão cultural* (RENFREW, 2004). Os conflitos e as guerras atuam na configuração territorial, mas geralmente ocorrem em reduzido têm influências culturais menores que as trocas pacíficas.

Tamanho leque de possibilidades permite arriscar outras hipóteses, a serem verificadas em pesquisas futuras, acerca da diversidade cultural e lingüística na *terra brasilis*.

Desde que grupos humanos possuem a peculiar característica de produzir *coisas*, provavelmente o encantamento pelo novo e a troca esteve presente. Pode ser esse um dos fatores que fizeram a tradição Itaparica perdurar por 2.000 anos, ente 11.000 e 9.000 anos, em todo o Cerrado de forma tão homogênea. Igualmente a tradição *Clovis* pode ter experimentado a disseminação da técnica por trocas entre os grupos, muito mais do que expansão demográfica ou conquistas territoriais nas guerras.

Se a sedentarização é antiga, a diferenciação cultural e lingüística pode ser mais recuada do que estimaram os modelos lingüísticos. Desta forma, os grupos estariam em seus territórios desde tempos remotos. Esta constatação poderia ser aplicada a todas as tradições e fases arqueológicas na *terra brasilis*, incluindo a fase Aruanã, o que ajudaria explicar a diferenciação e diversidade lingüística, bem como a relativa proximidade e manutenção do *sistema sociopolítico e econômico igualitário* dos grupos.

Conforme o modelo biogeográfico de vicariância de Willi Henning e a *congruência de áreas* de Leon Croizart, com frequência, não são os grupos que migram, mas as barreiras geográficas que se levantam. Assim, os grupos provavelmente estariam onde estavam antes da especiação. Adaptando a nossa suposição, é possível que não foram as barreiras geográficas que se levantaram, mas o sedentarismo e a diferenciação cultural no longo tempo que produziram territorialidades, funcionando como barreiras.

Para completar a análise, com a domesticação e o cultivo do milho e da mandioca, bem como o *manejo ambiental* e a beneficiamento, a população dos grupos amazônicos se ampliou, e pode ter se expandido por novas áreas como o Cerrado, por simples *expansão demográfica*, e não por dispersão, como já dito. Ou, podem ter mantido trocas mais frequentes pelos *caminhos peabirus* e canais fluviais com grupos que já estariam estabelecidos há milhares de anos antes, sobre os demais biomas, como o Cerrado.

No segundo caso, os povos que deram origem aos atuais Karajá podem ter migrado dos Andes pela atual Bolívia, cruzado o Pantanal e chegado na alta Bacia do Araguaia.

Posteriormente, Podem ter atingido a Ilha do Bananal, passado por processos de etnogênese, a partir do contato e entrecruzamento com culturas originárias da Amazônia, e criado sua identidade e cosmologia associada ao rio Araguaia, de serem a *dádiva do Araguaia*.

3.3 Os ANDES, O CENTRO DO CONTINENTE E A *TERRA BRASILIS* NOS SÉCULOS XV E XVI

No continente americano a diversidade sociocultural, econômica, política, ambiental e histórica se inserem num conjunto de territórios cuja estrutura se diferenciou por demais, o que requer pensar distintas formações sócio-espaciais em torno do século XV. No norte se destacou uma formação nas áreas geladas do norte, ocupadas pela cultura dos esquimós e algoquimós; e outra nas terras temperadas do norte, cujos representantes são os iroqueses e povos das planícies (OSCAR, 2000; FIGURA 33).



Figura 33: Culturas e respectivos territórios no continente americano antes do século XVI

Fonte: Oscar, 2000.

Nas áreas próximas aos trópicos, é possível distinguir três formações sócio-espaciais. Uma na porção central do continente, expressada pelas culturas Asteca, Maia e Olmeca entre outras; outra ocupando a costa do Pacífico e cordilheira dos Andes, da qual a cultura Inca foi a maior representante; e nas terras baixas sul-americanas predominavam as sociedades igualitárias da *terra brasilis*, como descrito (OSCAR, 2000; FIGURAS 34 e 35). As duas primeiras tiveram Estados organizados em torno de impérios, com forte centralização de poder, hierarquia, burocracia estatal, rígida divisão social do trabalho e cidades urbanizadas.

O poder centralizado estatal operava no planejamento das atividades econômicas anuais, cotidianas, construções e no uso de moeda. Sua estrutura sociopolítica era rígida, governada por uma pequena elite, semelhante à nobreza (NAVARRO, 2007). Possuíam elevado conhecimento de medicina, engenharia, arquitetura, astronomia, matemática, domínio da escrita e arrojadas técnicas de *regadio* que permitiram o emprego da agricultura intensiva. Valorizavam a construções de imponentes arquiteturas megalíticas em tributo as divindades.

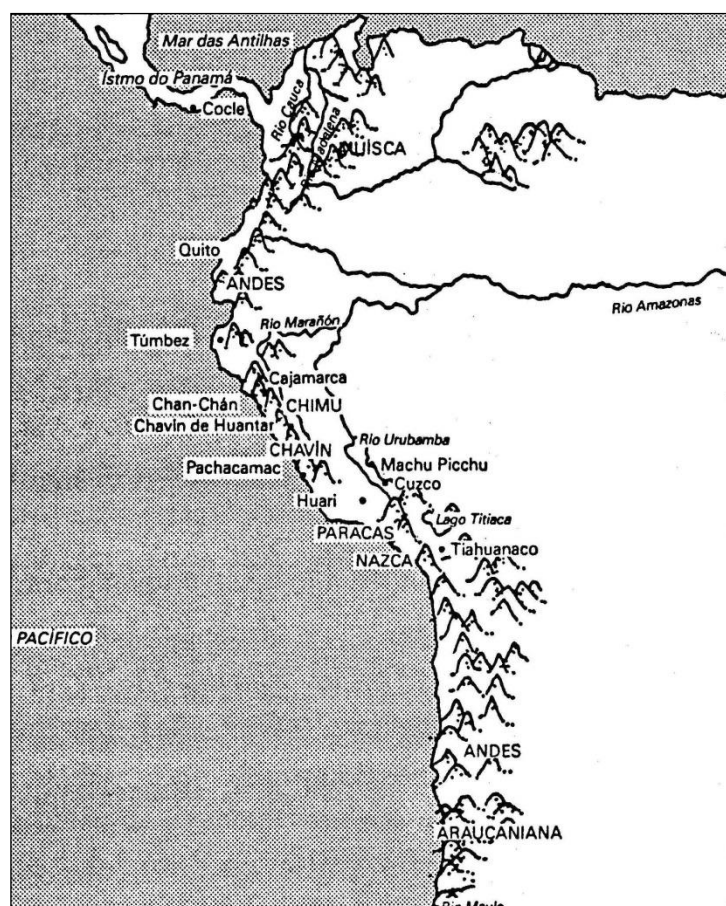


Figura 34: Culturas andinas e da costa do pacífico sul no continente americano.

Fonte: Oscar, 2000.

No litoral do Rio de Janeiro até Torres no Rio grande do Sul os sítios deste período mais recuado são os sambaquis, cuja presença é marcante em todo litoral do Brasil e nordeste do Pantanal (PROUS, 2006). Os sambaquis são “montes” edificadas com valvas de moluscos empilhadas por coletor-caçadores que se alimentavam dos mariscos reproduzidos em abundância favorecidos pelo período quente e úmido no altiternal, ou *ótimo climático* europeu.

O tamanho dos sambaquis varia de dezenas de metros de diâmetro e poucos metros de altura, a centenas de metros de comprimento e até trinta metros de altura. Os *sambaquieiros* eram coletores, pescadores e caçadores, tinham muita disponibilidade de proteína no litoral e podem ter formado grupos com milhares de membros. Dada a disponibilidade de alimentos, eram grupos geralmente sedentários. Muitos enterravam seus mortos dentro dos sambaquis. Dezenas de outras tradições, com formas distintas de produzir artefatos foram identificadas nesse período em toda *terra Brasilis*.

No período em torno de dez mil anos AP os grupos são caracterizados por alta mobilidade, o que não pode ser confundido com simples nomadismo (PROUS, 2006). Conforme esse autor esses grupos parecem apresentar ausência de hierarquia. Para confeccionar ferramentas, caminhavam até centenas de quilômetros. É possível que obtivessem tanto ferramentas quanto matérias primas por meio de trocas, se fossem sedentários há mais tempo, como supomos.

As evidências apontam que posterior ao período quente e úmido do Altiternal, entre 7000 e 4000 anos AP, houve grande aumento da população, com diversificação cultural em todo o território, sobretudo no Cerrado (SCHMITZ, 1993, BARBOSA, 2002). De acordo com nossa hipótese apresentada, tal diversificação pode ter se iniciado muito antes, com o desenvolvimento do *manejo ambiental*, ampliação demográfica e conquista da relativa autonomia do grupo.

De três a quatro mil anos atrás até a chegada dos europeus, diversos autores denominam período Ceramista Horticultor. Período que para esses autores começa a se estruturar a agricultura. Como visto, a perspectiva determinista histórico-linear, referenciada em técnicas agrícolas em uso na Europa, não permitiu perceber o desenvolvimento de peculiaridades adaptadas ao meio tropical e às necessidades socioculturais locais.

Diante disso, mais adequado a este período seria o termo Agricultor Ceramista, por se tratar de agricultura estruturada, consorciada com o suporte da técnica do *manejo ambiental*, perceptível nos dias atuais entre as sociedades autóctones no Brasil, ainda que nem todos os grupos fizessem uso do cultivo nesse período, provavelmente por suas próprias escolhas.

Ao contrário do que se poderia imaginar, as dúvidas e enigmas acerca da complexificação social ocorrida nas sociedades da *terra brasilis* após o predomínio do cultivo e do uso de cerâmica, são maiores que nos tempos remotos. Mais uma vez, a Amazônia, em oposição às teorias conservadoras, deve ser destacada por oferecer subsídios ao entendimento das culturas agricultoras ceramistas do Cerrado, sobretudo às do vale do Araguaia, pois há fortes indícios de que essas áreas não estiveram isoladas.

Nesse aspecto, a escavação do maior sítio da Amazônia central indica que a Amazônia central dos séculos V ao XVI de nossa era não era um vazio demográfico como se supunha, tampouco estava numa ascendente linear da população (NEVES, 2006). Nesse sítio predomina as *terras pretas*, solo resultante de processos sociais presente em toda a Amazônia, dentro e fora do território brasileiro, com vários quilômetros de extensão e um metro e meio de profundidade. Tais estruturas pedológicas resultam de intensa atividade humana, rica em fosfato e carbono negro, obtidas pela queima de carvão em baixas temperaturas. Desde 1980, Dirce Kern do museu Emílio Goeldi afirmava, por análises químicas, que essas terras pretas não eram naturais, mas antropogenizadas.

O surgimento de *terras pretas* em toda a Amazônia em períodos próximos entre si, no século V, revela que algo muito significativo ocorreu na estrutura social nessa vasta região. No caso da terra preta do sítio da Amazônia central, no rio Negro, o processo de ocupação foi rápido e intenso, e a heterogeneidade nas camadas sugere a ocupação por diferentes períodos, grupos diferentes ou pelo mesmo grupo, até por volta do século XVI (NEVES, 2006).

Longe de serem nômades ou primitivas, as sociedades que ocupavam esses sítios podem ter abandonados e repovoados diversas vezes não por razões ambientais e adaptativas, mas provavelmente devido a conflitos ou questões sociopolíticas (NEVES, 2006). Mudanças no plano das técnicas, com sistema de cultivo e pesca intensivos, estiveram associadas à ampliação da população. Mas esta não apresentou crescimento constante. Houve alternância, ou convívio entre grupos nômades e sedentários.

Tudo indica que auge da ocupação na Amazônia central foi o século XI. Após esta data há variação no padrão de ocupação. Possivelmente, conflitos podem ter surgido e os grupos tenham interrompido a atividade de ocupação momentaneamente, mas retomando-a em seguida, ou foram acometidos por endemias intermitentes da floresta ou ao entrarem em contato com outras populações.

No entanto, sua permanência numa sociedade estruturada é evidente no século XV. Mais uma vez confirma as narrativas sobre grandes povoados na Amazônia feitos por espanhóis que estiveram na região no início do século XVI. Faz emergir o dinamismo das sociedades amazônicas, que nesse período populações pesqueiras-coletores-caçadores conviviam com grandes grupos ceramistas agricultores sedentários.

Houve oscilações antes da colonização européia. Portanto, não podemos correr o risco de supor simplesmente que aquelas sociedades amazônicas estavam numa curva ascendente de crescimento, que foi interrompido com a chegada dos europeus. Além disso, as descobertas sinalizam que saímos daquela polarização simplista de autores que acreditam, de um lado, que existia muita gente na Amazônia e, de outro, que não havia grandes populações na região. Acreditamos que a variabilidade e movimentação populacional e cultural foi muito maior que se supunha anteriormente. (NEVES, 2006)

Outra pesquisa corroborou a magnitude da dinâmica experimentada pelas sociedades da Amazônia dos séculos X ao XVI, e sua provável interação com as sociedades do centro da *terra brasilis*. No Alto Xingu foi encontrado um sítio arqueológico, a partir de pesquisas orientadas por informações etnográficas, mitológicas e com o auxílio do *sensoriamento remoto* por satélite, com estrutura espacial composta por redes de pequenas vilas e aldeias circulares, distantes entre si cerca de cinco quilômetros, e interligadas por estradas completamente retilíneas, com largura de até cinquenta metros, datadas entre os séculos XI e XVII (HECKENBERGER *et al*, 2003; FIGURA 36).

Lá existem vestígios de praças, pontes, represas, canais, cultivo de mandioca e outras plantas. A imensa área do complexo de aldeias e vilas, com 400 quilômetros quadrados, equivale ao tamanho do sítio urbano da cidade do Rio de Janeiro, e aponta na direção da estrutura sociopolítica complexa e horizontalizada encontrada em toda *terra brasilis* (WUST, 1990; PROUS, 2006; FUNARI, 2002; GUIDON, 2005). "Construir essas estruturas na floresta talvez não tenha sido mais complicado do que fazer pirâmides, mas representa uma outra forma de monumentalidade [espacial]".⁸³ (HECKENBERGER *et al*; 2003)

⁸³ Grifo nosso.

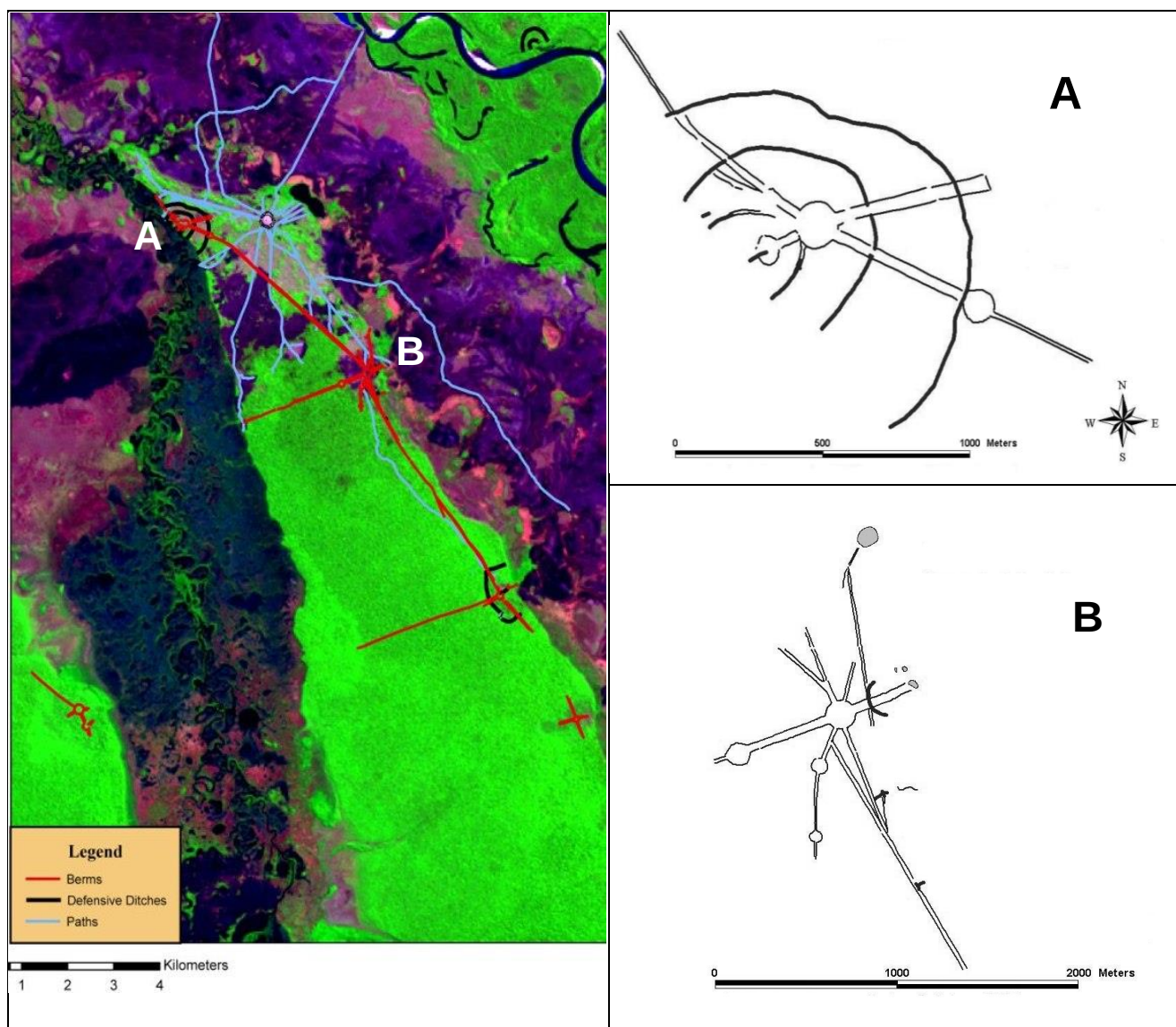


Figura 36: Imagem da rede de vilas e aldeias, estradas, caminhos e fossos defensivos, área total de 400 km², localizado no Alto Xingu, Amazônia.

Fonte: Heckenberger *et al*, 2003.

Adaptação: Loiola, S. A., 2007.

Ao longo das estradas longas, largas e retilíneas, nas laterais existiam muros de terra com um metro de altura, que pode ter sido construído como estratégia defensiva. A construção destas estruturas provavelmente exigiu de seus habitantes elevados conhecimentos de matemática e astronomia (HECKENBERGER, *op cit*). Da mesma forma, as técnicas agrícolas deviam ser intensivas para manter uma população maior, em torno de cinco mil habitantes nas vilas maiores. Hoje são conhecidas varias tradições ceramistas da Amazônia no Brasil, entre as quais a Hachurada Zonada, Borda Incisa, Policroma Amazônica, Quinária e Acuriá, Marajoara, Santarém e Tapajônica (FIGURAS 37 e 38).

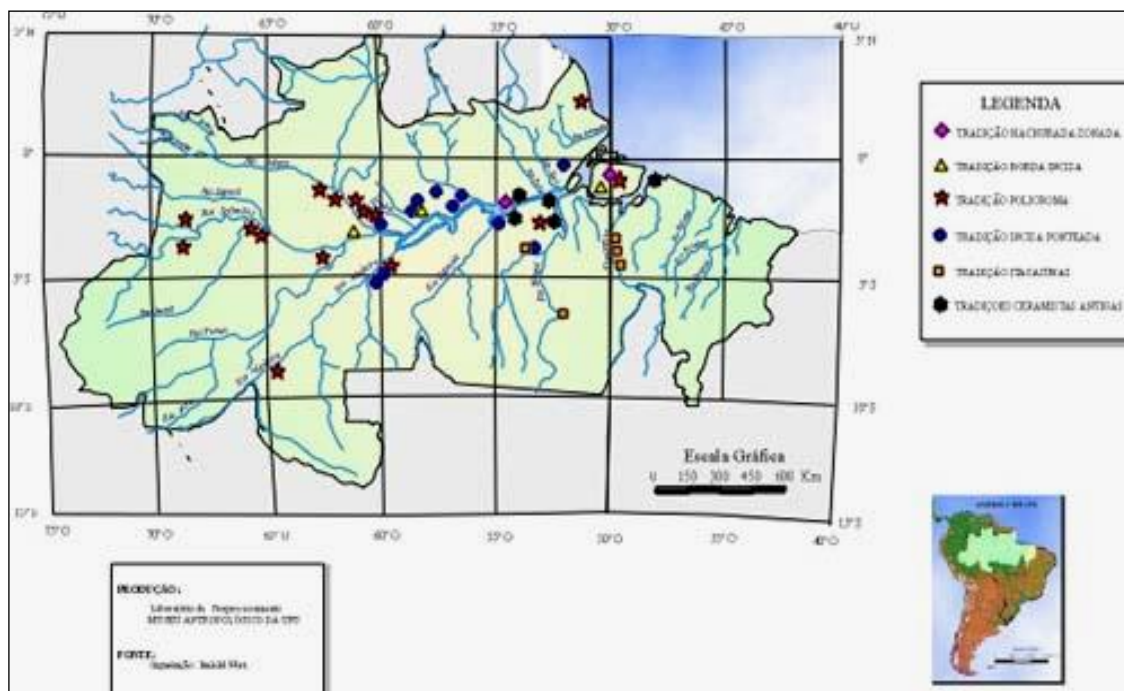


Figura 37: Tradições ceramistas da Amazônia: Marajoara, Santarém, Polícroma e Tapajônica no Brasil.

Fonte: Museu Antropológico da UFG.⁸⁴



Figura 38: A direita vaso cerâmico Marajoara e a esquerda estatueta de pedra do Tapajós.

Fonte: Museu Antropológico da UFG.⁸⁵

⁸⁴Disponível em: http://www.museu.ufg.br/page.php?id_pagina=3922 Acessado em: 5/2006.

⁸⁵Idem

Nos séculos XV e XVI sociedades ceramista-agricultoras sedentárias predominavam não só na Amazônia, mas em toda *terra brasilis*. Apesar do crescimento populacional nas aldeias e vilas, estimado entre cinco e dez milhões de habitantes para o início do século XVI, mantiveram seu sistema sociopolítico e econômico igualitário. Contrariando, as teorias deterministas, o poder não foi centralizado em superestruturas, mas formaram sociedades complexas.

Essa *formação sócio-espacial*, caracterizou-se por grandes aldeias e vilas, habitadas por até duas mil pessoas no centro da terra brasilis e até cinco mil da Amazônia; interligadas numa rede de caminhos com as médias e pequenas aldeias, possuindo territórios definidos, e uma minoria de grupos *móveis*. Estes, embora móveis, diferenciavam-se do nomadismo por se manter relativamente fixo num dado território por longos períodos.

A distribuição demográfica era desconcentrada, mas aglomerada em pequenos núcleos, *vilas* e aldeias, distantes quilômetros entre si; sem indicativo de existência de moradias isoladas, senão para acampamento de caça. Não se inserindo nem na noção de rural, nem na de urbano, usual na geografia.

Mantinham proximidade com o ambiente, provavelmente por escolhas culturais, como observado entre seus descendentes na cosmologia, espiritualidade, mitos fundadores e valores sociais e em relatos etnográficos. Com essa perspectiva, se tornaram profundos conhecedores dos aspectos físicos, biológicos e suas interações; conhecimento utilizado na escolha dos locais das aldeias, na economia de base agrária e no manejo ambiental, na estruturação do sistema de cultivo, na medicina com as ervas nativas, no conhecimento astronômico e dos ciclos ambientais. Desse modo, sua formação sócioespacial se configura como sócioambiental.

Essas sociedades foram, e são, marcadas pela estrutura social, política e econômica *igualitária*, cujo significado não deriva de igualdade ou homogeneidade, e não há conceito definido (PROUS, 2006), GUIDON, 2003, 2005, FUNARI, 2002). As sociedades igualitárias compunham a *civilização autóctone na terra brasilis*, cuja diferenciação socioeconômica e política permite distinguir uma formação sócio-espacial, constituída pelo domínio territorial e laços de poder horizontalizados, tanto na gestão e organização quanto na defesa do território; divisão social do trabalho, finalidades produtivas e modo de produzir associados a valores culturais não voltados à acumulação e à concentração de poder; inexistência de moeda de troca; trocas realizadas por escambo; flexibilidade, pouca hierarquia e inexistência de Estado.

Longe de estarem isolados, os grupos estabeleceram trocas sociais e econômicas entre si e com diferentes etnias, línguas e bases econômicas e políticas, mas mantiveram sua

formação sócioespacial, embora internamente houvesse significativa variação, de acordo com a região e laços intra-regionais. Num caso específico, entre as sociedades Jê, à qual pertencem os Karajá, há uma divisão dual interna (PROUS, 2006). Essa divisão dual, gerida em conselhos, é marcante quando os grupos estão em ameaça de guerra (APOLINÁRIO, 2006). Enquanto um conselho organiza as atividades cotidianas e da subsistência, o outro cuida da defesa.

De posse da noção geral das sociedades do período ceramista-agricultor, pode-se elaborar um *jogo de escalas* para obter a dimensão da formação sócio-espacial igualitária da *terra brasilis*. As sociedades e grupos étnicos dessa formação não estiveram isolados uns dos outros, nem das culturas andinas e da porção central do continente, estabelecidas a partir de processos próprios, outras estruturas de poder e organizadas em torno de Estados e impérios.

Embora provavelmente fossem faladas mais de 1200 línguas na *terra brasilis* do século XVI, muitas dessas línguas tinham troncos comuns (RODRIGUES, 1997). Assim, um grupo poderia conversar e ser compreendido por mais de um milhão de pessoas. A abrangência desses territórios pôde ser estimada a partir do Mapa conjectural de Albuquerque *et al* (1980), baseado em etnias remanescentes no Mapa etnográfico estimado para o século XVI de Curt Nimuendajú, esboçado no primeiro Capítulo (FIGURA 39).

Na estrutura das línguas e troncos lingüísticos apresentados, observa-se que os dois maiores grupos lingüísticos eram os Tupi e os Macro-Jê. Enquanto os Tupi-Guarani ocuparam a zona contígua estendida no litoral de norte a sul, e outra ao sul do rio Amazonas, no centro, os povos falantes de língua Macro-Jê se distribuíam na porção central da *terra brasilis*, e porções mais ao sul, afastados do litoral. A pouca sobreposição territorial lingüística revela a proximidade entre os grupos lingüísticos regionais.

Os Karajá, e possivelmente seus antepassados da fase Aruanã, e tradição Uru, pertencem ao tronco lingüístico Macro Jê, grupo predominante na bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins. Esse é um aspecto comum que, se não confirma a trajetória do grupo, sinaliza para a distribuição espacial de seus elementos lingüísticos. Nota-se que a configuração dessa paisagem lingüística vai além do que a vista alcança, mas pode ser imaginada pela geografia, tal como propôs Jörn Seemann (2003) em sua cartografia mental, vista no segundo Capítulo. Nessa distribuição, a diferenciação entre o sertão e litoral sugere ser muito mais antiga que a formação do Brasil, pois os Jê tiveram preferência pelo centro e os Tupi-Guarani dominaram o litoral e parte do centro.

Fonte: Atlas histórico escolar de Manoel Maurício de Albuquerque *et al* (1980).

Além do legado cultural, social, histórico, territorial e ambiental, as espécies alimentares e medicinais domesticadas pelos povos milenares do continente americano são heranças reconhecidas de um dos mais dinâmicos centros geradores da agricultura na história (DIAMOND, 2001). Entre elas milho, batata doce, mandioca e a farinha, cacau e o chocolate,

abacaxi, caju, erva-mate, guaraná, abacate, pimenta malagueta, algodão, amendoim, cará, tomate, feijão, inhame, abóbora, abobrinha e moranga.

Tanto esse legado de espécies domesticadas quanto o panorama das formações sócioespaciais ora apresentado são heranças do passado distante, ou *história antiga*, das sociedades autóctones, evidenciadas por relatos documentais e da cultura material na paisagem se tornaram memória espacial. Na paisagem dessa memória se inserem igualmente a expressividade participação de seus descendentes.

3.4 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR AGRICULTORES NO CENTRO DA TERRA BRASILIS

A ocupação, ou transição dos grupos locais, por agricultores-ceramistas na porção central da *terra brasilis* possui poucas datações. Até meados da década de 1990, as datações mais recuadas variavam de três a quatro mil anos AP (GONZÁLEZ, 1996). Provavelmente a agricultura foi antecédida pela produção de cerâmica na região, iniciada no altitermal, há aproximadamente oito mil anos AP e se generalizado no final desse período. Durante o altitermal a agricultura local foi gestada a partir do manejo ambiental, e consolidada em meio a profundas mudanças.

Há quatro mil anos AP, ocorreram mudanças significativas nas indústrias líticas, como a fase Serranópolis, com o abandono de antigos abrigos sob rochas no centro da *terra brasilis*, e outras regiões, em direção às áreas abertas (WÜST, 1990). No sistema de abastecimento passou a predominar a exploração de animais de médio e pequeno porte e moluscos terrestres grandes, como o *Megalobolimus sp*, encontrados facilmente no ambiente quente e úmido que se formou (SCHMITZ, 1987).

Todavia, não há correlação direta entre o surgimento da cerâmica e o cultivo, como foi discutido. Em Mato Grosso há ocorrências de cerâmica, mas sem indicação de cultivo (WÜST, 1990). Um dos vestígios de sementes de milho mais antigos foi encontrado em Minas Gerais, com datações superiores a quatro mil anos AP (PROUS, 2006).

Indícios de domesticação de alimento são mais difíceis que a comprovação de seu cultivo (TENÓRIO, 1999). Em geral, os autores seguem para cozer há a necessidade de cerâmica, e este seria um indicador da domesticação de alimentos. No entanto, a intenção de cozer deveria ser posterior à obtenção do alimento. No caso do milho, pode ser ingerido cru, ou na fase “verde”. O maior problema para compreender o início da agricultura e da cerâmica reside no fato saber se foi uma mudança local dos grupos, a partir de mudanças internas

orientadas às suas escolhas, ou trazidas por grupos “invasores” (GONZÁLEZ, 1996; WÜST, 1990).

De difícil explicação, esse problema se distanciou de argumentos satisfatórios, devido a prioridade dada às ocupações de abrigos sob rocha pela arqueologia, esquecendo-se de procurar sítios a céu aberto, que podem ter predominado, e provavelmente foram destruídos pelo intemperismo (FOGAÇA e BOEDA, 2006; PROUS, 1999). Elementos cruciais para elucidar parte da história da ocupação regional e seus desdobramentos até o período Ceramista agricultor, acerca de três mil anos AP. Independente desta questão fundamental, em setenta por cento dos sítios prospectados no Brasil Central em épocas mais recentes, sobretudo datadas do século IX, predominam indícios consistentes de sociedades ceramistas agricultoras sedentárias (WÜST, 1990).

Após esse período, até o século XV cinco tradições ceramista-agricultoras se destacaram na porção central da *terra brasilis*: Una, mais antiga, Aratu, Tupiguarani, Caiapônia e Uru, predominando a Aratu e a Uru nos séculos próximos ao XV (FIGURA 40). Tanto da tradição Aratu, quanto da Uru existem centenas de sítios. Nosso foco recaiu sobre a tradição Uru, por englobar a fase Aruanã.

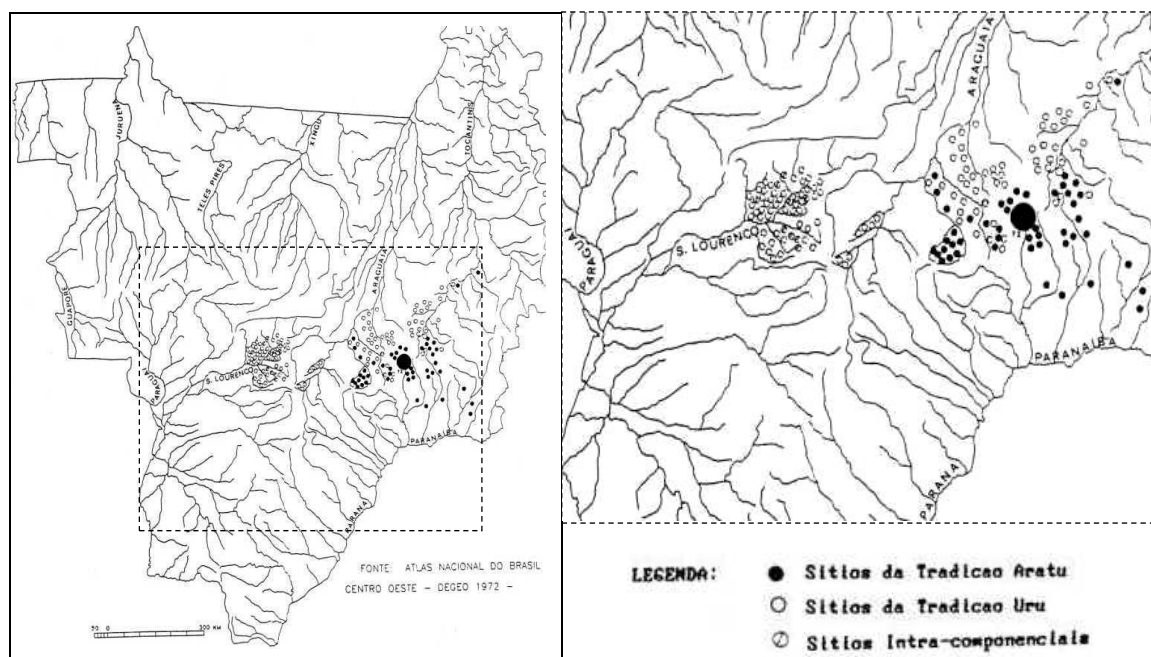


Figura 40: Sítios da tradição URU e ARATU na Região Centro-Oeste.

Fonte: Gonzáles, 1996.

Adaptação: Loiola, S.A., 2007.

Os sítios das tradições ceramistas Uru e Aratu são encontrados a céu aberto e estão associados a sociedades agricultoras, presentes desde o século XI. No padrão de ocupação predominava as grandes aldeias de formatos circular, semi-circular e ocasionalmente lineares, caso da fase Aruanã, ocupados freqüentemente por demografias de até 2000 habitantes (WÜST, 1990). Em menor grau são encontrados sítios da tradição Tupi-guarani na Região.

A tradição Aratu se estendia ao norte e leste desde a costa de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo até o interflúvio do Araguaia-Tocantins. Ao sul margeava até o rio Paranaíba. Não ocorrendo na região de Mato Grosso. A tradição Uru predominava no vale do Araguaia, do Tocantins e no sudeste do Mato Grosso, até o Rio São Lourenço. A cerâmica Aratu é caracterizada por grandes jarros cônicos, recipientes globulares e semi-globulares de bases redondas e rodela de fusos construídos predominantemente com anti-plástico de origem mineral, ao passo que o elemento vegetal predominava na confecção da cerâmica Uru. Os povos dessas aldeias também confeccionavam artefatos de pedra: laminas de machado polido, mãos de pilão, polidores, batedores, suportes e recipientes; e artefatos de osso, como perfuradores e pontas.

Em geral os sítios variavam entre habitação ou temporários para caça ou rituais. Os da tradição Aratu eram implantados principalmente nas encostas suaves de colinas, próximos a pequenos cursos d'água, em áreas de mata, e menos em área de cerrado e mata galeria. Sítios em posições elevadas do relevo foram encontrados no sul de Goiás, dada a visibilidade a partir desses sítios, possivelmente, deveriam ser usados em estratégias defensivas diante grupos da tradição Uru. Estes se localizavam predominantemente em áreas de Cerrado, de solos com fertilidade reduzida, mas com matas ciliares em seu entorno, próximo a cursos d'água permanentes e relevos aplainados.

Entre as características da cerâmica Uru estão tigelas relativamente rasas, com bases planas, com diâmetro de até 50 cm e jarros grandes, construídos, sobretudo, com anti-plásticos de origem vegetal, cuja principal é a árvore “cega machado” ou *Phsocalymma lythracea*, usado até hoje pelos Karajá.

O início do período agricultor-ceramista esteve associado a mudanças estruturais nas sociedades produtoras das cerâmicas Aratu e Uru. Em torno do século X um aumento populacional pode ter levado à divisão dos grupos em busca de novas áreas e gerado conflitos com grupos vizinhos (GONZÁLEZ, 1996). Na bacia do rio São Lourenço, onde predominou a tradição Uru, Mato Grosso, as transformações aparentam ter ocorrido por questões internas aos grupos que possuíam longa permanência na área, provavelmente por fusão de grupos em

torno do século X. Essa fusão teria levado a uma maior complexificação social (WÜST, 1990).

Por outro lado, no igual período, as mudanças ocorridas com as sociedades produtoras da cerâmica Aratu no século X devem ter ocorrido por fatores externos para esse grupo (GONZALEZ, 1996).

Os esquemas explicativos para o desenvolvimento nas *mudanças e continuidades* dos padrões culturais do centro da *terra brasilis*, de modo análogo ao exposto para a Amazônia, têm atribuído o desenvolvimento a fatores externos, por migração ou empréstimos culturais (WÜST, 1990). Ao contrário, na tradição Uru não foram percebidas somente mudanças tecnológicas, com predomínio de novas técnicas de cultivo, mas, sobretudo, mudanças sociopolíticas, nos padrões de assentamento e maior divisão social do trabalho, provavelmente decorrente da fusão de grupos com longa permanência.

O fato de terem encontrado até o presente, vestígios da tradição Uru somente em Mato Grosso, na Bacia do São Lourenço, e na alta e média Bacia do Araguaia-Tocantins, numa primeira análise sugere que essas sociedades representam o desenvolvimento local de grupos que estavam lá há milênios.

Contudo, os sítios da tradição Uru são mais recentes do lado de Mato Grosso (GONZALEZ, 1996). Assim, tanto podem ter adentrado pelos rios Xingu, Araguaia e Tocantins grupos oriundos da Amazônia, como grupos da cultura Inca, na fronteira com o rio Paraguai poderiam ter adentrado o território e mantido trocas com grupos preexistentes na bacia do São Lourenço. Em todo caso, a suposição de escolhas e desenvolvimento local possui maiores evidências, de acordo com o que se tem até aqui.

Desde o século XIII a alta bacia do Araguaia se encontrava ocupada por ceramistas da tradição Uru. Caracteriza pela presença de assadores de mandioca em áreas definidas no Cerrado, bem como pelo papel relevante da mandioca tóxica na subsistência, essa tradição é marcada por estilos e permanências espaciais, diferenciados por cinco fases arqueológicas: a fase Uru nas cabeceiras do Rio Tocantins, Uruaçu no alto curso do Tocantins, e fases Juapaci, Itapirapuã e Aruanã na margem direita da alta bacia do Rio Araguaia (SCHMITZ *et al*, 1982). Vestígios da tradição Uru também foram achados na margem esquerda do alto Rio Araguaia, na Bacia do Rio Vermelho e São Lourenço no Mato Grosso (WÜST, 1990).

3.4.1 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO INY E SEUS ANTEPASSADOS NO ALTO CURSO DO ARAGUAIA

Embora aqui utilizadas para efeito de análise, sabe-se que as tradições e fases arqueológicas resultam mais atributos metodologia para abordar aspectos tipológicos da cultura material, adotada por determinada escola arqueológica do que as características estruturais, socioculturais e lingüísticas de um povo (FUNARI, 2006), como discutido nos capítulos anteriores. Por outro lado, o conhecimento do passado não resulta somente de informações extraídas com uma única metodologia, de modo que não se pode prescindir da classificação realizada com a cultura material, bem como da cadeia operatória que os tipos de cerâmicas podem informar.

Nesse caso, acerca da tradição Uru e suas fases, a pergunta que se faz é: será que foram esses grupos atuais, ou foram outros, os construtores dessa cultura material? Essa cultura material foi produzida por uma ou diversas etnias? Do que vimos não se pode afirmar nem uma coisa, nem outra. As sociedades locais do século XVI sofreram profunda desestruturação desde a invasão européia, bem como suas remanescentes seguem o curso de escolhas culturais, lutas por territorialidade, estando em *constantes mudanças*. De igual modo, pouco se pode afirmar acerca da homogeneidade do grupo que produziu a cultura material.

Porém, foram seus antepassados milenares que deixaram essas marcas na paisagem. Logo, são memórias espaciais de culturas milenares. Há fortes indícios que sociedades agricultoras-ceramistas Uru e Aratu pertençam ao tronco lingüístico Macro-Jê, assim como os atuais Boróro, Karajá, Xavante, Xerente, Kaingang, Kayapó, Pataxô e Krahô (WÜST, 1990). A distribuição dessas tradições é uniforme nas áreas ocupadas pelo tronco Macro-Jê.

A pouca diferença de estilo entre as duas tradições e a pequena presença de outras tradições ceramistas na porção central do território indicam que os grupos estavam nesse local há bastante tempo, mantendo proximidades e construindo semelhanças, de forma que as sociedades ceramistas do passado podem ter pertencido a um tronco lingüístico comum, embora fossem diferentes etnias (GONZÁLES, 1996).

Apesar da limitação dos aspectos tecnológicos da cerâmica, foi realizada uma tentativa estabelecer a correlação entre a cerâmica Karajá e a fase Aruanã (WÜST, 1975). Essa correlação considerou não só aspectos tecnológicos da cerâmica, mas também a implantação no relevo, coincidências acerca do *território* usado, relatos etnográficos sobre a trajetória espacial do grupo, territorialidades, sistemas de abastecimento e a memória espacial, coletiva e individual, por meio de questionários.

Mais que relíquias ou antiguidades esses vestígios da cultura material são parte do passado de culturas vivas (BENAVIDES, 2001). As técnicas e a interação com a paisagem são elementos estruturantes da sociedade e da (re)produção do espaço de vivência (BERQUE, 1984, 2004; SANTOS, 2004). Assim, verifica-se que a correlação cerâmica evidenciou um entre os vários aspectos materiais e imateriais integrantes da memória espacial do grupo.

Embora narrativas sem início, meio e fim, os mitos fundadores dos Karajá associam suas origens às profundezas do rio Araguaia (TORAL, 1992; RODRIGUES, 1993; LIMA FILHO, 1999). Seus espaços de referência possuem correspondências ou proximidades dos territórios usados hoje e pela fase Aruanã. Desse modo compõe igualmente o conjunto de elementos da memória espacial do grupo. No futuro, outra indicação poderá ser obtida com a análise biogeográfica, descrita anteriormente, a partir de filogenia com o cromossomo paterno (DNA Y) e demais características numa matriz, bem como suas trajetórias espaciais.

Diante das evidências, é alto o gral de probabilidade dos Ynã (Karajá) serem descendentes diretos dos grupos ceramistas da fase Aruanã, ainda que essa fase não representasse uma única etnia. No entanto, deve-se ter em mente que a sociedade Ynã, composta pelos grupos Karajá, Javaé e Xambioá, não são o retrato de uma sociedade pretérita. Longe de estarem estáticos, sua dinâmica sociocultural e histórica alteraram as características do grupo no longo do tempo. Além dos Karajá outras etnias pertencentes ao tronco lingüístico Macro jê têm prováveis correlações com fases e/ou tradições arqueológicas, família lingüística e língua nas proximidades do estado de Goiás: os Avá-Canoeiro, com fases Iporá e São Domingos, da tradição Tupi-guarani; etnia Akwém-Xavante, ou Xavante, com a fase Uruaçu da tradição Uru; e a etnia Karajá, com a fase Aruanã da tradição Uru (QUADRO 9).⁸⁶

Tanto a fase Aruanã quanto Uru, Juapaci, Uruaçu, Tapirapuã, Tejuaçu e Itaberaí pertencem à tradição Uru, cuja faixa de tempo se insere no período arqueológico Ceramista agricultor, desde três mil anos AP à atualidade. Essa tradição foi identificada entre 1093 e 487 anos AP, dos séculos IX ao XV de nossa era, respectivamente (QUADRO 9). A fase Aruanã, pertencente a essa tradição, possuindo uma datação em torno de 760 A.P. e outra há 690 anos AP, ou próximo do século XII ao XIII de nossa era. A datações mais antigas foram obtidas para o nível 4, dentro da faixa de tempo geralmente encontrada para estas camadas estratigráficas, assim como a datação mais recente para o nível 2.⁸⁷ Essas datações

⁸⁶ Tradição arqueológica se refere ao conjunto de artefatos ou técnicas que conservam homogeneidade de técnica e forma e que têm permanência temporal do uso (BARBOSA, 2002; PROUS, 1992).

⁸⁷ Níveis estratigráficos se referem aos depósitos correlatos a climas pretéritos, de forma que, quanto maior o nível, mais profundas a camada sedimentar e a antiguidade no tempo.

representam marcadores espaço-temporais de suas existências, mas não significa que a dinâmica dessas sociedades estivesse restrita a esse intervalos.

Quadro 9

Períodos, fases arqueológicas, línguas e etnias correlatas em Goiás.⁸⁸

Era	Período	Período	Tempo	Tradição	(AP) Tempo da Tradição	Fase	(AP) Tempo da Fase	Possíveis Etnias relacionadas	Tronco	Família linguística	Língua	Censo ISA 1998
Quaternária	Holoceno	Ceramista agricultor	3000 até os dias atuais	Tupiguarani	765 a 581	Iporá São Domingos		Avá-Canoeiros	Tupi	Tupi-guarani		16
				URU	1093 a 487	Uru Jaupaci Uruaçu Itapirapuã ARUANÃ	530	Akwê-Xavante Goyá	Macro Jê Jê central	Jê	Akuen	9602 desapar.
				Sapucaí		Itaberaí Tejuaçu						
				Aratu	1795 a 530	Mossamedes	1140 a 960	Kayapó do Sul	Jê do norte			desapar.
				Una	2410 a 790	Jataí Palma Jaborandi Pindorama	1000 ~ Jataí 2500					
				Caiapônia Palestina Paraná Una Una Mina Serranópolis	2970 a 630 4150 a 4505 2610 5770 a 7470	Pindorama Pindorama Pindorama	4000 4000 5000					
	Pleistoceno	Paleoíndio	11000 a 9000	Itaparica	8420 a 10800							

Elaboração: Loiola, 2006. Fonte: Montserrat (2000); Barbosa, 1993; Barbosa e Schmitz, 1998; Wüst, 2001, 1975.

Os sítios da Fase arqueológica Aruanã localizam-se entre 51° 10' - 51° 15' O e entre 15° - 15° 18' S, todos no Município de Britânia (FIGURA 41). Os sítios dessa Fase, encontrados até o presente, ocorrem na margem esquerda do baixo Rio Vermelho, *Bero-Riore* na língua Karajá, afluente da vertente direita do alto Rio Araguaia, *Bero-Hoký* na língua Karajá: GO-JU-17; GO-JU-18; GO-JU-19; GO-JU-20; GO-JU-21; GO-JU-22; GO-JU-23 e GO-JU-24 (SCHMITZ *et al*, 1982; FIGURA 41).

Metade dos sítios estão situados a margem de lagos e a outra metade próximo a córregos perenes. A estreita proximidade dos sítios desta fase dos mananciais e o formato linear das aldeias, ora em uma fileira de casas ora em duas, indicam que se tratava de grupos que tinham na pesca uma das suas principais atividades econômicas. O solo arenoso da ocupação não suportaria cultivo intensivo. Esses grupos agricultores ceramistas da fase Aruanã não estavam sós. Na região de sua ocorrência foram identificados sítios da fase Itaperapuã, grupos que provavelmente mantinham contatos com eles.

⁸⁸ AP: Antes do Presente. Convencionou-se adotar o presente como o ano de 1950 (PROUS, 1992).

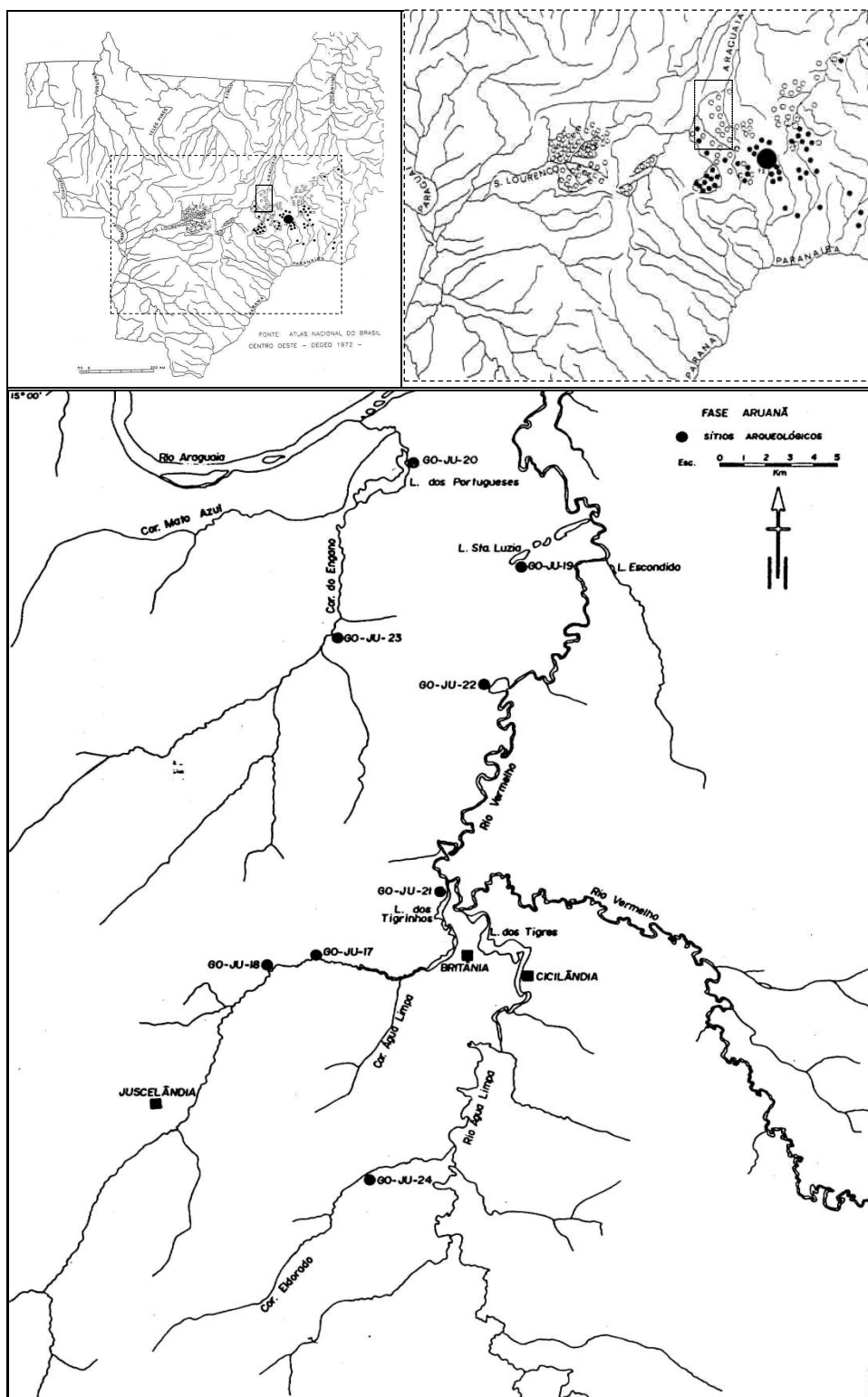


Figura 41: Localização dos sítios arqueológicos da Fase Aruanã na Bacia do Rio Vermelho.

Fonte: SCHMITZ *et al*, 1982.

3.4.2 MARCADORES E MARCAS ESPAÇO-TEMPORAIS DA TRAJETÓRIA INY

A longa data de ocupação desses territórios pelos Karajá foi evidenciada nas aproximações arqueológicas e etnoarqueológicas entre a fase arqueológica Aruanã e a etnia Karajá.

Existem relatos sobre os Karajá no ano de 1658, feitos pelo padre Tomé Ribeiro numa primeira viagem ao baixo Araguaia (SIMÕES, 1992); relatos de 1684 escritos pelo bandeirante paulista Antônio Pires Campos, durante a procura por ouro no *sertão* do Brasil central (SCHMITZ *et al*, 1982); e documentos situando-os nas proximidades da atual cidade de Aruanã a partir de 1742 (PEDROSO, 1992; ATAÍDES, 2001; SCHMITZ *et al*, 1982; CUNHA MATTOS [1824], 1979).

Nesses relatos constam que os Karajá habitavam, desde a confluência do rio Vermelho com o Araguaia, ao sul, até as proximidades da junção dos rios Araguaia e Tocantins, ao norte. Nos séculos XVIII e XIX os Karajá mantiveram a planície do médio curso do rio Araguaia como referencial, fazendo pequenos deslocamentos marginais (ROCHA, 1998; FIGURA 8).

Em 1908 o etnólogo alemão Fritz Krause registrou a presença de uma aldeia Karajá no rio Vermelho, próxima à sua confluência com o rio Araguaia (LIMA FILHO, 2006). Os relatos do próprio grupo afirmam que os seus antepassados moravam as margens do Rio Vermelho (WÜST, 1975). Após 1914 houve uma transferência dos Karajá da Aldeia do Rio Vermelho para as proximidades desta, na direção do rio Araguaia, onde foi encontrado o sítio GO-JU-41.

Segundo informações, este grupo Carajá morava antigamente nas margens do Rio Vermelho, mas já em 1914 tinham se estabelecido nas margens do Rio Araguaia. Têm-se notícias desta aldeia que se encontrara em direção norte das residências atuais, onde moravam ainda os pais e avós e onde se encontra também o antigo cemitério Carajá. (WÜST, 1975, p.107)

Arruda (1985), ao entrevistar pessoas da aldeia *Buridina Mahãdu* foi informado que “[...] no início da década de 1930, o grupo que vivia no Rio Vermelho se desaldeou e cada família construiu sua casa nos lotes vagos da Vila Leopoldina (atual cidade de Aruanã).” (*apud* LIMA FILHO, 2006, p.140).

Em 1975, demonstrou a correlação etnológica entre a cerâmica do sítio GO-JU-41 da fase arqueológica Aruanã, com datas de 817 AP e 747 anos AP, e a cerâmica Karajá atual (WÜST, 1975). Embora não se possa afirmar categoricamente que a etnia construtora da

cerâmica do sítio GO-JU-41 da fase Aruanã corresponda aos atuais Karajá, as informações obtidas por Wüst (1975) na entrevista com Lídia Dikuria Karajá, de família Karajá de Aruanã, confirmaram a correlação direta (LIMA FILHO, 2006).

Na entrevista, Lídia Dikuria Karajá reconheceu o lugar da moradia de seus pais e avós, apontando até o local onde foram enterrados seus parentes. O cemitério localizado a cem metros da antiga aldeia e a setenta metros do rio Araguaia naquela época não existe mais, pois uma estrada e aterro da prefeitura o empurraram para o leito do rio Araguaia, tornado-se motivo de forte descontentamento entre os Karajá de Aruanã nos dias atuais (LIMA FILHO, 1991). Muitos afirmam que sem seus antepassados não têm razão para viver.⁸⁹

Curt Nimuendajú, em 1944, elaborou extensa catalogação de etnias e seus territórios tradicionais, estimados para o século XVI, a partir de fontes documentais, etnográficas e arqueológicas. Neste mapa constam as áreas dos três subgrupos que compõem a família Karajá e que até hoje mantêm muitas proximidades: ao norte os Xambioá; na ilha do Bananal os Javaé, e ao sul, os karajá (FIGURA 42).

⁸⁹ Informação de Valdirene Leão Gomes Karajá. Enfermeira da aldeia Karajá Buridina, de Aruanã, 2005.

rochas pré-cambrianas dos Complexos Xingu, Goiano e do Grupo Tocantins, contando com extensa camada detrítico-laterítica, formada por depósitos aluvionares e coluvionares pleistocênicos areno-argilosos, ainda não consolidados, resultantes de abatimentos Cenozóicos (LACERDA FILHO *et al*, 1999).

Na Superfície do Araguaia ocorrem relevos suavemente dissecados, de baixa declividade, drenagem pouco profunda, interflúvios amplos, com altitude baixa, variando de 200 a 500 metros. No entanto, nas áreas de pedimento os interflúvios são menores e a drenagem mais profunda. Na parte superficial estão expostos materiais concretionários, associados a fragmentos de quartzo e quartzito. Atualmente está submetida a dois tipos básicos de morfogênese. Uma morfogênese úmida, com floresta, no lado ocidental do Rio Araguaia, e outra mais seca, com Cerrado, no lado oriental (MAMEDE, 1993).

Os solos dessa Superfície são Podzólicos Vermelho-Amarelos, Latossolos Vermelho-Amarelos e Petroplínticos, e subordinadamente solos Latossolo Vermelho-Escuros e Cambissolos, sobre os quais se desenvolveram as florestas Ombrófila, Estacional Semi-decidual, Cerrado e Mata Galeria (MAMEDE, 1993).

Na superfície de ocorrência dos sítios arqueológicos da fase Aruanã, os solos são predominantemente aluviais, com afloramento de areias, cascalhos e argilas incoerentes, constituindo solos pouco férteis ao aproveitamento agrícola (SCHMITZ *et al*, 1982). A vegetação predominante, ao longo dos cursos d'água na bacia do Rio vermelho, é a floresta estacional sub-caducifólia tropical pluvial, ou mata tropical. No restante da área predomina a floresta estacional subcaducifólia tropical, denominada cerradão, além de existirem zonas características de transição do cerradão para mata.

O clima dessa área segue os padrões climáticos da Superfície do Araguaia, dominado pela circulação atmosférica e pelo relevo (CAMPOS *et al*, 2002). A presença da depressão interplanáltica do rio Araguaia, de terras rebaixadas entre 200 e 500 metros, interligada às áreas rebaixadas da Amazônia Meridional, favorece a entrada da massa de ar equatorial continental, que juntamente com a baixa altimetria responde por elevadas temperaturas médias mensais, oscilando de 23 a 28 C° (CAMPOS *et al*, 2002).

A pluviosidade média da região é de 1500 mm anuais, caracterizando-se por duas estações climáticas distintas. Um período seco de cinco meses, de maio a setembro, e um período chuvoso de sete meses, de outubro a abril, na qual se concentra mais de 90% das chuvas (NASCIMENTO, 2002). Essas altas temperaturas médias e regime pluviométrico são característicos de clima tropical sub-úmido (CAMPOS *et al*, 2002).

Esse padrão climático tem se mantido estável nos últimos dois mil anos, com exceção para pequenas variações dentro de um mesmo século, mas com retomada ao ritmo anterior (WÜST, 1990).

Possivelmente, a estacionalidade climática teve reflexos sobre o ciclo de abastecimento dos Karajá (WÜST, 1975). Parte do calendário tradicional do sistema de cultivo e do ciclo anual de abastecimento coincide com as vazantes e cheias do rio, com a fase úmida e seca do clima que, como visto, correlacionam-se com as festas rituais (WÜST, 1975; QUADRO 10). A dependência de alimentos do comércio tem sido crescente, mas perduram várias práticas do ciclo tradicional de abastecimento dos Karajá (LIMA FILHO, 1996).

Quadro 10

Ciclo anual *tradicional* de abastecimento dos Karajá da Aldeia Buridina Mahãdu.

ESTAÇÃO	CHUVOSA (ÚMIDA) - CHEIA DO RIO ARAGUAIA							ESTIAGEM - VAZANTE DO RIO				
MESES	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Frutos												
Côco												
Pequi												
Caça												
Mel												
Pesca em lagos												
Pesca nos rios												
Ovos de tracajá												
Ovos de jabuti												
Peixe seco												
Plantio da roça												
Plantio da horta												
Milho												
Mandioca												

Fonte: Wüst, 1975. Adaptação: Loiola, S. A., 2007.

Após o recuo das águas no final da estação chuvosa, no mês de abril, os Karajá de Aruanã construíam hortas do outro lado do rio Araguaia, sobre o terreno úmido e fertilizado com a cheia (WÜST, 1975; QUADRO 10). Nos meses de setembro e outubro concentravam-se no plantio da roça, utilizando a técnica da coivara, ou queima do mato antes do plantio de pimenta, cará, batata, feijão de corda, algodão, cabaças, amendoim e fumo. Cada família plantava num terreno de 55 por 55 metros, ou cerca de 3000 metros quadrados. Em 1975, foi observado que somente os homens e, às vezes, mulheres idosas trabalhavam na roça, enquanto mulheres e crianças trabalham com artesanatos e cerâmica, havendo uma divisão sexual do trabalho.

O ciclo de abastecimento tem na dinâmica do rio Araguaia uma referência, igualmente marco na vida dos Karajá e seus antepassados como eixo de comunicação, transporte e inspiração (LIMA FILHO, 2006). A pesca nesse rio tem sido importante fonte de proteína durante o ano todo (WÜST, 1975). Na época das cheias, com as águas turvas, o rio torna-se mais piscoso. Na estação das secas, nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, os peixes maiores se concentram em poços profundos do rio e são pescados com rede. Aproveitavam o período de estiagem e baixa umidade, entre agosto e outubro para preparar o peixe seco. Alguns peixes, como o peixe elétrico, tinham a banha retirada para fins medicinais. A caça, menos importante que a pesca, concentrava-se nos meses de outubro e maio: porco do mato, queixada, veado e anta eram destaques.

Intercalando e complementando a agricultura era realizada uma criteriosa coleta, provavelmente derivada de técnicas do manejo ambiental. Entre os alimentos coletados estão os ovos de tracajá, nos meses de junho e julho; ovos de jabuti, em outubro e setembro; o pequi, o mel e os frutos do cerrado, como cocos, em julho e fevereiro.

Tradicionalmente entre as fontes de carboidratos estavam a mandioca, cuja estocagem é natural, dentro da terra enquanto não colhida, e o milho, estocado em recipientes cerâmicos ou dentro da terra após a colheita, envolto em palhas de palmeiras. As leis ambientais e a tendência à extinção de animais têm reduzido a prática da caça, pesca e coleta de ovos.

Registros etnográficos do período colonial descrevem que os Karajá cultivavam milho, mandioca, batata, cará, amendoim e feijão, a banana e a melancia, estas duas trazidas pelos portugueses, faziam tecelagem de algodão e construíam artefatos de cerâmica (LIMA FILHO, 2006).

Diante desse ciclo de abastecimento percebe-se que a noção de *manejo ambiental* proposta por Tenório (1999) e Roosevelt (1999), permanência como estratégica diante do um ambiente que sempre tinha espécies frutificando ao longo do ano. Diversificar a base do sistema de abastecimento aumentava a segurança alimentar, pois quanto mais especializadas e simplificadas as técnicas e espécies na agricultura, mais vulneráveis se tornam as sociedades nas variações ambientais (ROOSEVELT, 1999).

O uso desse manejo e do desenvolvimento da base alimentar manteve estreita correlação com as variações ambientais, sobretudo de ordem climáticas. Mas suas escolhas e interferências no plano cultural são visíveis hoje nas alterações que provocaram ao redor de suas instalações. Na Amazônia e no Cerrado alteraram o solo para o plantio, com a técnica da coivara (WUST, 1990). Introduziram e adensaram espécies na composição vegetal, visível hoje na elevada ocorrência nas matas galerias de babaçu *Orbignya sp*, gravatá *Dyckia sp* e

Urucum *Bixa Orellana* L, ilhas de tabocas *Bambusa* sp. Nos assentamentos em áreas de Cerrado são encontradas concentrações de caju *Anacardium* sp, araticum *Annona* sp, araticum rasteiro *Duguetia furfuracea*, mangaba *Hancornia* sp, murici *Byrsonima* sp e pequi *Caryocar brasiliensis* Emmerich.

Assim, os Karajá e seus antepassados mantiveram os costumes de diversificação das fontes alimentares após o domínio da agricultura. Construíram uma base econômica agrária, principalmente a partir da cultura da mandioca, outros tubérculos, recentemente o milho, praticavam *manejo ambiental*, pesca, caça e coleta; produziam, artefatos líticos, cestarias, redes, objetos ornamentais e cerâmica. Artefatos que, apesar da tecnologia simples, representam esforços coletivos e individuais durante séculos para serem desenvolvidos.

De modo similar a fase Aruanã, a cerâmica Karajá utiliza anti-plástico de origem vegetal. Embora não se pode afirmar somente com base na seriação e a forma da cerâmica sobre a continuidade entre esses povos (WÜST, 1975), como visto, é forte a possibilidade dos grupos da fase Aruanã ser seus antepassados diretos. Não só há semelhança no anti-plástico utilizado, mas na forma e na técnica de confecção.

Resultante de aprimoramentos no longo tempo, a técnica de confecção cerâmica tem na escolha do anti-plástico um de seus *segredos*. Quando queimada sem anti-plástico a argila estoura ao atingir o ponto ideal. Tanto o tipo de argila, com quantidade de areia específica, o tipo de material e a quantidade a ser agregada de anti-plásticos são fundamentais na produção cerâmica. Entre as fases dessa indústria cerâmica estão a extração e transporte de argila, extração e produção de cinza vegetal a partir da madeira (cariapé), a manufatura envolvendo técnicas e ferramentas, bem como a receita do processo, a qual envolve: proporções de material, homogeneização, modelagem, queima e decoração.

No plano da arquitetura não buscavam erguer construções megalíticas. Construídas muito próximo aos lagos e córregos perenes, as plantas das aldeias se localizavam em relevos aplainados de solo arenosos e areno-argilosos, com formatos linear de uma ou duas fileiras de casas, em geral paralelo ao curso d'água. Indicativo de que a atividade pesqueira devia ter destaque na economia. Apesar dos grupos da tradição Uru permaneceram entre duas e três gerações num mesmo local (WÜST, 1990), os da fase Aruanã, dada o estreito horizonte estratigráfico, de 15 cm, e a pobreza relativa do solo, deveriam se mudar com maior frequência ou fazer alternâncias entre acampamentos nas fases sazonais secas e úmidas (SCHMITZ *et al*, 1982).

Sua arquitetura permaneceu simples, com uso palha de palmeiras, madeira e barro nas construções. Assim como os demais grupos da *terra brasilis* fizeram escolhas muito mais

associadas a preferências culturais internas, do que em resposta à adaptação às mudanças ambientais (FUNARI, 2002).

Tudo indica que faziam micro-deslocamentos relacionados, principalmente, à decadência das casas de palha, ou à ocorrência de pragas, disputas internas, crenças e mortes por motivos desconhecidos (WÜST, 1999). Dificilmente migravam devido à degradação do solo. Desta forma, o nomadismo afirmado nos documentos etnográficos reafirma-se como um mito reproduzido na literatura.

Pouco se pode afirmar acerca da estrutura sócio-política dessas sociedades. No entanto, sabe-se que seus descendentes Jê eram organizados territorialmente por fortes laços horizontalizados, cujas relações oscilavam entre períodos de conflitos e acordos de paz, principalmente para a defesa de seus territórios diante de terceiros. Habilidade amplamente posta em ação diante dos portugueses, como visto no primeiro Capítulo.

Sob forte correlação com a tradição Uru, as aldeias do grupo Jê apresentam construções diferenciadas intra-sítios sinalizando para a divisão social e sexual do trabalho (WÜST, 1993). Entre os Jê é conhecida a separação da atividade do *cacique*, líder político e do *xamã*, líder espiritual, curandeiro e sábio conhecedor de plantas medicinais. Estrutura provavelmente derivada de uma organização ancestral comum aos povos centrais.

Após experimentarem o aumento demográfico e a complexificação social na economia agrária, de modo similar aos karajá, a sociedade da tradição Uru e da fase Aruanã conservaram seu sistema sóciopolítico igualitário, uso de gravuras e pinturas que individualizam cada grupo e demarcavam sua territorialidade, marcas registradas de cada povo.

Os vestígios dos povos da tradição Uru na bacia do rio Vermelho no Mato Grosso apontam para a existência de grupos ceramistas especializados, que provavelmente mantinham trocas com grupos não possuidores de matéria-prima ou a técnica de produção (WÜST, 1990). Ainda que seu sistema de troca esteja longe de ser desvendado, é possível especular que se aproximasse de relações políticas, culturais e sociais com vizinhos, a fim de manterem os laços e a estabilidade do território. Sem o uso do dinheiro, supostamente por escambo direto ou *escambo ritual*, os grupos provavelmente trocavam serviços, objetos, mulheres nos encontros de festas rituais e de confraternização.

Tal *sistema de troca* poderia ter sido a base da manutenção econômica e política que os diferenciou das formações sócioespaciais andinas, mantendo uma cadeia produtiva com tecnologias relativamente simples e sob baixo grau de hierarquia. Padrão predominante na

tradição Uru e nas demais sociedades centrais da *terra brasilis*, o que os insere no contexto da formação sócioespacial *igualitárias*, peculiar nas terras baixas da América do sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada à escassez de trabalhos que pudessem balizar a pesquisa, a ordem cronológica inicial foi invertida. Pois julgamos ser mais adequado desconstruir noções limitantes ao tema no primeiro capítulo; conhecer os novos terrenos a serem explorados, notadamente os da arqueologia e da história ambiental, e elaborar uma proposta de abordagem no capítulo segundo, para posteriormente discorrer com mais propriedade às informações arqueológicas e aos objetivos.

Como resultado dessa inversão, pôde-se elaborar o primeiro esforço de síntese de uma *abordagem geográfica* dedicada ao *passado distante*, orientada nesta pesquisa às sociedades autóctones, em especial aos antepassados da sociedade Karajá. Entretanto, tal abordagem não escolhe temas, convida à sua continuidade, aproximar diferentes ciências no entendimento de dinâmicas espaço-temporais pretéritas que, de alguma forma, têm reflexo sobre o hoje.

De modo surpreendente essa proposta de abordagem se mostrou potencialmente promissora, desde que sejam escolhidas as escolas e o conhecimento arqueológico afim com o propósito desejado. Arqueologia e geografia não só têm similitudes na linguagem e ciências auxiliares comuns, como construíram convergentes escolas teóricas e metodologias. Entre o mosaico de disciplinas estão a pedologia, geomorfologia, climatologia, geologia, biogeografia, cartografia, ecologia, sensoriamento remoto, estudos socioculturais, econômicos, políticos e associados ao ambiente.

Imersos nas fontes, realizamos diversos e contínuos deslocamentos entre as informações arqueológicas e paleoambientais, por meio da escala como operador de *complexidade* e a paisagem como totalidade física, biológica e antropossocial. Nesse sentido, transitamos de maneira recorrente entre diversos planos escalares em face dos dados e da interpretação construída, sem a necessidade de hierarquizar, percorrendo da *terra brasilis*, antes do século XVI, ao Brasil “quinhentista”, e deste ao atual.

Para tanto, figuras foram reproduzidas ou construídas sem as fronteiras externas e internas do Estado-nação, sob a orientação de quatro pressupostos: 1. Marcas na paisagem deixadas por processos socioculturais pretéritos são memória espacial da cultura. 2. A

produção do espaço de vivência vem ocorrendo acerca de 10.000 anos nos Cerrados. 3. A noção de etnia refere-se necessariamente a um *lugar*, ou espaço de referência. 4. Existem correlações possíveis entre os grupos que produziram a cultura material e os seus descendentes atuais, em nosso caso específico foi utilizada uma correlação etnológica entre os Karajá e a fase arqueológica Aruanã realizada por Wüst (1975).

Esses pressupostos abrem possibilidades de interpretação, subsídios e estímulos a diálogos multidisciplinares para todos que procuram estudar o passado distante na geografia por meio de informações arqueológicas e paleoambientais.

Confrontadas com dados etnográficos e antropológicos as informações arqueológicas permitem comprovar o amplo povoamento do continente quando da chegada dos europeus no século XVI, com população estimada era de 100 milhões. Cinco a dez milhões de habitantes somente na *terra brasilis*, e centenas de sociedades falando cerca de 1200 línguas.

Contrariando previsões deterministas histórico-lineares, as informações evidenciam não só essa densa ocupação, como expõem a magnitude e uma complexidade social muito acima daquelas relatadas nos documentos etnográficos, indicando a presença de grandes civilizações; com elevado nível técnico, organização sociopolítica e territorialidades definidas, porem estruturadas de forma distintas, sobretudo nos trópicos e nas terras baixas sul-americanas.

Existiam estruturas sócio políticas ora centralizadas, com forte hierarquia, em torno de Estados, no caso dos Andes e porção central do continente, ora formação igualitária, como a da *terra brasilis*.⁹⁰ Esta sugere que organizava-se por *territórios reticulares*, estruturas horizontalizadas de poder estabelecidas por laços de parentesco entre os grupos e uma forma de troca peculiar. A demografia era distribuída em pequenas, médias e grandes aldeias de agricultores-ceramistas, que por vezes continham 5000 habitantes, no caso da Amazônia, e até 2000 no caso do planalto central, bem como aldeias de coletores-pescadores-caçadores.

Longe da perspectiva mitológica do nomadismo, essas aldeias agricultoras ceramistas sedentárias predominavam na alta bacia Araguaia-Tocantins e no centro da *terra brasilis*, representadas 70% por sociedades da tradição Aratu e Uru, a qual pertenceu os antepassados dos Karajá, da fase Aruanã, datada nos séculos XII e XIII, na bacia do rio Vermelho, próximo a atual cidade de Aruanã.

Dada a dificuldade de correlacionar à cultura material com uma etnia, os povos da fase Aruanã foram denominadas proto-Karajá. Grupos que podem ter sido resultado de migrações,

⁹⁰ Na *terra brasilis* dada a proximidade e grau de interação com o ambiente é preferível imaginar uma formação sócioambiental.

dispersão ou simples expansão *demográfica* da Amazônia; de fusão entre grupos que já estariam estabelecidos no Cerrado há milhares de anos, culturas amazônicas e Inca, aproximados pelos *caminhos peabirus* e vales fluviais, ou ainda de etnogênese local. Acerca dessa gênese, Rodrigues (1993) supôs que os Javaê, da família Karajá, originaram-se de grupos Jê-Bororo, Aruak e Tupi.

É relevante, porém, saber que provavelmente neste grupo deve constar os ancestrais diretos dos Karajá. Estabelecidas no longo tempo às margens do Rio Araguaia, produziram cultura material como ferramentas, utensílios, casas, aldeias, uso do solo, interferiram no meio ecológico, introduziram e domesticaram espécies vegetais que se tornaram marcas na paisagem, de algum modo, memórias espaciais de sua cultura.

Mais que objetos e relíquias de museus, os artefatos arqueológicos representam parte da memória de culturas *vivas*. Frequentemente noticiadas reivindicando o direito à terra, em festas-rituais e na exploração turística, mas cada vez mais participativas nas representações políticas, visíveis junto as instituições, como os espaços conquistados por “indígenas” nas universidades.

Acerca do significado dessa cultura material foi possível elaborar problemas e hipóteses a fim de orientar investigações futuras. Pode-se supor que o costume de acampar com famílias inteiras nas praias do Rio Araguaia em julho resulte de empréstimos culturais da tradição Karajá e de seus antepassados. Uma segunda suposição estima que haja grupos étnicos definidos e identificáveis na demografia numérica do IBGE, os quais provavelmente conservam territorialidades a serem investigadas.

A partir da constatação de sucessivas ocupações por diferentes traços culturais por milhares de anos num mesmo abrigo e do uso do manejo ambiental, constata-se que há possibilidade dos grupos terem se sedentarizado há mais tempo que o estimado. Informações que podem vir a tona com pesquisas dedicadas a zonas descobertas, já que até o presente foram privilegiados os abrigos sob rocha.

Uma sedentarização recuada ajudaria explicar a diferenciação cultural e lingüística, a manutenção da formação sócioespacial igualitária, bem como seu sistema de trocas. Sem uso de moedas este poderia ser dar por *escambo* ou *escambo ritual*, respondendo pela homegeineidade de certas tradições, como a Itaparica, que perdurou por dois mil anos em todo o Cerrado, entre 11.000 e 9.000 anos AP.

Um leque de possibilidade analítica se abre a essas suposições com a biogeografia vicariante. Pois, com freqüência, não são os grupos que migram, mas as barreiras que se levantam. Nesse caso, claro está que não fora as barreiras geográficas e ecológicas que se

levantaram. Contudo, é possível que o sedentarismo e a diferenciação cultural no longo prazo tenham produzido territorialidades, funcionando como barreiras territoriais.

Importa saber na geografia que num tempo bastante remoto na *terra brasilis* existia sistemas de troca, sociedades e estruturas sociopolíticas horizontais organizadas, agricultura, *manejo ambiental*, técnicas, generalização étnica, riqueza cultural, linguagens estruturadas, territorialidades definidas, cujo aumento demográfico não foi seguido por formação de grandes estruturas políticas centralizadas num Estado.

Mais que se adaptarem, os grupos fizeram escolhas culturais. Fugiram a temporalidade linear e as *leis* deterministas, construindo seu próprio caminho. Nesse passado, as afirmativas teóricas acerca da inadequada condição tropical para o desenvolvimento de sociedades humanas não se confirmaram (GUIDON, 2007; FUNARI, 2002). Não só foram nesses ambientes onde se originou e se consolidou o gênero humano, na África, como foram erguidas as primeiras grandes civilizações no globo. Neste continente não foi diferente, no passado ocorria o inverso de hoje: a América do Sul e Central eram desenvolvidas e a América do Norte era periférica e subdesenvolvida.

Entretanto, essas sociedades foram desestruturadas no centro da *terra brasilis* desde o século XVI. Diante da escravidão precoce no litoral e a propagação de doenças grupos litorâneos recuaram, confrontando os preexistentes, desestruturando-os. Desta forma, a noção de sociedades autóctones e a aproximação entre geografia, arqueologia, história ambiental e etnologia não permite, em nome de (des)construções de discursos acadêmicos, formar imagens de passados idílicos e de coletividades intactas.

Como seria então, a formação sócio-espacial, ou sócioambiental, na plenitude da sua organização? Na busca de argumentos a essa questão vislumbra-se um vasto terreno a ser construído na geografia, desde os obstáculos sejam superados. De um lado, supera-los depende da contínua construção de uma abordagem geográfica desse passado.

De outro, permanece à *invisibilidade* das sociedades autóctones, de suas paisagens e marcas pretéritas, sob insistentes afirmativas de que o modo de vida e suas cosmologia são *invisíveis* aos olhos acostumados às lentes da urbanidade, ao excesso de informações escritas e imagens, ou ao consumo da *diferença*. Afirmativas que igualmente podem ressaltar o distanciamento dos dados arqueológicos dos olhares, com exceção dos raros momentos e locais em que parte dos acervos são expostas. Tanto em um caso quanto em outro, a superação reside no campo da intencionalidade.

Se a ocupação inicial das Américas remonta há dezenas de milhares de anos, com povoamento consolidado na Amazônia, no Cerrado, no litoral da *terra brasilis* há mais de dez

mil anos, a idéia de descobrimento, quando da chegada dos europeus ou chineses nos séculos XIV, XV ou XVI a este continente é tão inadequada quanto afirmar o início do povoamento e a (re)produção do espaço de vivência a partir do século XVI, bem como a clivagem entre história e pré-história. Adequado seria tratar esse período por uma *história antiga da América*, Buscando correlações entre grupos atuais e desse passado a fim de elucidar parte da trajetória humana na construção das bases do território.

Nesse sentido, a *geografia do passado distante* pode ser apropriada por “nós” - geógrafos e outros cientistas residentes em sociedades urbanas relativamente recentes – e “eles”, os “outros” – descendentes de sociedades tradicionais autóctones que, de certo modo, já *estão entre* “nós” ou *são alguns de* “nós”. Essa geografia “nossa” e/ou “deles” pode vir a ser apropriada como “geografia indígena” e/ou “geografia brasileira”.

Todavia, ao usar o *anacronismo controlado do tempo*, deve-se evitar comparações simplistas. Cabe desconstruir a imagem de feras e rudes acerca dos personagens do passado desde o neolítico, dado o grau de sofisticação requerida à elaboração de suas culturas, as quais não estiveram estáticas. Suas histórias são sagas de continuidades e mudanças do gênero humano. É disso que nos (pré)ocupamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁹¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Domínios Morfoclimáticos e solos do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 25. Viçosa, Minas Gerais, 1995. p. 1-18.

_____. Um conceito de geomorfologia a serviço do Quaternário. *Geomorfologia*, v. 18, São Paulo, 1969, p. 1-23.

_____. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul por ocasião dos períodos glaciais Quaternários. *Paleoclimas* 3, Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1977b.

AFONSO, Germano. Mitos e estações no céu tupi-guarani. In: *Scientific American*. Edição especial: Etnoastronomia, n. 14, p. 46-55. 2006. s/d.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de *et al.* Atlas histórico escolar. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/paginasPessoais/layout3/download.asp?id=325>> Acessado em 10/2006.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria G; RATTIS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p.71-88.

ALVES, Márcia Angelina. Teoria, Métodos, Técnicas e avanços na arqueologia brasileira. In: *Canindé*. n. 2, dez., 2002, p. 9-51.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do Sertão – política indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.

ARAÚJO, Adauto Araújo e FERREIRA, Luiz Fernando. *Homens e parasitos: a contribuição da paleoparasitologia para a questão da origem do homem na América*. In: Revista USP, Dossiê Surgimento do Homem na América, n. 34, junho/agosto, 1997, p. 58-69.

ATAÍDES, Jézus Marcos de. A Chegada do colonizador e os Kaiapó do Sul. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/ Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006.

_____. *Documenta Indígena do Brasil central*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás. Instituto do Trópico Subúmido, 2002.

⁹¹ Realizado de acordo com a norma NBR 6023 de agosto de 2002.

BARBOSA, Altair Sales e SCHMITZ, Pedro Ignácio. Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de (Orgs.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 3-43.

BARBOSA, Altair Sales. Pré-história do homem. In: GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antonio (Orgs.). *Geografia: Goiás/Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 1993.

_____. *Sistema biogeográfico do Cerrado: alguns elementos para sua caracterização*. Goiânia: Editora da UCG, 1996.

BENAVIDES, O Hugo. Returning to the source: social archaeology as Latin American philosophy. *Latin American Antiquity*, New York, v. 12, n. 4, p. 355-370, 2001.

BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. 2. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. *L'Espace géographique*, v. 12, n. 1, p. 33-34, 1984.

BOADO, Felipe Criado. Del Terreno al Espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del paisaje. In: *Criterios y convenciones en arqueología del paisaje*. Grupo del investigación en arqueología del paisaje. Santiago de Compostela: Editora da Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

BOHM, David. *A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

BORGES, Barsanufio Gomides. A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980). In: SERPA, Élio Cantalício *et al* (Orgs.). *Escritas da história: Intelectuais e poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2004. p. 223-251

BORGES, Luiz Carlos. Evolução do registro de tempo. In: *Scientific American*. Edição especial: Etnoastronomia, n. 14, p. 38-45. 2006. s/d.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adalto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19-32.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSI, Eclêa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.

CAMPOS, Alfredo Borges *et al* (Orgs.). Análise do comportamento espacial e temporal das temperaturas e pluviosidade no Estado de Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Abordagem geografia de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p. 91-118.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 2001.

CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1995.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHAMBERS, F. M. (Org.). *Climate change and human impact on the landscape: studies in paleoecology and environmental archeology*. Londres: Chapman and Hall, 1994.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *As categorias geográficas*. Goiânia: IESA, UFG, 2005. (mimeo)

_____; LOIOLA, Sérgio Almeida; OLIVEIRA, Sandra de Fátima. Insurgências: abordagens transdisciplinares na geografia brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRANSDIPLINARIDADE, 2., 2005, Vitória. Anais. CD-Rom.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-118.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p.92-123.

CRONON, William. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. *Environmental History*, n. 1, jan., p. 7-28, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ALINCOURT, Luiz. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: EDUSP, 1975.

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades humanas escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DOLES, Dalísia Elisabeth M; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação e colonização de Goiás na primeira metade do século XIX: A visão dos viajantes europeus. In: *Ciências humanas em Revista*. Goiânia, v.3, n.1/2, p. 71-118, 1992.

DOSSE, François. *O império do sentido: humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: EDUFSC, 2003.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FABIAN, Stephen M. Astrônomos do Cerrado. In: *Scientific American*. Edição especial: Etnoastronomia, n. 14, p. 56-61. 2006. s/d.

FELFILI, Jeanine M. *et al.* Biogeografia do Bioma Cerrado: Hipóteses e padronização da metodologia. In: GARAY, Irene; DIAS, Bráulio F. S. (Orgs.) *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 2001. parte II, p. 157-173.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell*, Rio de Janeiro: Fundação João Moreira: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

FERRO, Gaetano. *Sociedade humana e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

FOGAÇA, Emilio; BOEDA, Eric. A antropologia das técnicas e o povoamento da América do Sul pré-histórica. *Habitus*, v. 4, p. 673-684, 2006.

FREITAS, Inês Aguiar; PINTO, Fernando Lemos Firmino. A "síntese fisiográfica" de Alberto Lamago - Contribuição para a história ambiental do estado do rio de janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6. Goiânia, 2004. Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI.

_____. História Ambiental e Geografia cultural: natureza e cultura com chaves para o entendimento do nosso tempo. In: Encontro da Comissão sobre o enfoque cultural na Geografia - UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL. Anais... Rio de Janeiro, UERJ, 2003. 1 CD ROM.

_____; BASTOS, Ângela Barbosa; CUNHA, Leonardo Bastos Carneiro da. História Ambiental e Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa, 2002. Anais Por uma Geografia nova na construção do Brasil.

_____. A Geografia na construção de uma História Ambiental brasileira. *Boletim Goiano de Geografia*, v.22, n. 2, p. 155-168, jul./dez. 2002c.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família Brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo A. e NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In: *Teoria arqueológica na América do Sul*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. Coleção Primeira Versão.

FUNAI. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: set. 2004.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 204-224.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. São Paulo: Ed. da USP, 1975.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o novo mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 31 – 41, jun./jun. 1998.

GOLZÁLEZ-JOSÉ, Rolando. Late Pleistocene/Holocene craniofacial morphology in Mesoamerican Paleoindians: Implications for the peopling of the New World. In: [American Journal of Physical Anthropology](http://www3.interscience.wiley.com/cgiin/abstract/110561635/ABSTRACT?CRETRY=1&SRETRY=0), v. 128, n. 4, jul. 2005, p. 772 -780. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgiin/abstract/110561635/ABSTRACT?CRETRY=1&SRETRY=0>> Acessado em: 04/2007.

GOODYEAR, Albert C. *et al.* Archaeology of the Pleistocene-Holocene transition in Eastern North America. In: Quaternary International, INQUA/Elsevier Science Ltd, v. 49/50, 1998. p. 151-166.

_____. Racionalismo e legitimidade científica: o caso dos determinismos. In: GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.175-191.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A Ciência e as Ciências*. São Paulo: UNESP, 1994.

GUIDON, Niède. *Pedra Furada: A Revision*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 2., Parque Nacional Serra da Capivara, PI., 2006. Anais “O povoamento das Américas”. Disponível em: <<http://www.fumdam.org.br/simposio/artigos.asp>> Acessado em 05/2007.

_____. *et al.* Editorial. In: Fundamentos, v 1, n. 6, mai, 2007. Disponível em: <<http://www.fumdam.org.br/fundamentos6/>> Acessado em: 6/2007.

_____. A sociedade igualitária do indígena brasileiro. *O Popular*, Goiânia, 1 jan. 2005. Magazine, p. 3.

_____. Serra da Capivara: 50 mil anos de presença humana. *História viva*, São Paulo, Duetto, ano 1, n. 10, ago. 2004. p. 74-81.

_____. PARENT, F. Toca do Boqueirão do sítio da Pedra Furada: escavações. *Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 4., 1987, Dédalo Publicações Avulsas, 1989.

HECKENBERGER, J. Michael; *et al* (Orgs.) Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? *Science*, v. 301, n. 5640, set. 2003. p. 1710-1714.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HODDER, I. La búsqueda de significados simbólicos en la arqueología y la geografía”. In Claude Cortez (Org.), *Geografía Histórica*. Cidade do México: Instituto Mora, 1991, pp. 134-150.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOONAERT, Eduardo e PREZIA, Benedito. Brasil indígena -500 anos de resistência. São Paulo: FTD, 2000.

ISA - Instituto Sócio Ambiental. Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/karaja/nome.shtm>>. Acesso em: jun. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo demográfico 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: set. 2006.

KASHIMOTO, Emília Mariko. Geoarqueologia no baixo paranapanema : uma perspectiva geografica de estabelecimentos humanos pre-historicos. 274 f. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Variáveis ambientais e arqueologia no alto do Paraná. 250 f. Tese (Doutorado em arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adalto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LACERDA FILHO, Joffre Valnório de; REZENDE, Abeson; SILVA, Aurelene (Orgs.). Programa Levantamento Geológicos Básicos do Brasil. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Estado de Goiás e Distrito Federal. Geologia e Recursos Minerais do Estado de Goiás e Distrito Federal. Goiânia, editora da CPRM, 1999.

LADOUCEUR, Micheline. As empresas petrolíferas e o assalto às terras indígenas na América Latina: os mega-projetos de gasoduto no Brasil e na Bolívia. In: ALMEIDA, Maria G; RATTS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 11-28.

_____. Índios e negros na geografia brasileira. *Boletim de geografia teórica*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 417-423, 1992.

LAMBERT, Jean-Marie. *História da África Negra*. Goiânia: Kelps, 2001.

LEAKEY, Richard e LEWIN, Roger. *O povo do lago*. Homem: suas origens, natureza e futuro. Brasília: Editora da UNB. 1988.

LEONÍDIO, Aldamir. O sertão e “Outro lugares”: a idéia de nação em Paulo Prado e Manoel Bomfim. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (Orgs.). *De sertões, desertos e espaços civilizados*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. p. 21-48.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998, p. 204-224.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Karajá de Aruanã. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/ Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006. p.135-152.

_____. Os índios que são os nossos! Disponível em:
<<http://www.ucg.br/flash/Notanteriores/Abril04/0404indio.html>>. Acesso em: jun. 2004.

_____. Povos indígenas no Brasil: Etnia Karajá. Disponível em:
<<http://www.socioambiental.org/pib/epi/karaja/nome.shtm>>. Acesso em: maio de 2004.

LIMA, Flávia Pedrosa. Astronomia indígena na literatura. In: *Scientific American*. Edição especial: Etnoastronomia, n. 14, p. 80-89. 2006. s/d.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UNB, 2002. 31 p. (Antropologia). mimeo.

LOIOLA, Sérgio Almeida; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Discursos pós-modernos e o enfoque das fronteiras na geografia. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2006, Rio Branco. *A Geografia e a Amazônia no contexto latino americano: diálogos, práticas e percursos*, 2006.

LOIOLA, Sérgio Almeida; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. A geografia e a invisibilidade sociocultural do território. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEÓGRAFOS, 2005, Porto Nacional, TO, 2005.

LOIOLA, Sérgio Almeida. Ocupação e uso da Região Centro Oeste do Brasil: 11.000 mil anos de espacialização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., Goiânia, 2004. *Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI*.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adalto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

LORENZ, Konrad. *A demolição do homem: Crítica à falsa religião do progresso*. 2. ed. Tradução Horst Wertig. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.309-353.

MAMEDE, Lidinalva. Compartimentação geomorfológica da Região Centro Oeste. In: Boletim SBG Núcleo Centro Oeste, DIGEO-GO, IBGE, n. 16, jul. 1993. p.107-144.

MALDODATO, Mauro. *A subversão do ser*. Identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação. São Paulo: Peirópolis, 2001. capítulo 3, p.111-155: Metamorfoses do tempo.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, José de Souza. O Tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 145-203.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Projeto de salvamento arqueológico do Gasoduto Brasil-Bolívia. In: *Jornal da ciência*, 09/05/ 2005. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=27834> Acessado em: 2/2007.

MARX, Karl. *El Capital*. Livro I, Vol II. México Ed. Siglo XXI, 1979.

MASSEY, Doreen. Space-time, ‘science’ and the relationship between physical geography and human geography. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 24, n. 3, set. 1999, p. 261-276.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: SUDECO, 1979.

MEGGERS, Betty. Contra Colombo. *Galileu especial*, São Paulo, Globo, edição especial, p.26-27, nov. 2003.

_____. *América pré-histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MELLO, Paulo Jobim de Campos e VIANA, Sibeli Aparecida Viana. Breve Histórico da Arqueologia de Goiás. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/ Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006. p.19-49.

MENDONÇA, Francisco. *Geografia física: Ciência humana? Dialética e geografia física estudo da natureza e da sociedade, afinal o que é geografia?* São Paulo: Contexto, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na geografia do Brasil: a propósito da “validade”, espacialização e “pesquisa universitária”. *Cadernos Geográficos*, n. 5, p. 7-48, maio 2003.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. Índios no Brasil. GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). São Paulo: Global Editora, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia da instalação portuguesa no Brasil. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.289-329.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil. 1970-1988). *Geographia*, ano 2, n.3, p. 27-49, 2000.

MORIN, Edgard. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro, 2002.

_____.; MOIGNE, Jean-Lois. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. *O Método IV*. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

_____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. Os Tapuios do Carretão. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/ Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006. p.153-220.

NASCIMENTO, Maria Amélia Leite Soares. O meio físico no cerrado: revisitando a produção teórica pioneira. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Abordagem geografia de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p. 47-90.

NAVARRO, Alexandre Guida. Reis na floresta tropical: novas descobertas sobre a civilização Maia. *Ciência Hoje*, v.40, n. 236, abr, 2007, p.18-26.

NEVES, Walter A. e HUBBE, Mark. Cranial morphology of early Americans from Lagoa Santa, Brazil: Implications for the settlement of the New World. 2005. National Academy of Sciences - PNAS, v. 102, n.51. p.18309-18314. Disponível em: <http://www.pnas.org/cgi/reprint/0507185102v1.pdf> Acessado em 4/2007.

NEVES, Eduardo Góes. Revelações das terras pretas indígenas. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp760/pag07.htm> Acessado em 2/2007

NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, Basarab et al. *Educação e Transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa etno-hitórico do Brasil e regiões adjacentes. Edição Fac. Similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NOGUEIRA, Pablo. *O povoamento da América*: arqueólogos redescobrem a vinda do homem ao continente. In: *Galileu*. Edição Especial: Os segredos da História. Novembro, p.31-41, 2003.

NOGUEIRA, Salvador. De olho no céu. In: *Scientific American*. Edição especial: Etnoastronomia, n. 14, p. 6-9, 2006, s/d.

NUNES, Maria Eugênia Brandão Alvarenga e BARBOSA, Mariza de Oliveira. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/ Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006. p.153-220.

OSCAR, Aquino Jesus. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

PALACIN, Luis. A ausência do índio na memória goiana. In: *Ciências humanas em Revista*. Goiânia, v.3, n.1/2, p. 59-70, 1992.

PASSOS, Messias Modesto. O índice de vegetação (NDVI) e a pirâmide de vegetação - Abordagens complementares aplicadas ao estudo do cerrado brasileiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., Goiânia, 2004, Anais Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Livres e escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

PESSIS, Anne Marie. Pré-história da região do parque nacional da Serra da Capivara. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 35-50.

PELBART, Peter Pál. Da claustrofobia contemporânea: sobre o fim da exterioridade no capitalismo tardio. In: *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

PIMENTA, José Ramiro. *Geografia e Arqueologia: uma epistemologia comparada*. Porto: Figueirinhas, 1996.

POHL, J. Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PORRO, Antônio. Povos asiáticos podem ter chegado na América Central. *Galileu especial*, São Paulo, edição especial, p.27, nov. 2003.

PRIGOGONE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e leis da natureza*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Definição e histórico da arqueologia. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 19 - 34.

_____. FOGAÇA, Emílio. Archaeology of the Pleistocene-Holocene boundary in Brazil. *Quaternary International*, n. 53 e 54, p. 21-41, 1999.

_____. O povoamento das Américas visto do Brasil: Uma perspectiva crítica. In: Dossiê Surgimento do Homem na América, *Revista USP*, n. 34, junho/agosto, 1997, p. 08-21.

_____. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1992.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria G; RATTS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p.29-48.

RETAILLE, Denis. Ethnogeographie: naturalisation des formes sócio-spatiales. In: CLAVAL, Paul (Org.). *Etnogeographies*. Paris: L'Harmattan, 1995, p.17-26.

REIS, José Alberione. Prolegômenos sobre teoria na arqueologia. *Diálogos*, v. 3, n. 6, 2002. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_atg6.htm>. Acesso em: 20 mar. 2005.

RENFREW, Colin. Revolucionário olhar sobre a expansão Celta. Dossiê Celta. *História viva*, São Paulo, Duetto, ano 1, n. 7, p. 40-43, maio. 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás 1850-1889*. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 61-72.

_____. Paleoindian Cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas, *Science*, n. 272, p.363-384, 1996.

_____. *Problems interpreting the diffusion cultivated plants: pré-columbian plant migration*. Harvard: Ed. Doris Stone, Harvard University Press, 1984, p. 1-18.

SAID, Edward. O âmbito do orientalismo. In: SAID, Edward. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 41-119.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.

SANTOS, Fabrício R. O Povoamento das Américas através de estudos de ancestralidade paterna. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 2., Parque Nacional Serra da Capivara, PI., 2006. Anais "O povoamento das Américas". Disponível em: <<http://www.fumdham.org.br/simposio/artigos.asp>> Acessado em 03/2007.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Da sociedade à paisagem: O significado do espaço do homem. In: SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, pp. 12-74.

SCHMITZ, Pedro Inácio et al (Orgs.). Arqueologia do Centro-Sul de Goiás: Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. *Pesquisas*, n.33, São Leopoldo, RS, 1982.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria G; RATTIS, Alecsandro José Prudêncio (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p.261-284.

SIMÕES, Mário Ferreira. Cerâmica Karajá e outras notas etnográficas. Goiânia: Editora da UCG/IGPA, 1992.

SILVA, Lúcia Osório. Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de terras de 1850. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. Riquezas de impiedades: a sina da Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 p.21-85.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SOUZA, Luis Antonio da Silva e. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XII, Rio de Janeiro, 1849, p. 429 – 510.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.43-87.

SPIX, J. e MARTIUS, C. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1981 (3 vols).

STEVAUX, Maria Nazaré. *Biogeografia*. Goiânia: IESA-UFG, 2001. mimeo.

STEWART, Julian H. Culture areas of the tropical forests. In: Handbook of the south american indians, v. 3, n. 143, p. 883-899, 1963.

TEXEIRA, Dante M. e PAPAVERO, Nelson. *Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil (1500-1511) – Viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonneville e da Nau Bretoa*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

TENÓRIO, Maria Cristina. Coleta e processamento e início da domesticação de plantas no Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 259-271.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Conhecimento e política*. Rio de Janeiro: Boitempo, 1978.

VIDAL, J. W. Batista; VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Dialética dos trópicos: o pensamento colonizado da CEPAL*. Brasília: Instituto do Sol, 2002.

VON MARTIUS, Karl Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil. In. Revista Trimestral de História e Geografia ou jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, nº 24, Rio de Janeiro de 1845.

WABUA XAVANTE. Frase de abertura do site. In: Instituto das Tradições Indígenas. Disponível em <<http://www.ideti.org.br/intro.html>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

_____. Projeto Ritos de Passagem: Canto, dança e ritual indígena. 2003. In: *Agência Brasil*. Disponível em <<http://www.radiobras.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

WAGSTAFF, J. M. (Org.). *Landscape and culture: Geographical and archeological perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

_____. Nueva arqueología y nueva geografía”. In Claude Cortez (Org.). *Geografía Histórica*. Cidade do México: Instituto Mora, 1991, pp. 117-133.

WATERS, Michael R. *The principles of geoarchaeology: A north american perspective*. EUA, Tucson: Ed. da Universidade do Arizona, 1992.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, v..4, n. 8, p.198-215, 1991.

_____. History as Natural History: An Essay on Theory and Method. *Pacific Historical Review*, n. 53, p.1-19, 1984.

WÜST, Irmhild. A ocupação de Goiás antes da chegada do europeu (Goiás pré-colonial). In: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial*. Goiânia: CECAB, 2001. p.13-25.

_____. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-história da Terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 321-337.

_____. The Eastern Bororo from an Archaeological Perspective. In: ROOSEVELT, Ana (Org.). *Amazon Indians: From prehistory to the present: Anthropological Perspectives*. Arizona: The University of Arizona Press, 1994. p. 315-342.

_____. As sociedades agrícolas do Brasil Central antes da conquista. In: Seminário para a Implantação da Temática Pré-História Brasileira no ensino de primeiro, segundo e terceiro graus. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993. p. 100-110.

_____. A cerâmica Karajá de Aruanã. *Anuário de divulgação científica*. ano 2, n. 2, Goiânia, UCG, 1975. p. 96-165.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALBUQUERQUE, Velda Lucena. *Participação da geografia na interpretação arqueológica*. 217 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Faculdade de Ciências da Terra. Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

BARBOSA, Altair Sales. *Povoadores do Cerrado: Ensaio de Biogeografia e Arqueologia sobre a ocupação Pré-histórica inicial do Planalto Central Brasileiro*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – National Museum of Natural History. Smithsonian Institution de Washington D.C., 1990.

BORBA, Arantes da Silva. *Aldeia Karajá Buridina: os processos de transformação do espaço da aldeia na dinâmica urbana de Aruanã*. 54 f. Monografia (Graduação em geografia) – Unidade Universitária Cora Coralina, Cidade de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, 2002.

GONZALEZ, Érika Marion Robrahan. *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil central: origens e desenvolvimento*. 232 f. Tese (Doutorado em arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Os filhos do Araguaia. Reflexões etnográficas sobre o Hetohoký: um rito de iniciação masculina Karajá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 1991.

LOIOLA, Sérgio Almeida. *Ocupação e uso da Região Centro Oeste do Brasil à luz de teorias biogeográficas*. 59 f. Monografia (Graduação em geografia) – Instituto de estudos Sócio-Ambientais – UFG, 2002.

MOTTA, Olga Maria Fernandez. *Os Karajá, o Rio Araguaia e os outros: territorialidades em conflito*. 95 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *Avá-Canoeiro: A história do povo invisível, séculos XVIII e XIX*. 348 f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás, 1992.

KASHIMOTO, Emília Mariko. *Geoarqueologia no baixo paranapanema : uma perspectiva geografica de estabelecimentos humanos pre-historicos*. 274 p. Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Variáveis ambientais e arqueologia no alto do Paraná. 250 p. Tese (Doutorado em arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Fronteiras invisíveis: Territórios negros e indígenas no ceará. Dissertação (Mestrado em geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *O povo do meio* – tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 1993.

RUBIN, Julio Cezar Rubin de. *Sedimentação quaternária, contexto paleoambiental e Interação antrópica nos depósitos aluviais do alto rio Meia ponte* – goiás/go. 2002. 364 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

TURNER, Jackson Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mito, História e Terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WÜST, Irmhild. *Continuidade de mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio vermelho-mato grosso*. 1991. 685 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WÜST, Irmhild. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: Tentativas de análise espacial*. Dissertação (Mestrado em antropologia social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1983.